

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

DUARCIDES FERREIRA MARIOSA

**Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos
processos sociais**

CAMPINAS

2007

UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

IFCH - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA SOCIOLÓGICA E PENSAMENTO SOCIAL

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSUÉ PEREIRA DA SILVA

DUARCIDES FERREIRA MARIOSA

**FLORESTAN FERNANDES E A SOCIOLOGIA COMO
CRÍTICA DOS PROCESSOS SOCIAIS**

CAMPINAS

2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M338f **Mariosa, Duarcides Ferreira**
**Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos
sociais / Duarcides Ferreira Mariosa. - Campinas, SP : [s. n.],
2007.**

Orientador: Josué Pereira da Silva.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Sociologia. 2. Teoria social. 3. Metodologia. 4. Teoria da
mudança (Sociologia). I. Silva, Josué Pereira. I. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

**Título em inglês: Florestan Fernandes and the sociology like criticism of the
social process.**

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Sociology
Social theory
Methodology
Exchange theory (Sociology)**

Área de Concentração: Teoria sociológica e pensamento social

Titulação: Doutor em Sociologia

**Banca examinadora: Josué Pereira da Silva
José Luiz de Amorim Rattón Jr.
Sérgio Barreira de Faria Tavolaro
Walquiria Gertrudes Domingues Leão Rego
Fernando Antônio Lourenço**

Data da defesa: 27-06-2007

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

DUARCIDES FERREIRA MARIOSA

Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27/06/2007.

Banca:

Orientador:

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (DS/IFCH Unicamp)

Membros:

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Rattón Jr. (UFPE/PE)

Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavoraro (UFU/MG)

Profa. Dra. Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego (DS/IFCH Unicamp)

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço (DS/IFCH Unicamp)

Suplentes:

Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvea (DS/IFCH Unicamp)

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa (DCP/IFCH Unicamp)

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim (IPEP-SP)

Para a Lica, Érica, Pedro & Vivian

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grato a todos aqueles que de alguma forma, em maior ou menor medida, contribuíram para que esta tese se tornasse realidade. Ninguém mais que um sociólogo para reconhecer a infinidade de movimentos que devem acontecer ao mesmo tempo para gerar um só fato; ou de pessoas que para com ele devem contribuir. Exatamente por não saber dimensionar com exatidão e justiça a todos os que me ajudaram que quero, antecipadamente, desculpar-me com os que aqui não citei, pois escolhi homenagear só os colaboradores mais íntimos. O que não significa que os demais não tenham sido importantes.

Emocionalmente, o apoio da família foi fundamental. Foram dias, meses e anos em que os momentos de convívio foram substituídos por horas solitárias diante dos livros ou do computador. Pesquisar, escrever, tomar notas, reescrever, jogar dezenas de páginas na lixeira e produzir outras. Criar é na maior parte do tempo um ato que não podemos compartilhar. Mas, se somos cobertos do respeito e do amor de nossos familiares, da esposa e dos filhos principalmente, conseguimos atender as exigências da atividade que nos propomos executar. Obrigado Lica, Érica, Pedro e Vivian!

Intelectualmente, a contribuição recebida foi de outra natureza. Agradeço especialmente ao Josué Pereira da Silva, meu orientador nestes últimos anos, que soube exigir e cobrar, quando a euforia e exaltação me obscureciam o raciocínio, mas soube igualmente incentivar e propor desafios quando o desânimo ameaçava se abater sobre mim. Nada teria acontecido se este farol não estivesse ali, iluminando meus

caminhos. Ao pessoal do Departamento de Sociologia, em especial, as professoras Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, Elide Rugai Bastos, Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rêgo e os professores Rubens Murilo Leão Rêgo, Fernando Antônio Lourenço e Laymert Garcia dos Santos gostaria de agradecer pela oportunidade que me foi dada para atuar como docente durante oito semestres consecutivos. Foi uma experiência inesquecível e fundamental não apenas para minha formação, mas particularmente por criar oportunidades para o debate de alguns aspectos e temas tratados na tese.

Por fim, é preciso registrar o apoio fundamental da Reitoria da Unicamp, que através do Programa “Bolsista Instrutor Graduado” forneceu os recursos financeiros necessários para que eu pudesse me dedicar com certa dose de tranquilidade à pesquisa.

RESUMO

Muitos erros no uso do conceito de crítica poderiam ser evitados se a base teórica e metodológica do trabalho de Florestan Fernandes fosse levada em consideração. Buscando fornecer uma melhor compreensão de sua sociologia, a pesquisa se fundamenta na discussão deste conceito e sua aplicação em seus trabalhos teóricos e de pesquisa empírica como, também, na análise da literatura que cuida de sua recepção. A conclusão é que o termo “crítica” pode ser observado na atitude crítica de Florestan Fernandes em relação tanto ao objeto do conhecimento quanto aos métodos da disciplina sociológica.

ABSTRACT

Many errors in the use of the concept of critique could be prevented if the theoretical and methodological bases of the work of Florestan Fernandes are taken into account. Aiming to provide a better understanding of Fernandes's sociology, the research starts with a discussion of this concept applying it to his theoretical and empirical works as well as to the literature related to their reception. The conclusion is that the term critique can be applied to Fernandes's critical attitude in relation to both his object of knowledge and the method for the discipline of sociology.

LISTAS

LISTA DE GRÁFICOS

1. Gráfico 01 - Produção sobre Florestan Fernandes 1969-2006 72
2. Gráfico 02 - Medida do Interesse por Florestan Fernandes Conforme Número de Textos e Ano de Publicação (1969-2006) 78
3. Gráfico 03 - Publicações sobre Florestan Fernandes Conforme destino do texto (1969-2006) 90

LISTA DE QUADROS

1. Quadro 01 – Número de textos de Florestan Fernandes segundo Eixos Temáticos e Decênios de Publicação 1942-1998...110

LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1 – Textos publicados anualmente sobre Florestan Fernandes (1969-2006)79
2. Tabela 2 – Produção de dissertações, teses e livros por autor 1969-2006..... 94
3. Tabela 03 – Bibliografia sobre Florestan Fernandes (1969-2006) 307

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: Reconhecer como crítico	17
1. De uma Sociologia como crítica	21
2. Das condições do reconhecimento social	45
CAPÍTULO II: Distinguir-se como crítico	67
1. A recepção de Florestan Fernandes.....	68
a. Qual o público leitor de Florestan Fernandes?.....	70
b. Para que fins lêem a obra de Florestan Fernandes?	75
c. Que objetivos seus leitores querem alcançar?	88
d. Que dizem seus mais conhecidos intérpretes?.....	96
2. Eixos temáticos na obra de Florestan Fernandes	104
CAPÍTULO III: Pensar como crítico	127
1. Uma teoria da investigação sociológica	129
a. O concreto e o abstrato	134
b. O problema e o fato	137
c. O essencial e o fortuito	141
d. Noções exatas e fatos precisos	144
2. As principais orientações teóricas	147
a. Émile Durkheim	149
b. Max Weber	156

c. Karl Marx	161
3. O qualitativo e o quantitativo	173
a. Inferência indutivo-qualitativa	175
b. Inferência indutivo-quantitativa	181
c. A formulação de hipóteses	184
CAPÍTULO IV: Praticar uma sociologia como crítica	191
1. O problema e o método nos processos de socialização e de integração social	198
2. O problema e o método nos processos de (des) integração e exclusão social	220
a. A Temática Indígena	222
b. As Relações Raciais	235
c. Desenvolvimentismo	264
CONCLUSÃO:	287
BIBLIOGRAFIA	297
ANEXOS	
Anexo I - Bibliografia sobre Florestan Fernandes	305
Anexo II – Bibliografia de Florestan Fernandes	343

INTRODUÇÃO

As possibilidades de uso da sociologia como crítica dos processos sociais é o tema central dessa tese de doutoramento. Mediante seu desenvolvimento queremos indicar que o conceito de crítica, para o sociólogo, não é apenas o atributo de um método, teoria ou “escola” de pensamento. Crítica é antes de tudo uma questão de postura; daí que não faz sentido buscar numa perspectiva sociológica qualquer – culturalismo, funcionalismo, marxismo etc. – o corpo teórico e metodológico que, adotado pelo pesquisador, o vincule de imediato a uma possível sociologia crítica. Ou pelo menos não é só isso. Parece-nos muito mais relevante, para este efeito, observar como as atitudes e posicionamentos tomados diante dos objetos e fenômenos que investiga levam o sociólogo a, naturalmente, enfatizar os erros, omissões, incongruências e paradoxos presentes nas interpretações correntes dos fatos sociais que examina. Visto desse modo, o método de investigação e as teorias explicativas utilizados, por si só, pouco poderiam contribuir para determinar o caráter crítico da análise sociológica, não obstante permanecerem decisivos para a legitimação científica das conclusões. É muito mais relevante, e essencial até, que o objetivo crítico esteja de alguma forma presente em todas as fases da investigação e até como forma de construir a problemática da pesquisa.

Como objeto de investigação, a obra de Florestan Fernandes parece-nos ser o que mais se aproxima da situação teórica que acabamos de descrever. Mediante sua

análise é que pretendemos dar forma a algumas das questões que envolvem tanto o uso da sociologia como ferramenta da crítica social, como aquelas pertinentes à atuação do sociólogo. Interessa-nos, é claro, acompanhar o modo como a acepção crítica da sociologia foi sendo construída, cercado-se de novos caracteres e propriedades, através de vasta produção sociológica de Florestan Fernandes. Sendo esta a principal parte de nosso trabalho. Mas, do mesmo modo, julgamos oportuno indicar como alguns equívocos têm sido produzidos por parcela importante de seus leitores e intérpretes, exatamente por não precisarem adequadamente o conceito de crítica, e nem atentarem para a forma como se processa o reconhecimento social de um autor.

A escolha de Florestan Fernandes não é, assim, arbitrária. Primeiro, porque temos para consulta e diálogo uma extensa bibliografia que enfatiza esta dimensão crítica de sua obra ¹. Segundo, porque podemos divisar com certa clareza em seus textos a construção teórica e metodológica que lhe dá suporte. Uma forma de praticar sociologia que não encontramos com tanta exuberância e riqueza de detalhes em outros autores também preocupados com a institucionalização no Brasil das ciências sociais em geral e da sociologia em particular ². Terceiro, e o que nos parece fundamental, é que podemos contar com a existência de textos específicos em que

1 No Capítulo II deste teremos oportunidade de estudar com mais detalhes a recepção da obra de Florestan Fernandes por seus pares e de que forma ele é reconhecido como um “sociólogo crítico”.

2 O trabalho de investigação que Simone Meucci fez a partir dos primeiros manuais e cursos de Sociologia no Brasil (MEUCCI, 2000) mostra-nos que, de fato, havia grande preocupação entre autores, professores e pesquisadores, em fornecer parâmetros para o ensino e a prática sociológica no Brasil desde as décadas iniciais do Século XX. Entretanto – e sem pretender ser conclusivo nesta afirmação –, quando examinamos a contribuição metodológica de autores como Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Donald Pierson, Oliveira Vianna e Roger Bastide, por exemplo, este vínculo entre teoria, método e prática de pesquisa não nos parece ter sido tratado de forma tão sistemática, e com tantos detalhes operacionais, como na obra produzida por Florestan Fernandes, sendo esta a principal razão pela qual o escolhemos.

Florestan Fernandes trata de construir e aplicar toda uma teoria da investigação sociológica. Esta última característica é a que nos permite selecionar para investigação apenas os textos que tratam dos primeiros passos da investigação sociológica. Neles é que podemos encontrar metodicamente organizados os principais pressupostos, fontes teóricas e interesses explicativos com os quais Florestan Fernandes trabalhou e que, no entanto, parecem vinculá-lo ao que seria, antes, uma perspectiva sociológica “conservadora”³. Logo, se o que discorreremos sobre o conceito de crítica for verdadeiro, o estudo minucioso dessas fontes fatalmente nos conduzirá ao que queremos saber: onde afinal estaria e qual seria, exatamente, a dimensão crítica da sociologia praticada por Florestan Fernandes.

É inegável que tratar os temas da Sociologia e da Crítica em Florestan Fernandes requer de nossa parte cuidados metodológicos especiais. Não bastasse a especificidade do material disponível para pesquisa – dezenas e dezenas de textos entremeados de termos e construções de difícil leitura, mesmo para aqueles que possuem formação sociológica – temos ainda a complexa tarefa de construir uma forma de abordagem que efetivamente contemple tal problemática. Não só os textos produzidos por Florestan Fernandes devem ser tomados como objeto privilegiado de pesquisa, mas, também as condições em que se processa a circulação de tais textos, pois que absolutamente interferem no modo como fazemos sua leitura. Para o primeiro

³ O critério que Tom Bottomore utiliza em seu livro *A sociologia como crítica social* para discorrer sobre a presença de elementos conservadores e radicais na teoria sociológica fundamenta-se na visão de mundo que tais teorias impõem, a saber: o compromisso ou não com o crescimento da liberdade humana (BOTTOMORE, 1976:15).

caso, é necessário encontrar uma perspectiva que trate tanto do conjunto dos textos em si, quanto dos aspectos teóricos e princípios investigativos que incorporam. Para o segundo caso, deve-se considerar a recepção, ou melhor, as muitas formas de recepção que recebeu sua produção literária por seus intérpretes, leitores e o público em geral. Jamais esquecendo, todavia, que a nossa interpretação surge neste contexto apenas como mais uma contribuição na compreensão de um período, das particularidades de um autor e de alguns dos aspectos de uma ciência ou de uma sociedade em particular.

Especificamente, este problema configura-se do seguinte modo: se, de um lado, precauções de ordem metodológica nos orientam a examinar o conjunto formado pelo autor, sua obra e seus leitores dentro de uma perspectiva contextualista; de outro, o que preside nosso interesse está, justamente, naqueles aspectos que independem de tais considerações, e que toma o texto em sua coerência e organização internas. Quais são as conseqüências? Concentrando-nos unilateralmente no estudo do contexto da produção literária de um autor ou conjunto de autores, corremos sempre o risco de cair num total relativismo, podendo-se mesmo chegar à precipitada conclusão de que o autor e sua obra são, na verdade, simplesmente o fruto necessário do meio em que se encontram. No caso contrário, se concentrarmos-nos unicamente nos elementos constitutivos do texto, o risco é talvez supor que as obras se produzem no vazio, que são independentes dos significados atribuídos pelo universo relacional onde está situado o autor e sua obra, ou que simplesmente brotem do gênio inspirado que as criou.

Esta não é, convenhamos, uma questão superficial ou de somenos importância. Acho-a fundamental tanto para orientar os rumos de nossa pesquisa, como para alimentar de perguntas e questões as análises que iremos configurar. Por isso a colocamos logo de início.

Por força deste tipo de consideração, o exame teórico que pretendemos realizar ao longo deste trabalho tende, assim, depois de muitas tentativas, tropeços e acertos, a mostrar que mesmo numa análise que se pretenda imanente dos textos de Florestan Fernandes exige-se que observemos, mesmo que por um breve momento, o mundo de relações situado à sua volta. É nele que encontraremos salientes ou subentendidos mecanismos específicos para a apreensão e reelaboração da obra literária, para o reconhecimento social do autor e sua legitimação e a justificativa última para os interesses intelectuais envolvidos. A análise desse universo relacional, ou pelo menos uma leve apreciação do contexto, faz-se necessário não só para descortinar certas determinações aparentemente inexoráveis, mas, também, para encontrar significações e importâncias que, embora muitas vezes inconscientes, são os móveis da prática do autor. Afinal, são estas correspondências que em última instância permitem o trabalho do sociólogo e tornam a Sociologia possível.

Uma outra questão que também demanda nosso interesse e dedicação consiste em reavaliar o conteúdo de alguns dos conceitos utilizados na recepção das obras de Florestan Fernandes. Parece-nos que uma imprecisão no uso do conceito de crítica teria impedido que sua obra teórica – em particular aquela produzida nas décadas de 1940 e 1950 – recebesse a necessária atenção dos autores que o tomaram

como tema. Diante de uma excessiva e constante exposição do “militante de esquerda” talvez as atividades e propostas intelectuais do “sociólogo” tenham sido obscurecidas. Ou, o que é pior, tenha deixado margem para que confundíssemos uma com a outra. Afinal, longe de ter um percurso linear, há na atividade intelectual de Florestan Fernandes pelo menos duas linhas de atuação perceptivelmente bem definidas e marcadas por características próprias e singulares, mesmo que em contraste entre si: uma mais acadêmica; outra mais política.

Num primeiro momento, há a busca intensiva de sua própria formação. Segue-se em curto espaço de tempo, para a época, várias conquistas: a Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na Universidade de São Paulo (1943); o título de Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela Escola Livre de Sociologia e Política (1947); o Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1951); a Livre Docência, na Cadeira de Sociologia I, também pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1953); o cargo de Professor Titular da Cadeira de Sociologia I (1964); e, finalmente, o reconhecimento formal como Professor Catedrático na Universidade de São Paulo, efetivado por concurso de Títulos e provas, a partir de 23 de fevereiro de 1965.

Como fruto e condição desse processo de formação acadêmica, e até mesmo das dificuldades que teve que enfrentar para alcançar êxito, inevitável foi para Florestan Fernandes preocupar-se em estabelecer as bases da ciência sociológica no Brasil com extremo rigor e cuidado. Uma preocupação que, obviamente, não lhe era exclusiva. Certamente que a maioria dos profissionais, pesquisadores e professores em

atividade no período nascente das Ciências Sociais no país contribuíram de alguma forma para seu desenvolvimento. Alguns ampliando o escopo das pesquisas; outros desenvolvendo metodologias e abordagens teóricas específicas para as mais variadas questões, estudos, análises e interpretações do social. Seria difícil pensar a sociologia brasileira sem as contribuições que lhe deram Gilberto Freyre, Roger Bastide, Guerreiro Ramos, Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo, por exemplo. Observe-se, no entanto, que a atuação de Florestan Fernandes no comando da Cadeira de Sociologia I, na Universidade de São Paulo, foi tão marcante que muitos dos autores que posteriormente examinaram o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil chegam a tomar a produção sociológica de Florestan Fernandes e de seus colaboradores diretos como se fossem os únicos representantes do que se supõe ser a “escola de sociologia paulista”⁴. E Florestan Fernandes, especificamente, como o fundador de fato de uma Sociologia acadêmica no Brasil (Arruda, 1995:171).

Em que pese possíveis exageros, é neste contexto que vemos dentre as muitas atividades empreendidas por Florestan Fernandes uma constante preocupação com a sistematização, reprodução e ampliação da atividade do sociólogo, especialmente quando se dedicou a formar quadros de pesquisa e ensino na Universidade de São Paulo. Por certo que naquele momento era essencial firmar a ciência sociológica como prática adequada à interpretação dos fenômenos sociais, donde a ênfase em preparar eficientemente o quadro de profissionais a ela dedicados.

⁴ Ver, por exemplo, Luiz Werneck Vianna: A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1997, especialmente o capítulo “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa” e Sérgio Miceli “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil”. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

Daí o severidade com que eram tratados ⁵. E a noção de comandante de uma “escola” que o acompanhava.

No que concerne explicitamente ao conteúdo das obras escritas durante o período em que esteve vinculado institucionalmente à Universidade de São Paulo nota-se que esta fase “mais acadêmica” da trajetória de Florestan Fernandes ficaria marcada por pelo menos duas características altamente significativas. De um lado, a busca do rigor científico e da excelência na escolha dos métodos e formas da interpretação sociológica. De outro, pela adoção de ideais e valores de racionalidade e neutralidade na ciência que, para ele, justificaria e avalizaria a participação e intervenção do intelectual no mundo.

Já numa outra fase de sua vida, as atitudes políticas de Florestan Fernandes, embora nunca de todo ausentes no período anterior, foram-se tornando cada vez mais engajadas. Pelo menos é o que parece demonstrar tanto sua crescente participação e envolvimento nas diversas manifestações, reivindicações e passeatas de protesto, na luta em defesa da escola pública e na busca do socialismo, por exemplo; quanto o forte conteúdo político, com posições cada vez mais radicalizadas em relação às instituições vigentes, e que podemos observar com mais nitidez nas obras escritas nos anos posteriores à sua saída da Universidade de São Paulo. Num movimento em que

5 Florestan Fernandes (1977:185), no texto “Em busca de uma sociologia crítica e militante” comenta sobre o ambiente que procurou fomentar desde quando assumiu a Cadeira de Sociologia I, em 1954. Diz ele que ali “ocorreram algumas tensões inevitáveis, mas nada que fosse além dos entrecosques pessoais, tão comuns nas classes médias brasileiras e entre os intelectuais. Formamos uma disciplina que valia para todos e que se aplicava com maior rigor aos que estavam no tope. [...] Do meu ponto de vista, o ‘bom assistente’ era aquele que evidenciasse uma capacidade de trabalho pelo menos igual à minha, em quantidade e em qualidade. [...] Procurei os assistentes que me pudessem ‘fazer sombra’ e sempre estimulei uma corrida aberta entre todos nós, no que se referisse à produção intelectual. [...] Uma convenção verbal deixava em aberto o campo para substituições. Toda vez que se revelassem vantajosas ou necessárias, promovíamos as substituições que se impusessem, qualquer que fosse o valor do elemento em causa como sociólogo ou como pessoa”.

visivelmente passa da retórica à ação, sua trajetória política irá culminar na eleição à Câmara Federal por dois mandatos consecutivos (1987-1990 e 1991-1994) e no abandono total da atividade docente institucionalizada ⁶.

Parece-nos que esta paulatina, mas intensa exposição fora dos limites físicos e intelectuais da academia foi o que, provavelmente, fez com que Florestan Fernandes se tornasse conhecido do grande público não exatamente por sua produção sociológica, mas por sua atuação política. Mesmo intelectuais, pesquisadores e especialistas da área social admitem certa dificuldade em lidar com estas duas faces ou fases da trajetória de Florestan Fernandes: o sociólogo e o militante. Eis porque aprofundar e tentar esclarecer esta questão apresenta-se como um dos objetivos principais deste estudo.

As indicações feitas até agora já seriam suficientes para mostrar que Florestan Fernandes construiu sua carreira de sociólogo e militante de esquerda num contexto muito particular de desenvolvimento da Universidade e das transformações políticas vivenciadas no Brasil. Acreditamos que os aspectos biográficos da trajetória de Florestan Fernandes são, neste aspecto, sumamente importantes. Os estudos que privilegiaram ora sua história de vida ou carreira acadêmica, ora sua produção intelectual ou o contexto em que foram produzidas, não o estariam fazendo sem fundamento: Florestan Fernandes teria conquistado o respeito e o *status* de intelectual

⁶ Sobre a formação e os principais momentos da trajetória intelectual de Florestan Fernandes que aqui apresentamos consultar, por exemplo, o livro organizado por Octavio Ianni, Florestan Fernandes: sociologia, São Paulo, Ática, 1986. Para detalhes de como a atuação política substituiu a prática acadêmica poderá ser consultado o livro de Eliane Veras Soares, Florestan Fernandes: o militante solitário, editado em São Paulo, pela Cortez, em 1997.

que poucos conseguiram na história do pensamento brasileiro, e isto está evidenciado de maneira irrefutável pela quantidade de publicações que o elegeram como tema. Acontece que nem só os aspectos estruturais da existência social e da sociedade contribuem para o reconhecimento de um autor importante, é fundamental para tanto também a qualidade de suas obras e, especialmente para o caso de Florestan Fernandes, o conhecimento teórico que a Sociologia pressupõe e utiliza. Aceitando-se, todavia, esta hipótese, surge de imediato um grupo de problemas para os quais a história do pensamento sociológico brasileiro, ao que tudo indica, ainda não se pôs a examinar em todas as suas possibilidades e conseqüências.

Agora que já temos uma década de sua morte, não seria o caso de finalmente nos perguntarmos sobre a atualidade de Florestan Fernandes? O que lêem de sua produção? Como lêem? Se, de fato, produziu algo de relevante, alguma obra ou obras de referência para as gerações posteriores de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, quais são e onde estão sendo trabalhadas? Se reconhecida alguma contribuição teórica importante de Florestan Fernandes no passado, esta seria válida ainda hoje? Que lugar poderíamos encontrar no quadro atual da sociologia para suas propostas, avaliações e proposições teóricas? Se retirássemos de suas obras aquilo que é contextual, localizado e específico, do ponto de vista teórico ou metodológico restaria algo que se prestasse à solução dos problemas atuais? Que contribuição teórica nos deixou para pensarmos a sociedade? Qual o peso e validade de suas afirmações teóricas, se as teve? Que projeto “crítico” tentou viabilizar? O que existe em sua obra que tornaria “obrigatória” uma releitura?

Decerto que não poderemos responder a todas estas questões neste trabalho. Mas, defendemos que é fundamental para a solução dos problemas acima perfilados o processo de reconstrução de parte do perfil e da evolução teórica de Florestan Fernandes, pelo menos em suas linhas mais gerais e aqui reduzidas à discussão das formas de abordagem e investigação do objeto sociológico. Para que isto aconteça não basta apenas conhecermos o contexto e as condições externas em que foram produzidas, ou o modo como foram recepcionadas pela comunidade de leitores especializados, as obras têm que falar pelo autor. De tal forma que a reconstrução que pretendemos só será eficaz se os textos de Florestan Fernandes forem compreendidos a partir de seu desenvolvimento cronológico, de sua lógica e de sua coerência internas e nos aspectos indicados. Por outro lado, a análise da relevância, significado e formas de recepção de tais textos, embora importante para a apreciação geral do impacto que teve ou tem a obra de Florestan Fernandes entre seus leitores, não constitui, em absoluto, objeto privilegiado deste trabalho, mas simples ponto de referência e de orientação nos diálogos.

De fato, muitos são os aspectos e determinações que nos fariam tomar a trajetória teórica de Florestan Fernandes como objeto de análise. Dentre as mais importantes, podemos citar sua história pessoal, caracterizada pelo constante ultrapassar de limites; o fato de sua carreira profissional ter-se desenvolvida sob uma configuração social de transformação radical da sociedade brasileira, que foi o período logo posterior à Segunda Grande Guerra; e por participar ativamente da emergência, desenvolvimento e consolidação de uma técnica social – a Sociologia – baseada em

cânones científicos. Estas condições muito contribuíram para a formação de um tipo particular de pensamento que, por isso mesmo, tem sido objeto de estudo privilegiado de muitos outros autores, como veremos mais adiante. Em nossa análise, entretanto, não queremos nos apoiar unicamente em depoimentos, testemunhos, relatos e estudos já existentes para emitir nossos juízos sobre a obra de Florestan Fernandes. Não nos preocupa, igualmente, se encontrarmos, a qualquer momento, uma possível incoerência entre a bibliografia efetivamente produzida e a interpretação de seu autor. Não é o que nos diz Florestan Fernandes em seus diversos depoimentos e textos biográficos o que mais importa. Aliás, neste aspecto em particular o autor é só mais um analista da própria obra, nem melhor nem pior situado que qualquer outro. O que queremos verificar e confirmar é se há, de fato, uma perspectiva crítica nos trabalhos teóricos que Florestan Fernandes produziu durante o período em que esteve vinculado profissionalmente à Universidade de São Paulo; que orientações teórico-metodológicas o guiaram e qual o efeito que tiveram na construção de seu pensamento. Respeitando-se, claro, os parâmetros de externalidades que as guiaram, são as características internas de sua obra que devem apontar para a existência ou não de uma postura crítica. De uma Sociologia como crítica.

O que não parece claro, às vezes, é se a obra de Florestan Fernandes já foi ou não objeto deste tipo de análise em algum momento; se, realmente, é possível fazê-lo e quais equívocos devem ser evitados. Para esclarecer dúvidas como estas, bem como apontar os procedimentos que têm contribuído para a manutenção de ambigüidades em relação à designação crítica aplicada a Florestan Fernandes é que

achamos necessário destacar, em nosso estudo, o modo como se operou até aqui a recepção de sua obra.

Tendo tais preocupações em mente, e dentro dos limites em que nos circunscrevemos até o momento, pretendemos que a contribuição teórica de Florestan Fernandes, pelo menos no que diz respeito à utilização da “Sociologia como Crítica dos Processos Sociais”, fique cada vez mais clara conforme vamos desenvolvendo os capítulos.

O Capítulo I (Reconhecer como crítico) será dedicado à construção teórica do problema, do argumento e do método. Ao que nos parece, o atributo eminentemente interpretativo característico das Ciências Sociais em geral implica concluir que não apenas o discurso modifica o objeto, como também o objeto modifica o discurso. Em assim sendo, torna-se complexa qualquer definição dos parâmetros teóricos e metodológicos sob os quais é possível definir o que seja uma Sociologia crítica, um intelectual crítico e assim por diante. Isto não impede, entretanto, que consideremos algumas das possibilidades do proceder crítico como inerentes à Sociologia. Afinal, no conteúdo investigativo e explicativo da Sociologia geralmente encontramos um duplo caráter e atribuição histórica que parece condizer com os objetivos da crítica. A Sociologia, na medida em que permite tanto a ampliação do conhecimento – onde reduz as incertezas e fornece os meios cognitivos de avaliação dos fenômenos sociais –; quanto que suas conclusões instrumentalizem os agentes da ação política – indicando-lhes os aspectos relevantes do social sobre os quais devem atuar – assume uma atitude ou postura crítica. Saberemos, assim, se há uma Sociologia Crítica em

Florestan Fernandes somente se e quando encontrarmos em sua obra, a partir das indicações feitas, os elementos que a determinem como tal.

Definidos os parâmetros sob os quais entendemos o conceito de crítica, e considerando-se os mecanismos sociológicos que produzem o reconhecimento de um autor, sua importância, legitimidade e a influência que exerce sobre os demais membros da comunidade para a qual escreve nos achamos, então, em condições de seguir adiante.

No Capítulo II (Distinguir-se como crítico) discutiremos como a relação que se estabelece entre o autor e seu público torna-se fundamental para compreendermos, na seqüência, os muitos significados que alcançam uma obra, autor ou o conjunto de ambos e, assim, poderemos selecionar aquelas que melhor atendem nossos intentos investigativos. O propósito de tal procedimento está em separar o que é o resultado da militância política daquilo que constitui os parâmetros teórico-metodológicos da formação acadêmica de Florestan Fernandes. Questionando-se a bibliografia existente de e sobre Florestan Fernandes que nos foi possível reunir, saberemos mais sobre os que o lêem, como e onde o fazem, e quais os eixos temáticos existentes ou valorizados em sua obra. Obtendo-se, assim, os elementos capazes de dimensionar qual o perfil teórico de Florestan Fernandes e como ele foi construído, primeiro, pelos seus intérpretes; em segundo lugar, conforme o conjunto de temas com os quais trabalhou. No primeiro aspecto, há uma extensa bibliografia que busca mostrar em detalhes a trajetória de vida de Florestan Fernandes; outras, sua contribuição para o campo sociológico; poucas parecem ser as que discutem teoria, se é que o fazem. Quanto ao segundo aspecto, Florestan Fernandes escreveu certos títulos para a comunidade em

geral; outros, dedicados à formação de alunos e professores; outros, ainda, exclusivamente para discutir com especialistas e profissionais da área sociológica. Na análise das obras que traçam o perfil de Florestan Fernandes, e mesmo nas de seu próprio punho, temos certamente que considerar não apenas os interesses intelectuais envolvidos, mas, especialmente, o nível de sofisticação presente na argumentação. Por isso o cuidado na classificação e seleção das obras tomadas como objetos de análise.

O Capítulo III (Pensar como crítico) será dedicado à discussão dos textos que tratam especificamente de teoria sociológica. Florestan Fernandes publicou alguns artigos e coletâneas buscando unicamente demonstrar sua preocupação com formulações teóricas e metodológicas mais “abstratas”. Uma mais demorada apreciação dos textos teóricos, selecionados segundo critérios apontados nos capítulos anteriores, tentará apontar como Florestan Fernandes construiu, teórica e metodologicamente, os princípios investigativos que o conduziram ao longo de sua trajetória intelectual.

No Capítulo IV (Praticar uma sociologia como crítica), temas com os quais Florestan Fernandes trabalhou – como as biografias de personagens paradigmáticos, a temática indígena, as relações raciais, o desenvolvimentismo, os muitos diagnósticos da realidade cotidiana e os escritos sobre educação e folclore –, parecem ser, para nós, momentos materializados daquelas práticas investigativas apontadas no capítulo anterior. É a análise destes textos que nos permitirá uma compreensão mais adequada e contundente de seus referenciais teóricos e dando-nos, talvez, uma possível explicação imanente para a defesa que fez de algumas escolas de pensamento, o abandono de outras e as conseqüências de suas “viradas” teóricas.

Na Conclusão procuraremos, sinteticamente, traçar os termos em que esta pesquisa haverá de contribuir para o debate e compreensão dos textos teóricos de Florestan Fernandes. Neste aspecto, pretendemos situar Florestan Fernandes como sociólogo e militante, porém, realçando aqueles aspectos que julgamos de importância para o desenvolvimento e consolidação da Sociologia no Brasil e justificando suas escolhas teóricas a partir dos elementos que vincularam teoria e pesquisas nos temas com os quais trabalhou. Um reposicionamento que talvez traga a atualidade que seus escritos possam estar carecendo.

CAPÍTULO I

Reconhecer como crítico

Entendemos que boa parte da bibliografia produzida sobre Florestan Fernandes concentrou-se em realçar meramente um dos modos sob os quais podemos nos utilizar do conceito de crítica, deixando quase inexploradas outras possibilidades ⁷. Causa perplexidade, por exemplo, o fato de que a simples menção a indícios em seus textos que contradigam expectativas do que se considera ser, idealmente, um “sociólogo crítico e militante” ⁸ resulte nas mais acaloradas polêmicas, desconfortos e divergências ⁹. Evidentemente que as disputas intelectuais não devam se ater

⁷ Para a verificação de qual bibliografia estamos nos referindo, consultar o Capítulo II mais adiante e o Anexo I ao final deste.

⁸ Essa expressão parece ter sido retirada de um texto de Florestan Fernandes, “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, incluída no livro Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento, publicado em 1977, pela Editora Vozes. Neste texto, autobiográfico, Florestan Fernandes tenta “explicar” as origens, influências e a contribuição daquela que se costumou chamar de “a escola paulista de sociologia”, em que foi um dos principais expoentes. Octávio Ianni popularizou esta expressão quando, ao organizar uma coletânea de textos de Florestan Fernandes, em 1986, afirmou ter sido este o fundador da Sociologia Crítica no Brasil (IANNI, 1991:15).

⁹ Como exemplo dessa controvérsia, podemos citar o debate entre Heloísa Fernandes e José de Souza Martins através de jornais (O Estado de S. Paulo, 6/fev./2005) e Revistas (Caros Amigos, nºs 96-97, mar - abr./2005) que, entre outros assuntos, discute acerca da existência ou não de uma “sociologia militante” praticada por Florestan Fernandes. Diz José de Souza Martins (2005): “Florestan tem sido apresentado como ‘sociólogo militante’. Militante ele foi de várias causas, nem sempre porque fosse sociólogo, mas sobretudo porque era consciencioso cidadão. Muitas pessoas fazem a partir daí uma falsa inferência, a de que Florestan teria sido um apóstolo da ‘sociologia militante’, coisa completamente estranha ao conjunto de sua obra. Uma sociologia que não seria sociologia, mas ideologia. Ele foi bastante conservador na maioria de seus textos quanto à postura que adotava em relação à produção do conhecimento científico. Isso nunca o privou da consciência sociológica de que a própria postura científica, mesmo no positivismo, pautada pela neutralidade ética, já pode ser em si mesmo uma postura política de compromisso com as transformações sociais”. Heloísa Fernandes Silveira (2005), por sua vez, considera que as muitas homenagens recebidas por Florestan Fernandes (de “centros acadêmicos, escolas públicas, biblioteca, teatro, conjunto habitacional, Escola de Sociologia e Política, Câmara e Senado Federal, etc”) “pouco tem a ver com os tupinambá, e nem mesmo com o marxismo-leninismo”, mas com o “fato de o seu nome sempre vir associado à idéia de transformação social, como se o nome fosse capaz de dar voz a um sem número de aspirações de mudança da sociedade brasileira, essa que

simplesmente à defesa de posições e interesses particulares, ainda que fundamentadas nas melhores das intenções. Presume-se, ao contrário, que, neste nível, deva conter referenciais teóricos e situações concretas que permitam avaliar a pertinência ou não de certos atributos. A persistência com que ocorrem tais debates e polêmicas, entretanto, demonstra que, de fato, o que muitas vezes acontece é que nossos interesses, sejam eles intelectuais ou políticos, estão sempre interferindo na leitura que fazemos de uma obra ou autor. Afinal, entre intelectuais, como fator explicativo e origem das definições normalmente usadas, o “senso comum” também existe. Em razão disso cremos que, para serem dirimidas, divergências como estas devam ser vistas, em primeiro lugar, através dos fundamentos que lhes deram causa e substância; em seguida, dos propósitos e objetivos que cada qual quer alcançar.

Entendemos que no debate que se tem travado em torno do nome e da obra de Florestan Fernandes as condições de recepção de sua obra, a valorização de certas atitudes e posicionamentos diante da realidade social e mesmo o perfil teórico que, inclusive, Florestan Fernandes traçou para si mesmo realiza-se mediante a seleção de certos aspectos e o conveniente “esquecimento” de outros ¹⁰. Esta seleção, bem como

ele costumava batizar de capitalista selvagem”. De fato, continua Heloísa Fernandes Silveira, “Florestan foi um sociólogo acadêmico de carreira, tendo alcançado seu ápice, a cátedra”, no entanto, após sua expulsão da Universidade, “o diálogo intelectual já não ocorre a partir de uma irradiação uspiana ou, melhor ainda, não está norteadado pelo grupo da Maria Antônia, ou da chamada ‘escola sociológica de São Paulo’, que, aliás, sumiu!”.

10 Esta não seria, entretanto, uma prática aplicável unicamente a Florestan Fernandes, mas, em geral, a qualquer outra figura pública. Normalmente, a notoriedade de um determinado indivíduo acha-se associada a algum feito relevante ou conjunto de atos que o transformam, simbolicamente, num ícone ou representação hipostasiada daqueles valores que a coletividade à qual pertence julga legítimo. Quando pensamos na figura de um médico, de uma freira ou de um juiz em nossa sociedade, automaticamente associamos a estes expectativas de comportamento que se aplicam exclusivamente a médicos, freiras e juizes. Certamente que as figuras reais que são também médicos, freiras e juizes não correspondem integralmente às expectativas dos papéis sociais e dos comportamentos que lhe são esperados. A confusão que se estabelece tem aí seu fundamento: os objetos reais não correspondem exatamente aos

as principais características do conceito de crítica que utilizamos para definir sua atuação como sociólogo e militante não resulta, todavia, de um fenômeno “natural”, inquestionável, mas do resultado de um desenvolvimento sócio-histórico particular. Certamente que não poderemos avançar sem que este referencial esteja claramente exposto, sob pena de sermos conduzidos pelo mesmo equivoco. Razão pela qual a tarefa que requer nossa mais imediata atenção envolve (1) demonstrar o caráter reflexivo e histórico da sociologia, especialmente, quanto aos termos teóricos em que se define seu proceder crítico; e (2) determinar as condições e os parâmetros utilizados pela comunidade acadêmica, e demais leitores de Florestan Fernandes, na identificação ou forma de reconhecimento social a ele aplicável. Estes parâmetros seriam, no nosso entender, os responsáveis imediatos pelas confusões a que aludimos.

O primeiro passo (1), e que antecede à nossa pesquisa propriamente, levamos a definir exatamente o que entendemos por crítica e a forma como a estamos empregando. Nos estudos sociológicos, até por uma questão de método, se faz necessário “estranhar” as noções mais arraigadas, afirmar truísmos e repassar questões, conceitos e práticas que de tão costumeiras ao pesquisador social este já não faz mais perguntas sobre suas origens, fundamentos, limites e conseqüências. No que concerne a determinados termos, conceitos e palavras constantes do universo analítico do cientista social muitas vezes tudo parece já estar definido, completo, acabado, não havendo mais dúvidas. Transformaram-se num léxico de obviedades, de verdades inquestionáveis. O conceito de crítica é um bom exemplo disso: seu

conceitos que os definem. Para um resumo das principais teorias que tratam da representação simbólica ver NÖTH, Winfried. A semiótica no século XX. São Paulo: Annablume, 1996, 1999 e 2005.

significado parece tão evidente que poucos se propõem a discuti-lo. O que falar, então, da noção de uma “sociologia como crítica”?

Em segundo lugar, ou segundo passo (2), acha-se necessário definir as condições do reconhecimento social aplicáveis a Florestan Fernandes. Como pesquisador e autor de inúmeros textos, livros e artigos de literatura científica, segue-se que, no plano teórico, lhe são pertinentes as mesmas condições de circulação e recepção da obra de arte em geral. Isto é, entre as condições sociológicas da produção literária, também operam determinações que constroem, limitam e redirecionam o perfil da obra, do autor e até do público. Pierre Bourdieu (2003:184) assevera, nesse sentido, que a “criação” não pode ser entendida em termos da biografia do autor, unicamente enquanto expressão da pessoa do artista em sua singularidade e representatividade histórico-social. A relação artista, obra e público somente pode ser compreendida inteiramente...

... se forem recolocadas no campo ideológico de que fazem parte e que exprime, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político, cabendo uma posição determinada à fração intelectual e artística (BOURDIEU, 2003:184).

Sem as relações de poder que configuram o campo do conflito entre os muitos interesses (políticos, econômicos, sociais e intelectuais) nós não poderíamos captar certas nuances da evolução do pensamento de qualquer intelectual em atuação na sociedade. A figura do autor não seria, assim, o resultado concreto de sua história

de vida, da afirmação de seus gostos e tendências, mas, também, da influência que é exercida sobre ele pelo coletivo intelectual de que toma parte. Seus leitores o reconhecem sob determinada configuração e esta imagem, por ser fruto de uma idealização coletiva, nem sempre corresponde à realidade. Se não fosse assim não teríamos estereótipos, ícones e símbolos que materializam certas maneiras de pensar e de agir coletivamente. Igualmente, é dessa mesma forma que o reconhecimento social é, para nós, um fato social, ou seja, um fenômeno que transcende às determinações da vontade, dos interesses e perspectivas isoladas dos indivíduos.

1. De uma Sociologia como crítica

É enganoso imaginar que o significado dos conceitos esteja universalmente dado. Não pressupomos seu conteúdo, nem o recebemos claro, completo e unívoco. Ao contrário, conceitos traduzem o resultado de um trajeto intelectual. São construídos, trabalhados, modificados; suportam, conforme o caso, pequenas ou grandes transformações, adaptando-se pelo uso às necessidades as mais variadas. Ora estendem-se em seu conteúdo para abarcar uma multiplicidade de casos e situações; ora estreitam-se de tal maneira que só se aplicam a um único caso. Se não levamos em consideração essa característica especial dos conceitos, arriscamo-nos, por exemplo, a tomar um de seus significados particulares, geralmente vinculado a um contexto histórico ou analítico específico, de modo tão rígido que não conseguiríamos aplicá-lo em nenhuma outra circunstância. De fato, a compreensão de novas situações leva-nos constantemente a alterar o uso e o significado dos conceitos, fazendo com que, em

muitos casos, cheguemos mesmo a perder o sentido em que originalmente fora concebido.

Sendo a maleabilidade uma característica importante na construção, aplicação e entendimento dos conceitos, as modificações que verificamos não costumam ser, entretanto, radicalmente dramáticas na passagem de um uso a outro, de um significado a outro, de uma aplicação a outra. Algumas relações, referências básicas, modos de perceber e ponderar, permanecem como definições intrínsecas a um conceito e lhe dão sua identidade. Isto é o que permite que tenhamos sempre uma base real da qual partir. E isto é, também, o que verificamos quanto falamos do significado de crítica.

A princípio, o conceito de crítica não demanda muita explicação. O espectro de assuntos e situações em que é possível fazer-se uso da crítica ou de procedimentos críticos abrange desde o universo da produção musical até a filosofia, literatura, religião, práticas econômicas, sociais e as opções políticas. De modo que, estando de há muito incorporado ao universo semântico dos indivíduos, são poucos os que vêem, no contexto da sociedade moderna, razões para questionar seu uso ou a extensão que alcança seu significado.

Crítica, ao que nos parece, tende a ser mais um modo operatório, uma atitude do analista, uma espécie de postura. Está no questionar, problematizar, indicar contradições e incoerências, propor mudanças e transformações. Atos com os quais se costumam definir as condições em que operam os sociólogos. Pois assim entendida, por certo que a Sociologia é em suas atribuições essencialmente crítica. Parece-nos difícil ver de outra forma. Ainda mais quando levamos em conta que por sua própria

natureza, constituição e desenvolvimento histórico, ou então pelos métodos, pressupostos e o escopo das análises empreendidas, pela orientação dada às suas produções ou ainda em razão da repercussão que alcança nos meios em que se propaga, conduz o trabalho dos sociólogos uma atitude necessariamente contestatória, desmistificadora, denunciatória, enfim, crítica.

Conseqüentemente, apreender a Sociologia no sentido de crítica dos processos e da realidade sociais sugere reconhecer como característica fundamental dessa disciplina a atitude de denúncia com a qual, efetivamente, ela tem-se mostrado ao longo do tempo, e desde o momento em que os homens empreenderam suas primeiras reflexões de cunho sociológico. O termo denúncia é aqui proposital. Serve para ratificar que, em sua atividade, os sociólogos buscam – o que não quer dizer que sempre consigam – apresentar os fatos sociais em sua realidade factual, e não mascarados, dissimulados ou obscurecidos por preconceitos, superstições e interesses nem sempre claros de pessoas ou grupos ¹¹. Podemos até afirmar com relativa segurança que o objetivo das investigações nesta área é entre outros, mas, sobretudo, utilizar-se dos recursos de propagação de idéias (livros, aulas, palestras, artigos, comunicações etc.) ao seu alcance para anunciar publicamente resultados de estudos, reflexões e observações que demonstrem erros, omissões, contradições, incoerências e falsos julgamentos que, até mesmo inconscientemente, sujeitam-se aqueles que

11 Veja-se neste aspecto a preocupação que tiveram os primeiros sistematizadores da ciência sociológica (Émile Durkheim, principalmente) com a neutralidade e objetividade das observações, coleta e trato dos dados investigados. Ainda que posteriormente tenham sido denunciados seus excessos, o positivismo foi neste momento o principal responsável e marca da cientificidade presente nos estudos sociológicos (GIDDENS, 2005:28).

interagem em um contexto social qualquer. Duas são as conseqüências daí decorrentes.

Em primeiro lugar, devemos observar que o caráter crítico aplicado às proposições tem um desenvolvimento histórico típico, que a credencia como **fator de ampliação do conhecimento** aplicável ao domínio intelectual dos objetos e fenômenos investigados. Neste aspecto, os procedimentos críticos pautaram-se historicamente por pretender alertar contra toda ordem de ignorância, preconceito, dominação ou exploração da fraqueza, credice, superstição ou incapacidade humana. Em segundo lugar, trata-se também e ao mesmo tempo de um fator de renovação e aperfeiçoamento social, em particular quando a crítica fornece os elementos necessários à ação política, **instrumentalizando argumentativamente o discurso** do agente que quer interferir na situação descrita. Vejamos com mais detalhes estas duas características do conceito de crítica que queremos realçar.

Quanto ao aspecto da **ampliação do conhecimento**, convém assinalar que a crítica apresentou-se pela primeira vez ao pensamento ocidental quando entre os filósofos da Grécia antiga algumas pessoas começaram a fazer perguntas a respeito das doutrinas, duvidando de sua veracidade e verdade (POPPER, 1974). Aos poucos, no sentido de método e forma de pensamento, a crítica foi abrindo a possibilidade de evolução do conhecimento, pois sua conseqüência imediata consistia na superação contínua de dogmas tanto religiosos, quanto filosóficos ou científicos que imobilizam o saber humano em todos os níveis, estabelecendo, dessa forma, o que podemos chamar de “verdades provisórias”. Provisórias, na medida em que a crítica aponta sempre para

a possibilidade de renovação, integração e multiplicação do que o homem sabe acerca de si mesmo e da realidade que o cerca, enriquecendo-se neste saber.

No outro aspecto considerado, de **instrumental da ação política**, foi em grande parte graças ao processo crítico aplicado continuamente às ciências que o homem, não mais limitado por forças “sobrenaturais” que o prendiam e lhe tolhiam os movimentos, conformando segundo critérios tradicionalistas todas as esferas de sua existência, entregou-se à racionalidade em todos os níveis. A sociedade ocidental moderna quando se viu livre das amarras impostas em grande parte pelo dogma religioso elegeu, então, a razão científica como última instância de juízo dos fatos. De posse dos procedimentos guiados pela razão é que o homem buscou, pela primeira vez na história, não só o progresso material e tecnológico como, também, novas formas de relacionar-se com outros homens e com a realidade, dando origem a formas inéditas e surpreendentes de sociabilidade. Mesmo depois, quando a crença na “permanência das formas racionais” ou “na impossibilidade de um novo método de pensamento” fortaleceu-se entre os homens, isto não impediu inovações e revoluções constantes em todas as áreas do conhecimento, seja teórico ou aplicado, com graves conseqüências para a organização, estrutura e formas de adaptação e integração dos homens entre si (BACHELARD, 1974:273). Assim, seja para negar a ordem existente, seja para afirmá-la, o conhecimento dessa realidade permanece ainda como condição fundamental.

Agora, se toda forma de conhecimento encontra-se sujeita a algum processo crítico é óbvio, por sua vez, que quando se trata das ciências de “observação”, ou “interpretativas”, o processo de renovação da ciência é muito mais rápido. Em acréscimo, se vivemos num mundo de interações, e vivemos, é claro que os objetos,

sejam eles de que natureza for – física, mental ou social –, afetam e são afetados por aqueles indivíduos ou grupos com os quais entram em contato. E esta “afetação” entre o homem e o mundo com o qual está cercado acontece, em grande parte, como resultado de sua constante reflexão. Pois que a reflexão é anterior à ciência, sobretudo porque, como já havia escrito anteriormente Émile Durkheim (1978:94), “o homem não pode viver no meio de objetos sem ter uma idéia deles que lhe permita regular a sua conduta”. O que difere as muitas formas de proceder esta reflexão é, para este autor, o sentido que aplicamos ao conhecimento. Entre religião e ciência, por exemplo, esta trata os objetos metodicamente, enquanto aquela os trata de forma ideológica.

Ora, não parece possível que consigamos separar completamente na reflexão o seu caráter metódico de seu caráter ideológico. Habitando um universo que prima pelo caráter relacional dos objetos e fenômenos; e ocupando, ademais, uma posição social que se insere de modo particular na estrutura maior das relações sociais, as possibilidades, interesses e expectativas de quem conhece constitui-se critério também importante para a validade que se pretende dar ao conhecimento formulado. Segundo o que apontam Peter Berger e Thomas Luckmann (1973:12 e 13), “o homem da rua habitualmente não se preocupa com o que é ‘real’ para ele e com o que ‘conhece’ e, a não ser que esbarre com alguma espécie de problema, dá como certa sua ‘realidade’ e seu ‘conhecimento’”. O sociólogo, ao contrário, continuam os autores, não pode proceder da mesma forma, principalmente, porque sabe que aquilo que os homens da rua tomam como ‘realidade’ varia de sociedade para sociedade, ou conforme as distintas épocas históricas. “O interesse sociológico nas questões da ‘realidade’ e do ‘conhecimento’ justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua

relatividade social”. Afinal, “o que é ‘real’ para um monge tibetano pode não ser ‘real’ para um homem de negócios americano”. Onde, então, o contexto em que está colocado o produtor do conhecimento, e ele próprio, diz muito para a relevância do que é afirmado.

Não devemos, dessa forma, ignorar as condições sociais em que emerge o pensamento em geral ou o conhecimento de uma realidade em particular. Pensar é sempre um ato social: a forma que adquire a linguagem para certos grupos, o estoque de experiências compartilhadas que requer qualquer interação, as normas sociais que interferem e dispõe hierarquicamente os indivíduos na argumentação são indicativos incontestes do caráter social do pensamento.

Um outro aspecto que devemos considerar são os efeitos úteis que produz o conhecimento. Se a reflexão científica nasce para satisfazer necessidades vitais prementes – uma vez que se ocorresse o contrário as interações não nos afetariam tanto – é claro que se orientará para a prática ¹². As necessidades querem remédios e não explicações. No entanto, um efeito curativo pode ser o resultado de muitas determinações – inclusive a da crença de que terá este efeito salutar – sem que, necessariamente, a base teórica que sustenta sua ação esteja correta ¹³. Se assim não fosse, como explicar que mesmo depois que descobrimos que é a Terra que gira em torno do Sol, e não o oposto, nossas práticas diárias continuam sendo guiadas pelo

12 Penso que, neste sentido, qualquer reflexão por mais abstrata que seja só existe porque busca preencher uma necessidade, uma ausência ou lacuna, por isso, seu caráter “prático”.

13 Para Claude Lévi-Strauss (1996) não há nenhuma interferência sobrenatural na ação do feiticeiro ou xamã quando este cura seus “pacientes”. O efeito curativo das práticas mágicas assenta-se muito mais naquilo que ele chama de “eficácia simbólica”, ou seja, nas artes e no poder simbolicamente contido na função que o curandeiro exerce ou deve exercer. Ver de Lévi-Strauss especialmente o Capítulo IX “O Feiticeiro e sua magia” e o Capítulo X “Eficácia simbólica” do livro Antropologia Estrutural.

movimento aparente do astro solar? Como explicar o sucesso de muitas artes curativas e rituais mágicos, onde a única realidade plausível, mas não totalmente esclarecedora, é o poder de manipulação psico-mental do operador? Não será este efeito “prático” que nos impede de questionar certas “verdades” colocadas pelas “ciências”, admitindo de antemão como correto aquilo que não poderia sê-lo?

Interesses e condições as mais variáveis permitem que, nas Ciências Sociais, o discurso possa modificar o objeto: ao interpretar a realidade o homem acaba agindo sobre ela, pois “em contraste com a ciência natural, há na ciência social uma relação simbiótica entre descrição e avaliação. As próprias descrições dos objetos de estudo têm implicações ideológicas” (ALEXANDER, 1987:8). É neste sentido que as idéias enquanto construções do pensamento humano são passíveis de discussão, reformulação, de correções e ajustes. Logo, as teorias propugnadas pelas Ciências Sociais não podem ser tratadas como verdades reveladas, de caráter divino ou sobrenatural, por isso, dogmáticas. Da mesma forma, as propostas divergentes têm de ser justificadas, explicadas e fundamentadas por seus autores, sujeitando-se, em vista disso, a novas críticas.

Graças a este aspecto, portanto, da possibilidade das propostas divergentes, que o processo crítico pôde assumir, historicamente, **duas variantes na sua ação**: a crítica do real e do pensado; do objeto e do conhecimento; do interno e do externo; do conhecido e do ser que conhece; e demais oposições semelhantes. Busquemos esclarecer este ponto.

Rudiger Bubner (1982), comentando a noção de teoria crítica nos escritos de Jürgen Habermas, indicava para o conceito de crítica a combinação de dois

significados, ambos derivados da palavra alemã *Kritik*. Um, de origem kantiana, fala do **teste de legitimidade** que deve ser aplicado ao conhecimento pela força da razão. Uma preocupação certamente válida quando se trata de objetos das ciências naturais. Todavia, embora ciência e tecnologia possam ser soberanas na vida individual, elas se limitam a avaliar a consistência de nossos objetivos, jamais podendo determinar quais dos nossos desígnios são intrinsecamente meritórios, ou mesmo moralmente corretos. Em que pese admitirmos a possibilidade de um conhecimento “objetivo” ou “verdadeiro” da realidade investigada, este conhecimento, assim entendido, deverá sempre reduzir-se unicamente à sua função de instrumento ou subsídio para a tomada de decisões. Nada além.

Já o outro significado aludido por Rudiger Bubner (1982) incorpora ao conceito de crítica uma dimensão valorativa, especialmente ao fazer referência aos jovens hegelianos e do uso que faziam da **crítica como negação**. Neste caso, é através da teoria consubstanciada em prática que a intervenção da razão na realidade transforma-se numa reflexão negativa ou transformadora.

Em um sentido, aponta Rüdiger Bubner (1982) a ciência de Marx contém um claro componente kantiano, na medida em que ‘as leis naturais da produção capitalista’ são reveladas de forma crítica [...] Simultaneamente, porém, esse conceito de *Kritik* contém também a intenção de transformar a realidade pelo pensamento, na medida em que a revelação dos fatores reais do nexos social põe um fim no falso bloqueio do processo histórico pelas teorias ideológicas.
(Apud SILVA, 1998:124)

Este seria, afinal, um dos objetivos da teoria social marxista: denunciar que o ideal positivista e liberal da abundância através do desenvolvimento científico e tecnológico havia se transformado em fonte de dominação econômica e social. Ao fazer denúncia dessa situação, ao reivindicar sua negação como condição necessária da emancipação humana, é que o sentido crítico incorporou-se ao léxico dos que defendem as idéias originais de Karl Marx.

Para compreender como se comporta a dinâmica que se estabelece entre a realidade concreta e as percepções que desenvolvemos dessa mesma realidade, temos que observar, primeiramente, como o mundo à nossa volta nos afeta. Trata-se, do ponto de vista sociológico, de um mundo materialmente abstrato, um universo relacional em que ocupamos alguns espaços e não ocupamos outros, passamos por algumas experiências, mas não por outras. A principal característica desse fenômeno é, assim, o fato de existir uma configuração específica sob a qual a consciência humana percebe e lida com a realidade à sua volta, mas cuja existência não é evidente e ultrapassa os agentes individuais. O comportamento social humano, isto é, as formas socialmente determinadas de pensar, agir e sentir é, assim, guiado por mecanismos relacionais que lhe são, a princípio, inconscientes, ignorados e imateriais. A estrutura de uma sociedade seria dada, então, não apenas por suas fábricas, ruas e igrejas, mas, pelo conjunto de relações que envolvem indivíduos e coletividades e estes entre si, definindo a posição ou status de cada um. Às posições ou status corresponderiam direitos e deveres, interdições e privilégios, que variam de uma total igualdade a uma desigualdade absoluta na partição (distribuição) dos bens produzidos (simbólicos, de poder e riqueza econômica) (BONOMI, 2001:93-111).

Ora, em virtude dessa estratificação resultar de um processo histórico, os autores que como Karl Marx investigaram o problema foram encontrar na esfera econômica o fator preponderante, ou que em cujos termos se definem a estrutura e a estratificação social de uma determinada formação. A produção social de bens econômicos, que no capitalismo é representado pelas esferas do capital e do trabalho, passou a ser, então, fundamental para encontrarmos o mecanismo que nos permite lidar sociologicamente com a desigualdade estruturada. Esta sim, fonte de toda angústia, inconformismo e indignação de grande parcela da população e objeto, por excelência, da crítica sociológica ¹⁴.

Em face da distribuição desigual de riquezas, suas causas e conseqüências, poucos autores assumiram uma postura crítica tão radical quanto Karl Marx. Sua crítica da economia política não buscava apenas uma explicação para a realidade de seu tempo, mas, em fazendo isso, fornecer as bases para transformar essa mesma realidade. A partir da categoria mais simples da sociedade industrial – a mercadoria – Karl Marx procurou desvendar os mecanismos e fundamentos da sociedade capitalista, mostrando suas contradições e seqüelas sociais as mais funestas, principalmente, as formas desenvolvidas para a exploração do trabalho humano pelo capital. Por outro lado, sua crítica também alcançava os pensadores que viam com naturalidade o trabalho, o lucro e a riqueza concentrando-se nas mãos de poucos, mas abstraindo da situação concreta seus processos históricos. Dessa forma, e especialmente em razão da radicalidade de suas propostas, que o pensamento marxista constituiu-se, a partir do

14 Para um resumo do uso e importância da categoria “trabalho” para as pesquisas sociais consultar o livro de Claus Offe, Capitalismo Desorganizado, especialmente o Capítulo 5, “Trabalho: a categoria sociológica chave?”

final do século XIX e durante todo o século XX, em fonte fecunda de reflexões para economistas, sociólogos, educadores, políticos, cientistas e intelectuais em geral (GORENDER, 1985).

O método que Karl Marx se utilizava, ao contrário dos seus antecessores, permitia compreender com grande clareza e profundidade as transformações, contradições e paradoxos da sociedade ocidental capitalista. De tão importante que foi a contribuição de Karl Marx para o pensamento social que vários autores têm associado a crítica marxista à crítica em geral. Com efeito, a definição de “crítica” com a qual estamos trabalhando neste momento tem como ponto de partida aquela usada pelos autores vinculados à Escola de Frankfurt, especialmente Max Horkheimer e Theodor Adorno. No artigo intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, publicado pela primeira vez em 1937, Horkheimer, ao diferenciar os pressupostos que guiam ambas as formas que assumem o trabalho científico, estabelece uma matriz em que podemos colocar “críticos” e “conservadores”. Uma distinção, aliás, que parece balizar boa parte das tentativas posteriores de classificar pesquisadores, obras ou escolas de pensamento ¹⁵.

Teoria, para Horkheimer (1983:128 et seq.), refere-se ao saber acumulado que quando reduzido a proposições válidas permite caracterizar e apreender intelectualmente fatos concretos ou uma ordem de fatos. Não é, portanto, em razão do pesquisador lidar com dados objetivos ou abstratos, com ciência pura ou aplicada, teoria ou prática que o deixará mais próximo de uma forma ou outra de teoria, mas, sim, dos pressupostos, dos princípios básicos que orientam a relação da experiência com os conceitos que a definem. O modo como um pensador crítico se ocupa e trata dos

¹⁵ Ver, por exemplo, o capítulo introdutório escrito por Tom Bottomore, “Conservadorismo e radicalismo na Sociologia”, in.: BOTTOMORE, T. B. A sociologia como crítica social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

objetos e fenômenos que investiga opõe-se diretamente ao modo como o pensador tradicional trata estes mesmos fenômenos e objetos. Substancialmente, a crítica não se aplica apenas ao que é conhecido ou pretende-se conhecer, mas, igualmente, à razão que conhece.

Segundo ainda Horkheimer, o racionalismo científico posto em marcha a partir do Iluminismo traz em si incorporado uma concepção da natureza enquanto objeto da manipulação e controle humanos e, por conseguinte, extensiva ou semelhante ao que é possível fazer em relação ao próprio homem. A teoria tradicional, isto é, o pensamento analítico, binário, que privilegia a identidade em detrimento da contradição, ordena e decompõe a natureza que, em suas propriedades essenciais, converte-se em uma espécie de objeto abstrato, pois despojado de suas qualidades, fruto, portanto, de um pensamento essencialmente manipulador. Neste processo, a natureza assim desencantada, desenfeitada e desmistificada é tomada como sendo o objeto que naturalmente se separa do sujeito abstrato, lógico, que a conhece. Deixa de existir nessa visão “tradicional” o elo que necessariamente une razão teórica e razão prática, sensibilidade e entendimento, progresso tecnológico com progresso humano.

A teoria crítica, por sua vez, procura recuperar o componente humano, histórico, real e concreto que deve ser objeto das preocupações do cientista. Trata-se de desenvolver uma nova forma de razão e racionalidade que não mais separe sujeito e objeto, homem e natureza, corpo e alma. Ou seja, que procure resgatar os valores de liberdade, autonomia e, principalmente, emancipação, apregoados pelo Iluminismo.

Em verdade, havia uma clara intenção de esclarecer no projeto iluminista. As luzes da razão deveriam tirar o homem das trevas do obscurantismo em que fora

colocado por séculos de ignorância e barbárie. No entanto, o que se viu foi outra coisa. O potencial de liberdade e emancipação foi substituído por um governo cada vez mais sufocante, de uma sociedade dominada por valores de eficiência e controle, com respaldo no uso de técnicas e de tecnologias mais e mais sofisticada. A razão que liberta tornava-se a mesma razão que aprisiona. Seria preciso retomar o ideal de liberdade original e tirar o homem das garras da opressão que se configura, agora, sob outra forma.

A teoria crítica quer, assim, segundo Horkheimer (1983), explorar o que existe de real na vida social e que impede que vejamos os pressupostos e máscaras sob os quais se escondem a dominação, a exploração e o mesmo obscurantismo anterior. Compreender plena e verdadeiramente os mecanismos que comandam o mundo; a realidade subjacente a ideais defensáveis e aparentemente inofensivos.

Negar a ordem que manipula e explora e, ao mesmo tempo, emancipar o homem de toda forma de dominação constitui-se, então, a essência do pensamento crítico. Na busca desse ideal, toma-se como campo de observação a realidade concreta, as forças sociais em ação, o histórico presente. A crítica à sociedade capitalista e burguesa constitui, por isso mesmo, o eixo das preocupações de Karl Marx e, por extensão, do pensamento marxista. São as “contradições sistêmicas do modo de produção capitalista”, vistas não num sentido determinista, mas dependente “teoricamente de um sujeito que lhe dá vida” que faz com que a teoria se consubstancie em ação (NOBRE, 1998:105 e 106). Deste modo, não foi só por suas formulações teóricas, mas também por sua atividade ou ação crítica, que temos em Karl Marx o protótipo, o ponto de partida de toda reflexão que admite o rótulo de crítica. Onde a

idéia de que “produz Teoria Crítica todo aquele que desenvolve seu trabalho teórico a partir da obra de Marx” (NOBRE, 2004:22).

Ora, para a investigação sociológica, e no sentido que buscamos desenvolver, a noção de “teoria crítica” vinculando-se inequivocamente à obra de Karl Marx sugere apenas uma das possibilidades da crítica. Veja-se que mesmo quando o referencial analítico utilizado supõe categorias e conceitos derivados da obra de Karl Marx algum tipo de postura ou julgamento valorativo anterior faz-se necessário. Isto nos parece suficiente para indicar a existência de uma dupla condição inerente ao conceito de crítica: de um lado estão as condições objetivas do que queremos criticar; de outro, o enfoque ou a perspectiva que nos move. Avancemos neste ponto.

Ao desenvolver o conceito de “marxismo como crítica”, a partir da obra de André Gorz, Josué Pereira da Silva (2002) trabalhou neste autor a condição metodológica necessária à análise crítica das práticas sociais. Como item e pressuposto fundamental de investigação, o método marxista considera os objetos, fatos ou fenômenos que quer compreender a partir da **totalidade** de relações às quais se inserem. Isto é o que nos permitiria explicar adequadamente a ação política, os sistemas sociais e as atitudes e comportamentos dos indivíduos, referidos coletivamente, no bojo de processos historicamente verificáveis. Assim, muito embora o marxismo não deva ser reduzido a um “mero método de explicação”, poucos não concordariam em que ele constitui-se numa ferramenta privilegiada a nos conduzir intelectualmente na orientação crítica da ação (SILVA, 2002:64).

Um segundo aspecto também importante, decorrente da investigação empreendida sob os auspícios do “método marxista”, indica que a condição de

processos historicamente verificáveis nos remete sempre à esfera do que existe ou pode vir a existir se as condições presentes forem mantidas. Se somos quem somos é porque um conjunto de eventos que não precisariam acontecer na ordem e da forma como aconteceram nos colocou aqui. Ao centrar a análise tanto na totalidade que reúne estes eventos formativos, quanto nas práticas reais dos indivíduos, o método marxista descarta, assim, qualquer princípio ou valor que não tenha correspondência com a realidade ou sua possibilidade concreta. De fato, quando nos dirigimos unicamente ao homem, supondo sua liberdade, autonomia e potência para mudar o estado das coisas em que se encontra, deixamos de lado a rede de relações que o envolve. Como consequência, “a verdadeira crítica deve ser voltada para as raízes do problema, que não podem ser encontradas nos indivíduos, mas sim no sistema social” (SILVA, 2002:64). Pois, se os homens agem, fazem-no sob condições históricas, políticas, sociais e econômicas determinadas, já dizia Karl Marx nas linhas iniciais de seu “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”.

Além das condições objetivas dadas pela história, um outro componente importante para compreender a dinâmica das sociedades é o ambiente conflituoso em que se desenvolvem. Karl Marx e Friedrich Engels, ao redigir o “Manifesto do Partido Comunista”, em fins de 1847 e princípio de 1848, já afirmavam que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX & ENGELS, 1990:75). Indicando, com essas palavras, que o elemento de conflito seria o motor de todas as revoluções e transformações das sociedades. Com efeito, se o conteúdo que fundamenta e dinamiza a sociedade capitalista moderna está na oposição de interesses entre capital e trabalho, é em razão dessa característica conflituosa,

historicamente antagônica, que devemos redimensionar o alcance e os objetivos da crítica. É desse modo que, tomando o conflito como fundamento das relações sociais e as perspectivas reais de sua alteração ou consolidação, qualquer grupo que se encontre adversamente alocado nas estruturas sociais – as que determinam a distribuição dos bens econômicos, políticos e simbólicos que a sociedade produz – deve, para sua emancipação, segundo André Gorz, lançar mão, não de uma crítica singular, mas de dois tipos diferentes de crítica, que ele define como crítica interna, uma, e crítica externa, outra (SILVA, 2002:65).

Numa situação de luta, em que André Gorz claramente se coloca em defesa daqueles que se acham desprivilegiados pelo tipo de estrutura social reinante, a função da **crítica interna** é revelar a coerência ou objetividade de nossas práticas. Neste sentido, a crítica interna tem como destinatário o...

... nosso próprio grupo [...] nossa própria ação. Sem deixar de contestar os fins adversos, ela contestará a maneira pela qual definimos e perseguimos nossos próprios objetivos, perguntando se todas as possibilidades oferecidas foram realmente agarradas, se não seria melhor proceder de forma diferente, etc. (GORZ, apud SILVA, 2002:65).

Para obter resultados, a ação deve desenvolver-se dentro dos limites impostos pelo historicamente realizado ou possível. São coisas que podem ser feitas, factíveis, portanto. Fica claro, então, que se os indivíduos não existem no vazio, “em abstrato”, não podem ser investigados livres dos laços sociais, familiares, econômicos e aos valores, crenças e experiências de que são portadores, ou seja, do sistema social.

Assim, muito embora o fundamento da crítica interna seja, em última instância, a conquista da liberdade dos indivíduos, ou dos grupos e classe em que se acham vinculados, ao nível concreto da história tal liberdade está restrita pelo que Gorz chama de “contingência, ou campo de possibilidades” (SILVA, 2002:67). Sob esta perspectiva, a crítica deve dirigir-se muito mais à origem do problema, ou seja, ao sistema social – a estrutura material que possibilita a existência do “campo de possibilidades” – e não apenas ao indivíduo que está meramente executando o papel que aceitou desempenhar (SILVA, 2002:66). Envolvido pelas condições objetivas da existência é quase impossível, e mesmo incoerente, qualquer prática que implique ao indivíduo renunciar, esquivar-se ou simplesmente ignorar a sociedade em que vive. O que não o impede de buscar transformá-la.

A **crítica externa**, por sua vez, é, nas palavras de André Gorz, “uma ‘superestrutura’ da negação prática da práxis adversa que nos nega; ela se aplica ao adversário, denuncia-o, acusa-o, e, assim fazendo, explicita, valoriza e moraliza as razões práticas pelas quais nós o combatemos” (GORZ, apud SILVA, 2002:65). Seu referencial está, por isso mesmo, na possibilidade de realização dos princípios e valores tidos como universais em nossa cultura – tais como, a liberdade, a autonomia e os direitos básicos da pessoa humana – que não estariam sendo respeitados no quadro atual.

Quando falamos de uma sociedade igualitária, formada por homens livres que têm à sua disposição os meios adequados e suficientes para gerir sua própria vida, a existência de grupos que avoquem para si direitos, privilégios e concessões negadas aos demais é um contra-senso e deve ser denunciado. Se os desvios estruturais

deixam de ser corrigidos, não é, muitas vezes, porque não se pode fazê-lo, mas, sobretudo, porque existem pessoas que não desejam qualquer modificação em seus privilégios. Ou, ainda, porque certos sentimentos reinantes impedem que os benefícios alcançados com o desenvolvimento social sejam distribuídos entre todos, judiciosamente e igualmente.

Não se trata de buscar substituir um grupo por outro, mas de conseguir com a crítica radical do sistema material não só antecipar as tendências objetivas do desenvolvimento histórico, mas dizer se este desenvolvimento é desejável ou não – questão normativa que escapa aos limites da análise científica posta em marcha por uma crítica exclusivamente internalista (SILVA, 2002:67). Que conseqüências trarão? É a pergunta, enfim, que faz aquele que desenvolve uma crítica externa da sociedade ou de qualquer outro aspecto do sistema de relações sociais.

Temos, assim, a partir da filosofia marxista trabalhada por André Gorz, um método de análise e investigação que, para produzir o máximo de efeito, deve abarcar, ao mesmo tempo, ambos os aspectos do conceito de crítica. À crítica interna, realista, pois “baseada nas possibilidades efetivas”, deve-se somar a crítica externa, finalista, “baseada em objetivos ou necessidades cuja possibilidade de realização não se encontra em um futuro imediato” (SILVA, 2002:67). Enquanto a primeira, a **crítica interna**, opera com as condições reais das práticas constituídas, a segunda, a **crítica externa**, fornece as razões, o “suporte ideológico”, para modificar ou criar “um futuro além das possibilidades oferecidas pelo sistema existente” (SILVA, 2002:68).

Certamente que um tipo de abordagem como esta só é possível porque decorre de uma postura, uma atitude negativa perante os efeitos perversos que produz

o mundo capitalista moderno. Mudar os homens, apenas, não basta quando é o exercício do poder, da força ou de uma condição privilegiada restrita a certos indivíduos, grupos ou classe que nega a condição humana aos demais. Aqui, não são apenas os homens no poder que devem ser o alvo das críticas, mas, também, as estruturas sociais que criaram e perpetuam este tipo de situação. No mais, a crítica terá de ser negativa, pois que “é apenas através da negação que a superação pode se tornar possível” (SILVA, 2002:65). Melhor ainda, duplamente negativa, já que se trata de “uma dupla negação – negação da negação – na medida em que ela é a negação de uma situação que, por seu turno, é uma negação da condição humana” (SILVA, 2002:65).

Boaventura de Souza Santos é um outro autor que segue, em termos gerais, o raciocínio que tem imperado até aqui em nossa argumentação. Especialmente quando nos lembra que “a luta por objetivos emancipatórios é intrínseca à teoria crítica”, porquanto ela vai buscar sua razão de ser num ponto de interesse exclusivamente humano, e que diz respeito ao desconforto, inconformismo e indignação que certas situações nos causam (SANTOS, 2002:25). É dessa forma, segundo o autor, que uma teoria crítica, independente da forma que desenvolveu no âmbito das pesquisas da Escola de Frankfurt, compreende “toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe”, mas que, ao contrário, investiga, define e avalia “a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado” (SANTOS, 2002:23).

Ora, parece claro a Boaventura de Souza Santos que, ao final do século XX, tanto quanto em seu início, as grandes promessas da modernidade, ou não foram cumpridas, ou transformaram-se em pesadelo. Não há igualdade, não há liberdade, não

há paz, não obstante todas as conquistas tecnológicas ou científicas que o mundo conheceu nos últimos cem anos. O capitalismo cresceu e expandiu-se de tal forma que na atualidade é quase impossível pensar em sua derrocada ou esgotamento. O socialismo e o comunismo, por sua vez, tiveram de render-se às imposições históricas do comércio e do progresso da ordem material sob o regime do livre comércio. A sociedade permanece em crise de identidade, de valores, sob conflitos étnicos, violência, terrorismo. A sociologia, igualmente, não consegue se encontrar. O positivismo, o materialismo, o estruturalismo, o funcionalismo e todas as variantes possíveis dessas correntes, nenhuma delas, ao que parece, foi capaz de fornecer meios adequados e unívocos de análise do social.

Enquanto isso, apesar de todos os nossos esforços, só aumenta a medida de nossa ignorância. Para começar, não podemos pensar que há um “conhecimento geral” em oposição a uma “ignorância geral”. “Todo o ato de conhecimento é uma trajetória de um ponto ‘A’ que designamos por ignorância para um ponto ‘B’ que designamos por conhecimento” (SANTOS, 2002:29). Quando o trajeto é conhecido deixa-se de operar o caos e passa a vigorar a ordem. As mitologias que descrevem a criação do mundo como o momento em que a “luz” surge em meio às “trevas” primordiais, já de há muito confirmavam esta representação. O que, talvez, ainda não tenhamos percebido é, no fundo, realmente intrigante: o que antes era emancipação, libertação, esclarecimento em função do caos; passa a ser regulação, equilíbrio, norma ou condição num ambiente de ordem. Configura-se, deste modo, uma estrutura talvez rígida de conceitos, avaliações, percepções que altera nossa visão de mundo, nosso modo de vida e a

conquista da liberdade e autonomia que talvez desejássemos. Exigindo, por sua vez, uma nova crítica.

É com este sentido que a situação descrita por Boaventura de Souza Santos parece nos indicar a necessidade contínua de superação, tanto das condições objetivas da existência, quanto do conhecimento que compreende e interpreta estas condições. Se somos guiados por interesses emancipatórios, como claramente está implícito na proposta da “Teoria Crítica”, esta emancipação acha-se, ainda, muito longe de ser alcançada. Tanto que uma infinidade de “escolas” e do “pensamento” sociológico tem surgido com idéias, propostas e conceitos que num momento posterior já se tornam inoperantes e ultrapassados. Para ilustrar bem esta situação diríamos que quanto mais aumentamos o foco e a intensidade com que iluminamos os problemas, mais eles parecem se modificar, exigindo novas metodologias, teorias e conceitos que busquem solucioná-los. Isto parece ser constante no processo crítico posto em marcha pela sociologia.

Diante do que foi exposto, podemos observar que os autores aqui mencionados indicam, de fato, a existência de um duplo aspecto no conceito de crítica ainda que recorram a diferentes configurações para descrevê-lo. Isto é o que nos autoriza a afirmar que se uma das possibilidades da crítica é avaliar de forma racional os fundamentos das assertivas e formulações propostas pela ciência, uma outra possibilidade de sentido para a crítica parece ser o processo em que colocamos a realidade sempre imperfeita diante daqueles valores e ideais que consideramos os mais adequados, formulado-os sob os rigores do método e da prática científica.

Historicamente, os valores da liberdade, autonomia, igualdade e da emancipação humana.

Se a crítica não pode ser reduzida à aplicação de um determinado método ou conjunto de teorias sociológicas é porque demanda uma postura especial diante do objeto que se investiga. É enquanto **processo** unicamente que temos que pensar numa teoria social que lide de forma adequada com a realidade e, ao mesmo tempo, forneça as bases para a ação transformadora e emancipatória que requer o inconformismo e indignação do homem frente às contradições de seu tempo. Mas, o que fazer quando a teoria que nos liberta é a mesma que nos prende? Recomeçar tudo de novo, talvez. Mas, não foi isso que fizeram todos os cientistas sociais a seu tempo, inclusive Florestan Fernandes? O resultado de suas pesquisas não demonstra, claramente, o objetivo que o conduzia de esclarecer algum ponto obscuro de nossas práticas, compreender outros e desmistificar certos comportamentos e “verdades”? E isto de modo contínuo?

Conseqüentemente, **agir criticamente** em relação às instituições e forças atuantes na sociedade, de um lado, e utilizar a Sociologia como **ferramenta para a crítica social**, de outro, podem ser dimensões da experiência intelectual que se fundem quando tratamos de Florestan Fernandes e da formação do campo da Sociologia no Brasil. Muito embora expressões tais como “sociólogo crítico”, “intelectual militante” e “formador de gerações” sejam capazes de indicar aspectos relevantes de sua trajetória acadêmica e atuação política, numa outra perspectiva, a **dimensão crítica da Sociologia** que praticava permanece ainda uma incógnita, na medida em que é, como queremos demonstrar, apenas superficialmente tratada pela bibliografia disponível.

De fato, se o conceito de crítica, no sentido em que estamos trabalhando, significa o exame detalhado e judicioso de fatos, processos e situações tendo em vista estabelecer a verdade, correção e a autenticidade de alguma coisa, podemos nos perguntar se no caso da sociologia praticada por Florestan Fernandes é legítimo que falemos de uma “Sociologia Crítica”. Ao que tudo indica não nos parece que os instrumentais teóricos e metodológicos de Karl Marx tenham presidido a maior parte de seus primeiros trabalhos. Pelo menos, não enquanto esteve atuante na academia. É muito mais forte a perspectiva funcionalista neste período. Os autores que rotulam de “críticos” somente aqueles que fazem uso das teorias, métodos e conceitos marxistas teriam aí uma série dificuldade em admitir Florestan Fernandes como um “sociólogo crítico”. Afinal, o funcionalismo que orientava seu trabalho e suas pesquisas sociológicas ligar-se-ia ao pensamento conservador, especialmente quando pressupõe a sociedade como um sistema em equilíbrio caracterizado por mecanismos de integração, adaptação e reprodução de valores essenciais básicos ¹⁶.

No entanto, admitindo-se que crítica não é só uma forma de análise, mas, também uma questão de atitude, torna-se razoável supor que as fases em que Florestan Fernandes foi mais “acadêmico” ou mais “militante” não correspondem, efetivamente, à ausência ou presença da perspectiva crítica, mas apenas que em tais fases ela, a crítica, desenvolveu-se de forma diferenciada. Em suas obras trata-se, na verdade, de posicionar-se criticamente diante do social e não, como é o caso dos pensadores que seguiram a tradição especialmente a refundada pela escola de Frankfurt, da elaboração de um método de análise específico do social baseado nas

16 Ver a análise dessa perspectiva em BOTTOMORE, T. B. A sociologia como crítica social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, especialmente o Capítulo 1, “O homem conservador”, pp. 19 -30.

proposições marxistas. Falamos, portanto, não de sociologia crítica, mas, antes, de sociologia como crítica.

2. Das condições do reconhecimento social

Dissemos que “Sociologia Crítica” e “Sociologia como crítica” não devem ser aqui tomadas como equivalentes, pois enquanto a primeira concepção descreve, para alguns autores, um tipo particular de prática sociológica, centrada numa perspectiva teórica e metodológica derivada do pensamento marxista, a segunda nos remete a processos de análise social em que a postura crítica está presente de forma inequívoca. No caso de Florestan Fernandes, a confusão entre as duas formas de se conceber a Sociologia – “crítica” ou “como crítica” – resulta, na verdade, do modo como é feita a leitura de suas obras. Onde disposições antecipadas de seus leitores informam, formam e deformam certos aspectos e características da obra ou autor, numa forma sociológica que aqui chamaremos simplesmente de reconhecimento.

Entendemos por reconhecimento social o processo em que indivíduos e grupos se envolvem na construção e assimilação de suas próprias identidades. Observe-se que de acordo com Axel Honneth (2003:155), “a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais”. De fato, embora objetiva em seus efeitos, a sociedade nada mais é em sua essência que o resultado de relações sociais humanas solidificadas ao longo do tempo. Relações

estas que não têm existência material, física, portanto, mas, ao contrário, referem-se a impressões percebidas como tais pelos agentes ou observadores, e orientadoras da atividade humana.

É evidente que quem produz conhecimento, arte, filosofia ou literatura não produz para si, mas para os outros. Nenhum artista é capaz de *per se* produzir uma “obra prima”. Nenhum autor pode se tornar importante ou consagrado por sua livre disposição. Ainda que sua obra possa ser, em algum sentido, digna de mérito, quem outorga este mérito não é ele próprio. O talento, o “gênio”, a qualidade individual extraordinária dependem essencialmente do **reconhecimento** social, ou seja, da maneira harmoniosa ou às vezes conflituosa com a qual se conjugam os interesses e objetivos de um grupo determinado, e os aspectos relevantes que uma obra ou conjunto de obras considera ou expressa em determinado momento. Sem a concordância e empenho do público, não há consagração do artista, autor ou intérprete. O reconhecimento social, por sua vez, não se limita à quantidade de obras produzidas pelo artista ou autor – muito embora a proficiência seja importante, ela não é determinante –, mas considera até que ponto a contribuição do autor ou artista é valiosa no sentido de propiciar um melhor aproveitamento das qualidades morais, intelectuais, espirituais e assemelhadas da coletividade ¹⁷.

Muitas vezes, este “reconhecimento” da comunidade é tardio, ou muda de significado. Pintores como Van Gogh. Músicos célebres tal qual Mozart. Poetas com a

¹⁷ A noção sociológica de reconhecimento envolve ter de lidar sempre com a perspectiva do outro generalizado quando falamos do social. A inserção do sujeito em qualquer grupo social ocorre à medida que se desenvolve um reconhecimento mútuo entre o indivíduo e o “outro” ou “outros” desse grupo. É com este sentido que, para Axel Honneth (2003:156), “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades”.

capacidade de expressão de Fernando Pessoa. Filósofos como Nietzsche ou autores polêmicos como Karl Marx e Sigmund Freud. Todos estes não tiveram em vida reconhecidos o talento e a qualidade de suas produções da mesma forma e na mesma intensidade com que foram finalmente consagrados, reverenciados e até tomados como “luzes” para as gerações que os seguiram.

Da mesma forma, entre os cientistas e pesquisadores sociais, quando pensamos em autores tais como, por exemplo, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Georg Simmel, Talcott Parsons ou Robert Merton ocorre algo semelhante. De imediato vêm-nos à mente conceitos, referenciais, perspectivas, problematizações e soluções específicas que os caracterizaram de um modo todo particular, é claro, mas que nos colocaram diante da realidade social sob o domínio de um modo substantivo de interpretar o mundo. A importância destes autores está, justamente, no fato de que suas opiniões e construtos teóricos formaram o pano de fundo para as discussões posteriores. São referências obrigatórias, na medida em que temos que levá-los em conta em nossas argumentações, nem que seja para negar a validade de suas propostas e afirmações, como repetidamente tem ocorrido. Não houvesse em algum momento formas mais ou menos polêmicas de abordá-los, talvez estes autores, artistas e intelectuais não fossem conhecidos ou reconhecidos como tal pelos demais.

De fato, a idéia de que “o percebido não se dá nunca em si mesmo, mas em um contexto relacional” (BONOMI, 2001:9) encontra-se presente tanto nos trabalhos de Émile Durkheim ou Max Weber, quanto em obras de autores como Pierre Bourdieu ou Anthony Giddens, por exemplo. Como consequência imediata dessa particularidade, apreender intelectualmente a realidade social se, de um lado, pode parecer algo tão

simples e corriqueiro, que não se exige maiores habilidades para o reconhecimento e prática das regras mínimas de convivência às quais o sujeito deve fazer uso para viver em coletividade; de outro, suas leis e os modelos teóricos que a regem não são de fácil e de imediata apreensão. Especialmente quando para a compreensão da obra literária tentamos considerar as particularidades de seu autor, do público que a lê e o contexto em que é produzida.

Para melhor compreender esta característica do social, pode-se aqui traçar um paralelo com os fenômenos da linguagem: quando fala, o sujeito não precisa “proceder à tematização explícita das leis lingüísticas” (BONOMI, 2001:13 E 14). Há neste fenômeno um agir tanto quanto “inconsciente”, na medida em que as regras da linguagem do mesmo modo que as regras do relacionamento social acham-se profundamente internalizadas no sujeito, através dos muitos processos de socialização aos quais se expõe durante sua formação e disseminando-se de maneira difusa por toda coletividade. Logo, o processo cognitivo, e a aplicação do ‘conhecido’ às atividades cotidianas, demandam uma situação muito especial em que, como afirma Scoth Lash (LASH, 1997:188), “nem o conhecimento cotidiano nem aquele produzido pelas ciências humanas podem ser uma questão de relacionamento entre um sujeito do conhecimento e o mundo, como ocorre na epistemologia”. Como conhecer é um ato coletivo, “o conhecimento comunal é, em vez disso, conhecimento hermenêutico, e este último só é possível quando quem conhece está presente no mesmo mundo e ‘habita entre’ as coisas e os outros seres humanos cuja verdade ele busca”. Desse modo, quem busca conhecer, compreender ou interpretar o universo social tem de estar, ao mesmo tempo,

dentro e fora de seu objeto. Dentro, para entender sua linguagem; fora, para poder criticá-lo.

Por conseqüência, qualquer abstração feita a partir do mundo das relações e interações sociais – e a análise da obra literária deve considerar um mundo desse tipo – requer do pesquisador, primeiro, a definição antecipada do que está investigando, construindo mais que encontrando seu objeto de estudos a partir das características mais relevantes para seus interesses e objetivos intelectuais particulares; em segundo lugar, o mesmo pesquisador deverá respeitar os limites e alcance da investigação que se propõe realizar, pois que retira os elementos de que precisa e julga importante de um universo quase ilimitado de opções teóricas e metodológicas. Universo ao qual ele também toma parte e informa, tanto conceitual como ideologicamente, sua leitura.

Quando centramos nossa atenção especificamente sobre as sociedades modernas, por exemplo, vemos que a permanência de uma gama multivariada de interesses conflitantes e, portanto, das mais variadas opções de escolha, tem feito com que a instrumentalização dos agentes e das forças sociais que nelas atuam passe, necessariamente, pelo diagnóstico preciso e adequado da realidade. Sem esta precaução, qualquer tentativa de transformação ou manutenção da ordem social em vigor tenderia inexoravelmente ao fracasso. Ocorre que toda assertiva ou formulação teórica envolvendo o conjunto das relações sociais depende não apenas do adequado e competente exame dessas relações e dos elementos, indivíduos e instituições, envolvidos, mas, sobretudo, do tipo de aparato conceitual à disposição do observador.

Desde que, como vimos, as condições das relações sociais são as próprias relações, se ocorrem mudanças, não importando se casuais, pretendidas ou

provocadas, o universo social como um todo também muda. Ora, assim como o mundo social está sujeito a mudanças e transformações mais ou menos profundas, mais ou menos constantes, mais ou menos esperadas, diferentes modos de apreender a realidade têm resultado em conclusões opostas e até mesmo conflitantes sobre os mais contundentes aspectos da realidade social. Não só porque as relações entre suas partes podem ser vistas de diferentes modos como, também, elas próprias estão em contínuo jogo de forças. Assim sendo, a característica essencial das ciências da interpretação – sociologia, antropologia, política, história e demais ciências humanas e sociais – tem sido que as conclusões do trabalho de pesquisadores sociais não soem ser definitivas. Continuamente, acham-se sujeitas a sofrer interpretações, outras leituras, críticas e contestações as mais diversas conforme mudem também as bases sociais onde estão situados não só os seus leitores como, inclusive, eles mesmos ¹⁸.

Eis aí talvez a razão porque, quer seja no âmbito da Teoria Social, quer da História do Pensamento, a atividade de pesquisar e interpretar o mundo social só consegue alcançar seus objetivos de compromisso com a ciência e a verdade se conhecidos os mecanismos que permitem a adoção, ajustes, manutenção e o abandono, muitas vezes, das formas institucionalizadas de ver o mundo. Os métodos de pesquisa, as teorias e os modelos explicativos não bastam por si só para se afirmar a adequação ou não diante da atividade analítica. A univocidade teórica ou metodológica que prevalece em maior ou menor medida em outros campos do

18 O vínculo necessário que se estabelece entre o sujeito que conhece e o universo social em que se coloca ou é formado transparece como o fundamento principal da Sociologia do Conhecimento. Ver o que expõe Karl Mannheim no livro Ideologia e Utopia (Rio de Janeiro: Zahar, 1972), especialmente o Capítulo I, “Abordagem preliminar do problema”, pp. 29 a 79 e, também, Pierre Bourdieu quando trata do “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe” (Economia das Trocas Simbólicas, São Paulo: Perspectiva, 1983, pp. 183-202).

conhecimento continua sendo até o presente uma utopia impossível de se realizar, especialmente quando se trata das ciências sociais. E se tentarmos de algum modo afirmar a universalidade de um modelo teórico qualquer, cometeremos o mesmo erro daqueles que, no passado, até por ausência de recursos mais eficazes de observação da realidade social, buscavam construir sua ciência sobre o terreno arenoso da invariância na relação sujeito/explicação/objeto ¹⁹.

Se, para alguns casos, como os investigados no âmbito das Ciências Naturais, as condições de produção dos fenômenos, o modelo teórico que os definem e interpretam e os efeitos e as conseqüências que podem produzir, claramente mantêm relações estáveis e apreensíveis entre si, quando a referência é o mundo social esta relação não é assim tão evidente. A sociedade não parece ser o resultado ou implicação de alguma necessidade concreta ou metafísica. Também não podemos encontrar sua origem nem no acaso e muito menos na intervenção demiúrgica de alguma entidade sobrenatural. A sociedade – mesmo quando abstração teórica dos elementos constitutivos das muitas sociedades observáveis – é muito mais um longo processo de transformações, adaptações e ajustes feito de e por homens. E, como tal, seus caracteres são mutáveis, como são, também, os parâmetros de conduta e de ação de seus integrantes, sejam estes padrões perceptíveis de imediato ou não.

Por sua vez, se apenas nos damos conta de certas variações quando vistas num espaço de tempo muito longo ou, senão, de um ponto de observação mui distante, situações e fenômenos aparentemente imutáveis deixam, assim, de sê-lo – por

19 A própria existência nunca refutada de muitas formas de abordagem do objeto sociológico (empiricista, expressivista ou dialética, por exemplo) ou, ainda, a temporalidade de certas “escolas” de pensamento (funcionalista, estruturalista, positivista, idem) são suficientes para confirmar até aqui nossas afirmações e conclusões.

exemplo, o movimento das estrelas no firmamento, as conformações geológicas da terra ou as mais inusitadas mutações dos organismos biológicos. Como, então, confiaríamos que as sociedades permanecessem estáticas, imóveis para todo o sempre, à espera do cientista que decretasse leis capazes de predizer seu comportamento e os fenômenos que lhe ocorrerão no futuro? Como, então, não reconhecer que o conteúdo dos conceitos com os quais conhecemos o mundo pode variar? Como não admitir, por fim, que qualificamos diferentemente, e nos diversos momentos que o tomamos como objeto, um mesmo autor e uma mesma obra?

A vida não advém de condições estáticas, nem caminha para um futuro certo e determinado. Vida é processo: nascer, crescer, morrer, transformar. Se existe algo que é constante quando falamos da vida humana e das possibilidades de sua manifestação é sua mutabilidade. No entanto, o fatalismo da mutabilidade é um dos aspectos mais importantes que parece nos escapar quando pretendemos elaborar um quadro teórico que seja adequado para a análise social. Exigimos a perenidade dos paradigmas explicativos, ou dos arcabouços e esquemas teóricos deles derivados, como se a sociedade e tudo o que está contido no social fossem sempre os mesmos, nunca variassem, esquecendo-nos que na maioria de seus aspectos e características principais, ela, a sociedade, é um eterno vir-a-ser. E, mais problemático ainda, trata-se não apenas de variações numéricas ou quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas. O “ser”, objeto de investigação que existia no momento inicial da pesquisa, não é o mesmo “ser” que encontramos mais adiante no processo de observação, pois se não mudou o objeto, mudou o observador ou as condições da observação. Logo, parecemos uma grande contradição exigir que as fórmulas, métodos, teorias e esquemas

interpretativos do social continuem sendo sempre os mesmos, que não se alterem ao longo do tempo, pois que o objeto da investigação, o social, está sempre e em contínua mutação.

Mas isto só não basta. Apenas enfatizar a mutabilidade do objeto, fenômeno ou aparato teórico-metodológico em questão não é suficiente. Afirmar o conteúdo abstrato e relacional da atividade humana e dizer que um autor ou obra pode ser visto de diferentes maneiras ao longo do tempo, também não resolve o problema. Temos que ser aqui objetivos e considerar pelo menos duas condições essenciais para a análise da importância social de um autor ou obra, ou seja, a medida de seu reconhecimento.

De um lado, temos que evidenciar a qualidade de sua produção teórica e, de outro, os esforços despendidos para implantar, solidificar e manter certo sistema interpretativo – ao qual o autor se acha positiva ou negativamente vinculado – como reconhecidamente válido ou legítimo. Estas duas condições não são necessariamente excludentes, pois muito embora o fato de existir uma teoria amplamente aceita não é garantia de sua qualidade e eficácia, por outro lado, sem o aval da comunidade de praticantes nenhum modelo teórico pode subsistir ²⁰. A questão é antes entender que teóricos e teoria mantêm entre si um jogo de atração e repulsa que algumas vezes, ao invés de conferir legitimidade, empobrecem e até mesmo invalidam os resultados e conclusões de uma investigação.

O que nos intriga não é, portanto, o fato das formas de abordagem teórica mudarem com o tempo, mas de não percebermos que esta mutabilidade é a principal

20 É com este sentido que Pierre Bourdieu (1983:183 a 202) analisa o vínculo que se estabelece entre a produção artística e o universo social do artista e dos produtores. São determinações estruturais que se verificam entre os detentores do poder político, da autoridade intelectual e até do poder econômico.

característica dos objetos pesquisados pelas ciências sociais e até dela própria. Ainda que a trajetória dos mais importantes e reconhecidos autores que se ocuparam do universo social tenha sido como que marcada pela defesa de uma forma específica, senão única, de abordagem sociológica, o mesmo não podemos falar de um quadro teórico e metodológico das Ciências Sociais em geral. Especialmente, quando tentamos através das mais diversas formas de abordagem – individualista, sistêmica, funcionalista, estruturalista, interacionista, culturalista e outras – encontrar o solo definitivo em que colocar a ciência social e seus pesquisadores.

Mais adiante, no Capítulo II, veremos com mais detalhes que grande parte dos autores ali citados só concebe a produção intelectual de Florestan Fernandes externamente. Isto é, situada num contexto histórico particular, em que sua contribuição para a formação, desenvolvimento e consolidação das ciências sociais no Brasil é tida como fundamental, pois desperta o interesse da comunidade científica em geral, que a discute em artigos, livros, teses, comunicações etc. É especialmente essa bibliografia que aguça e municia o interesse de professores que a utilizam em suas aulas e cursos e de estudantes que o citam em suas teses, monografias e dissertações.

Nessa forma de abordagem – externalista – vemos que o conteúdo crítico da obra de Florestan Fernandes depende, principalmente, de uma leitura “datada” que fazem seus intérpretes. Vêm à sua volta um contexto político, econômico e social característico e uma conjuntura particular de desenvolvimento das Ciências Sociais. Destacam atores defendendo os mais variados interesses. Posições antagônicas que são publicamente assumidas por seus ocupantes e defensores. Um espaço que é de luta marca conservadores e progressistas, arcaicos e modernos, críticos e

conformados. Iluminados por este contexto, não há outra opção que não reconhecer Florestan Fernandes como um sociólogo combativo, desmistificador, crítico, enfim. Mas, será que o que melhor define Florestan Fernandes como um sociólogo crítico é o lado em que se coloca nas discussões ou os interesses que amiúde defende?

Creemos que para definir alguém como crítico a postura com a qual se defronta com os demais interlocutores sociais é essencial. Podemos, não obstante, pensar numa segunda possibilidade de leitura das obras de Florestan Fernandes, à qual chamaremos de interna ou imanente. Como veremos nos Capítulos III e IV deste, esta leitura consiste em examinar com mais atenção os construtos teórico-metodológicos que utilizou para abordar uma série de temas e questões. Assim, no diálogo intelectual com a sociedade e seus problemas, encontraríamos idéias, pressupostos, metodologias, técnicas e teorias que constituem efetivamente o instrumental do sociólogo, o conteúdo característico da Sociologia. Ao que nos parece, é este conteúdo que deve estar fundamentando uma designação crítica ou não. E ao qualitativo “crítico” somarmos a condição de “sociólogo”.

Mas quando, porém, examinamos o que foi escrito sobre Florestan Fernandes até agora, constata-se que o eixo das reflexões é antes o ativista político, o militante de esquerda, e não o escritor de obras cujo teor crítico a comunidade sociológica ainda não soube precisar. A tarefa de uma leitura imanente estaria, então, por ser feita. Mas, como fazê-la?

Quando admitimos investigar questões de teoria social a partir dos textos de Florestan Fernandes, a autonomia da produção literária parecia-nos, logo de início, algo

implícito. Bastava analisar sua coerência e relações internas; a estrutura argumentativa utilizada e a pertinência dos referenciais exibidos. No decorrer da pesquisa, no entanto, isto não se mostrou suficiente. Assim como acontece com a produção literária em geral, também a literatura sociológica depende igualmente do diálogo constante com o universo institucional, conjuntural e contextual das relações sociais. É só notar como a preferência por certos tipos de enfoque e abordagens de um mesmo fenômeno, na maior parte das vezes, acha-se visivelmente vinculada a considerações epistemológicas que só existem numa configuração histórico-social determinada.

Este fenômeno já é de há muito observado. Tomemos como exemplo o procedimento metodológico adotado por alguns dos pesquisadores que buscaram organizar uma “história” da literatura nacional. No Brasil, desde 1863, quando o austríaco Fernando Wolf publicou sua “Histoire de la Littérature Brésilienne”, objetivando sistematizar toda nossa atividade literária até aquela data. Passando por Sílvio Romero, que com sua “História da Literatura Brasileira” procurou ampliá-la e José Veríssimo, que publicou sua “História da Literatura Brasileira” em 1915, demonstrar-se-ia incontestemente o caráter necessariamente social da obra literária. Especialmente no que concerne às condições de reconhecimento social que se aplicam aos autores e livros, é o potencial de penetração entre os leitores que nos dará a exata noção da importância de uma obra literária.

De fato, os autores acima mencionados têm em comum o fato de definirem a história literária brasileira dentro de uma perspectiva que elege o caráter de significância e de prestígio social alcançado como fundamentais para separar obras de livros. Adotando-se essa perspectiva, um único livro pode se constituir numa obra

essencial para se conhecer e tratar de um assunto ou fundar uma “escola literária”, enquanto centenas de livros, ao contrário, poderiam não alcançar este objetivo. Uma literatura compor-se-ia, assim, de livros que possuem valor efetivo: que são lidos, comentados, tomados como referência, citados. Escritores – e não simplesmente autores – produziram obras permanentes, mantendo seu significado e importância muito além de seu tempo. O segredo da perenidade? É que conseguiram transpor para a linguagem escrita idéias, soluções, pontos de vista e diálogos ressonantes com o público para o qual foram escritas ²¹.

Se considerarmos que as obras de Florestan Fernandes foram editadas em pequenas tiragens, sendo que as mais conhecidas não ultrapassaram ainda a barreira da 5ª edição – casos de “Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica”, “A Revolução Burguesa no Brasil” ²² e “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” – veremos que o critério que demonstra o valor efetivo de suas obras não poderia envolver um referencial quantitativo, mas qualitativo. O universo restrito de leitores não se constitui em impedimento para dimensionar o impacto de um autor ou obra quando falamos de um conhecimento especializado. Como as obras de Florestan Fernandes não visavam preferencialmente o público em geral, mas aquele que gravita em torno da academia, é este público que vai “decretar” a importância, ou não, de sua obra. Por isso, a condição de seu reconhecimento como um autor fundamental para a Sociologia no Brasil, seu “enquadramento” como sociólogo crítico, deve fazer referência tanto ao

21 Ver especialmente os comentários que José Veríssimo faz na “Introdução” de seu livro “História da Literatura Brasileira” (VERÍSSIMO, 2001).

22 Maria Arminda do Nascimento Arruda foi a responsável pela organização da 5ª edição de “A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica”, pela Editora Globo em 2006.

contexto institucional em que suas obras foram produzidas, como aos aspectos conjunturais e contextuais que lhe determinavam a escolha e seleção de temas.

Considerando-se, ainda, que o que mais fundamentalmente caracteriza a noção de crítica é o atributo sociológico da totalidade, ou seja, da percepção dos fenômenos em suas relações e dependências diretas e indiretas com o universo de outros fenômenos que o rodeiam. Então, a produção intelectual de qualquer autor, mesmo quando analisada em seu aspecto interno, só pode ser avaliada em sua real coerência e significado na medida em que se compreendam as referências explícitas ou implícitas que faz tanto ao universo social de seu público, quanto às condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc. em que se situa o mundo da produção literária. Não se trata, certamente, de analisar as determinações e conseqüências externas da obra, mas de levar em consideração o externo quando olhamos para o interno e vice-versa.

No caso, mesmo admitindo que a produção de Florestan Fernandes se destina a um corpo limitado de especialistas, são os parâmetros ditados por este público leitor, de um lado, e as condições e possibilidades de um mercado editorial, de outro, que permitem avaliar a importância e o **reconhecimento** social do autor estudado. Sob qualquer ângulo em que se observe este fenômeno, vê-se que a existência da obra, do autor, de uma forma ou estilo de pensamento qualquer, depende, inexoravelmente, do coletivo. Detenhamo-nos um pouco mais nessa idéia.

Tomam parte do coletivo que queremos descrever, em primeiro lugar, as condições da produção e interpretação dos atos sociais. Claro que o universo das relações sociais é bem mais amplo e complexo do que se poderia imaginar de antemão,

envolvendo para sua compreensão científica não só o domínio de especialidades acadêmicas tais como a História, a Filosofia, a Lingüística e a Economia como, também, certos aspectos da Física, da Religião, da Psicologia, da Biologia e da Matemática. Mas, se a ação humana é, em termos gerais, o resultado da intervenção que faz um complexo bio-psicológico autônomo, pois dotado de consciência, memória, inteligência e vontade, num ambiente que inclui condições físicas, químicas, culturais, emocionais, afetivas etc., além de outros indivíduos; para envolver o “outro”, esta intervenção precisa, necessariamente, qualificar interlocutores, manusear técnicas de comunicação e dispor do recurso às mensagens. Assim, as principais noções, teorias, técnicas e métodos próprios da ciência sociológica devem estar disponíveis aos agentes e observadores que se põem em contato quando o tema se refere ao social.

Como o social é uma categoria muito ampla e abrangente, subentende-se, bem por isso, que em seu ofício, quer seja na pesquisa, quer seja na docência, o sociólogo seja capaz de lidar ou demonstre familiaridade com um vasto espectro de saberes e conhecimentos ditos gerais, pois que estariam complementando o domínio específico de sua disciplina. Isto porque tanto na ação cotidiana, quanto na prática acadêmica, é necessário, sempre, que o agente detenha os códigos adequados e necessários à interpretação do mundo em que está localizado ou que observa ²³. De fato, aquilo que chamamos de “cultura geral”, ou seja, o domínio de outros idiomas e de uma bem desenvolvida capacidade de expressão escrita ou oral, o gosto pelas artes e literatura, a familiaridade com os mais significativos fatos e situações históricas,

23 Pierre Bourdieu (2003:198) afirma que “tal sucede porque a característica específica dos bens simbólicos consiste do fato de que o consumo de tais bens encontra-se restrito aos detentores do código necessário para decifrá-los, a saber, os que detêm as categorias de percepção e de apreciação adquiridas pelo convívio com as obras produzidas segundo tais categorias...”.

conhecimentos da política, diferentes manifestações culturais etc. tem sido um requisito fundamental para o exercício da profissão de sociólogo.

Neste sentido, não é difícil imaginar as dificuldades que teria um postulante ao mundo intelectual da academia se, como Florestan Fernandes, tivesse sua origem no interior de uma situação social em que as mais precárias condições de formação escolar básica, e até de sobrevivência econômica, interferisse e até constrangesse de algum modo a capacidade de vivenciar e acumular conhecimentos. E a história de vida de Florestan Fernandes é bem singular neste sentido. Considerando-se as condições atípicas que caracterizaram sua infância de garoto pobre e os objetivos que foi conseguindo atingir ao longo de seus setenta e cinco anos de existência, um notável esforço de sua parte foi necessário para quebrar as barreiras iniciais de sua própria formação. Bem por isso, fica cada vez mais claro que não é de todo possível compreender inteiramente as atividades e preferências intelectuais de Florestan Fernandes se descoladas do contexto, como o dissemos, de uma biografia inusitada e das lutas e enfrentamentos, tanto no interior da Universidade de São Paulo, quanto sob o fogo de duas ditaduras. Contudo, é a partir deste quadro político, principalmente, que toda uma literatura tenta ler os textos de Florestan Fernandes indicando qualificações, justificativas, adequações que talvez não tivessem este conteúdo quando de sua elaboração.

Não devemos, enfim, nos esquecer que a Sociologia responde a questões prementes, que são dadas pelo contexto imediato, mesmo quando seu objeto de pesquisa aparece como uma sociedade longínqua no tempo e no espaço, ou lida com

questões só aparentemente abstratas. Desconsiderar este aspecto quando avaliamos o significado e repercussão de um autor é, no mínimo, imprevidência.

Em segundo lugar, toma parte neste coletivo, agora de modo mais restrito e imediato, as condicionantes sociais, políticas, culturais e econômicas da própria produção literária. Neste sentido, Antônio Cândido (MELLO E SOUZA, 2000:127 e 128) observa que a literatura transcende as capacidades e anseios individuais à medida que é, essencialmente, um fenômeno social. Enquanto forma de manifestação e expressão grupal, a criação intelectual só se realiza mediante a interação entre autor, obra e público leitor; e somente quando condições históricas surgem favoráveis à sua emergência. Não podemos falar de literatura, afirma Antônio Cândido (MELLO E SOUZA, 2000:127 e 128), sem que “homens pertencentes a um grupo (embora ideal)” adotem um estilo de pensamento que, mesmo inconscientemente, selecione temas, linguagens, formas de expressão semelhantes; “enquanto não houver um sistema de valores que enforme a sua produção e dê sentido à sua atividade”; sem que se encontrem “outros homens (um público) aptos a criar ressonância a uma e outra”; e, finalmente, sem que apresente certa continuidade temporal, condição essencial de sua integridade e representatividade.

Não obstante um intelectual, artista ou escritor, ser um indivíduo como qualquer outro, ele participa do mundo social sob um aspecto e configuração particulares. O fato de ser detentor de um saber que os demais membros da sociedade não possuem, coloca o técnico ou especialista numa posição de poder que, para seu exercício, é exigido e esperado formas de comportamento previamente definidas coletivamente. O que somos não depende unicamente de nós, mas daquilo que os

outros vêm ou esperam ver em nós. Desse modo, e no sentido psicológico, o indivíduo só se reconhece a partir de uma estrutura intersubjetiva em que internaliza e forja sua identidade pessoal; no sentido social, através dos papéis e funções sociais que incorpora. A constituição de si próprio é feita, de qualquer modo, a partir, ou em referência, à perspectiva dos outros, que assentem ou encorajam determinadas propriedades e capacidades no indivíduo que quer ocupar uma determinada posição social. O que produzimos como obra literária passa, naturalmente, pelo crivo deste olhar. Por isso, sua importância. Mas, cuidado! Isto não pode ser tomado como única condição de análise.

Certamente que as funções de representação e de reconhecimento social correspondem a práticas continuadas em que coletivamente idealizamos certos requisitos e formas de comportamento e os associamos a papéis e funções sociais correspondentes. O conceito, enquanto forma de representação de alguma realidade que observamos e queremos relatar, não é nunca esta mesma realidade. Sua função e identidade é a caracterização abstrata de certas particularidades que a realidade que está sendo conceituada contém e a distingue de outras. Se isto é válido para a análise dos conceitos sociológicos – especialmente o de “crítica” – é desse modo, também, que nosso comportamento individual se define em função das expectativas que os demais têm a nosso respeito ou, pelo menos, daquilo que representamos para o grupo.

Objetivamente, construímos nossa personalidade (como nos apresentamos aos outros) juntando fragmentos de nossas vidas e ordenando-os de modo coerente segundo um propósito finalista. Nossa “lenda pessoal” é assim uma reconstrução empírica. Reconstrução porque não é realmente nossa vida, já que seleciona somente

aspectos que julgamos essenciais às nossas convicções e experiências dentre um contexto muito amplo de possibilidades e de ações concretas. Empírica porque muito embora nossas personalidades sejam, no sentido aqui adotado, apenas construções mentais e, portanto, abstratas, têm fundamento e vai buscar os dados de que se nutre naquilo que realmente vivenciamos. Dessa prática, surge fantasticamente, então, um encadeamento tal que nos permite identificar certas atitudes, comportamentos e opções feitas no passado, como se já soubéssemos de sua importância e relevância para a produção de eventos vindouros. O tempo da memória não é, portanto, o passado, mas o futuro. O que nos guia e orienta neste relógio é, antes, a emoção que a razão. Aquilo que fomos, o que fizemos e as experiências pelas quais passamos só se tornam importantes no passado se ajudam a explicar ou nos situar numa situação atual; se é capaz de nos fornecer as ferramentas de que precisamos para lidar com nossas faltas, lacunas e ausências atuais; se nos situam de maneira gloriosa ou heróica diante das adversidades e incompreensões da realidade presente. Se nos fazem, enfim, com que nos sintamos amados, queridos e respeitados por aqueles com os quais nos importamos ²⁴.

É inegável que uma forma de pensar a vida, de experimentar o mundo e de conceber atitudes, comportamentos e ideais legítimos da sociedade está na base que legitimou a proeminência de Florestan Fernandes. Igualmente, é razoável pensar que suas atitudes e expectativas estiveram em consonância com as expectativas e atitudes dos grupos aos quais se achava vinculado. O interessante, no entanto, é que bem

24 Agradeço ao psicólogo José Paulo Ferrari por ter-me demonstrado como a memória constitui-se, fundamentalmente, a partir de nossas vivências e experiências emocionais. São significativas, e merecem ser guardadas, somente aquelas experiências de alguma forma prazerosa, agradável e que podem ser úteis (do ponto de vista emocional) no futuro.

poucos observaram até o momento, é que, no caso de Florestan Fernandes, seus leitores e intérpretes também participaram na construção de sua “lenda pessoal”. Sobre sua trajetória de vida paira muitas vezes inquestionável a concordância sobre uma diretriz, uma linha conduzindo e costurando os fatos, para firmar em todos os seus detalhes como que um “tipo ideal” weberiano. O sociólogo crítico emerge não da sociologia, mas da militância. Os escritos que não confirmam tal postura, quando não são simplesmente esquecidos, passam para estes leitores a ostentar em suas profundezas e entrelinhas uma leitura marxista do tema em questão, que qualquer outra análise não confirmaria. Talvez por confundir-se a personalidade privada com a imagem pública e, nesta condição, semelhante aos heróis e aos deuses sua história é a reconstrução, em parte, de uma identidade coletiva, de valores coletivos, de esperanças coletivas. Não podemos nos esquecer que a sociedade brasileira, a cada tempo, defrontava-se com questões inusitadas e que demandavam outro referencial teórico da Sociologia, bem como uma postura mais ousada de seus cientistas. E, de fato, esta nova leitura do mundo então nascente consolidou-se entre alguns de nossos mais expressivos intelectuais através do marxismo. Mas isto foi posterior ao período de formação acadêmica de Florestan Fernandes.

Na fase de maior expressão, quando ocupava a direção da Cadeira de Sociologia I, da Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes viu, de repente, seus assistentes surgirem com novas bandeiras – a “nova esquerda” e a “contracultura” – e a se renovarem, seja pela influência de Jean-Paul Sartre e Georg Lukacs, seja pela nova sociologia européia e norte-americana. Num misto de perplexidade e descrença, afirmaria mais tarde que...

... Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a *nova geração*. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim. Eles constituíram um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural – pois eu era ‘o professor’. Tampouco me ralei, já que tinha muito que fazer. Contudo, ficava delineada uma situação: os ‘novos’ vinham a todo vapor, tinindo como nós os mais velhos gostaríamos que eles fossem. Quanto a mim, ou eu me condenava a um precoce ocaso, ou teria de suplantar-me. (FERNANDES, 1977:191)

Nos anos que se seguiram, Florestan Fernandes (1977:192), seguindo aquilo que ele mesmo denominava como o “impulso que dava forma” à sua “reação psicológica e intelectual ao grupo”, decidiu por colocar-se “dentro da pista de corrida”, incorporando, definitivamente, os referenciais teóricos marxistas em suas análises. O que demarcaria, de certa forma, uma sua segunda fase de produção intelectual em oposição aos anos em que prevaleceu a influência dos parâmetros teóricos do funcionalismo.

Certamente que na hipótese de sustentarmos que a crítica só é possível sob a tutela da “teoria marxista”, deveríamos considerar que Florestan Fernandes não foi

um sociólogo crítico, pelo menos enquanto esteve vinculado à Universidade de São Paulo. Entretanto, se tomarmos a postura do pesquisador como o ponto que por excelência define o caráter crítico de sua obra uma outra conclusão nós teríamos. Assim, a questão para nós não seria buscar protoconceitos e inferências marxistas na obra precoce de Florestan Fernandes, mas perceber se há nestas alguma disposição crítica orientando sua análise. Isto seria, para todos os efeitos, o que caracterizaria uma Sociologia como crítica.

Capítulo II

Distinguir-se como crítico

Chamamos a atenção, no capítulo anterior, sobre a forma como alguns atributos são socialmente valorizados em detrimento de outros, também importantes, mas se vistos em situações ou contextos alternativos. Falávamos de um processo de escolha, que ao suportar a ação de diferentes fatores, espelharia valores, juízos, crenças e expectativas de um momento, de um grupo em particular e, muitas vezes, de toda a sociedade. Cremos, com isso, ter demonstrado o caráter reflexivo e histórico com os quais a Sociologia elabora seus conceitos, bem como os padrões pelos quais somos reconhecidos pelos nossos interlocutores e que dependem de critérios avaliativos estabelecidos, então, *a priori*.

Neste capítulo, trabalharemos com dados substanciais o bastante que nos permitam elucidar com a maior clareza possível quais fatores fizeram Florestan Fernandes distinguir-se como crítico, como sociólogo crítico.

Em nossa concepção esta distinção depende do diálogo, ou mais que isso, da interação de elementos precisos da sociedade – autor, obra e público –, cuja dimensão é possível alcançar mediante a análise, primeiro, da receptividade de Florestan Fernandes pela comunidade intelectual, a fim de verificar se operou, de fato, algum tipo de seleção ou filtro na leitura de seus escritos. Em seguida, a partir do conteúdo temático dos estudos que procedeu, no intuito de examinar quais e que tipos

de interesse poderiam vincular-se. Com a apresentação de tais dados esperamos indicar prováveis razões – se é que elas existem – pelas quais, muitas vezes, a atuação política de Florestan Fernandes parece orientar e mesmo conduzir aqueles que lêem seus textos. Cremos, ainda, que esta leitura equivocada só seria possível porque temos, de um lado, a atuação dos mecanismos sociais de reconhecimento que assinalamos, e, de outro, a inobservância de certos aspectos e características do conceito de crítica que, igualmente, tivemos oportunidade de examinar.

No estudo de sua obra buscaremos, portanto, e como primeiro passo da análise, focar alguns dos elementos utilizados para dimensionar o perfil teórico de Florestan Fernandes e como ele foi construído, inicialmente, por seus intérpretes (1); na seqüência, conforme o conjunto de temas com os quais trabalhou (2). Vejamos que informações essa forma de abordagem nos traz.

1. A recepção de Florestan Fernandes

Seguramente que o caráter social da produção literária surge-nos como fruto de uma lógica análoga ao “olhar-se no espelho”: a forma como se dá o reconhecimento de um autor ou obra literária indica-nos os mesmos quesitos essenciais, ou seja, valores, crenças e demais aspectos que a sociedade valoriza ou persegue em si mesma. É este princípio que nos diz que sempre haverá um acréscimo significativo aos dados disponíveis sobre a sociedade brasileira, e a constituição da Sociologia no Brasil, na medida em que soubermos como e de que modo esta sociedade e, mais especificamente, a comunidade de sociólogos recebeu ou ainda recebe obras como as

68

de Florestan Fernandes; quais elementos e aspectos costumam eleger em certos momentos como os mais significativos; e quais são, por força de motivos a serem oportunamente investigados, deixados de lado ou tornados irrelevantes. Neste contexto, devemos considerar, ainda, que não apenas a historicidade do texto original, mas, também, a historicidade de seus leitores, está entre os fatores que podem produzir uma análise equivocada das perspectivas e interesses do autor. Onde, se fundamentamos nossos conceitos e julgamentos apenas na reprodução do que estes leitores e intérpretes a seu tempo disseram, corremos consideráveis riscos de impropriedade e anacronismo.

A principal questão que agora trataremos envolve, portanto, avaliar criticamente como a receptividade da obra de Florestan Fernandes interfere na forma como seus leitores a concebem. Mais exatamente, e para debater a possibilidade de uma leitura também equivocada do conteúdo crítico de seus escritos, precisamos primeiro achar o tipo de recepção reservada a Florestan Fernandes por aqueles que dele se ocuparam. É importante considerar variáveis precisas, como as que indicam: a) qual o público leitor de Florestan Fernandes; b) para que fins lêem sua obra; c) que objetivos querem alcançar; e d) o que dizem seus mais conhecidos intérpretes. Estas variáveis nos indicariam com razoável aproximação se Florestan Fernandes é, enquanto sociólogo, um autor importante e se o critério de permanência e, portanto, de significância, pode ser constatado no que diz respeito à sua produção teórica exclusivamente.

Infelizmente, a diversidade e dispersão dos materiais de pesquisa ou pesquisáveis impedem qualquer afirmação categórica ou definitiva acerca dos

intérpretes de Florestan Fernandes, ou do contexto e das conclusões de suas análises, especialmente no que se refere a alguma possível generalização. Assim, em vez de formalizar uma situação, os dados que apresentaremos adiante fornecem tão somente uma direção, tendência de análise ou leitura que comumente se faz das obras do autor. Nosso objetivo é aqui, bem por isso, indicar especificidades, formas de abordagem ou comportamento daqueles que escreveram sobre Florestan Fernandes. Não se pretende um levantamento conclusivo. As afirmações que fazemos são válidas apenas se restritas ao quadro analítico em que é verificada, e dentro de um sistema limitado por coordenadas espaço-tempo. Na ponderação sobre nossas reflexões, estas condições da pesquisa não devem ser nunca ignoradas.

a) Qual o público leitor de Florestan Fernandes? ²⁵

Considerando-se que este nosso estudo versa sobre questões envolvendo a produção intelectual de Florestan Fernandes, o objeto material que a representa constitui-se dos textos que publicou. Em igual sentido, estamos sendo coerentes quando utilizamos o mesmo critério de representação para determinar o público leitor de Florestan Fernandes. Leitor não é, para os efeitos aqui pretendidos, apenas o que lê, mas o que produz – pesquisa, lê, escreve e publica – um texto. Logo, em se tratando de discurso intelectual, sua expressão concreta deve ser encontrada nesta produção, ou

25 Para efeito das afirmações e construções gráficas que faremos de ora em diante, salvo indicação específica, tomaremos sempre como referência o conteúdo do Anexo I: Bibliografia sobre Florestan Fernandes que se encontra ao final deste.

seja, nos textos veiculados sobre o autor o qual estamos investigando. É a partir dos comentários, questões, problemas e soluções que suscita no universo dos que examinam com alguma profundidade sua obra que podemos tentar erigir um padrão ou nível de representatividade do intelectual.

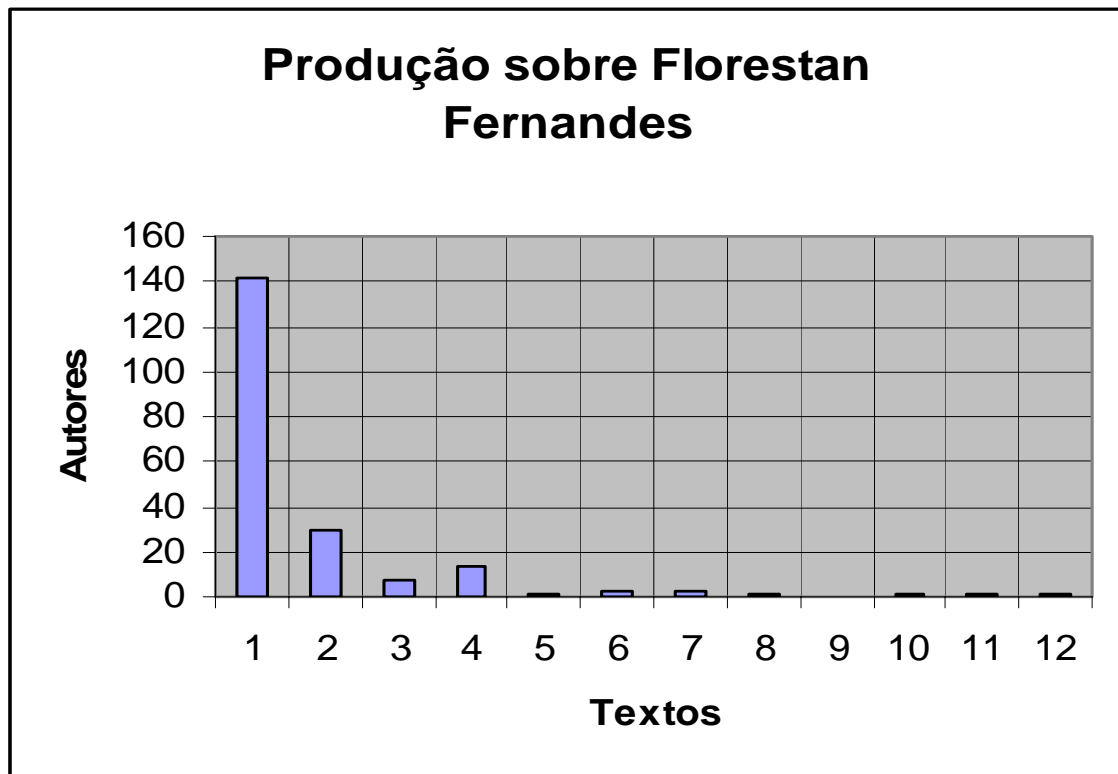
Para realizarmos o que aqui está sendo proposto é substancial começarmos pelo número de autores e textos publicados sobre Florestan Fernandes. Quando consultamos o Anexo I deste vemos que entre artigos em revistas especializadas, capítulos de livros, coletâneas de textos e de artigos, livros que o tem como tema, monografias de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, e comunicações em congresso contamos 351 trabalhos publicados no período compreendido entre os anos de 1969 e 2006. Mais importante ainda, tal produção é o resultado da preocupação e do trabalho intelectual de 201 autores diferentes, abrangendo, portanto, uma ampla faixa de leitores de Florestan Fernandes. São jornalistas, pesquisadores, professores e alunos, enfim, intelectuais para os quais Florestan Fernandes representa algo e lhes é, por isso, significativo.

Quando, porém, associamos as variáveis “número de autores” e “textos” produzidos, observamos uma distribuição que se revela interessante. Representados no Gráfico 01 vemos que um grupo de 142 autores publicou 01 texto cada; 29 autores publicaram 02 textos; 07 autores foram responsáveis por 03 textos; outros 13 autores publicaram 04 textos cada um; 01 autor foi o responsável pela produção de 05 textos; 03 autores de 06 textos cada qual; outros 02 autores publicaram 07 textos; e, por fim, 04 autores foram responsáveis por 8, 10, 11 e 12 textos respectivamente.

Gráfico 01

Produção sobre Florestan Fernandes

1969-2006



Fonte: Bibliografia sobre Florestan Fernandes (Anexo I)

A julgar pelo modo como os números estão dispostos no Gráfico 01, poderíamos afirmar com propriedade que sendo Florestan Fernandes conhecido de muitos, poucos, no entanto, seriam os “especialistas” em sua obra. De fato, se temos, de um lado, uma profusão de autores que se dispõe a publicar textos abordando algum aspecto de sua vida e obra; de outro, é relativamente pequeno o número daqueles que se destacam por ampliá-los. Surge aqui, porém, uma dúvida de ordem metodológica.

Se os números exibem tal comportamento, talvez fosse necessária uma comparação com o que se produziu sobre outros intelectuais, ou em relação a pesquisadores vinculados diretamente às disciplinas sociais, a fim de verificar se falamos de uma disposição estatística “normal” ou não.

Manuel Palácios da Cunha e Melo (1999) tentou algo parecido na área das Ciências Sociais quando examinou 244 dissertações de mestrado e 58 teses de doutorado, defendidas no período entre 1989 e 1993, em onze instituições de ensino e pesquisa, presentes em cinco Estados ²⁶. Verificou que dos 9555 autores citados nas 302 teses (dissertações e teses propriamente ditas) pesquisadas, 6801 o são uma única vez, enquanto que na outra ponta da escala 61 autores acham-se citados em 30 ou mais teses. Sem que seja necessário entrar no mérito ou emitir juízo de valor sobre os autores e suas obras, esta distribuição estatística permite a Manuel Palácios da Cunha e Melo apontar para “a existência de um conjunto, relativamente pequeno, de autores muito citados, sugerindo *obras de referência obrigatória* para um elenco variado de objetos de estudo” (MELO, 1999: 74 e 75, grifo nosso).

Do ponto de vista metodológico a pesquisa de Manuel Palácios da Cunha e Melo nos chama a atenção para um dado muito importante para o estudo de autores. Ela nos mostra que enquanto alguns leitores “vagueiam” por uma plêiade de referências intelectuais, outros se dedicam, por períodos muito variáveis de tempo, a estudar com

26 Segundo Manuel Palácios da Cunha e Melo nestes centros de ensino, pesquisa e formação de professores (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, IUPERJ) achavam-se concentrados 33 dos 52 programas de pós-graduação em ciências sociais, listados pela CAPES e em funcionamento no Brasil, no período analisado (MELO, 1999: 55 e 59).

mais profundidade um único autor, tema, a produção de um período ou região sócio-geográfica. É o caso de Florestan Fernandes. De acordo com o levantamento que fizemos, e conforme os critérios de seleção descritos no Anexo I deste, dentre os pesquisadores que mais produziram textos tendo Florestan Fernandes como objeto privilegiado de suas reflexões pode-se indicar como os mais representativos os seguintes autores: Gabriel Cohn (5 textos); Miriam Limoeiro Cardoso (6 textos); Bárbara Freitag (6 textos); Robinson dos Santos (6 textos); Débora Mazza (7 textos); Carlos Guilherme Mota (7 textos); Eliane Veras Soares (8 textos); José de Souza Martins (10 textos); Antônio Cândido de Melo e Souza (11 textos); e Maria Arminda do Nascimento Arruda (12 textos).

Do ponto de vista puramente estatístico temos, assim, um excelente recurso para utilizar em nossas análises e como justificativa para os recortes que fizemos. Estes 10 nomes (aproximadamente 5% do total de autores) são responsáveis pela publicação de 78 trabalhos (cerca de 23% do total de textos); enquanto que do outro lado da tabela vemos que são necessários 171 autores (85% do total) para a produção de 200 textos (quase 57% do que foi publicado). Assim considerados, talvez sejam estes os mais significativos intérpretes de Florestan Fernandes e os que produziram as “obras de referência” para seu estudo. Resta saber quais objetivos guiaram a confecção de seus textos.

b) Para que fins lêem a obra de Florestan Fernandes?

Para sabermos quais interesses orientaram a leitura das obras de Florestan Fernandes, devemos ter em conta que determinados dados, que são essenciais para a confecção do texto, acham-se diretamente relacionados aos objetivos da publicação.

Como já o dissemos no capítulo anterior, a interação entre público, autor e obra é, antes de tudo, um processo comunicativo que vai muito além do texto propriamente dito. Os códigos de representação simbólica, de interpretação, codificação e decodificação dos textos estão pressupostos e devem ser entendidos da mesma forma, e nas mesmas condições, por todos os elementos postos ao longo da cadeia de transmissão da mensagem literária. É algo que está sempre implícito na leitura, mas não se acha visível ou evidente no texto. O que o autor tem para dizer, além dos interesses propriamente cognitivos (de conhecimento) ou políticos (de estímulo à ação), por exemplo, costuma ser informado por uma leitura anterior ou vivência que serve a ambos – autor e leitor – de testemunho, quadro de referências ou fonte de legitimidade. Fica claro, então, que sem compreender adequadamente as influências que exerce esta estrutura ou suporte intelectual, seguramente que a simples leitura do texto não poderá efetivar-se completa. Onde aqueles que avançam em desvendar o quadro biográfico, histórico e sócio-cultural que alimenta a confecção de um texto diferenciam-se do leitor comum e podem, por isso, ser chamados, em diferentes níveis, de especialistas.

Se, diante do exposto, podemos considerar que qualquer documento para publicação pressupõe a existência de um objetivo daquele que escreve em relação a seus leitores; por sua vez, é natural que este mesmo objetivo, qualquer que seja ele,

comande de alguma forma as leituras, formatos, métodos e conteúdos a serem utilizados pelo autor na confecção de seu texto. Justamente para compreender esta problemática, e como ela interfere nos códigos de recepção e reconhecimento social levados a efeito em relação a Florestan Fernandes, é que nos perguntamos sobre os fins que orientam a leitura de suas obras. Vejamos o que pode nos dizer a esse respeito a bibliografia coligida.

Tomando-se o número de textos publicados, e dispondo-os segundo sua periodização, como indicado a partir do Gráfico 02 e da Tabela 01 logo adiante, podemos observar que o interesse sobre Florestan Fernandes dá-se num crescente ao longo do tempo. Os 351 trabalhos publicados sobre Florestan Fernandes que conseguimos identificar não se acham distribuídos de forma homogênea, mas concentram-se cada vez mais em períodos mais recentes. Entre 1969, data do primeiro trabalho conhecido, até 1979, inclusive, temos apenas 04 textos. Entre 1980 e 1989, entretanto, este número salta para 40 trabalhos publicados. No período que se segue, entre 1990 e 1999, o número de textos publicados sobre Florestan Fernandes eleva-se para 145. Por fim, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006, ainda que menor em número de anos é onde se concentra a maior quantidade de textos sobre o autor: 162 trabalhos. De modo que, se apenas 12,54% do que se produziu de textos sobre Florestan Fernandes o foram até 1989; 46,15% do total foram apresentados ao público entre os anos de 2000 e 2006.

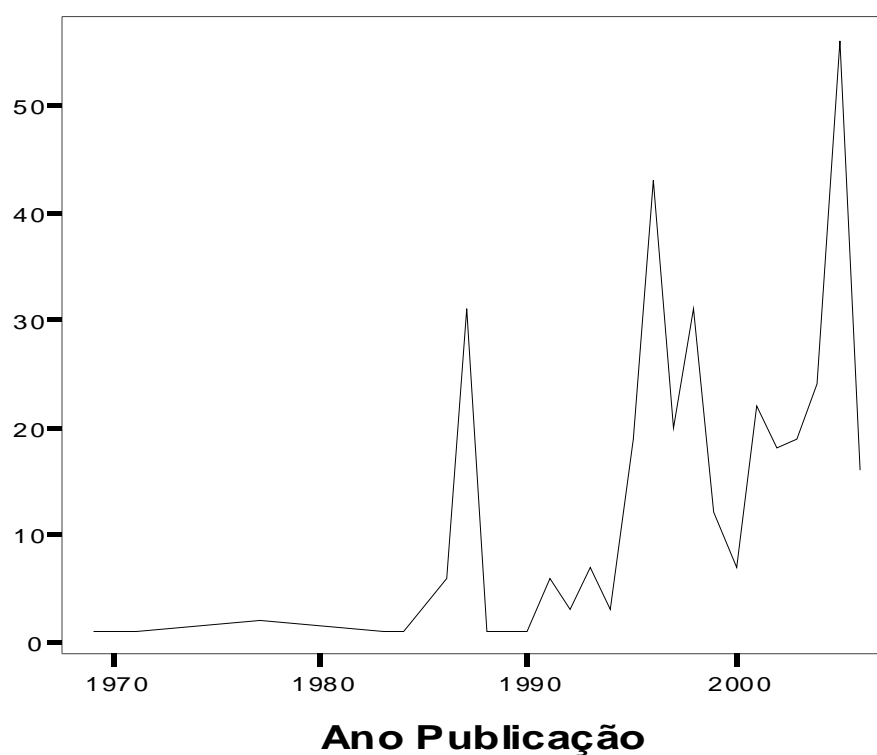
Observando-se aquilo que demonstra o Gráfico 02, que eventos poderíamos indicar como relevantes para produzir os “picos” ou concentrações de textos sobre Florestan Fernandes em determinados períodos?

Inicialmente, temos que o interesse em tomar Florestan Fernandes como tema de estudos só começa a despontar quando um ciclo de sua vida intelectual parecia se encerrar, ou seja, logo após sua aposentadoria compulsória dos quadros da Universidade de São Paulo. Publicações esporádicas e em pequeno número – 4 peças – marcam este período que vai de 1969 a 1979. Um número que em nada surpreende, pois, se de um lado, Florestan Fernandes tentava prosseguir em atividade como professor, tanto no Brasil como em Universidades estrangeiras ²⁷, escrevendo livros, proferindo palestras e conferências, ministrando alguns cursos de extensão etc., de outro, as dificuldades que enfrentava, especialmente em razão dos limites impostos pelos representantes do Regime Militar que governava o país naqueles anos, não parecia diferir das de outros intelectuais: esquecidos, aposentados, exilados, forçados ao silêncio.

27 Após sua aposentadoria na Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes trabalhou como docente nas Universidades de Toronto (Canadá), Yale University (Estados Unidos), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo).

Gráfico 02

**Medida do Interesse por Florestan Fernandes
Conforme Número de Textos e Ano de Publicação
(1969-2006)**



Fonte: Bibliografia sobre Florestan Fernandes (Anexo I)

Tabela 01**Textos publicados anualmente sobre Florestan Fernandes (1969-2006)**

Ano Publicação	Textos Publicados	Percentual Anual	Percentual do Período
1969	1	0,28	
1970	0	0,00	
1971	1	0,28	
1972	0	0,00	
1973	0	0,00	
1974	0	0,00	
1975	0	0,00	
1976	0	0,00	
1977	2	0,57	
1978	0	0,00	
1979	0	0,00	1,14
1980	0	0,00	
1981	0	0,00	
1982	0	0,00	
1983	1	0,28	
1984	1	0,28	
1985	0	0,00	
1986	6	1,71	
1987	31	8,83	
1988	1	0,28	
1989	0	0,00	11,40
1990	1	0,28	
1991	6	1,71	
1992	3	0,85	
1993	7	1,99	
1994	3	0,85	
1995	19	5,41	
1996	43	12,25	
1997	20	5,70	
1998	31	8,83	
1999	12	3,42	41,31
2000	7	1,99	
2001	22	6,27	
2002	18	5,13	
2003	19	5,41	
2004	24	6,84	
2005	56	15,95	
2006	16	4,56	46,15
Total	351	100,00	

Fonte: Bibliografia sobre Florestan Fernandes (Anexo I)

No período seguinte – 1980 a 1989 – a situação já difere da anterior. Os 40 títulos publicados sobre Florestan Fernandes indicam que algo significativo estava ocorrendo. De fato, entre os autores que neste intervalo o tomaram como tema, Gabriel Cohn, por exemplo, assinalava em texto publicado em 1986 ²⁸ “que ao longo de sua carreira Florestan Fernandes já [firmara] uma posição que [justificaria] plenamente que se concentre todo um debate sobre sua figura” (COHN, 1986:125). Muitos outros intelectuais partilhavam desta idéia, o que permitiu que se concentrasse grande público, apresentadores e ouvintes, durante a 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP, realizado no Campus de Marília, interior do Estado de São Paulo, entre os dias 22 e 24 de maio de 1986, em torno da “Jornada de Estudos Florestan Fernandes”, primeira de uma série ²⁹.

Em 1987, no livro O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes, foram reunidos significativos 28 trabalhos, produzidos por igual número de autores, que se dedicaram a apresentar durante a “Jornada...” um quadro referencial que revelasse o real impacto e significado teórico, metodológico e para a constituição de um campo intelectual anteriormente inexistente da obra, pensamento e da atuação de Florestan Fernandes (D’INCAO, 1987:15).

28 O texto de Gabriel Cohn, “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, foi apresentado inicialmente no âmbito de um ciclo de conferências visando a criação de um Centro de Estudos sobre o Pensamento Brasileiro, patrocinado pela UNESP, Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, no período de 1982 a 1984 (COHN, 1986:7).

29 Segundo informou Elide Rugai Bastos, uma das participantes deste encontro, em correspondência eletrônica conosco datada do dia 20 de dezembro de 2006, às 10:44 horas, “o encontro de Marília foi o primeiro de uma série de Jornadas as quais discutiam a obra de autores vivos (apenas a homenagem a Gilberto Freyre fugiu desse ponto). Foram homenageados, além de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Antonio Candido, Octavio Ianni, Leandro Konder, Nelson Werneck Sodré (já estava marcada a homenagem quando ele faleceu) [...] Como Ângela [Maria Ângela D’Incao] explicita na apresentação do livro ‘O saber militante...’, o objetivo da jornada foi o debate da obra do autor, princípio que orientou as jornadas que se seguiram.”

Respeitando-se o amplo espectro de temas com os quais Florestan Fernandes trabalhou até aquela data, os trabalhos apresentados durante a “Jornada...” foram divididos, inicialmente, em sete grandes áreas, a saber: universidade e escola pública, a questão racial, o problema indígena, o folclore, a revolução burguesa, teoria sociológica, e marxismo e revolução. E os autores instados a produzir textos que contemplassem a “leitura crítica do autor-homenageado [...] em um texto dentro da área trabalhada por ele” (D’INCAO, 1987:15). Ainda que a divisão temática da obra de Florestan Fernandes sugerida pelos organizadores desse encontro seja algo de visível interesse para a análise que pretendemos empreender mais adiante, é o caráter de homenagem que faz, em nossa compreensão, toda a diferença.

A divisão temática dos textos apresentados durante a “Jornada...” recebeu outra nomenclatura quando foi publicada em livro ³⁰. Mas o evidente caráter de celebração, tributo e de demonstração de prestígio que seus ex-alunos, colegas e admiradores lhe prestavam prosseguiu na forma como os temas foram abordados. Mesmo as indicações pertinentes e legítimas, diga-se de passagem, que estes autores produziram acerca de sua obra não deixaram de ser envolvidas por este clima festivo, em que as discordâncias foram minimizadas e os depoimentos, de certa forma, constrangidos pela situação (DURHAM, 1987:19).

Reunidos em “O saber militante...” o que temos, realmente, são relatos testemunhais, breves resumos, opiniões e apontamentos do que seria a contribuição de

30 O livro O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes foi dividido nos seguintes capítulos: I. Depoimentos; II. Sociologia e Antropologia; III. Contribuição à História Social do Brasil; IV. Universidade e Democracia; V. A Revolução Burguesa no Brasil; VI. Marxismo e Revolução; VII. Intervenção Final (com o texto “o renascimento da universidade”, apresentado pelo próprio Florestan Fernandes); VIII, Dados biográficos; IX. Bibliografia de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes para a consolidação da Sociologia no Brasil; a descrição dos temas sobre os quais se debruçou ao longo de sua carreira acadêmica; e notas esparsas sobre aspectos de sua obra. A superficialidade dos textos vê-se pela economia de citações da obra de Florestan Fernandes: dos 28 autores ali presentes, a maioria menciona 02 ou 03 textos apenas, enquanto que 08 deles sequer chegam a citá-lo uma única vez. Ou ainda pelo número de páginas destinadas a cada comentarista: entre 03 ou 04, em média.

Eunice Durham (1987: 20 e 21) inaugura a série de “Depoimentos” falando das “aulas difíceis e penosas” e da “enorme quantidade de autores e livros” que aqueles que foram seus alunos deveriam ler, numa clara “demonstração de que trabalho intelectual é, literalmente, *trabalho*”. Fernando Henrique Cardoso (1987:25) chama a atenção para o envolvimento emocional de Florestan Fernandes para com os objetos de estudo que investigava ao comentar que “doía nele, como dói até hoje, a desigualdade; doía nele, como dói até hoje, a discriminação contra os negros; doía nele, como dói até hoje, a apropriação privada de bens coletivos, como, por exemplo, a educação”. Antônio Cândido de Melo e Souza (1987: 35) o descreve como um “militante solitário”, aquele que mesmo “desligado de qualquer partido político”, “se revelou então um grande militante, em pleno processo de juntar as águas do marxismo com as da Sociologia acadêmica”. Um marxismo que, segundo o mesmo Antônio Cândido de Melo e Souza (1987:34), achava-se latente em Florestan Fernandes desde os idos de 1946, quando fez a introdução para a tradução brasileira de a “Crítica da Economia Política” de Karl Marx, ainda que a prática política de Florestan Fernandes fosse reduzidíssima ou quase ausente.

Esse pendore ou militância marxista que alguns autores, como Antônio Cândido de Melo e Souza, insistem em ressaltar em Florestan Fernandes é, no entanto, algo marginal em sua carreira acadêmica. Como o próprio Fernando Henrique Cardoso (2002:1491) observaria mais tarde, enquanto Florestan Fernandes esteve vinculado à Universidade de São Paulo “não exibiu seu lado de militante político”, exceção feita à Campanha em Defesa da Escola Pública. Mesmo que permanecesse em seu íntimo “os ideais socialistas do fim da juventude, a paixão maior era pela ciência” (CARDOSO, 2002:1491). De fato, no capítulo dedicado ao tema “marxismo e revolução”, da coletânea de textos reunidos no livro “O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes”, os autores que ali escrevem não citam nenhum texto de Florestan Fernandes que trate da temática marxista ou que esteja sob a orientação teórica dos escritos de Karl Marx e que tenha sido, ao mesmo tempo, escrito em períodos anteriores à década de 1960.

De fato, a opção metodológica pelo marxismo é algo tardio em Florestan Fernandes, e acontece por razões que veremos com maiores detalhes nos capítulos posteriores. Por ora, basta lembrar que Paulo Silveira (1987:287-291), por exemplo, encontra na obra de Florestan Fernandes “uma inflexão fundamental”, situando-a, contudo, em 1978, quando Florestan Fernandes se encarrega da publicação de dois textos de Lênin: O Estado e a Revolução e Que fazer?. O papel de “publicista” que, segundo Paulo Silveira, seduzia Lênin, passou neste momento a seduzir Florestan Fernandes também. Os textos que irá produzir entre 1979 e 1985, e em especial os artigos publicados no jornal Folha de S. Paulo, “são uma forma de intervenção na política”, em que o escritor usa de seu profundo conhecimento acadêmico para

sustentar teses em que favorece o marxismo revolucionário que pregava. Bem por isso, não se tratava mais de cultuar a ciência pela ciência, mas de assumir uma postura política diante da realidade e em oposição a determinadas forças sociais de seu tempo.

A este respeito é nosso pensamento que seria preciso uma análise isenta, ou seja, não contaminada pelo intuito de valorizar o autor ou obra estudada, para dar conta da efetiva contribuição teórica de Florestan Fernandes. Suas contradições, impasses, descaminhos, perplexidades, enfim, tudo aquilo que faz parte da vida do homem em sociedade poderia ser avaliado na justa medida de seu significado original e não, como parece ser, no âmbito de uma releitura biográfica que tenta valorizar sua militância política e de inspiração marxista, mesmo quando há claros indícios de que esta não ocorria efetivamente.

Um único contraponto ³¹, talvez, a esta postura demasiadamente consagratória em relação a Florestan Fernandes encontra-se na Tese de Doutorado de Alberto Oliva (1986), defendida naquele mesmo ano, e que procura denunciar o caráter excessivamente empiricista da “Sociologia científica” do autor, criticando sua postura dogmática em relação aos limites dos procedimentos dedutivos e às possibilidades do indutivismo. Como tivemos dificuldades em encontrar qualquer citação deste estudo em outro intérprete de Florestan Fernandes aqui pesquisado,

31 Certamente que Florestan Fernandes ao longo de sua trajetória e carreira intelectual teve opositores e aqueles que dele discordavam. A polêmica com Alberto Guerreiro Ramos é, neste sentido, sintomática. Envolve divergências não apenas quanto às posições políticas e o papel do cientista na solução dos problemas de seu tempo, mas, também, critérios metodológicos e operacionais da própria prática sociológica (BARIANI JUNIOR, 2003). Quanto à sua postura, as críticas mais fortes de Guerreiro Ramos (RAMOS, 1996) a Florestan Fernandes dizem respeito à insistência deste no caráter institucional da sociologia, de manter “um alto nível de informação sociológica com incapacidade crítica” (p. 24 e 25), mantendo o “caráter de ideologia de professor” em suas análises e considerações (p. 25). Em 1963, no entanto, percebe uma certa “revolução interior” no sociólogo paulista. No prefácio à segunda edição de seu livro *A Redução Sociológica*, Guerreiro Ramos dirá que, finalmente, “Florestan Fernandes já escreve sobre a sociologia militante. Temos a esperança de que se torne, em breve, um sociólogo militante” (RAMOS, 1996:29).

parece-nos que considerações dessa ordem não teriam tanta ressonância entre os propagadores, comentadores e analistas da obra deste autor, pois que já a encontramos moldada por atributos e qualidades que seus primeiros leitores lhe conferiram.

Cabe observar, ainda, que mesmo que encontremos algumas passagens nos textos reunidos em “O saber militante...” em que os autores concordem com o caráter de “ciência positiva” com o qual se alicerça a obra de Florestan Fernandes do período acadêmico, isto passa a ser de somenos importância quando confrontado com o potencial revolucionário e explosivo dos temas que aborda (NETTO, 1987). Mas, daí dizer que isto é o resultado de uma militância ou opção teórica e metodológica de cunho marxista é um grande salto. De nossa parte, acreditamos que este potencial pode até mesmo nos indicar algo em relação ao caráter crítico da obra de Florestan Fernandes e não, necessariamente, sua opção pela orientação teórica marxista.

É certo que os rituais de consagração, cerimônias de exaltação, homenagens etc. fazem parte da vida de personagens relevantes não apenas no mundo intelectual, mas também entre esportistas, artistas, políticos e demais figuras públicas. Porém, as palavras de glória que descrevem seus feitos não devem servir de fundamento ou orientação para as análises posteriores da obra de qualquer um destes homenageados. Neste aspecto, o que os comentadores da obra de Florestan Fernandes ainda produzem tem muito do que o livro “O saber militante...” nos deixou como interpretação de seu legado intelectual. Basta ver como esta coletânea de textos tomará parte privilegiada na bibliografia de apoio às produções que a seu respeito se fizeram depois.

Um outro dado importante que, talvez, tenha servido para dar o tom dos discursos durante a “Jornada” em sua homenagem encontra-se na campanha e eleição de Florestan Fernandes como deputado constituinte no ano de 1986, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Embora não haja referências explícitas a este fato, não cremos que os participantes do evento estivessem alheios às possibilidades de mudança política que seria possível instaurada a Assembléia Constituinte no Brasil. Nem da possibilidade de transformação social representada pela inserção de quadros intelectuais solidamente formados na elaboração da Carta Magna do país ³². O que nos chama a atenção para este detalhe é o fato de que findo o processo eleitoral, e até 1994, a média de textos publicados num mesmo ano sobre Florestan Fernandes manteve-se em apenas 03 peças. Como vimos na Tabela 01, somente dez anos depois, por ocasião de sua morte, em 10 de agosto de 1995, que o interesse por Florestan Fernandes materializou-se em textos. São 19 em 1995; 43 em 1996; 20 em 1997; e 31 em 1998.

Com efeito, o ciclo de homenagens póstumas a Florestan Fernandes teve início no segundo semestre de 1995, com textos publicados em jornais e revistas espalhados por todo o país ³³. Ampliou-se, no ano seguinte, com o Dossiê Florestan Fernandes, publicado pela Revista USP e Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo. Uma edição especial da Revista Estudos Avançados,

32 A este respeito Eliane Veras Soares (1997:95) assim se expressa: “Naquele momento reuniram-se os grandes nomes das ciências sociais de São Paulo e do Brasil para reverenciar o mestre, o intelectual e, também, o político Florestan Fernandes. Foi como um processo de reabilitação. Acreditamos que essa homenagem e esse reconhecimento que destacou o intelectual e o político, não só o sociólogo, mas o socialista, teve forte influência em sua decisão de ingressar no PT e concorrer a uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte. A jornada teve, nesse sentido, uma dupla função: uma propriamente intelectual de realizar pela primeira vez uma análise sistemática da obra de Florestan Fernandes, e outra política, embora não intencional, de impulsionar a candidatura do patrono da sociologia brasileira nas eleições de 1986.”

33 Ver, por exemplo, MARTINS, 1995; MIRANDA, 1995; CRIPA & IOKOI, 1995.

também da Universidade de São Paulo, que em seu número 26 reúne artigos em torno da “Presença de Florestan Fernandes”. E 05 artigos homenageando Florestan Fernandes no número 30 da Revista Brasileira de Ciências Sociais. Em 1997, a Revista Idéias, publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas, reelaboraria, num número especial dedicado à memória de Florestan Fernandes, um segundo “Dossiê”. Finalmente, em 1998, é a vez de Paulo Henrique Martinez organizar uma coletânea de artigos intitulada “Florestan ou o sentido das coisas”, em que 19 autores escrevem sobre aspectos da vida e obra de Florestan Fernandes, na esteira da homenagem que lhe foi prestada pelo Centro Universitário Maria Antônia, da Universidade de São Paulo, em 1996.

De 1999 a 2004, as publicações que tomam Florestan Fernandes como tema permanecem em um número estável. São 13 peças anuais em média. Mas, em 2005, esta produção se eleva para 56 textos, em parte retomando o ciclo de homenagens a Florestan Fernandes, em parte questionando sua real contribuição para a Sociologia nacional. O perfil das publicações sobre Florestan Fernandes sofre neste período, igualmente, uma sensível “melhora”. Não são apenas artigos laudatórios, mas estudos – livros, dissertações e teses – que pretendem aprofundar algum aspecto da produção bibliográfica de Florestan Fernandes ou de seu papel na consolidação de um quadro de referência intelectual.

c) Que objetivos seus leitores querem alcançar?

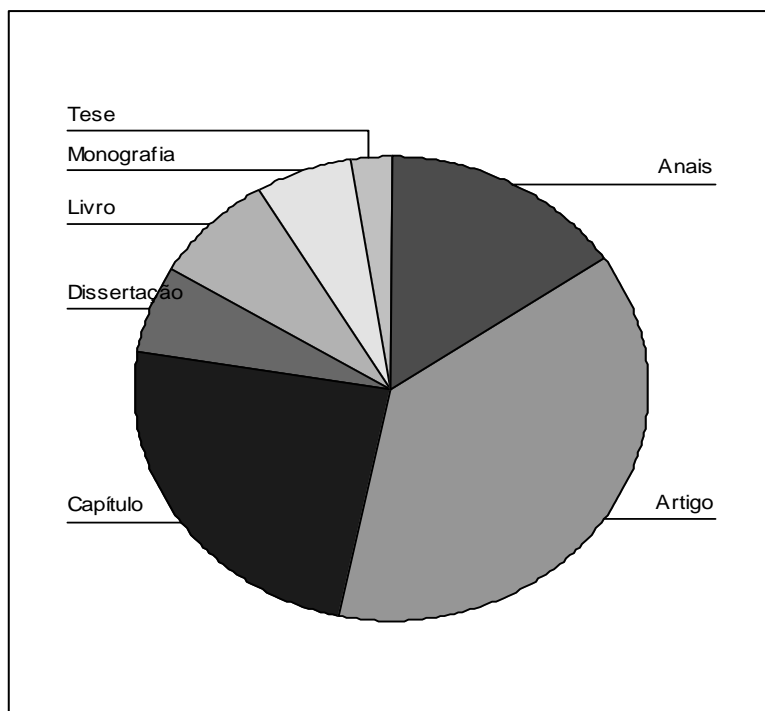
A recepção da obra de Florestan Fernandes entre seus pares, ao que nos parece, firmou-se num sentido marcadamente de exaltação de seus dotes pessoais e de militância política. Títulos como “Florestan Fernandes: o engraxate que se tornou sociólogo” (ARAÚJO, 1996), “Florestan Fernandes: o militante solitário” (SOARES, 1997) e “Florestan Fernandes: um espírito sintonizado com as lutas sociais” (ANTUNES, 1998) são exemplos de quais aspectos seus autores consideraram os mais apropriados para chamar a atenção sobre o texto que escreviam. Em verdade, Florestan Fernandes construiu um “destino ímpar” (GARCIA, 2002). E é, em geral, para contradizer o determinismo das condições desfavoráveis que uma extensa e fértil produção literária tem buscado ressaltar-lhe, com demasiada ênfase até, sua trajetória incomum. Insistem em ressaltar uma infância difícil, que de menino pobre, vivendo em cortiços e com graves deficiências de educação básica formal, chegou a ocupar, todavia com méritos, o posto mais alto da pesquisa sociológica e ensino acadêmico numa instituição respeitada como foi e continua sendo a Universidade de São Paulo.

Uma história de vida singular, entretanto, não haveria de ser o critério mais importante para se balizar o reconhecimento de um autor dentro da Sociologia. Não obstante, uma porção significativa da comunidade acadêmica, perplexa com os rumos inusitados que tomou a vida de Florestan Fernandes, parece ter deixado em segundo plano o esforço deste autor em sistematizar os fundamentos científicos e metodológicos que o guiaram em sua contribuição à teoria e pesquisa nesta área do conhecimento. Na bibliografia produzida sobre Florestan Fernandes, em geral, o que se costuma pôr em

questão não é a qualidade de sua argumentação teórica ou os referenciais e princípios explicativos que utiliza em suas formulações e pesquisas, mas, sobretudo, os obstáculos e contrariedades que teve de ultrapassar para firmar-se no mundo elitista e intelectualmente excludente da academia. As razões deste proceder podem estar, como apontamos, no momento histórico em que foram produzidas – publicações associadas a eventos e homenagens prestadas a Florestan Fernandes –, mas podem, também, estar no tipo de leitura que o texto a ser publicado exige em sua elaboração. No Gráfico 03, logo adiante, temos discriminados os formatos de publicação para os quais foram produzidos os textos sobre Florestan Fernandes. Vejamos o que isto significa.

Gráfico 03

Publicações sobre Florestan Fernandes Conforme destino do texto (1969-2006)



Fonte: Bibliografia sobre Florestan Fernandes (Anexo I)

Dos 351 textos sobre Florestan Fernandes que conseguimos reunir, 132 títulos correspondem a **artigos** publicados em revistas especializadas, jornais e semelhantes; 85 títulos referem-se a **capítulos** de livros; 55 são comunicações publicadas em **anais** de congressos, seminários e eventos similares; 28 são **livros** exclusivamente dedicados a Florestan Fernandes; 21 são **monografias** de conclusão de curso de graduação ou projetos de iniciação científica; outros 21 correspondem a **dissertações** de mestrado; e 9 títulos indicam **teses** de doutoramento.

A divisão em termos de “artigos”, “capítulos”, “anais”, “monografias”, “dissertações”, “teses” e “livros”, que utilizamos para classificar os textos produzidos sobre Florestan Fernandes, em razão de suas características intrínsecas, é o que nos permite, dentro de certo limite, avaliá-los qualitativamente e apontar, de maneira razoável, os possíveis “especialistas” na obra de Florestan Fernandes ³⁴.

³⁴ Os **artigos** têm como característica principal chamar a atenção para alguma particularidade, destacar um ponto, aspecto, faceta, parte ou recorte de um tema mais amplo. São veiculados em revistas especializadas, jornais e publicações de formato semelhante e cumprem a tarefa de informar um público leitor não só de especialistas, mas de interessados de modo geral. Seu objetivo e finalidade é, bem por isso, claro, preciso e definido. O que impede, por outro lado, o uso de recursos argumentativos mais bem elaborados e fundamentados. Os **capítulos** são artigos posteriormente reunidos em formato de livro. Apresentados desse modo permitem que o leitor possa, num só local, manter contato com vários aspectos, singularidades e possibilidades de um mesmo tema. Destina-se a um público mais especializado que tem, assim, a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e informações sobre o que está sendo tratado. Os **anais** reúnem textos que foram apresentados durante um evento organizado em torno de um tema específico – a contribuição de um autor, por exemplo. Nestes eventos o público leitor tem a oportunidade de ouvir a exposição e discutir detalhes diretamente com os autores dos textos e outros militantes da área. É uma forma, ainda que extremamente limitada, de legitimar as pesquisas e estudos efetuados individualmente perante a comunidade de especialistas e conhecedores do tema. Porém, pouco esclarecedor para aquele que toma contato apenas com o texto escrito. O que aqui designamos como **monografias** são textos produzidos por alunos ainda no estágio de graduação ou de especialização na área de ciências sociais. Seja para fins de trabalho de conclusão de curso, ou como resultado de pesquisa de iniciação científica, as monografias tratam com alguma profundidade e grau de sofisticação aspectos ou recorte de um tema qualquer. As **dissertações** de mestrado, por sua vez, indicam textos preparatórios ou exploratórios, no sentido de que, normalmente, examinam a produção bibliográfica existente para verificar lacunas e contradições no que concerne a um autor, obra, contexto ou tema de estudo. Resultado do esforço intelectual de alunos em grau de mestrado, por isso, apresentam-se como textos formalmente bem elaborados e ricos de informações. As **teses** são textos que resultam de pesquisas exaustivas sobre temas ou problemáticas inéditas, realizadas por alunos em grau de doutoramento e submetidas à aprovação de uma junta de especialistas da área. Em razão do

Se os artigos, capítulos e comunicações publicadas em anais de congresso têm seus escopos temáticos, referenciais bibliográficos e, especialmente, as condições da argumentação restringidas em função da exigüidade do texto veiculado; outro aspecto tem as monografias, dissertações, teses e livros. Em relação aos demais formatos de publicação aqui citados – artigos, capítulos e anais – resultam de pesquisas bem mais elaboradas e aprofundadas de seus autores, ainda que entre si diferenciem-se quanto ao nível de especialização e, portanto, da formação acadêmica necessária para produzir e legitimar institucionalmente tais peças.

Foi com o propósito de reunir informações que nos dêem conta da recepção da obra de Florestan Fernandes que buscamos saber quem são e o que dizem os especialistas em sua obra. Num primeiro momento quisemos apontá-los através da quantidade de textos que escreveram. Na seqüência, entretanto, é adequado que somemos a este critério os de rigor, profundidade e complexidade argumentativa que são encontrados apenas em textos cuja elaboração requer esta postura. Onde podemos dizer que a leitura que se faz da obra de Florestan Fernandes segue critérios mais ou menos rígidos conforme a destinação que será dada ao texto final que seus autores produzirão. Obviamente, as dissertações, teses e livros compõem o extrato de publicações que mais exige em termos de dedicação e profundidade de conhecimento de seus autores. Quem os produziu?

rigor de sua confecção, costuma-se considerá-las como as fontes mais fidedignas e legítimas sobre o assunto de que trata. Finalmente, os **livros** condensam as pesquisas ou as experiências de um especialista sem que, necessariamente, esteja vinculado a algum processo de titulação acadêmica – como os de graduação ou pós-graduação.

Inicialmente, conforme resume a Tabela 02, abaixo, selecionamos da bibliografia produzida sobre Florestan Fernandes somente os autores que produziram pesquisas em que seus resultados foram publicados na forma de dissertações, teses e livros. Exatamente por não atender ao critério de elaboração com base em pesquisas diretas do autor, foram excluídos dessa relação as coletâneas de textos, artigos e capítulos, reunidos na forma de livro. Associando-se os dados constantes da Tabela 02 com as informações contidas no Gráfico 01 ³⁵, temos como os autores que, no Brasil, mais se especializaram em Florestan Fernandes os seguintes nomes: Bárbara Freitag; Robinson dos Santos; Débora Mazza; Eliane Veras Soares; José de Souza Martins; Antônio Cândido de Melo e Souza; e Maria Arminda do Nascimento Arruda. O dizer sobre Florestan Fernandes, portanto, deve ter peso considerável.

Antes de prosseguirmos, uma observação importante. Embora definidos a partir de critérios quantitativos e qualitativos razoáveis, a seleção que fizemos dos especialistas, ou os “mais conhecidos intérpretes” de Florestan Fernandes, acha-se sujeita a senões e correções. A principal delas diz respeito ao que queremos identificar através do vocábulo “conhecido”. Inicialmente, este termo é aqui empregado no sentido de que há para aqueles que mais publicam uma visibilidade muito maior do que para aqueles que nada ou pouco publicam. Não obstante, este critério por si só não é definitivo, pois devemos levar em conta especialmente a penetração ou circulação dos meios em que os textos são veiculados.

35 Recordemos aqui que os autores que, segundo nosso levantamento, apresentavam em termos numéricos a produção mais significativa de textos sobre Florestan Fernandes eram os seguintes: Gabriel Cohn (5); Miriam Limoeiro Cardoso (6); Bárbara Freitag (6); Robinson dos Santos (6); Débora Mazza (7); Carlos Guilherme Mota (7); Eliane Veras Soares (8); José de Souza Martins (10); Antônio Cândido de Melo e Souza (11); e Maria Arminda do Nascimento Arruda (12).

Tabela 02

Produção de dissertações, teses e livros por autor 1969-2006

Autor	Dissertação	Tese	Livros	Total
ARAUJO, José Pessoa de			1	1
ARAÚJO, Odete Aparecida Alves	1			1
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento			1	1
BARIANI JUNIOR, Edson	1			1
BARRETO, Vânia Araújo Barreto	1			1
CASTRO, Ana Cristina Veiga de	1			1
CERQUEIRA, Laurez			1	1
CHAVES, Adriana Josefa Ferreira		1		1
COSTA, Amilton	1			1
COSTA, Diogo Valença de Azevedo	1			1
DORES, Luiz Gustavo Oliveira	1			1
FLEURY, Paulo Jorge dos Santos	1			1
FREITAG, Bárbara Rouanet		1		1
GARCIA, Sylvia Gemignani		1	1	2
HECKSHER, Mario Henrique		1		1
IANNI, Octavio			1	1
IMAMURA, Avelar Cezar	1			1
LOPES, Aline Marinho	1			1
MARIOSIA, Duarcides Ferreira	1			1
MARTINS, José de Souza			1	1
MARTINS, Tatiana Gomes	1			1
MATUI, Jiron	1		1	2
MAZZA, Débora		1	1	2
OLIVA, Alberto		1	1	2
OLIVEIRA, Marcos Marques de		1		1
PAIVA, Carlos Aguedo Nagel	1			1
PEIRANO, Mariza Gomes e Souza			1	1
PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas		1		1
ROMÃO, Wagner de Melo	1			1
SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda		1	1	2
SANTOS, Robinson dos	1		1	2
SEREZA, Haroldo Ceravolo			1	1
SILVA, Márcio Alves da	1			1
SOARES, Eliane Veras	1		1	2
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e			2	2
SOUZA, Patrícia Olsen de	1			1
VIEIRA, Carlos Roberto	1			1
WEYH, Cenio Back	1			1
TOTAL	21	9	16	46

Fonte: Bibliografia sobre Florestan Fernandes (Anexo I)

Óbvio que um livro distribuído nacionalmente ou um artigo em revista especializada de grande circulação e prestígio torna mais visível seu autor que centenas de artigos em publicações de circulação restrita geograficamente ou elaboradas em pequeno número. Esta medida do nível de penetração das publicações, bem como a possibilidade de usar como referência o quanto os autores são citados entre si, são, todavia, tarefas por demais exaustivas, quando não inócuas, para os objetivos os quais nos propomos. Resta-nos, assim, como critério aceitável de correção da lista dos autores especializados em Florestan Fernandes, a notória autoridade que desfrutam certos autores em razão de suas carreiras acadêmicas como um todo. cremos que esta autoridade só se constrói se atendidos os critérios antes apontados de citação por seus pares e de ampla circulação de seus textos.

Saber o que dizem a respeito de Florestan Fernandes aqueles que são atualmente os seus mais densos conhecedores é de suma importância para os nossos objetivos ³⁶. Afinal, estabelecer um quadro de referências, em que as presenças e ausências, os equívocos e lacunas percebidas em relação à sua formação teórica e procedimentos analíticos são essenciais para fundamentar as nossas afirmações. Não nos interessa aqui, evidentemente, trabalhar todas as questões que tais autores tenham desenvolvido. Nem, tampouco, discutir cada uma de suas afirmações ou debater com todos os “especialistas” que indicamos. O que nos interessa, objetivamente, é conseguir

36 Na discussão que faremos nos parágrafos seguintes alguns autores foram acrescentados à lista dos “mais conhecidos intérpretes” de Florestan Fernandes, exclusivamente, em razão da proximidade física ou profissional que mantinham com ele. Neste caso, o que estamos privilegiando é o conteúdo testemunhal dos relatos e afirmações e não, propriamente, a autoridade de “especialista” válida para os demais.

algum subsídio para a questão do conteúdo crítico de Florestan Fernandes. Esta estaria no sociólogo ou em sua Sociologia?

d) Que dizem seus mais conhecidos intérpretes?

Como já o dissemos anteriormente, quando Florestan Fernandes tornou-se conhecido do grande público, certamente que não o foi tão somente por sua produção acadêmica, mas, principalmente, por seu envolvimento no debate sobre as questões candentes da política e sociedade. Observe-se que quando, em fins de 1983, aceitou o convite de Otávio Frias Filho, um dos editores do jornal “Folha de S. Paulo”, para escrever uma colaboração semanal na seção “Tendências e Debates”, Florestan Fernandes assumia para o público uma nova postura, uma nova fase.

Podemos dizer que a atividade publicista de Florestan lançou-o, para além do universo estritamente acadêmico ou intelectual, em um campo de debate e ação mais amplo. Não temos receio de dizer que esta atividade o tornou mais conhecido do que supostamente teria conseguido por meio de sua obra como sociólogo (SOARES, 1997: 89 e 90)

Enquanto isso, a pouca recepção das primeiras obras de Florestan Fernandes fora da área sociológica constituía-se, por sua vez, um fato que talvez resultasse da linguagem extremamente técnica utilizada. Afinal, os termos, os problemas, os conceitos e metodologias das Ciências Sociais não estão disponíveis de forma satisfatória àqueles que não detêm formação nesta área. Nos meios de comunicação destinados ao grande público, ao contrário, embora o compromisso com a

verdade permaneça inalterado, a linguagem é bem mais simples e direta se comparada com o modo como, em geral, escrevem os cientistas e técnicos. O Florestan Fernandes que se apresentava nos meios de comunicação de massa exibia certamente seu passado um tanto hermético como sociólogo e, portanto, de conhecedor dos meios adequados para a interpretação e análise dos problemas sociais. No entanto, como poucos o conheciam satisfatoriamente, é fácil supor que sérios equívocos interpretativos tenham surgido quando, inadvertidamente, confundiram os interesses e perspectivas do “novo” e do “velho” Florestan Fernandes.

Ora, mesmo que se considere o intelectual como um ser “bidimensional” (GARCIA, 2002:14), em que o exercício eficaz das leis da academia é a condição necessária para atuar externamente, ou seja, como agente político no âmbito da sociedade em que se acha inserido, o caso de Florestan Fernandes é singular também neste aspecto. Os parâmetros teóricos que o guiaram em seu “primeiro momento da fase cientificista” (GARCIA, 2002:16) não foram os mesmos que o guiaram em sua segunda fase, aquela da sociologia crítica e militante ³⁷. O que, a princípio, até nos impediria de afirmar que estivessem vinculadas.

Na verdade, quando Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001:27 e 28) afirmou estar, como muitos outros sociólogos e antropólogos que o conheceram, mais habituada a “conviver com a idéia do sociólogo crítico e militante nas hostes de esquerda”, refletia com esta afirmação, de certo modo, um quase consenso sobre a identidade intelectual de Florestan Fernandes. Ela própria, quando em suas pesquisas

37 Octávio Ianni (2004) considera Florestan Fernandes como o fundador da sociologia crítica no Brasil (p. 317), especialmente pelo fato de que, enquanto intelectual, não perdeu de vista a dimensão social de suas atividades (p. 334).

sobre a sociologia paulista, deparou-se com os primeiros trabalhos acadêmicos de Florestan Fernandes – os que efetivamente o lançaram no mundo intelectual – confessou sua “profunda estranheza” diante de textos “afirmadores de concepções universais da ciência e abertamente otimistas em relação à dinâmica de transformação da sociedade brasileira”, atribuindo este tipo de posicionamento a “uma primeira fase de cunho acadêmico e de inclinação funcionalista”, necessária e fundamental no quadro da formação do campo da Sociologia no Brasil, porém, reveladora de um outro perfil teórico guiando as práticas intelectuais de Florestan Fernandes.

De fato, a “militância” de Florestan Fernandes “nas hostes de esquerda”, a qual se refere Maria Arminda do Nascimento Arruda, não ocorrera em absoluto durante sua fase de formação. Antônio Cândido de Mello e Souza que conheceu Florestan Fernandes e conviveu com ele na Universidade de São Paulo desde 1943 é boa testemunha quanto a isso. Recorda que durante aqueles anos Florestan Fernandes não estava interessado em política, mas, sobretudo, em construir sua vida intelectual. “Nós não falávamos de política, disso eu tenho certeza; concluo que se ele tivesse alguma atividade nesse setor falaríamos dela, porque eu tinha” (SOUZA, 2001:70 e 71). Observa, entretanto, que o mais importante para “entender a personalidade de Florestan” não é saber a qual agremiação esteve ele vinculado – a ABDE (Associação Brasileira de Escritores) o Partido Socialista ou “alguma pequena organização trotskista” –, mas saber que desde “bem cedo ele começou a desenvolver uma atitude de militância em relação a qualquer problema” (SOUZA, 2001:76 e 77).

Quanto à produção sociológica de Florestan Fernandes propriamente dita, a incorporação do método dialético e do referencial marxista em seus textos só se torna

efetiva a partir da década de 1960. Débora Mazza, tendo examinado detidamente o conjunto de textos que Florestan Fernandes produziu em sua fase acadêmica, percebeu nesta produção sociológica duas fases distintas, embora complementares.

A primeira fase, de 1941 a 1953, período por excelência de sua formação acadêmica, aponta a autora que Florestan Fernandes empenhou-se em “captar a dimensão especificamente sociológica dos fatos sociais”, consagrando-se aos “estudos de comunidade” ou pequenos grupos, “objetos restritos que tiveram grande repercussão na sua formação de sociólogo profissional” (MAZZA, 2003:273). Estas pesquisas evoluíram ainda no início da década de 1950 para textos voltados “prioritariamente, para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas Ciências Sociais, frutos da prática docente”, onde em muitos deles Florestan Fernandes destacava a importância de se orientar a pesquisa sociológica “dos fatos à construção da teoria” (MAZZA, 2003: 273 e 274).

A outra fase da produção sociológica de Florestan Fernandes, examinada por Débora Mazza, tem início em 1953 com sua titulação como Livre-Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e se estende até 1964. Aqui ocorre, igualmente, uma espécie de desdobramento. Na segunda metade da década de 1950 a preocupação de Florestan Fernandes, observa Débora Mazza (2003:274), é de um “discurso mais engajado nos problemas da sociedade brasileira”, onde o “referencial teórico marcadamente mannheimiano” indica que a fase do conhecimento da realidade pela sociologia antecede, necessariamente, à ação. Entretanto, logo em seguida e desde os anos iniciais da década de 1960, Florestan Fernandes percebe que, no caso brasileiro, os “desequilíbrios de desenvolvimento

existentes entre os diferentes campos da vida social não resultavam simplesmente da ausência de projetos de intervenção social, como sugeria Mannheim, mas, sim, de resistências das camadas dominantes às tendências inovadoras” (MAZZA, 2003:275). Fato que o levaria a ter de incorporar a dinâmica das classes sociais em suas análises e, conseqüentemente, utilizar dos quadros referenciais, teorias e formulações marxistas em suas observações.

O golpe fatal, todavia, que trouxe a certeza para Florestan Fernandes de que as atividades centradas na educação jamais produziram no Brasil a revolução democrática que ansiava, veio com o golpe de Estado de 1964. Na opinião de José de Souza Martins (1998: 103) os eventos que se seguiram ao dia 31 de março de 1964 “revelaram a Florestan o Estado autoritário”, que o tomava e a muitos de seus colegas como inimigos, afastando-os compulsoriamente da universidade e forçando-os ao exílio. Isso “quebra a idéia do Estado planificador que pode educar para a democracia, que pode abrir espaço aos intelectuais, aos sociólogos, para a educação democrática e a formação de um novo senso comum, sociologicamente fundamentada” (MARTINS, 1998:103) É quando, no entender de José de Souza Martins, o educador Florestan Fernandes é subsumido pelo revolucionário.

Florestan Fernandes é um personagem rico e complexo, vivendo numa época e num país de aceleradas transformações, onde, portanto, outros aspectos de sua vida e carreira costumam ser destacados. Para “entender certa viragem na perspectiva de Florestan Fernandes”, explica Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995:162-165), pode-se vinculá-la a um provável “desapontamento” com a ciência e a atuação do sociólogo, quando este tem que lutar “mais para sobreviver e ganhar a vida”

do que para melhorar as condições de existência na sociedade. Acredita a autora que uma “crise pessoal” instalou-se em Florestan Fernandes, em razão de seu afastamento da Universidade de São Paulo e do surgimento de uma “nova realidade brasileira” orquestrada por setores conservadores e levada a cabo pelos militares com o “Golpe de 1964”. Este seria o ponto fulcral para que Florestan Fernandes revisse suas “concepções sobre o papel da Sociologia” e os limites e possibilidades de atuação do intelectual.

Bárbara Freitag (1987:163-180), por sua vez, defende a tese de que o Ato Institucional de 1968 marca o momento em que “a produção intelectual de Florestan Fernandes sofre uma profunda reorientação”, preconizando um *antes* e um *depois*, e “fazendo com que o autor não somente mude de conceitual teórico, mas penetre em uma nova problemática que anteriormente não estava presente em seus trabalhos escritos”. O Florestan Fernandes do *antes* é “reformista”. Para sanar as “dificuldades que os processos de urbanização e industrialização encontravam”, exigia a realização de um Estado burguês pleno. No plano teórico, por sua vez, adotava uma postura “tolerante e liberal” inspirada, principalmente, pelas idéias de planejamento social de Karl Mannheim. Todavia, se os processos sociais brasileiros são aí vistos dentro de uma matriz teórica que nem ao menos cogita sobre a pertinência analítica de categorias tais como: “organização do modo de produção”, “dialética das forças produtivas”, “relações de produção”, “lutas e conflitos de classe” ou “exploração imperialista”, é o Florestan Fernandes “revolucionário”, do *depois*, que as empregará.

Como os demais especialistas na obra de Florestan Fernandes, Sylvia Gemignani Garcia (2002:9 e 10) também observa “um evidente ponto de inflexão ao

final do decênio de 60” na carreira de Florestan Fernandes. Atribuindo este fato a um conjunto de fatores, dentre os quais, o impacto de “uma profunda crise pessoal e política”, conseqüência de seu afastamento compulsório dos quadros da Universidade de São Paulo. Mas, independente que seja da perspectiva explicativa adotada, a verdade é que um ponto de “viragem” é consensual entre os principais pesquisadores de Florestan Fernandes. Este seria o momento em que, considerado retrospectivamente, sua produção intelectual cindir-se-ia em duas fases distintas: “uma primeira fase **acadêmica** e uma segunda fase **política**”; uma de formação, outra de intervenção (GARCIA, 2002:10).

Ao admitirmos, porém, que crítica não é uma forma de análise, mas uma questão de atitude resta-nos evidente que fases em que Florestan Fernandes foi mais “acadêmico” ou mais “militante” não correspondem, efetivamente, à ausência ou presença da perspectiva crítica, mas apenas que em tais fases ela, a crítica, desenvolveu-se de forma diferenciada. Sendo próprio das condições sociais modificarem-se continuamente, tratar-se-ia, na verdade, de encontrar posicionamentos críticos diante do social, e não da elaboração de um método de análise específico, nos moldes do que ficou conhecido como Teoria Crítica.

Em que pese a força deste último argumento uma outra condição deve, entretanto, ser acrescentada.

Florestan Fernandes tornou-se uma figura pública respaldado em sua condição de sociólogo que, através de ampla e variada produção literária exercia, ou procurava exercer, influência e marcar posições no debate intelectual da época. Neste caso, entre os aspectos estruturais e conjunturais da dinâmica social que contribuem

para definir os parâmetros em que se reconhece um autor importante, teríamos também a qualidade de suas obras e, especialmente para o caso de Florestan Fernandes, o conhecimento teórico que a Sociologia pressupõe e utiliza. Se, todavia, é certo que Florestan Fernandes conquistou o respeito e o *status* de intelectual que poucos conseguiram na história do pensamento brasileiro, e isto está evidenciado de maneira irrefutável pela quantidade de publicações que o elegeram como tema, não obstante, não está demonstrado, ainda que enfatizada por seus comentadores, o conteúdo crítico de sua produção teórica, sua Sociologia.

Os autores aqui citados reconhecem na obra de Florestan Fernandes mudanças significativas de seu referencial teórico-metodológico. No entanto, nas análises que fazem estes autores não questionam adequadamente os fundamentos dessa mudança de perspectiva, notadamente os alcances e limites da teoria funcionalista diante de um quadro social em contínua e radical transformação, por exemplo. No exame da perspectiva usada para trabalhar com a obra de Florestan Fernandes, poucos são aqueles que se debruçaram unicamente sobre os processos de transformação da própria teoria sociológica, seus principais conceitos, métodos e formas de abordagem, preferindo, quando o fazem, explicá-los como decorrência de motivações, interesses e ao jogo de forças exteriores à relação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa; entre a teoria, o método e a prática³⁸.

Se Florestan Fernandes é realmente um autor importante para a sociologia brasileira. Se, por sua vez, além de vivenciar uma história de vida positivamente

38 Consultar a esse respeito na bibliografia indicada ao final deste as seguintes indicações: ARRUDA, 1995; ARRUDA, 2001; ARRUDA & GARCIA, 2003; FREITAG, 2005; GARCIA, 2002; IANNI, 2004; MARTINS, 1998; MAZZA, 2003; SOARES, 1997; SOUZA, 2001.

singular, ele contribuiu originalmente para a consolidação de algum aspecto teórico-metodológico das Ciências Sociais em geral. Se, em especial, ele forneceu as bases de uma sociologia crítica que seus mais conhecidos intérpretes dizem ser o fundador, onde estaria, então, esta contribuição? Por que não a vemos devidamente valorizada? O conjunto de temas tratados nas obras de Florestan Fernandes poderia nos revelar algum aspecto sobre seu posicionamento e contribuição a uma possível Sociologia Crítica?

2. Eixos Temáticos na obra de Florestan Fernandes

Condições singulares do mercado editorial favoreceram para que Florestan Fernandes publicasse uma ampla bibliografia. Entre as mais importantes podemos citar não apenas a dificuldade de acesso a edições estrangeiras em razão da Segunda Grande Guerra, mas, especialmente, de uma mudança qualitativa do público leitor e dos interesses intelectuais que buscavam alimentar. Desde os anos 1920 estava em curso um processo de construção do Brasil que toma forma a partir de autores e projetos. É quando editoras e coleções temáticas, discurso e público típicos definem um novo campo literário: o dos estudos brasileiros. Novos autores, em idade, temas escolhidos e bibliografia utilizada; público leitor ampliado por novas escolas e universidades; crescimento dos mecanismos de mediação, como as editoras, distribuidoras, revistas e jornais, enfim, tudo favorece para que seja reduzido o espaço de interação entre o autor, a obra e o público (ARRUDA, 2001; IANNI, 2004; VIANNA,

1997). A tudo isso acrescenta-se, ainda, a disposição de Florestan Fernandes em publicar.

Florestan Fernandes foi regente na Universidade de São Paulo da Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, entre 1954 e 1969. Na mesma faculdade, a Cadeira de Sociologia II teve, em idêntico período, dois professores regentes: Fernando de Azevedo, de 1954 a 1963, e Rui Galvão de Andrada Coelho, de 1964 a 1969. Em sua dissertação de mestrado sobre as práticas acadêmicas e preferências intelectuais que as diferenciavam, Carolina Pulici (2004:64) nos chama a atenção para o espírito competitivo que guiava as atividades de Florestan Fernandes e seus assistentes. Na verdade, além de produtor, Florestan Fernandes mostrou-se um hábil “vendedor” de suas idéias. Com certeza, esta não era exatamente sua intenção, mas publicar fazia parte, em termos não formais, da “política” da Cadeira de Sociologia I. O grupo não se limitava a “escrever artigos e livros”, mas buscava-se “de condições que garantissem a sua publicação e a formação do público consumidor correspondente” (FERNANDES, 1977:188). Assim, enquanto os pesquisadores vinculados à Cadeira de Sociologia II levavam até uma década para publicarem seus trabalhos – como é o caso da tese de doutoramento de Antônio Cândido de Mello e Souza – a grande quantidade e rapidez com que os trabalhos dos pesquisadores da Cadeira I de Sociologia iam sendo publicados só confirmam o vigor e a volúpia que Florestan Fernandes já demonstrava desde o início da carreira.

Perguntamos logo no início deste capítulo sobre os elementos capazes de dimensionar o perfil teórico de Florestan Fernandes, segundo o que foi construído por seus intérpretes e conforme o conjunto de temas com os quais trabalhou.

Quanto ao primeiro aspecto há, como indicado no tópico anterior, uma extensa bibliografia que busca mostrar em detalhes a trajetória de vida de Florestan Fernandes; outras, sua contribuição para o campo sociológico; poucas, entretanto, são as que discutem exclusivamente sua concepção teórica, se é que o fazem de modo adequado. Razão pela qual estamos tentando penetrar um pouco mais neste universo ainda inexplorado do que seria a fundamentação teórica da “sociologia crítica” de Florestan Fernandes.

No que se refere ao segundo aspecto, Florestan Fernandes escreveu e publicou muito, numericamente falando, sobre os mais variados assuntos e para níveis diferenciados de leitores. Para compreender um possível diálogo seu com a sociedade, e de como as condições desse diálogo interferiram ou não na recepção de sua obra é que, também, resolvemos organizá-la de acordo com o tipo de público e os eixos temáticos de que tratou.

Certos títulos de Florestan Fernandes destinam-se, claramente, para a informação da comunidade geral de leitores; outros têm fins didáticos e concentram-se em fornecer subsídios para a formação de alunos e professores; outros, ainda, foram elaborados exclusivamente para discutir temas, questões e propostas com especialistas e profissionais da área sociológica. Certamente que na análise de suas obras temos que considerar os interesses e perspectivas intelectuais envolvidos, uma vez que costumam estar dimensionados para a capacidade e nível de compreensão daqueles que as lêem. Assim, excluímos de nosso universo analítico a quase totalidade dos artigos de jornal, resenhas, entrevistas gravadas em áudio e vídeo e intervenções orais em seminários e congressos que Florestan Fernandes produziu ao

longo de sua trajetória intelectual, salvo quando, visivelmente, o conteúdo do texto se destinava ao público especialista na área das ciências sociais ³⁹. Este público exige que a construção dos argumentos, os conceitos utilizados e o quadro teórico de referências estejam submetidos ao rigor intrínseco à prática científica. Justamente os pressupostos que devemos considerar quando analisamos a proposta teórica de um autor especialista na área sociológica.

A produção intelectual de Florestan Fernandes é, conforme podemos acompanhar pelo Anexo II deste, de tal modo abrangente que consegue contemplar ampla variedade de objetos e questões. Tal diversidade, todavia, não impede que alguns autores percebam nesta produção certa homogeneidade de temas ou preocupações, identificando ao menos três grandes divisões.

Antônio Cândido de Mello e Souza (2001:28-31), por exemplo, observa que na fase inicial de sua formação, os anos 1940, a atenção de Florestan Fernandes concentrou-se, sobretudo, no índio, os extintos tupinambá, cuja organização social descreveu e interpretou, apesar da crença generalizada de que a documentação disponível não permitiria conhecê-la de modo sistemático. Na década seguinte, dos anos 1950, a tarefa mais importante e decisiva de Florestan Fernandes gravitou em torno da problemática racial, principalmente, ao aceitar participar com Roger Bastide da direção de uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) sobre as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo. Ao final da década de 1950, e início da de 1960, por fim, a intensa atividade intelectual

39 No Anexo II deste encontra-se relacionada toda a bibliografia produzida por Florestan Fernandes que atende ao critério de seleção aqui apontado. É esta bibliografia que servirá de quadro referencial para as análises que faremos doravante.

e acadêmica de Florestan Fernandes aprofundaria os temas anteriormente tratados, especialmente os relativos à educação, mas, aos poucos, dirigindo-se para temas como as classes sociais, o problema da burguesia e os conflitos do subdesenvolvimento.

Resumindo a trajetória de Florestan Fernandes, Antônio Cândido de Mello e Souza (2001:28-31) assinalou que o Florestan Fernandes da década de 1940 “é o da construção do saber”; o da década de 1950 é o da “aplicação do saber ao mundo”; e que o seu terceiro momento corresponde a aquele em que Florestan Fernandes, “tendo aplicado o saber à compreensão do mundo, o transforma numa arma de combate”. Esta divisão proposta por Antônio Cândido de Mello e Souza não é, todavia, estanque ou de marcos definitivos, indicando predominâncias e não totalidades.

A divisão temática que Bárbara Freitag (2005) sugere existir na obra de Florestan Fernandes segue um outro critério. Numa primeira fase, entre 1941 e 1969, que chama de “acadêmico-reformista”, Florestan Fernandes ocupa-se de temas como o “índio”, a “sociologia como disciplina” e o estudo da “realidade brasileira”, recorrendo a um conceitual teórico que privilegia, entre outros, Emile Durkheim, Max Weber, Karl Mannheim, Hans Freyer e Radcliff Brown, e de uma metodologia funcionalista. Na fase seguinte, que vai de 1969 a 1986, há uma radicalização dos termos teóricos e políticos com os quais Florestan Fernandes opera. Por isso Bárbara Freitag a chama de “político-revolucionária”. Os autores que eram privilegiados em sua fase anterior são substituídos por Karl Marx, Friedrich Engels, Lênin e outros da escola marxista, enquanto que a metodologia funcionalista cede lugar ao método do materialismo dialético. Finalmente, em sua terceira fase, que tem início em 1986, com a entrada para o Partido dos Trabalhadores e a eleição de Florestan Fernandes para a Câmara de

Deputados, seguindo até 1995, ano de sua morte, suas produções visam assuntos ligados à sua atuação entre os deputados, como militante partidário e o Estado democrático.

Sem contradizer, mas complementando o esforço classificatório de Antônio Cândido de Mello e Souza, Bárbara Freitag e dos pesquisadores coordenados por Maria Ângela D’Incao que, em 1986, realizaram a I Jornada de Ciências Sociais da UNESP em homenagem a Florestan Fernandes é que propomos uma divisão de sua obra por eixos temáticos. Para esta divisão, todavia, não desejamos nos deter em artifícios e “impressões” pessoais, mas, dentro do possível, em variáveis definidas segundo uma lógica estatisticamente comprovável. Pois quando ordenamos os textos de Florestan Fernandes segundo os temas de que tratam e a época em que foram produzidos é possível perceber regularidades e formas de articulação que nos parecem evidentes. O Quadro I, adiante, condensa os títulos produzidos por Florestan Fernandes de acordo com temas e períodos em que os publicou.

Desde o primeiro artigo publicado por Florestan Fernandes na revista Sociologia, em 1942, “Folclore e grupos infantis”, até a republicação, em 1998, da “Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues”, em setembro e outubro de 1983, na série Depoimentos, Cientistas do Brasil, organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, somam-se 287 títulos, entre Livros, Artigos de Jornais, Artigos em Revista Especializada, Capítulos de Livro e Coletâneas de Artigos, devidamente listados no Anexo II deste ⁴⁰. Não se resume a estes títulos, porém, toda a sua

⁴⁰ Muito embora tenhamos considerado como independentes as várias edições de seus textos no período analisado, deixamos de incluir nesta relação reedições das obras de Florestan Fernandes lançadas após 1996, em razão de não passarem por correções e ajustes do autor.

produção intelectual. Não incluímos aqui, como já havíamos mencionado anteriormente, as resenhas, as cartas e correspondências com outros autores, nem a quase totalidade das crônicas de jornais, notadamente, os textos publicados na Folha da Manhã, posteriormente, Folha de São Paulo. Estas últimas somam, por exemplo, um total de quase 500 títulos, dos quais 82 foram reunidos no livro organizado por João Roberto Martins Filho, Florestan Fernandes: a força do argumento, publicado em 1998 pela Editora da Universidade de São Carlos ⁴¹.

Quadro I

Número de textos de Florestan Fernandes segundo Eixos Temáticos e Decênios de Publicação

1942-1998

	1º Decênio 1940 a 1950	2º Decênio 1951 a 1960	3º Decênio 1961 a 1970	4º Decênio 1971 a 1980	5º Decênio 1981 a 1990	6º Decênio 1991 a 1998	TOTAL
Personagens	1	3	1	2	2	3	12
Desenvolvimentismo	0	4	8	5	0	1	18
Diagnóstico	1	22	5	6	12	8	54
Educação	3	33	18	3	4	2	63
Folclore	16	12	1	1	0	0	30
Indígena	2	2	3	0	0	0	7
Relações Raciais	2	7	15	4	2	2	32
Teoria Sociológica	10	35	9	14	3	0	71
TOTAL	35	118	60	35	23	16	287

Fonte: Bibliografia de Florestan Fernandes (ANEXO II)

⁴¹ Muito embora possam revelar atitudes mentais, padrões de pensamento e formas de argumentação teórica características de sua personalidade e interesses intelectuais, não incluímos no Quadro I suas crônicas, unicamente pelo fato de se tratar de textos que buscavam, em sua maioria, acompanhar “certos processos históricos em ordem cronológica” (MARTINS FILHO, 1998:9). Ora, para estes casos, temos uma produção destinada a um público amplo, o de leitores de jornais, e que, portanto, primeiro, não necessitaria do mesmo rigor que aqueles destinados à comunidade acadêmica; segundo, que neles Florestan Fernandes atua mais como um “publicista” que propriamente como um acadêmico. E nossa maior preocupação é tratar dos termos teóricos de sua sociologia crítica.

Organizamos os textos de Florestan Fernandes procurando, também, seguir o que parecia indicar a preocupação do autor em ressaltar uma temática em especial, e conforme uma nomenclatura o mais próxima do ponto de vista sociológico. Certamente que se trata, ainda, de um procedimento até certo ponto arbitrário, pois, em muitas ocasiões, vimo-nos diante de textos que apresentavam dois ou mais aspectos sob os quais poderíamos ordená-los. Nestes casos, sopesamos, também, dados acessórios, como a escolha do título, o veículo em que seria publicado ou o tipo de leitor ao qual se destinava. O que não impede controvérsias.

Quanto a colocar num mesmo patamar – o da análise quantitativa – tanto um livro contendo mais de 700 páginas quanto um artigo que ocupa umas poucas linhas de uma revista ou jornal, cabe uma observação. Se assim agimos não é porque consideramos que ambos tenham a mesma relevância ou que demandem as mesmas dificuldades, mas que tanto no caso dos livros, quanto no caso dos artigos, os títulos procuram expressar um argumento, um tipo de formulação teórica ou método analítico, em que a extensão da demonstração é necessariamente amplo, num caso, e necessariamente limitado, em outro.

Ressalvados pelas observações que fizemos, resta-nos o principal, indagar sobre quais interesses teórico-metodológicos Florestan Fernandes transitou ou, mais precisamente, que temas parece ter-se ocupado em suas pesquisas. Sobre este assunto assim se referiu certa vez:

As coisas que tiveram maior importância na minha obra como investigador se relacionam com pesquisas feitas na década de 40 (como a investigação sobre o folclore paulista, a pesquisa de reconstrução

histórica sobre os tupinambás e várias outras, de menor envergadura) ou com a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, feita em 1951-52, em colaboração com Roger Bastide (e suplementada por mim em 1954). Esse trabalho puramente intelectual conformou o meu modo de praticar o ofício de sociólogo (FERNANDES, 1978:50).

Na classificação que fizemos, entretanto, ainda acrescentaríamos às questões identificadas por Florestan Fernandes (Folclore, Relações Raciais e Indígena) os temas da Educação, do Desenvolvimentismo, dos Personagens, de Diagnóstico e da Teoria Sociológica como sumamente relevantes. São estes eixos temáticos que usaremos para organizar suas obras.

Sob a denominação de PERSONAGENS reunimos textos dedicados a figuras relevantes para entender uma época, a própria sociedade ou por sua contribuição para a Sociologia, como os casos de Lênin, Lévi-Bruhl, Artur Ramos ou Karl Mannheim, textos autobiográficos, e os dedicados a autores cujas obras revelariam alguma característica comum na defesa do socialismo ou quanto à prática revolucionária. Distribuídos de forma homogênea pelas seis décadas de produção intelectual de Florestan Fernandes, encontramos 12 textos classificados sob este título.

Outros 18 textos de Florestan Fernandes foram consagrados à temática do DESENVOLVIMENTISMO. Sob este nome incluímos os textos em que o autor demonstra sua preocupação com os rumos e particularidades do capitalismo no Brasil, na América Latina e dos problemas relativos à inserção de países periféricos ou dependentes na economia global.

Numa tentativa de lidar com os problemas de seu tempo, Florestan Fernandes escreveu cerca de 54 textos em que procurava interpretar os fatos da

atualidade sob a luz do conhecimento sociológico. Textos com este perfil foram classificados sob o título de DIAGNÓSTICO, pois, efetivamente, tratar-se-ia da tentativa do autor de expressar sua opinião, apontar possíveis falhas e comprometimentos do organismo social e de como, eventualmente, abordar as anormalidades e incoerências por ele observadas. São textos em que transparece a intenção do autor em discutir com setores da sociedade os problemas do século.

Uma temática de especial importância para Florestan Fernandes foi a EDUCAÇÃO. Pelo menos 63 textos seus foram reservados para discutir as necessidades, impasses e objetivos dos processos educacionais, envolvendo não só a Universidade, mas, também, a sociedade como um todo e, em particular, suas instâncias políticas.

Os textos cuja temática principal é o FOLCLORE somam 30 títulos. Envolvem os trabalhos de Florestan Fernandes orientados para lidar sociologicamente com os traços culturais, costumes e tradições, cuja característica principal é o fato de renovarem-se, indefinidamente, no transcurso das gerações, formando o substrato cultural das sociedades consideradas.

A temática INDÍGENA envolve 07 textos de Florestan Fernandes. Embora haja por parte do autor o firme propósito de dar um tratamento sociológico à questão, é muito clara sua preocupação com a reconstrução histórica e a busca da descrição detalhada dos usos, práticas e costumes destas populações, o que contribuiu para tornar Florestan Fernandes um nome de referência para a Etnologia e Antropologia praticadas no Brasil.

Envolvendo o tema das RELAÇÕES RACIAIS encontramos 32 textos. Sob esta classificação colocamos aqueles títulos em que Florestan Fernandes, manifestadamente, alude à situação das populações de cor: os escravos africanos e seus descendentes que, na maioria das vezes, foram os que mais sofreram com a discriminação racial, sendo excluídos das benesses da sociedade e forçados a lutar para valer o mais simples de seus direitos em concorrência com as populações de ascendência européia.

Finalmente, segundo a classificação que fizemos, temos os textos em que Florestan Fernandes pretendeu colocar para o uso de seus alunos e assistentes, para a discussão acadêmica ou para a consulta de especialistas pelo menos 71 textos de TEORIA SOCIOLÓGICA. São estes textos que, muito provavelmente, nos ajudarão a configurar o arcabouço teórico das reflexões sociológicas de Florestan Fernandes.

Certamente, que todos os textos de um sociólogo envolvem de alguma forma conceitos e formulações de sua área de estudos, sem o que é improvável que possa construir qualquer análise ou intervenção pautada pelos cânones de sua ciência. Aliás, mais adiante estaremos verificando como se dá a aplicação da teoria nos diversos objetos que Florestan Fernandes pesquisou. No entanto, sob a rubrica “teoria sociológica” quisemos nos ater apenas aos textos cujo objetivo primordial seria a discussão das leis, princípios, teorias, fundamentos e métodos da Sociologia. Para os objetivos que pretendemos alcançar neste trabalho, acreditamos que é a partir dos textos organizados sob esta rubrica que encontraremos com mais facilidade a linha mestra do pensamento sociológico de Florestan Fernandes.

Os demais temas presentes na obra de Florestan Fernandes, como as biografias intelectuais e histórias de vida de personagens singulares, a temática indígena, as relações raciais, o desenvolvimentismo, os muitos diagnósticos e textos de intervenção na realidade cotidiana, os escritos sobre educação e folclore são objeto de um outro tipo de reflexão, pois fazem parte daquilo que podemos chamar de “sociologia em ato”. É imprescindível para a argumentação que estamos desenvolvendo que os vínculos entre teoria e prática, objeto e método, estejam bem claros.

Se pensarmos que somente nas décadas de 1940 e 1950 que a Sociologia começava a se fortalecer no Brasil, é possível compreender a demanda por textos exclusivamente teóricos. Muito provavelmente que foi para atender esta lacuna que Florestan Fernandes publicou artigos e coletâneas, em que a discussão com autores fundamentais para os que militam na área sociológica transformou-se em publicações recheadas de formulações teóricas e metodológicas mais “abstratas”. O recorte nestes textos nos permitirá uma compreensão mais adequada e contundente de seus referenciais teóricos, pois é essa teoria que costura, por assim dizer, os temas, as hipóteses, os problemas e questões que as obras de nosso autor debate. É nela, ainda, que tentaremos desincrustar uma explicação imanente para a defesa de algumas escolas de pensamento, o abandono de outras e as conseqüências de suas “viradas” teóricas; e que nos permitirá, finalmente, conhecer a sociologia crítica de Florestan Fernandes a partir de seu componente exclusivamente teórico.

Sobre o conjunto das obras de Florestan Fernandes gostaríamos de acrescentar, por fim, uma observação importante. Em face da diversidade de temas tratados não há como selecionar uma, duas ou até três obras fundamentais, aquelas

que efetivamente “marcariam” sua produção sociológica e a Florestan Fernandes como autor. Fato, inclusive, já observado por Manuel Palácios da Cunha e Melo (1999:75). Como seu interesse intelectual esteve depositado em muitas e nas mais variadas direções, compreender os motivos e as reais conseqüências deste seu proceder demanda evocar ao menos duas situações explicativas. Primeiro, a influência que teve em suas escolhas temáticas as oportunidades oferecidas pela estrutura acadêmica e do mercado editorial, especialmente no que concerne às transformações do campo intelectual, e à necessidade de marcar os limites de uma nova ciência frente ao universo da produção acadêmica em si e da sociedade como um todo. Em segundo lugar, e mais importante ainda, temos dados que parecem indicar uma forte correspondência entre a escolha do objeto ou da temática pesquisada e o tipo de abordagem teórica necessária à sua compreensão e explicação sociológica. Parece que Florestan Fernandes, nesse ponto em particular, soube como poucos se valer das metodologias disponíveis para a interpretação dos objetos. Fugindo o quanto pôde da ditadura das “escolas” e “teorias” particulares quando o tema, objeto ou problemática assim o exigisse.

Retornemos ao Quadro I, e vejamos como a dinâmica da escolha de temas por Florestan Fernandes parece vincular-se às exigências do entorno social que define as atividades do autor e do pesquisador nos dois pontos que assinalamos.

No primeiro decênio em que classificamos as publicações de Florestan Fernandes, 1942 a 1950, encontramos 35 títulos. São 16 textos tratando de FOLCLORE; 10 de TEORIA SOCIOLÓGICA; 03 sobre EDUCAÇÃO; 02 cuja temática principal é a INDÍGENA; 02 tratam de RELAÇÕES RACIAIS; 01 procura emitir um

DIAGNÓSTICO, um “retrato” sobre a situação social do Brasil; e 01 artigo que procuraria reverenciar PERSONAGENS de importância dentro do contexto em que trafega as Ciências Sociais.

Durante este mesmo período encontramos Florestan Fernandes dedicando-se aos estudos e consolidando sua formação acadêmica. Conclui o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (1944); torna-se segundo-assistente na cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1945-1952); obtém, em 1947, o título de Mestre em Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política, com a pesquisa, iniciada em 1945 e concluída em 1946, sobre a organização social dos Tupinambá; e frequenta o curso de Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cujo título obterá em 1951.

O privilégio concedido ao folclore como tema de investigação neste período explica-se em razão de inúmeros fatores, dentre os quais podemos destacar, primeiro, a necessidade prática de realizar atividades de pesquisa de campo para sua formação acadêmica. Segundo, porque o tema “folclore” inscreve-se perfeitamente na matriz “culturalista” adotada pelos professores franceses de Florestan Fernandes, notadamente Roger Bastide, que teve papel fundamental em sua formação (PULICI, 2004:45). Terceiro, em razão da familiaridade com as brincadeiras e folguedos infantis que Florestan Fernandes havia vivenciado em sua própria infância permitir uma abordagem mais profunda e persuasiva sobre o tema. Tanto que a qualidade das pesquisas foram devidamente reconhecidas pelos professores, Roger Bastide e Emílio Willens, em especial, que o incentivaram e franquearam a continuidade de seus

estudos, o ingresso na carreira acadêmica e sua presença em várias publicações, como o jornal O Estado de São Paulo e a Revista Sociologia (ARRUDA & GARCIA, 2003:63-68). Mais tarde, quando na década de 1950 o Ministério da Educação e Cultura criou a Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro, Florestan Fernandes, por força do que já publicará, tornar-se-ia um importante interlocutor nos debates.

No período que vai de 1951 a 1960, o segundo decênio de publicações, o perfil temático já não é o mesmo. Dos 118 artigos, livros ou capítulos de livro publicados por Florestan Fernandes no período, os textos que tratam de TEORIA SOCIOLÓGICA somaram 35; os relativos à EDUCAÇÃO, 33; os que procuravam traçar um DIAGNÓSTICO, seja do campo intelectual, seja da situação em particular do país, somaram 22; 12 foram relativos à temática do FOLCLORE; 07 enfocaram as RELAÇÕES RACIAIS; 02 a temática INDÍGENA; 03 dedicados ao estudo de PERSONAGENS.

A intensa produção de textos teóricos ocorre no mesmo período em que a atividade docente de Florestan Fernandes leva-o a publicar os resultados de suas pesquisas sobre os índios, as relações raciais e, especialmente, anotações de aulas, resumo de cursos, conferências, palestras e semelhantes. A matriz teórica utilizada por Florestan Fernandes nestes estudos é essencialmente “funcionalista”, não obstante a discussão que faz com os mais importantes autores das Ciências Sociais ligados a outras correntes. Daí este ser o espectro teórico que vai nortear os textos que escreve neste período.

Por sua vez, a ausência, ou quando não a escassa bibliografia em língua nacional de textos fundamentais para o ensino e pesquisa na área das ciências sociais,

exige que sejam lançadas publicações específicas. Florestan Fernandes, ao defender sua tese de Livre Docência pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1953) e assumir o comando da Cadeira de Sociologia I (1954), torna-se referência nesta universidade e ponto de emanção dos conhecimentos sociológicos imprescindíveis para os que buscavam formação na área.

Quanto aos textos sobre educação produzidos em igual período, estes representam palestras, entrevistas e artigos vinculados à Campanha em Defesa da Escola Pública, organizada em função das discussões para a aprovação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, em fins de 1950 e início de 1960, mas que já se encontrava em tramitação no Congresso Nacional desde 1948. Seu objetivo é antes mobilizar, orientar, esclarecer, instruir e advertir sobre as conseqüências da privatização do ensino. O substrato teórico que utiliza para suas formulações obedece, ainda, os parâmetros da sociologia clássica, especialmente, da escola funcionalista de Merton, Parsons e Durkheim, entre outros.

A produção bibliográfica de Florestan Fernandes sofreu um sério revés a partir de 1965. Nesta época, a Ditadura Militar, instalada no Brasil após o Golpe de 1964, quando não assassinou, simplesmente prendeu, cassou e aposentou prematuramente, dezenas de intelectuais, professores e militantes políticos, entre eles Florestan Fernandes. Mesmo assim, no terceiro decênio considerado, que vai de 1961 a 1970, Florestan Fernandes conseguiu publicar 60 textos. Foram 18 na área de EDUCAÇÃO; 15 envolvendo a temática das RELAÇÕES RACIAIS; 09 abordando temas da TEORIA SOCIOLÓGICA; 08 textos em que discute o DESENVOLVIMENTISMO; 05 textos que procuram fornecer um DIAGNÓSTICO da realidade que o envolvia naquele instante; 03

sobre a temática INDÍGENA; 01 sobre FOLCLORE; e 01 dedicado a reverenciar um PERSONAGEM importante.

É interessante observar que, no início da década de 1960, o seu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública, que antecedeu à promulgação da Lei 4.024, em 21 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, impõe a Florestan Fernandes discutir e tratar o tema da educação em todas as oportunidades que se lhe apresentava. Na Universidade de São Paulo, centro do qual partiam os mais consistentes e veementes apelos em prol do ensino gratuito extensivo a todas as camadas da população, os professores, tendo a frente Florestan Fernandes, se organizaram para esclarecer o público através de debates nas escolas, convenções, conferências públicas e conversações com sindicatos, igrejas e organizações patronais (SILVA, 2005:83-84). Este é o clima que parece explicar a maior quantidade de textos envolvendo a temática da educação neste período. Findo os debates, note-se que o número de textos então produzidos torna-se inexpressivo.

Outros dois temas são importantes para Florestan Fernandes no espaço de tempo considerado, a década de 1960. São as questões envolvendo a problemática das relações raciais e do desenvolvimento capitalista no Brasil. Se, de um lado, ambas parecem ter estreito vínculo com as necessidades acadêmicas de Florestan Fernandes; de outro, não podemos nos esquecer de que eram temas candentes para a sociedade naquele momento e que demandava urgente intervenção de todos os setores envolvidos na sua explicação e resolução. A tese sobre “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, que em 1964 permitiu a Florestan Fernandes tornar-se

Professor Titular da Cadeira de Sociologia I, só vem demonstrar que as escolhas temáticas na área das ciências sociais costumam levar em conta as expectativas e o “clima” das discussões sociais.

Mas, no que concerne ao instrumental teórico utilizado, é a partir desse momento que Florestan Fernandes passa a incorporar as propostas de cunho marxista. Com o funcionamento do CESIT, Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho, vinculado à Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, os pesquisadores ali envolvidos, sob a direção de Florestan Fernandes, buscam empreender à “análise sociológica dos problemas de desenvolvimento econômico” (FERNANDES, 1976:318). Assentada na estratégia de executar um projeto de pesquisa integrada, as investigações cobriram quatro eixos específicos: a mentalidade do empresário industrial, a intervenção do Estado, a mobilidade da força de trabalho e os fatores sociais subjacentes ao crescimento econômico e à implantação da ordem social competitiva. Temas que só podem ser compreendidos sociologicamente sob uma perspectiva teórica e metodológica própria.

Após ser afastado do exercício de suas funções na Universidade de São Paulo, a produção de Florestan Fernandes cai vertiginosamente. No quarto decênio, entre os anos 1971 e 1980, os 35 títulos que ele nos apresenta são, em sua maioria, republicações, coletâneas de artigos publicados anteriormente e traduções. Entre estes textos estão 14 cuja temática é a TEORIA SOCIOLÓGICA; 06 de DIAGNÓSTICO; 05 envolvem o DESENVOLVIMENTISMO; 04 referem-se ao tema das RELAÇÕES RACIAIS; 03 a EDUCAÇÃO; 02 textos são de PERSONAGENS; e 01 sobre FOLCLORE.

No quinto decênio, 1981 a 1990, a militância política no Partido dos Trabalhadores, a eleição como Deputado Federal e os trabalhos da Constituinte desviam completamente a atenção de Florestan Fernandes, deslocando-o da academia para a vida político-partidária. São desse período tão somente 23 textos. 12 de DIAGNÓSTICO; 04 sobre EDUCAÇÃO; 03 sobre TEORIA SOCIOLÓGICA; 02 sobre RELAÇÕES RACIAIS; e 02 que tratam de PERSONAGENS singulares.

No sexto e último decênio de produção bibliográfica, de 1991 a 1998, foram publicados de Florestan Fernandes 16 textos. Em 08 deles buscou o DIAGNÓSTICO de alguma situação em particular; em 03 seu objetivo foi o de resgatar a história de PERSONAGENS, a seu ver, importantes; 02 deles trataram sobre a EDUCAÇÃO; 02 discorreram sobre o tema das RELAÇÕES RACIAIS; e em 01 texto apenas dedicou-se a questões envolvendo o DESENVOLVIMENTISMO.

Cessada sua atividade acadêmica no interior da Universidade de São Paulo, 1969, portanto, as questões teóricas e metodológicas da Sociologia rapidamente deixam de ser tratadas por Florestan Fernandes. O que ocorre neste período, e até o fim de sua vida, é que seu discurso apóia-se cada vez mais nas propostas e conceitos desenvolvidos em sua última fase de pesquisas, a teoria marxista.

Em resumo, os dados que apresentamos comprovam de muitas formas a extensão, importância e relevância da obra de Florestan Fernandes. Seja pelo número de autores e a quantidade de textos que o adotaram como tema; ou pela variedade e proficuidade de trabalhos que ele mesmo publicou, indicando a existência de considerável público leitor para seus escritos, não há como negar o reconhecimento de seus pares e a conseqüente distinção de Florestan Fernandes entre os sociólogos

122

brasileiros. Quanto ao aspecto crítico de sua sociologia, preocupação maior de nosso trabalho, isto não está, todavia, ainda bem claro.

Os autores aqui citados, como é o caso de Octávio Ianni (1991), Antônio Cândido de Mello e Souza (2001), Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995), por exemplo, concordam em afirmar que das obras do sociólogo paulista Florestan Fernandes emergem temas, análises e aspectos conceituais os mais diversos que nos revelariam tratar-se de um autor essencial para entender o Brasil, a sociedade paulista pós Segunda Grande Guerra e, particularmente, a formação do campo intelectual e das Ciências Sociais no país. Não obstante, no que se refere exclusivamente às suas opções metodológicas e referenciais teóricos encontramos nesta literatura sérias lacunas que tardam em ser preenchidas. Do aparato conceitual empregado por Florestan Fernandes, em especial, o que costuma ser valorizado é o instrumental analítico do marxismo, deixando-se o grosso de sua produção intelectual, aquela das décadas de 1940 e 1950, indiscutivelmente funcionalistas, como um recurso temporário de análise, um acidente de percurso que seria logo abandonado.

Ao valorizarmos exclusivamente sua biografia e trajetória de vida, ou o contexto em que foram produzidas, esquecemos que a dimensão mais importante da Sociologia é sua fundamentação teórica. E desconhecer esta formação em Florestan Fernandes, descartar momentos ou fases da construção de seu pensamento, envolve não apenas ignorar a trajetória de um autor em particular, mas, sobretudo, desconsiderar as perspectivas de uma época, os problemas enfrentados por uma geração em especial e as soluções que encontraram.

Como quisemos demonstrar neste capítulo, equívocos e imprecisões a respeito do conteúdo crítico da sociologia de Florestan Fernandes parecem derivar-se muito mais do fato de se realçar, continuamente, as particularidades de sua biografia e atitudes pessoais em detrimento das propostas e argumentos exclusivamente sociológicos. Miriam Limoeiro Cardoso (2005:08) chega a lamentar o fato de haver “um Florestan do qual se fala muito pouco, do qual às vezes simplesmente se esquece [...] o Florestan produtor de ciência, sociólogo, cientista social”. Com este esquecimento, segundo a autora, “o que se está de fato tentando apagar é o conteúdo específico de sua sociologia, especialmente sua capacidade explicativa, seu traço inovador e seu caráter contestador”. Aspectos essencialmente críticos de sua sociologia. José de Souza Martins é igualmente enfático quanto a esta singularidade de Florestan Fernandes. Diz o autor:

Freqüentemente, o militância de Florestan é justificado com base em seus textos de articulista de jornal e livros da fase da militância, escritos em cima de fatos e acontecimentos imediatos, cuja clareza ainda não se punha por inteiro diante dos olhos e do entendimento do sociólogo que ele era. Alguém poderá ver aí uma ‘ruptura epistemológica’ na obra de Florestan, uma renúncia radical à excelente Sociologia que levou a sua marca indelével. Alguém poderá até dizer que, com esses textos, Florestan estaria dizendo ‘esqueçam o que escrevi antes’. É basicamente isso que estão querendo dizer os que fecham os olhos para a obra científica do grande cientista que ele foi, para ver somente o que ele conscientemente produzia no embate político, como contraponto crítico das certezas e formalidades do trabalho acadêmico. (MARTINS, 2005)

De outro modo, se considerarmos que a atividade sociológica jamais poderá ser exercida se não estiver embasada num corpo teórico e metodológico que a sustente, então, não será possível dissociar a teoria do sociólogo. E sendo esta afirmação verdadeira, a pergunta ainda não respondida pela literatura produzida sobre Florestan Fernandes é o porquê de não falarmos de um corpo teórico típico de Florestan Fernandes, em que teoria e métodos fossem determinados pela problemática apresentada pelo objeto e não o contrário. Com certeza isto nos daria elementos para afirmar a consistência e continuidade de sua perspectiva crítica, e resolveria a questão de suas “guinadas” teóricas.

Claro que a diversidade de temas com os quais trabalhou, ou os aspectos teórico-metodológicos dos quais se serviu, nos levam a contemplar significativas “rupturas epistemológicas” na obra de Florestan Fernandes ⁴². Todavia, se os parâmetros com os quais Florestan Fernandes guiava sua produção literária mudaram, não devemos buscar explicações apenas nas condições dadas por sua história de vida, das continuidades e retrocessos da formação do campo das Ciências Sociais, ou qualquer outra razão de cunho emocional ou psicológica. As exigências teóricas e

42 A ruptura epistemológica na obra de Florestan Fernandes a que aludimos segue, aqui, a orientação dada por Bárbara Freitag. Diz a autora que “Depois das leituras feitas da sua obra mais recente, em que tentei atualizar-me com sua obra escrita (1968-1986) após sua volta a São Paulo, defendi em Marília a tese de uma “ruptura epistemológica” na obra de Fernandes, comparável à ruptura apontada por Althusser na obra de Marx. Argumentei que a produção intelectual de Fernandes sofre, na virada da década de 1960 para 1970, uma profunda re-orientação. A fim de pontuar essa mudança, batizei a sua obra de antes da ruptura como sua fase “acadêmico-reformista” e seu período posterior ao AI-5 como “político-revolucionária” [...] A ruptura estaria caracterizada pelo fato de Fernandes recorrer, em sua primeira fase, a um conceitual teórico baseado prioritariamente em Durkheim, Weber, Mannheim, Freyer e Radcliff Brown (entre outros) e uma metodologia funcionalista [...] Em sua segunda fase, que chamei de *político-revolucionária* (já na década de 1970), Fernandes teria mudado de conceitual teórico, ancorando as suas análises nos conceitos de Marx, Engels e Lenine, no método do materialismo histórico e em autores da escola marxista” (FREITAG, 2005: 236 e 237).

metodológicas para a elucidação e exame dos objetos aos quais se dedicara são, igualmente, relevantes.

Para nós, não seria o caso, então, de desconsiderarmos os aspectos emocionais, institucionais, econômicos ou políticos envolvidos, pois estes fatores são fundamentais para compreendermos o quadro contextual em que se operaram as mudanças na atuação de Florestan Fernandes. Mas, se é certo que a Ditadura Militar, ao impedi-lo de exercer suas atividades na Universidade de São Paulo, contribuiu decisivamente para esta mudança de conduta, cremos que, por outro lado, as origens deste reposicionamento podem ser encontradas nas formulações, nos temas e nas conclusões das pesquisas a que vinha se dedicando. No exame das obras de Florestan Fernandes verificamos que a cada período ou fase de sua formação e atuação acadêmica ele se volta com maior empenho e dedicação para um tipo específico de objeto, tema ou preocupação sociológica, exigindo-se dele o recurso a instrumentais teóricos e metodológicos apropriados a cada caso e disponibilizados pelos mais variados autores. Assim, se a cada momento novos recursos fornecidos pela teoria sociológica alteravam a perspectiva que construía anteriormente, então, por acreditar e defender a ciência como valor, não é difícil imaginar que justamente aí Florestan Fernandes encontraria razões mais que suficientes para fazê-lo repensar suas concepções e práticas. Nos capítulos seguintes buscaremos fundamentar estas nossas observações exclusivamente nos textos de Florestan Fernandes. Primeiro, em seus estudos teóricos. Em seguida, em suas principais pesquisas.

Capítulo III

Pensar como crítico

Acreditamos ter deixado claro no capítulo precedente que a dimensão teórica da obra de Florestan Fernandes não tem sido tratada com a profundidade devida, sendo até mesmo ignorada por grande parte da bibliografia que o tem como tema de estudos. Mesmo a abundância de títulos publicados a seu respeito não parece ter sido suficiente para contemplar de maneira precisa traços fundamentais de suas concepções teóricas e metodológicas, base para a prática de qualquer ciência. De agora em diante, procuraremos contribuir de alguma forma para que esta lacuna seja preenchida, trazendo à reflexão o como se fundamenta em Florestan Fernandes o seu pensar sociológico, e em que medida este é um pensamento crítico.

Tomamos como fonte privilegiada de informações os textos que, obviamente, tratam de teoria sociológica. Estes foram selecionados dentre as obras de Florestan Fernandes conforme a classificação segundo os eixos temáticos que anteriormente descrevemos. Num recorte posterior, buscamos por aqueles títulos destinados a tratar de aspectos essenciais da produção do conhecimento sociológico. Chegamos à conclusão que Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada e Elementos de Sociologia Teórica⁴³ são os livros de

⁴³ Esta nossa seleção aproxima-se da indicação proposta por Bárbara Freitag (2005:237) quanto aos livros de Florestan Fernandes que tratam de teoria sociológica exclusivamente. Apenas em relação ao livro A sociologia numa era de revolução social que achamos por bem substituir por Elementos de Sociologia Teórica, exatamente por este último título reunir textos que tratam de forma, em nossa opinião, mais clara e objetiva com as teorias e os métodos que utilizava em seus estudos.

Florestan Fernandes que melhor se prestam à nossa análise, exatamente por conter os textos, artigos e ensaios, que pretendem discutir aspectos teóricos e metodológicos da sociologia e suas implicações.

Com efeito, embora permanecendo ocultos nos textos finais que resumem suas pesquisas, trata-se de lidar com problemas fundamentais da prática sociológica. Como, por exemplo, as separações e diferenciações entre o que é “concreto” e o que é “abstrato”; entre o “problema” e o “fato”; entre o “essencial” e o “fortuito”; e aquilo que define limites e alcance das “noções exatas” e dos “fatos precisos”. Certamente que estes conceitos dependem de pressupostos e axiomas que navegam, muitas vezes, nas ondas das ideologias e das concepções de mundo próprias de uma época, de uma classe, de um interesse particular, ou que se integram aos mecanismos de legitimação de poder. Mas, sem os compreender é impossível dimensionar a exata proposta do investigador e as conseqüências de suas conclusões.

Seguramente estas são concepções historicamente datadas. Onde, para acompanhar a formação de um arcabouço teórico e metodológico que constitui, em essência, uma das premissas fundantes para qualquer campo intelectual – como o da Sociologia no Brasil –, sejamos forçados de algum modo a participar dos dilemas, desencontros e opções conflitantes que hoje talvez não se justificassem mais ⁴⁴. Em

44 Seria enganoso imaginarmos que a sociologia brasileira teve seu berço unicamente em São Paulo, ou mais precisamente na Universidade de São Paulo. Pesquisadores, estudiosos e professores lotados em instituições localizadas no Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, principalmente, foram igualmente importantes, tendo produzido estudos de alta erudição e conhecimento sociológico. O que certamente deixava espaço para divergências, muitas vezes públicas. A mais célebre, talvez, tenha sido a disputa travada entre Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Enquanto este insistia no caráter de certa forma “elitista” das atividades e do conhecimento sociológico, o sociólogo carioca defendia uma maior participação do intelectual, especialmente o sociólogo, nos destinos da sociedade. Ao contrário do que pensava Florestan Fernandes, dizia que o “saber científico [...] só é largamente privilégio de círculos

razão disso, se são muitos os equívocos e incompreensões a afligir o pioneiro da ciência ⁴⁵, impedindo-o muitas vezes de posicionar-se claramente frente aos problemas com os quais debate, de uma outra perspectiva, a releitura de tais textos pode nos causar certo desconforto, pois tematizam questões que para a atualidade, em grande medida, já foram superadas. Não obstante, para o objetivo que queremos alcançar este é justamente o ponto que mais nos interessa. Evidenciá-los é, agrade-nos ou não, o primeiro passo para encontrar a estrutura conceitual que guia a obra de Florestan Fernandes como um todo. Base e ponto de partida, portanto, de qualquer crítica.

No que se segue trataremos, primeiro, dos pressupostos que fundamentam a teoria da investigação sociológica, ou seja, daqueles fatores e condições que envolvem o pesquisador quando este se dirige ou pretende dirigir-se ao seu objeto de estudo. No segundo tópico, Florestan Fernandes nos conduzirá na discussão das principais orientações teóricas que influenciaram sua sociologia. Por fim, examinaremos em detalhes os mecanismos e procedimentos qualitativos e quantitativos que definem a explicação e a formulação de hipóteses no campo sociológico.

1. Uma teoria da investigação sociológica

A julgar pelo modo como Florestan Fernandes (1967:54) apresenta sua argumentação, não parece que tenha dúvidas de que os fatos sociológicos possam ser

restritos por força de condições históricas que limitam o acesso das massas ou dos leigos à cultura” (RAMOS, 1996:27).

⁴⁵ A expressão “pioneiro da ciência” é aqui perfeitamente válida se levarmos em conta que Florestan Fernandes esteve entre os primeiros pesquisadores na área de Ciências Sociais a receber sua formação exclusivamente em instituições brasileiras.

encadeados numa explicação causal que inclua tanto seqüências históricas ou temporais, tanto quanto recorrências típicas que independam de fatores como tempo e espaço. Aliás, concordamos com ele quando afirma que devemos aceitar uma ligação necessária entre teoria e realidade, entre o fenômeno e as leis que o explicam, se quisermos praticar ciência. Mas, desde que obedecidos certos limites.

O que nos confunde um pouco em Florestan Fernandes não é o modo como constrói os critérios científicos de análise, mas a confiança quase religiosa que depositava nas possibilidades e alcance da ciência ⁴⁶. Provavelmente isto se deva ao embate que as várias correntes, concepções filosóficas e escolas de pensamento travam entre si para a conquista de posições privilegiadas e até mesmo, como é o caso da Igreja Católica na Europa Medieval, de posições monopolísticas na interpretação do mundo (GRAMSCI, 1979: 5 e 6). Por certo que em sua época muitos obstáculos deviam ser removidos para que a sociologia fosse aceita como um “modo científico de explicação das situações de existência” (FERNANDES, 1977:28) ⁴⁷. Em especial, segundo descreve Florestan Fernandes (1977:28), os que provinham da “incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do pensamento racional” e as “resistências culturais” da sociedade aos “fundamentos da concepção científica do mundo”. Isto, porém, não se mostraria suficiente. A ação política tem a capacidade tanto de induzir, quanto de minar, os avanços da ciência. E parece que

46 Esta crença no poder explicativo da ciência é algo muito mais marcante na fase inicial da carreira acadêmica de Florestan Fernandes. Da forma como age intelectualmente, ou o modo como enfrenta os problemas de seu tempo, não admite explicações além da ciência em que milita. É óbvio que não teríamos as conquistas intelectuais, tecnológicas e materiais que conseguimos se homens dedicados em seus empreendimentos não se mantivessem sob a égide valorativa do saber científico. O que nos parece problemático nas atitudes sociais, profissionais e pessoais de Florestan Fernandes nesta fase é o modo como ele prescinde de outras formas de atuação, como a política, por exemplo.

47 O texto “desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil” onde se encontra esta citação foi publicado originalmente em 1956, na revista Sociologus.

Florestan Fernandes demorou em aceitar que muito mais que a verdade científica as pessoas buscam satisfazer seus interesses mais prementes e imediatos, especialmente, seus “privilégios” de classe.

São múltiplas as influências que conformaram o pensamento de Florestan Fernandes. Embora as realidades sociais sejam, fundamentalmente, realidades históricas, elas dependem para seu entendimento de concepções ideológicas muitas vezes divergentes. Ele mesmo admite que a herança filosófica que envolveu os primeiros sociólogos ao final do século XIX não foi a mesma entre franceses, norteamericanos, ingleses e alemães, por exemplo. Isto ensejou que, na sociologia, correntes tão díspares do pensamento filosófico, tais como o racionalismo e o apriorismo, estivessem ora sustentando, ora não, a necessidade e importância da indução sociológica enquanto técnica de inferência das leis nesta área do conhecimento, e em outras questões conceituais (FERNANDES, 1967:53 e 54)

Duas observações devem ser ressaltadas neste momento ⁴⁸. Em primeiro lugar, parece-nos claro que Florestan Fernandes não se alia peremptoriamente a uma só “escola de pensamento”, pois estabelece sua forma de abordagem e de discussão das questões sociológicas a partir de elementos tomados entre as muitas contribuições de diferentes autores ⁴⁹. Razão suficiente para que deixemos de filiá-lo exclusivamente a uma única matriz do pensamento sociológico, como a marxista ou a funcionalista, por exemplo.

48 Aqui falamos de atitudes do autor que colidem com a noção de crítica comumente aceita. Ver a discussão que fizemos no Capítulo I envolvendo o caso de MARCOS NOBRE (2004:22) quando este nos fala de crítica como resultado do uso de conceitos derivados da teoria marxista; ou de MAX HORKHEIMER (1983) quando fala de crítica como processo emancipatório.

49 “Virtude” que seria louvada pelos autores que empreenderam análises sobre a vida, obra e pensamento de Florestan Fernandes, tais como Otávio Ianni (1991), Antônio Cândido (2001) e Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995).

Em contrapartida, vemos emergir de seus trabalhos uma concepção até certo ponto dogmática, ou pelo menos inflexível, em relação às atribuições e alcance da ciência. Derivada, possivelmente, de sua simpatia pelas idéias de Karl Mannheim. Note-se que até este momento Florestan Fernandes nem sequer discute o caráter de dominação presente no tipo de concepção que adota. Parece que isto não lhe era, ainda, importante ou questionável. Por certo, o cientificismo, enquanto prática que coloca a ciência como um tipo de saber “superior” e inquestionável, teve sua origem histórica na necessidade de justificar, ou mesmo legitimar, a ocupação de territórios asiáticos, africanos e latino-americanos pelos europeus (RETAMAR, 1993:156 e 157). Como mecanismo de poder, portanto, admitir sua independência e infalibilidade é, no mínimo, problemático. Florestan Fernandes, todavia, não teoriza naqueles primeiros anos de sua atuação acadêmica sobre este aspecto de dominação presente na noção de saber científico.

A independência em relação às correntes, escolas e teorias momentâneas da explicação sociológica, de um lado, e sua submissão incondicional à ciência, de outro, mesmo com as ressalvas que assinalamos, fizeram de Florestan de Fernandes um crítico determinado e um analista minucioso dos autores e das teorias conhecidas em sua época. De fato, entre os textos em que trabalhou exclusivamente com teoria é notável o quanto dos artigos reunidos no livro Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, e em especial “os problemas da indução na sociologia”⁵⁰, por exemplo,

50 Forma levemente modificada do título original, Apontamentos sobre os Problemas de Indução na Sociologia, previamente publicado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Seção de Publicações, São Paulo, em 1954. Este texto reproduz preleções, feitas em janeiro de 1954, aos professores de sociologia de escolas normais oficiais, que se inscreveram no Curso de Extensão Cultural, promovido em colaboração pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Posteriormente foi republicado no livro Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: 132

emergem critérios, valores, princípios e fundamentos com os quais Florestan Fernandes orientava suas pesquisas e análises, e até mesmo toda sua prática acadêmica e postura intelectual. As bases teóricas e metodológicas sobre as quais se assentaria todo o desenvolvimento posterior de seu trabalho sociológico ficam à mostra quando, na defesa do recurso à indução, implicitamente admite que as verdades quando descobertas pelos métodos adequados são verdades de caráter absoluto e incontestes, posto que comprovadas e aprovadas pela razão, derradeiro árbitro da ciência ⁵¹.

Uma teoria da investigação sociológica abrange, assim, os procedimentos necessários ao pesquisador que quer conhecer e explicar os fenômenos sociais dentro de uma perspectiva exclusivamente científica. Não se trata de observar apenas, é preciso observar com método. Mas muito mais que isso, na sociologia, além do processo de observação, a pesquisa empírica sistemática compreende outras fases, igualmente necessárias e que indicam operações regulares e interdependentes. Há uma fase preliminar, em que “o objeto da investigação é definido” e “que precede à observação propriamente dita”. Seguem-se fases sucessivas, em que “o investigador procede à elaboração interpretativa das evidências empíricas e dos conhecimentos,

Companhia Editora Nacional, 1959. Nesta reedição, Florestan Fernandes procurou manter o texto anterior no formato a ser apresentado em sala de aula.

51 Evidentemente que esta não é uma postura que reine absoluta e concorde com outros sociólogos da época. Entre seus opositores, Alberto Guerreiro Ramos, por exemplo, denuncia, de um lado, o “caráter de ideologia de professor” presente nas considerações de Florestan Fernandes (RAMOS, 1996:25). De outro, propõe a “redução sociológica” como método e postura a ser seguida pelo sociólogo em suas atividades e como contrapartida à “indução sociológica” proposta pelo sociólogo paulista. “A redução sociológica”, afirma Alberto Guerreiro Ramos (1996:96), “funda-se numa atitude metódica interessada em descobrir as implicações referenciais, de natureza histórico-social, de toda sorte de produção intelectual e em referir sistematicamente essa produção ao contexto em que se verifica, para apreender exaustivamente o seu significado”. Neste sentido, a “consciência crítica” não se confunde com “pensamento rigoroso”: a “consciência crítica emerge das condições sociais gerais e estruturais, a industrialização e seus principais efeitos, a urbanização e a melhoria dos hábitos populares de consumo” (RAMOS, 1996:13). O pensamento rigoroso, por sua vez, pode indicar “alto nível de informação sociológica”, mas nem sempre capacidade crítica (RAMOS, 1996:25).

descobertos durante o processo de observação” (FERNANDES, 1967:15). De modo que a metodologia empregada desde a observação até a explicação resulta fundamental para os resultados da investigação.

A própria estrutura da pesquisa, pondera Florestan Fernandes (1967:16), a seleção e modo de levantar os fatos brutos e o estado em que os fenômenos são considerados na manipulação analítica desses fatos dependem, fundamentalmente, do sistema de referência escolhido pelo investigador.

Da perspectiva metodológica, por sua vez, a principal questão que se coloca para o investigador está em definir como um determinado fenômeno pode ser observado. Separar o mensurável concreto (dados) do abstrato indefinido (leis) é uma tarefa que requer técnica, conhecimento e preparo apropriado. Por isso, essa seria a tríade responsável pelo sucesso do empreendimento sociológico.

a. O concreto e o abstrato

O problema que se coloca de modo mais elementar a qualquer pesquisador é, sem dúvida, o que liga teoria e pesquisa (FERNANDES, 1967:174). A possibilidade de passar do “caso concreto” ao “caso típico”, e vice-versa, é o que constitui o objetivo explícito da experimentação científica (FERNANDES, 1967:7). Só podemos falar de ciência quando há um corpo teórico-abstrato que pode ser aplicado com relativa segurança e precisão à realidade factual investigada. Não há teoria sem fatos que a

comprovem, nem fato algum sem teorias que possam explicá-lo, diria Florestan Fernandes, repetindo François Simiand.

Essa ligação necessária entre pesquisa e hipótese, entre fato e teoria, entre o observado e o abstraído tem, entretanto, complicações. Se, de um lado, o sociólogo não deve jamais se afastar dos fatos, dos “dados sociais empíricos”; de outro, há algumas questões que devem estar bem claras ao pesquisador (FERNANDES, 1967:61).

Em primeiro lugar, temos a amplitude e diversidade do material observável. Devido à sua própria natureza e constituição, não é exequível ou mesmo necessário que o pesquisador lance mão de “todos” os dados observáveis para a compreensão de um fenômeno social. Entre o essencial, normal ou corriqueiro, de um lado, e o casual, fortuito ou aleatório, de outro, há uma imensidão de informações que podem ser objeto de investigação. O dilema, neste caso, envolve saber que dados devem ser coletados em detrimento de outros, ou seja, que cuidados devem ser tomados na seleção das variáveis que comporão o quadro explicativo de um determinado evento social considerado. Neste aspecto, não é só a questão da observação e reconstrução da realidade nas ciências sociais, tema que Florestan Fernandes desenvolveu de modo mais completo em outro texto ⁵², mas, especialmente, dos objetivos teóricos e metodológicos que buscam ser alcançados.

52 O texto “A reconstrução da realidade nas ciências sociais” foi originalmente redigido para apresentação no Centro de Estudos Políticos e Sociais, de Lisboa, por ocasião do Colóquio sobre Metodologia das Ciências Sociais, ali realizado em janeiro de 1957. Foi publicado, em seguida, na revista Anhembi, São Paulo, Volume 28, nº. 82, setembro de 1957, pp. 36-52; e nº. 83, outubro de 1957, pp. 269-286. Finalmente, foi incorporado ao Livro Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. [2ª ed 1967, reimpressão, 1972; 3ª ed Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978; 4ª ed. s/l: T. A. Queiroz, 1980]. Entre as muitas questões que Florestan

Um outro aspecto a considerar é o que se refere à legitimidade do processo lógico indutivo nas ciências sociais. Deve-se ter em mente a extensão válida dos resultados das pesquisas empreendidas, anteriores ou atuais, na explicação de formas sociais ou fenômenos semelhantes. Se surge um critério que à primeira vista pode parecer aleatório, ou mesmo subjetivo, para o trato dos fenômenos sociológicos, orientando a pesquisa em sua fase mais importante – a da coleta de informações – é porque podemos falar de leis gerais, de um quadro teórico capaz de explicar fenômenos semelhantes ou assemelhados. Como conseqüência, a construção de leis e teorias gerais depende, logicamente, do sucesso nos empreendimentos particulares em que se ocupam os muitos pesquisadores, nas mais diversas instituições e tratando de um amplo espectro de temas.

Sobre os problemas, limites e alcance dos quadros gerais de explicação sociológica é que Florestan Fernandes se detém no texto sobre “os problemas da indução na sociologia”. Ali, de forma metódica, discute um dos temas básicos da teoria da investigação sociológica: o papel que o raciocínio indutivo preenche na explicação dos fenômenos dessa ordem e na edificação de um arcabouço teórico que oriente a atividade sociológica. Uma teoria da investigação sociológica deve apontar meios conceituais e técnicos que permitam retirar da massa informe de dados, leis, teorias e princípios que regem o mundo social, mesmo que restritas às condições em que foram formuladas.

Fernandes procura elucidar neste texto, a que nos parece mais importante para os fins aqui pretendidos é a que cuida do significado da “observação” nas ciências sociais.

b. O problema e o fato

Florestan Fernandes (1967:47) nos alerta que fazer ciência não é simplesmente acumular dados. Constatar fatos também não o é. O que distingue o saber científico de outros saberes é o fato do primeiro buscar, mesmo que idealmente, atingir a maior precisão possível no conhecimento dos objetos ou fenômenos que investiga. A verdade é, neste sentido, o fim último daquele que se propõe a fazer ciência e o árbitro maior da qualidade de sua produção ⁵³. É exatamente por buscar conhecimentos precisos e verdadeiros que o sociólogo deve levar em conta as especificidades do objeto que investiga e das técnicas operatórias com as quais seleciona e manipula as informações que consegue.

Sendo o alcance de qualquer ciência traçado pelo próprio campo de investigação com o qual seus militantes se ocupam, o ponto de vista sociológico só pode ser o resultado do uso, acúmulo e formas particulares de aplicação do conhecimento adquirido coletivamente no trato das questões e problemas investigados por este ramo do saber. Neste contexto, uma teoria de investigação sociológica assume importância fundamental para o pesquisador. É ela que ao sintetizar procedimentos de observação e de coleta de dados, e organizá-los segundo normas e padrões previamente definidos, constitui-se no elo de união necessário entre teoria e pesquisa.

53 A essa concepção de Florestan Fernandes devemos ressaltar que os limites e possibilidades do conhecimento da verdade são dados pelos limites e possibilidades do intelecto humano. Como o avanço da própria ciência sempre desfaz aquilo que anteriormente considerávamos como verdadeiro, é no mínimo imprudente defender posições definitivas e absolutas acerca de qualquer coisa. Sempre deve haver espaço para o novo, para as transformações e para a ampliação da capacidade humana em compreender seu mundo. Por isso a necessidade da crítica.

A investigação, no entanto, não pára na coleta metódica dos dados. Estes precisam ser interpretados sob a luz da ciência. E como a interpretação científica não é apenas “um mero arrolamento de dados de fato”, a análise de tais dados requer, por seu turno, que sejam vistos sob a perspectiva de “problemas precisamente definidos” (FERNANDES, 1967:48). Para que isto ocorra efetivamente é que Florestan Fernandes (1967:48) propõe um duplo critério na orientação da interpretação sociológica. Por um lado, exige do pesquisador social a conveniente objetividade na obtenção e seleção dos dados de fato; de outro, demanda precisão na formulação dos problemas de pesquisa. Assim, num movimento contínuo e interdependente, a interpretação sociológica lida, ao mesmo tempo, com fatos que são investigados empiricamente e problemas que, por sua vez, são definidos teoricamente.

Dessa forma, e inexoravelmente, a formulação de leis sociológicas requer um processo preciso e delicado de observação empírica. Esta observação, porém, possui características particulares quando falamos de fenômenos sociais. A mais importante dentre elas é que não se pode abarcar o “todo”. Fundamenta-se este argumento no fato de que toda nossa experiência sensorial é de alguma forma ‘seletiva’. “Nós não reproduzimos o que experimentamos senão parcialmente, embora isso nem sempre signifique ‘imperfeitamente’” (FERNANDES, 1967:48). E já que não se pode lidar com a inteireza e totalidade das informações contidas no objeto que investiga, o sociólogo vê-se “obrigado” a selecionar alguns aspectos da realidade que são significativos para a interpretação.

Para a apreciação científica dos fenômenos, muito embora o investigador encontre as mesmas dificuldades que o indivíduo comum tem ao lidar com suas

próprias sensações e experiências, a sociologia desenvolveu meios apropriados tanto para identificar o que é essencial para o conhecimento dos fenômenos, quanto para descartar o que é fortuito ou acidental em seu desenvolvimento (FERNANDES, 1967:49). Estes meios podem, é claro, variar sensivelmente. No entanto, o critério válido para legitimar o método indutivo permanece sendo sua origem no ponto de vista sociológico ⁵⁴. É fundamental para a atividade científica que o pesquisador saiba que “a precisão dos resultados da interpretação” depende do “rigor usado na seleção dos dados para observação” (FERNANDES, 1967:147).

Numa situação social qualquer investigada, o sociólogo só reterá parte daquilo que observar, pois não é sua “missão” acumular ou “gravar todos os fatos brutos que se passam em derredor” (FERNANDES, 1967:49). Saber o que deve reter ou não, para Florestan Fernandes, torna-se então uma questão de treino. Grosso modo, “o ponto de vista sociológico ‘prepara’ e ‘predispõe’ o sociólogo para praticar uma observação ou uma interpretação dentro de uma perspectiva que é particular à sociologia” (FERNANDES, 1967:49, grifado no original). Mas, o sociólogo só se torna sociólogo praticando Sociologia. A precisão e objetividade com que trabalha é antes uma qualidade desenvolvida com o tempo ⁵⁵. Sua consciência torna-se sensivelmente atenta a certas particularidades e especificidades do objeto que investiga que a outros, que não desenvolveram esta habilidade, passaria inteiramente despercebidas (FERNANDES, 1967:49). Isto, entretanto, não faz do sociólogo um sujeito acima das

54 Aqui Florestan Fernandes recorre a uma das noções mais importantes deixadas por Émile Durkheim em seu “As Regras do Método Sociológico”: o social explica-se somente pelo social.

55 Este é, talvez, o fundamento para a defesa implacável que Florestan Fernandes faz da pesquisa empírica na formação do sociólogo.

opiniões divergentes, ou impede que suas hipóteses e conclusões sejam colocadas à prova por seus pares.

Como uma primeira orientação para os que quisessem seguir o método proposto por Florestan Fernandes (1967:147), diríamos que na investigação empírico-indutiva não se deve buscar reter ou acumular em sua inteireza todos os fatos brutos. Florestan Fernandes (1967:50) acreditava que a sociologia já teria até aquele momento acumulado conhecimento suficiente para permitir que seus pesquisadores tivessem elementos que lhes permitissem: a) escolher “aspectos da realidade social que são sociologicamente relevantes, nas diversas ordens de pesquisas”; e b) orientar-se por normas válidas que indiquem “os passos que precisam dar, das técnicas que precisam empregar e dos cuidados que precisam tomar na observação e na interpretação dos fenômenos sociais”. Como veremos com mais detalhes adiante, é a “perspectiva de explicação sociológica que oferece as bases para a definição dos problemas a serem investigados e as condições de ajustamento intelectual do pesquisador à situação empírica de fato” (FERNANDES, 1967:51). Bem por isso, não se trata mais de descobrir leis gerais, mas de algo intermediário, capaz de indicar quadros explicativos precisos para problemas peculiares, enquanto uniformidades e regularidades do comportamento social ainda estão sendo pesquisadas. Esta técnica ou recurso seria o que Robert Merton (1970:51) denominou de “teorias sociológicas de médio alcance”.

Um comentário apenas. Por se tratar de uma nova ordem de problemas, exige-se uma postura especial do sociólogo Florestan Fernandes. Trata-se de validar empiricamente ou não as afirmações, muitas vezes idealistas, outras substancialistas,

140

que orientaram os sociólogos que o antecederam. Dentro da perspectiva que adotamos para o conceito de crítica, esta atitude em que Florestan Fernandes, obrigatoriamente, deve confirmar ou não o que disseram seus predecessores corresponderia efetivamente ao aspecto de **ampliação do conhecimento** que descrevemos como necessário a uma Sociologia Crítica. Ou seja, não apenas o fenômeno social deve constituir-se em objeto de investigação, mas, também, o “pensado”, as formas já consagradas de apreensão da realidade.

c. O essencial e o fortuito

O sociólogo investiga e procura lidar tanto com fatos que são objetivos – por exemplo, as condições ambientais que interferem no curso e nas condições do desenvolvimento social –, quanto com fatos que são subjetivos – como os interesses, motivações e os comportamentos e atitudes do homem. A investigação sociológica dos fatos deve, ainda, abarcar o que é historicamente datado e o que é recorrente e, por isso, atemporal. Um método que ultrapasse os níveis que são simplesmente descritivos, analíticos ou sintéticos, e proporcione em seu lugar análises, mensurações e avaliações adequadas a cada tipo de informação sociológica torna-se, então, o requisito essencial da sociologia.

Na concepção elaborada por Florestan Fernandes (1967:54 e 55), o método indutivo aplicado à sociologia prestaria à solução do conjunto de problemas apontados desde que: a) observássemos que orientações metodológicas particulares têm influenciado nas soluções encontradas para o problema da indução sociológica; b)

considerássemos que independentemente da complexidade dos fenômenos analisados, ou da objetividade alcançada pelo sociólogo, a indução sociológica pode, no essencial, assumir igualmente formas qualitativas e quantitativas; c) apreciássemos a sociologia como uma ciência empírico-indutiva, na medida em que as interpretações baseiam-se em dados de fato e que seu progresso depende, portanto, da adoção de um método capaz de superar as dificuldades que se apresentam na manipulação de inferências indutivas: tanto qualitativas, quanto quantitativas.

A princípio, Antoine-Augustin Cournot, em sua definição de “acaso” como “fato natural”, estabelece o elo de ligação entre os dois tipos de inferência mencionados (FERNANDES, 1967:56). Tanto a estatística quanto a história lidam à sua maneira com eventos que parecem, num primeiro momento, como independentes entre si, só se relacionando eventualmente numa série de causas e efeitos. São, por isso, tidos como acidentais ou fortuitos. A estatística procura reter nos grandes números o que é regular, constante, permanente, essencial, necessário e determinante dos fenômenos sociais. Nos casos singulares, ela opera por compensação, tentando encontrar nos fatos casuais, acidentais ou fortuitos a presença de forças e fatores causais que mesmo fracamente possam explicá-los. A história não distingue o que é essencial do que é ocasional da mesma forma que a estatística. Porém, na impossibilidade da repetição de um grande número de casos, a existência de apenas uma única prova confirma a regularidade da lei ou a irregularidade do fato acidental (FERNANDES, 1967:58).

A questão para o investigador social implica, não obstante, um outro aspecto: nem tudo que parece acidental há de sê-lo. Numa aparente indeterminação, no caso dos fenômenos sociais, subsiste “toda uma rede de determinações, que pode ser

descoberta pela inteligência e elaborada interpretativamente” (FERNANDES, 1967:56). Além do mais, o que é acidental, irregular e ocasional insere-se de modo peculiar na trama histórica. Muitas situações só podem ser entendidas em toda sua plenitude e conseqüências se forem incorporadas à interpretação fatos fortuitos ou acidentais. Assim, “para ser realmente uma explicação da trama histórica, a explicação causal do processo histórico precisa reter de forma peculiar também o que é ‘essencial” (FERNANDES, 1967:57). Como conseqüência, a análise de seqüências históricas deve contemplar a recíproca interdependência entre fatores essenciais e fortuitos.

Ainda que Florestan Fernandes veja alguns problemas na “teoria do acaso” de Antoine-Augustin Cournot ⁵⁶, especialmente sua insuficiência para ligar as formas qualitativas e quantitativas de inferência, ou a ambigüidade no uso de alguns conceitos, ressalta, todavia, sua importante contribuição ao nos sugerir a idéia de vincular logicamente inferências indutivas e dedutivas (FERNANDES, 1967:60).

Podemos aqui reter de Florestan Fernandes uma segunda orientação. Na inferência indutiva, não é a quantidade de fatos observados, nem como o selecionamos em termos de essenciais ou casuais no encadeamento dos fatos investigados que determinará a correção do tratamento sociológico. Mas, sim, a maneira como interligamos numa mesma série explicativa fatores necessários, regulares, constantes, por um lado, e fatores acidentais, fortuitos, variáveis, de outro. Um esquema coerente de explicações deverá dar conta de ambos.

56 Florestan Fernandes insiste ao longo de sua obra no uso correto e preciso dos conceitos como uma característica fundamental do trabalho sociológico. A crítica que faz a Antoine-Augustin Cournot é neste sentido.

d. Noções exatas e fatos precisos

O método das ciências naturais é o principal modelo no qual se inspirou a pesquisa sociológica até a década de 1940. As referências aos princípios matemáticos, sistemas físicos e, principalmente, aos padrões de organização biológica formaram a base conceitual da qual partiram os precursores da pesquisa sociológica, especialmente, Auguste Comte, Herbert Spencer, Émile Durkheim e seus continuadores mais diretos. Outra característica importante dessa fase foi o caráter dedutivo das proposições sociológicas, que consistia em admitir como válidos certos princípios e leis verificados em outros campos do conhecimento para, em seguida, ‘prová-los’ nos fatos.

Florestan Fernandes observa que na sociologia moderna, aquela praticada nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e na Inglaterra à sua época, a tendência dominante entre os pesquisadores é outra. Trata-se de “basear a interpretação sociológica em fatos e, progressivamente, em delimitar cada vez mais estreitamente (ou de modo mais preciso), os objetos das investigações” (FERNANDES, 1967:61). Isto significando que só pode haver um fundamento para a teoria sociológica: os dados sociais empíricos.

A Sociologia é uma ciência de natureza empírico-indutiva que, por isso mesmo, só pode alcançar sucesso se estiver baseada em fatos. Citando Claude Bernard, Florestan Fernandes (1967:61) dirá que “o raciocínio será sempre justo quando ele se exercer sobre noções exatas e sobre fatos precisos”. Neste processo de acúmulo contínuo de informações, todo o progresso ulterior da disciplina depende da qualidade e da justeza das informações coligidas. Mas como conseguir essa qualidade?

Ao deixar de ser uma disciplina especulativa, onde seus primeiros praticantes apoiavam-se quase que exclusivamente em pontos de vista filosóficos, e tornar-se uma disciplina empírica, baseada em observações precisas e exatas, cresceu em importância e relevância a pesquisa original. E a tarefa do investigador, de muita responsabilidade. Como resultado, “o respeito aos fatos só pode nascer do trato direto, contínuo e cotidiano dos fatos. Um pesquisador não pode ser improvisado; é preparado por um longo e penoso treinamento, que começa na escola mas nunca tem fim certo” (FERNANDES, 1967:62). Ademais, apenas colecionar informações, dados e descrições não é suficiente. Como dito anteriormente, não é a quantidade de dados que determina a excelência da atividade sociológica, mas sua importância explicativa. Assim, durante muitas décadas, os cientistas sociais tatearam por muitos caminhos, possibilidades e técnicas, sem que conseguissem com isso formar um corpo teórico homogêneo e unívoco que orientasse a atividade sociológica.

Para alcançar o status de ciência empírica independente é necessário “acentuar seu caráter de ciência de observação” (FERNANDES, 1967:68). A observação sociológica é fundamental. Acumular sistematicamente dados sociológicos, e as explicações correspondentes, tem, no entanto, um caráter especial para as sociedades humanas. Estas são no presente nada mais que a consolidação de diretrizes e possibilidades construídas no passado. Onde o progresso da sociologia dependerá, portanto, “da capacidade dos sociólogos em refinar as técnicas de observação que permitam o conhecimento das situações de vida contemporâneas e as técnicas de reconstrução de situações de vida desaparecidas” (FERNANDES, 1967:68). Quais técnicas permitem este conhecimento?

Florestan Fernandes (1967:68) fala de técnicas que “permitem alcançar, no presente, um grau de precisão a que não podiam aspirar os sociólogos pioneiros”. Como, por exemplo, as elaboradas pelos sociólogos norte-americanos para a pesquisa de campo, num caso; ou para a crítica de documentos na reconstrução histórica, elaboradas por arqueólogos, historiadores, lingüistas e etnólogos, em outro. Do progresso aí verificado, acompanhar-se-iam outros progressos, fundamentais para garantir a uniformização das teorias sociológicas. De um lado, teríamos a formalização de princípios, “de que dependem a validade de um raciocínio”; de outro, a fundamentação material que leva à “legitimidade de uma conclusão”. Por fim, Florestan Fernandes (1967:69) ainda afirma que...

... não serão as ‘noções exatas’ que nos levarão aos ‘fatos precisos’. Mas, inversamente, a precisão alcançada na investigação direta dos dados de fato é que nos conduzirá a noções mais exatas e nos permitirá completar a transformação, em pleno processo, da sociologia em uma ciência indutiva independente.

Uma terceira contribuição importante de Florestan Fernandes que devemos reter é a que se refere ao caráter coletivo do conhecimento sociológico. Pesquisadores, postos numa sucessão contínua de realização científica, usariam de técnicas precisas de investigação para elaborar noções exatas sobre os fatos e fenômenos da vida social. Enquanto noções exatas, isto é, rigorosamente constituídas, estas estabeleceriam conceitos e toda terminologia sociológica, tornando-se, inclusive, instrumentos de

investigação de elevado valor heurístico. Nisto constitui-se, para Florestan Fernandes, a chave trina da sociologia: rigor, trabalho e precisão.

2. As principais orientações teóricas

As orientações e proposições expostas por Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, principalmente, forneceram a Florestan Fernandes os elementos de que precisava para desenvolver um modelo próprio de interpretação e investigação sociológica. Como ficará evidente mais adiante, cada um destes autores deparou-se com problemas teóricos específicos, implicando, por isso mesmo, resolvê-los com materiais empíricos naturalmente adequados às questões que os preocupavam. Muito embora tenham inspirado “escolas” de pensamento diversas entre si, o tratamento metodológico destes materiais segue, entretanto, princípios e fundamentos lógicos semelhantes para os três autores. Exatamente isso que Florestan Fernandes insiste em ressaltar.

O “método objetivo” ou “genético-comparativo”, utilizado por Émile Durkheim, centra sua atenção em problemas colocados pela formação, desenvolvimento, evolução e classificação de grupos sociais, isto é, de indivíduos coletivamente organizados, conforme diferentes estruturas sociais. Este procedimento “permite abstrair variáveis operativas, combinadas em constelações nucleares mutáveis, de um campo supra-histórico” (FERNANDES, 1967:35). O “método de compreensão”, proposto por Max Weber, lida particularmente com os problemas relativos ao processo de socialização e de formação das bases sociais dos mecanismos de interação, permitindo, assim,

“abstrair as variáveis operativas de um campo a-histórico” (FERNANDES, 1967:34). O “método dialético” é utilizado por Karl Marx para apreender os mecanismos que compatibilizam, ao nível da consciência social, as atividades socialmente organizadas e a alteração dos padrões da ordem social. Neste sentido, o método dialético parece ser o mais adequado para o pesquisador que pretenda “abstrair as variáveis operativas de um campo histórico” (FERNANDES, 1967:35).

Para fins de análise sociológica, tanto Émile Durkheim quanto Max Weber e Karl Marx propõem utilizar-se de tipos esquemáticos – respectivamente, “tipo médio”, “tipo ideal” e “tipo extremo”. Estes resultam, fundamentalmente, de um procedimento mental do observador, em que se busca obter uma redução sintetizadora da realidade a partir da depuração e exame de dados empíricos puros. O objetivo metodológico é, aqui, construir modelos abstratos que contenham evidências factuais que assegurem a formulação dos interesses interpretativos envolvidos. Assim, mesmo que estes interesses sejam na origem diferentes, os procedimentos metodológicos de reconstrução da realidade são, por sua vez, capazes de oferecer sistemas unívocos para a compreensão da referência empírica.

Qualquer que seja o tipo esquemático considerado – um ‘tipo ideal’, um ‘tipo médio’ ou um ‘tipo extremo’ – engloba, ainda, dois sentidos que Florestan Fernandes (1967:35) recomenda que se observe. Em primeiro lugar, “representa uma construção lógica ou mental” produzida, unicamente, “em função dos intuítos ou propósitos cognitivos do investigador”. Num segundo aspecto, porém, compreende “as evidências empíricas” que são “essenciais para a caracterização dos efeitos dinâmicos das variáveis abstraídas, para a interpretação causal das relações delas entre si ou com

seus efeitos”, e, especialmente, “para a explicação generalizadora dos fenômenos sociais, cuja investigação positiva eles possibilitam”. É esta última característica a que mais interessa a Florestan Fernandes, pois liga a investigação sociológica à possibilidade de formulação de leis gerais em Sociologia. Vejamos o que Florestan Fernandes retém das contribuições e orientações teóricas de Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx para a prática da investigação sociológica.

a. Émile Durkheim

No que tange aos aspectos metodológicos, é nítido nas obras de Émile Durkheim a influência recebida de filósofos e pensadores positivistas e empiricistas, tais como Francis Bacon, René Descartes, Stuart Mill e, principalmente, Auguste Comte e Herbert Spencer. É no diálogo com estes autores que Durkheim buscava superar os limites do método científico experimental, quando aplicado às Ciências Sociais, tendo, inclusive, encontrado “uma solução própria às questões contraditórias que se punham inevitavelmente no campo da filosofia das ciências” (FERNANDES, 1967:71). A principal destas contradições consistia em exigir de uma ciência ainda em gestação – a Sociologia – uma teoria pura que orientasse os pesquisadores na observação dos fatos. Quando o natural seria, ao contrário, que esta mesma teoria resultasse do acúmulo de observações e análises efetivadas. Na conclusão lógica deste raciocínio, Émile Durkheim sugere a necessidade de estabelecer, formalmente e o quanto antes, uma **teoria de investigação sociológica** para que, no futuro, o material assim recolhido pudesse prestar-se efetivamente à formulação de leis e teorias gerais.

Émile Durkheim é de fundamental importância para o esquema conceitual de Florestan Fernandes, na medida em que algumas das concepções do primeiro seriam de alto interesse e relevância para o segundo. Antes de tudo é necessário ressaltar que Émile Durkheim parecia a Florestan Fernandes (1967:70) alguém que “confiava na razão dentro dos limites da experiência e que acreditava na experiência segundo as regras da razão”. Também defendia uma concepção de ciência “realista”, pois que só é possível existir ciência quando a ancoramos num “objeto próprio e independente” e o investigamos segundo uma metodologia específica (FERNANDES, 1967:73). Assim, tornar-se-ia até natural que Florestan Fernandes destacasse e incorporasse de Émile Durkheim o conjunto das regras que este constituiu como base e fundamento de qualquer investigação sociológica.

Num processo contínuo de descrições exatas e observações bem feitas, mesclando práticas de “experimentação indireta”, “observação pura”, e até mesmo recorrendo à formulação de hipóteses provisórias de pesquisa, Émile Durkheim conseguiu escapar à “circularidade racionalista” de seus predecessores, que ligava teoria e observação (FERNANDES, 1967:71). Fornecendo um guia simples e prático de procedimentos de pesquisa, as “Regras do Método Sociológico” de Émile Durkheim impedem que o investigador acumule erros, falhas e descuidos que comprometam seu trabalho e a que fatalmente estaria sujeito se agisse de outra forma.

O primeiro tema tratado por Émile Durkheim, e que Florestan Fernandes adotou definitivamente em sua prática investigativa, é aquele que cuida das relações ou ajustes entre o pesquisador e os dados da sociologia. Ou seja, os fatos sociais e as regras que asseguram “um conjunto de condições intelectuais” capazes de fornecer à

sociologia “dados descritos com objetividade, uniformidade e exatidão” (FERNANDES, 1967:77). A garantia de cientificidade de todo processo decorre essencialmente, e num primeiro plano, da atitude intelectual do pesquisador. Recomenda-se a ele que em suas pesquisas: a) considere “os fatos sociais como coisas”, e que b) afaste “sistematicamente todas as prenoções” (FERNANDES, 1967:74). Tratando seu objeto de pesquisa como “coisa” é possível descrevê-lo de modo claro, inequívoco e substancialista. E afastando qualquer julgamento *a priori* é que se pode pensar em obter a neutralidade esperada do pensar científico ⁵⁷.

Em seguida, seria fundamental ao pesquisador seguir o critério de objetividade presente na regra que diz que todo objeto pesquisado se apresenta como um conjunto de fenômenos que têm em comum certos caracteres exteriores que lhe são essenciais. Sendo os “caracteres comuns a todos os indivíduos do mesmo tipo” em número finito, tornar-se-ia possível conhecer sua “essência” (FERNANDES, 1967:76). Estas características do objeto independeriam, portanto, da sensibilidade e do tipo de percepção presumível ao observador. Muito embora tenha que tomar diretamente aos dados sensíveis “os elementos de suas definições iniciais [...] não é seu espírito que impõe uma ordem aos fatos; o investigador apenas a descobre: onde, quando e como ela existe” (FERNANDES, 1967:76) ⁵⁸.

57 Seria o caso de considerar que Florestan Fernandes tenha, em sua fase acadêmica, enfatizado por demais esta “neutralidade” do investigador em relação ao seu objeto, chegando a transportá-la para sua prática política e comportamento intelectual fora da universidade.

58 Observe-se que em afirmações deste tipo Florestan Fernandes deixa evidente a concepção demasiado positivista que o orientava na prática da ciência. Não nos parece, entretanto, que neste momento de sua carreira Florestan Fernandes tenha se dado conta das conseqüências e implicações desta forma de proceder. Sua atenção estaria, por enquanto, unicamente na produção do conhecimento e não, necessariamente, nas condições e conseqüências de sua legitimação.

O segundo tema que Florestan Fernandes destaca da obra de Émile Durkheim refere-se à “construção da inferência indutiva na sociologia” (FERNANDES, 1967:77). A justificativa que utiliza para a prevalência do método indutivo em relação ao dedutivo faz uso de um argumento ao mesmo tempo simples, mas persuasivo. Para descobrir as leis da natureza é necessário estudar atentamente as leis da natureza. Não há outro meio. Somente a “prova da experiência” poderá endossar a validade ou não da interpretação dada aos fatos, especialmente se elaborada dedutivamente. Assim, se aprovar ao investigador o uso de qualquer forma de raciocínio dedutivo este deve limitar-se mais propriamente à formulação de hipóteses. Não esquecendo, porém, que exatamente por tratar de realidades, a sociologia não pode prescindir do método indutivo para encontrar suas leis (FERNANDES, 1967:77).

Émile Durkheim propôs-se antes de tudo a produzir uma Teoria da Investigação Sociológica. Sem procedimentos investigativos adequados nenhuma Teoria Sociológica poderia ter consistência. As normas que propõe são, portanto, normas de investigação.

A importância prática das normas para o investigador é, em primeiro lugar, sua adequação à ciência e não à ideologia. Émile Durkheim resolveu este “problema”, primeiro, ajustando o pesquisador aos dados: a) afastando as pré-noções; e b) considerando fatos sociais como coisas. Segundo, estabelecendo normas para a descrição dos objetos: a) por seus caracteres exteriores; b) pelas características do tipo e não do indivíduo; c) pela prevalência da ordem dos fatos e não a do observador. A inferência indutiva decorre, portanto, da noção de que conceitos exprimem, ou devem exprimir adequadamente as coisas (FERNANDES, 1967:77).

Como conseqüência, a técnica da inferência indutiva na sociologia postulada por Émile Durkheim não se resume simplesmente a enumerar casos, tipos ou classes, ela consiste, ao contrário, em ir do que é 'mais particular' ao que é 'mais geral' (FERNANDES, 1967:78). Indução amplificadora, portanto. Considerando-se a "experiência sociológica" tal qual a encontramos acima, o caráter indutivo das leis em sociologia decorre, em Émile Durkheim, de um processo de "generalização com base na experiência" (FERNANDES, 1967:78). Neste particular é que Florestan Fernandes ressalta a contribuição durkheimiana em pelo menos três aspectos.

Quanto à seleção da base empírica o tipo e o material a serem usados dependem, em primeiro lugar, da natureza dos problemas investigados e, em segundo lugar, da "relação entre consistência da base empírica explorada e a legitimidade da inferência estabelecida" (FERNANDES, 1967:78). Documentos históricos, etnográficos, análises estatísticas e outras fontes significativas para as ciências sociais só são utilizados quando se apresentam suficientes para comprovar inequivocamente certas regularidades com as quais os sociólogos precisam trabalhar em suas pesquisas⁵⁹. Por sua vez, a peculiaridade da escolha deve, ainda, levar em consideração o fato de que os dados em sociologia são duplamente selecionados: não apenas por seus caracteres exteriores, mas, também, quanto ao seu caráter essencial, na medida em que é tipicamente um fenômeno sociológico. Logo, a base empírica utilizada deve evidenciar não só o que é típico para a caracterização sociológica dos fenômenos, "mas ainda ao

59 Note-se o cuidado que Florestan Fernandes sempre teve em suas pesquisas para selecionar, adequadamente, suas fontes e coligar os dados que precisava investigar. Ver, por exemplo, as considerações que faz sobre os documentos disponíveis para uma investigação sobre os índios tupinambá, conforme o texto "Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas" (FERNANDES, 1975:191-298). Este cuidado metodológico seguir-se-ia como "marca" também de seus alunos, orientandos e auxiliares de pesquisa, tais como Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

que é permanente ou necessário à própria realidade social” (FERNANDES, 1967:79). Concentrando sua observação naquilo que é essencial, tornar-se-á razoável que nem sempre o pesquisador precise trabalhar com grandes massas de dados para estabelecer uma inferência sociológica legítima. Fatos decisivos e cruciais, cuidadosamente escolhidos, mesmo em pequeno número bastam para a caracterização sociológica dos fenômenos. E mediante comparações escrupulosas é possível generalizar as explicações muito além dos limites aos quais foram originalmente constatadas (FERNANDES, 1967:79 e 80).

No que concerne à formação da inferência indutiva é necessário não esquecer que a observação é simplesmente o primeiro passo, “o degrau mais baixo da ciência” (FERNANDES, 1967:81). Esta só se completa com a interpretação. Verdadeiramente é a interpretação “que irá mostrar a ‘ordem’ existente entre os fenômenos, como eles se ligam entre si e como se determinam mutuamente, as tendências e as regularidades que se dão de fato” (FERNANDES, 1967:81). Neste particular, a recomendação que Florestan Fernandes toma de Émile Durkheim é que ao se estudar qualquer fenômeno social proceda-se a uma dupla pesquisa. Numa direção está o levantamento das relações que ligam o fenômeno investigado aos fatos sociais que lhe são antecedentes e lhe deram causa; numa outra direção a atenção do investigador deve se voltar para “seus efeitos úteis”, ou aquele fim social para o qual contribui. De qualquer maneira é sempre o meio social o fator determinante e “fundamento da aplicação do princípio de causalidade na explicação sociológica” (FERNANDES, 1967:81).

Aqui cabe uma ressalva bem observada por Florestan Fernandes (FERNANDES, 1967:99 e 100). Embora de grande praticidade, coerência lógica e simplicidade conceitual, a Sociologia de Émile Durkheim encontra seus limites na tentativa deste em aplicar os ideais de explicação positiva à sociologia. Neste caso, o princípio de indução conteria em si duas noções altamente questionáveis: a) a noção de que o universo é governado por leis estáveis e que, portanto, conhecendo-se as leis que regem um evento num ponto do tempo elas seriam válidas em todos os tempos; b) que o universo é regido por leis gerais: basta saber como se aplicam num só caso e em todos os casos iguais acontecerá da mesma forma. Ora, esta concepção não deixa de ser uma forma de abordagem mecanicista dos fenômenos sociais que tende a considerar a estrutura dos sistemas sociais como semelhante aos sistemas físicos e biológicos. Certamente o mundo social tal qual o conhecemos não é assim. Grande parte dos problemas que preocupam o sociólogo diz respeito aos fenômenos de mudança social, de comportamentos 'irracionais' e de processos contínuos (*in flux*) da vida em sociedade que a matriz interpretativa durkheimiana não é capaz de resolver.

Por outro lado, a contribuição de Emile Durkheim se fortifica com o "funcionalismo". De fato, afirma Florestan Fernandes...

... nada nos aconselha a subverter a orientação que se estabeleceu na sociologia, desde os trabalhos pioneiros de Spencer e Durkheim, de explorar o 'funcionalismo' como um instrumento de trabalho utilizável nas fases lógicas de construção, fundamentação e verificação do raciocínio científico. Ele é um dos métodos de interpretação forjados pelos sociólogos para enfrentar e resolver, em termos qualitativos, os problemas da indução amplificadora em nosso campo de investigação [...] Portanto, embora não seja uma 'teoria', o método de interpretação funcionalista representa uma via

para formular-se ‘proposições empíricas’, testá-las e incorporá-las à teoria sociológica. (FERNANDES, 1970a:193).

Finalizando, se a Sociologia ainda não dispunha à época de Émile Durkheim de elementos que pudessem categoricamente afirmar que o que é válido num caso o é para todos os casos semelhantes e nas mesmas condições, no entanto, com o acúmulo de pesquisas seria possível obter elementos suficientes o bastante para afirmar que a “ordem existente nas relações humanas em sociedade é compatível com o princípio de determinismo universal” (FERNANDES, 1967:82). Afinal, interpretar coisas é dispor as idéias que dela possuímos tal qual elas se realizam concretamente para o observador. Obviamente, devemos admitir *a priori* que este determinismo causal é possível, para então, num segundo momento, recolher tantas provas materiais quanto seja necessário para comprová-lo. Ao mesmo tempo é necessário agregar novas formas de observação, novos caminhos metodológicos que possam sustentar ou não afirmações generalizantes sobre o mundo social. Para Florestan Fernandes, a Sociologia, nas décadas de 1940 e 1950, já se encontrava neste segundo estágio. Por isso, necessitando complementar (criticar) suas orientações e formulações teóricas originais.

b. Max Weber

Um diferencial significativo que Florestan Fernandes (1967:85) faz questão de frisar diz que ao contrário do que aconteceu na França, em que a sociedade foi compreendida desde o início como algo natural e, portanto, passível de ser conhecida em sua materialidade objetiva, a tradição filosófica alemã, herdeira do kantismo, insistia

156

na análise do conhecimento, orientando-se para a compreensão do “entendimento que julga a natureza das coisas”, sob o justificado pretexto de que a “razão não percebe senão o que ela mesma produz com relação a seus próprios desígnios”. Como nem toda experiência é possível, já que o que conhecemos corresponde tão somente a “um” dos modos de realização do objeto, os conceitos que os exprimem teriam por sua própria natureza a faculdade de expressar condições de produção de fenômenos que, de fato, não podem ser encontrados na prática, mas que, com certeza, poderiam sê-lo.

Esta orientação filosófica, presente entre os sociólogos alemães, demonstra a possibilidade lógica de uma Sociologia Pura, que se apresentaria ao lado de uma Sociologia Empírica ou Sociografia e de uma Sociologia Aplicada. No texto “A Sociologia Aplicada: Seu Campo, Objeto e Principais Problemas”, publicado originalmente na Revista Sociologia, em 1958, Florestan Fernandes (FERNANDES, 1976:96 e 97) assim as define: a) A Sociologia Pura seria a responsável pela “construção sistemática dos conceitos sociológicos fundamentais”, tais como os de ação, relação, estrutura etc., através de “procedimentos formais que permitissem abstrair os elementos axiomáticos dos fenômenos sociais, considerados hipoteticamente em termos estáticos”; b) A Sociologia Empírica cuidaria da “investigação dos fenômenos sociais por meio da observação e da comparação baseada em observações, com base em dados de fato, colhidos, originalmente, pelos geógrafos, folcloristas, etc.” fornecendo a “descrição empírica de situações concretas de existência”; c) À Sociologia Aplicada, entremeando as outras duas, caberia a importante missão de “calibrar os conceitos sociológicos construídos sistematicamente, de modo a adequá-los à natureza dinâmica dos fenômenos sociais”, de tal modo que

suas explicações seriam as “fórmulas que explicam, em linguagem verdadeiramente causal e nomotética, as origens e a evolução dos sistemas sociais globais”.

Para os sociólogos alemães (como, por exemplo, Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Sombart, Max Weber, Karl Mannheim, constantemente citados por Florestan Fernandes) os conceitos sociológicos, tratados pela Sociologia Pura, seriam de natureza diferente dos conceitos das ciências naturais. Tais conceitos não encontram correspondência nem no conhecimento matemático, e muito menos no conhecimento experimental; eles fazem parte de uma categoria que habita a consciência dos indivíduos, imperceptíveis, portanto, mas capazes de serem adequadamente tratados como “fenômenos de ‘sentido’”, através do “método de compreensão” (FERNANDES, 1967:87). A questão toda, do ponto de vista da explicação generalizadora, consistiria em demonstrar quando e como a “possibilidade da experiência em geral” corresponderia às “condições de possibilidade dos objetos da experiência”, e qual o método indicado para fornecer as “interpretações que explicam causalmente o curso da vida” (FERNANDES, 1967:87).

Através do conceito de “tipo ideal”, que não chegou a elaborar de forma completa e sistemática, Max Weber conseguiu estabelecer uma “articulação orgânica entre a sociologia pura ou construtiva e a sociologia descritiva ou empírica” (FERNANDES, 1967:88). Em Max Weber, a sociologia tem por objeto a interpretação da ação social. Tal interpretação, contudo, depende da capacidade do observador em descobrir o “sentido subjetivo ou mental das ações” (FERNANDES, 1967:88). Nesta tarefa ele conta com o método compreensivo, em que pode seguir e conjugar duas linhas de interpretação. No primeiro caso, temos o “sentido existente de fato”, aquilo

que é historicamente dado ou o resultado de uma média ou aproximação em um conjunto de casos (FERNANDES, 1967:88). Numa segunda linha, temos o “sentido construído como *tipo ideal*”, ou seja, naqueles aspectos considerados pelo observador como essenciais para a produção do fenômeno estudado (FERNANDES, 1967:88 e 89). Interpretativamente o trabalho sociológico consistiria em operar comparativamente a partir de duas séries de fatos: uma **real**, ou dos fenômenos no curso observado; e outra **ideal**, ou seja, dos fenômenos construídos racionalmente no curso do *como se*.

Semelhante a Émile Durkheim, observe-se que o procedimento interpretativo weberiano também se fundamenta nos dados de fato, naquilo que é estritamente empírico. As regularidades observadas não dependem de desejos, crenças e sentimentos do observador, nem se aproximam de algo parecido ao determinismo universal, “elas nascem da repetição conjunta ou coordenada de certas condições exteriores e de certos motivos subjetivos das ações” (FERNANDES, 1967:91). Logo, a formação da inferência indutiva assume em Weber um desenho todo especial, pois resulta da conjugação da “‘adequação de sentido’ e da ‘adequação causal’ na interpretação sociológica” (FERNANDES, 1967:91). Elemento através do qual o conhecimento sociológico elabora sua interpretação causal, o “motivo é uma conexão de sentido” que fundamenta o sentido de uma conduta para o ator ou para o observador. A adequação de sentido, por sua vez, trata-se de “uma afirmação do sujeito-investigador de que os elementos de uma ação constituem uma ‘conexão de sentido’ típica com referência aos hábitos mentais e afetivos médios” (FERNANDES, 1967:91). A “causa” seria explicada como o resultado de uma “determinada regra de possibilidade”, ou seja, que “a um determinado processo (interno ou externo) observado

segue outro processo determinado (ou: aparece junto com ele)” (FERNANDES, 1967:91). E a adequação causal, na afirmação de “que uma sucessão de fatos, segundo as regras da *experiência*, tem a probabilidade de transcorrer sempre de igual maneira” (FERNANDES, 1967:91).

Certamente que os conceitos assim elaborados, como tipo ideal, são conceitos generalizadores, pois resultam de uma construção do sujeito-investigador, que retém para fins heurísticos o que é essencial à produção dos fenômenos e não aquilo que é acessório. Apresentam também um caráter a-histórico, na medida em que seu conteúdo refere-se a relações tidas por nós como estáveis ao longo do fluxo dos acontecimentos. Não é por acaso que a Sociologia é uma ciência generalizadora e seus conceitos tendem a ser universais. No entanto – e é esta, para Florestan Fernandes, a contribuição mais importante de Max Weber à lógica indutiva da sociologia – os conceitos sociológicos, mesmo sendo unívocos e gerais, devem “respeitar os limites impostos pelo universo empírico considerado” (FERNANDES, 1967:94). Ainda que se baseie na “suposição lógica de que os caracteres essenciais tendem a repetir-se nos casos ou instâncias similares”, somente a “experiência permitiria comprovar qualquer conclusão a respeito” (FERNANDES, 1967:94). Como consequência, a principal característica dos conceitos é que devem ser manipulados como “instrumentos científicos na ordenação sociológica da realidade” e de “forma empírico-indutiva com referência a cada situação social investigada” (FERNANDES, 1967:94). Confirmando, assim, as diretrizes propostas por Robert Merton acerca das teorias sociológicas de médio alcance, às quais nos referimos no início deste capítulo.

Resumindo, conquanto Weber, com seu método, escapa da armadilha de compreender a realidade social como algo **concreto**, por sua vez, o ponto fraco de sua teoria reside no lado oposto, ou seja, no fato da seleção típica-ideal depender de pontos de vista arbitrariamente escolhidos pelo investigador. Ainda que certa dose de subjetividade seja inerente aos processos interpretativos em sociologia, a verdade é que tal tipo de construção, que seleciona somente alguns aspectos da realidade observada, parecerá sempre uma tentativa de adequar a realidade às afirmações ou aos limites do conhecimento pessoal do sujeito-observador. E, da mesma forma que em relação a Emile Durkheim, este tipo de construção intelectual também não é capaz de lidar, por exemplo, com processos de mudança dramática das estruturas e de outros aspectos mais instáveis da realidade social. Devendo, por isso mesmo, ser complementado. O que, verdadeiramente, Florestan Fernandes se propõe fazer.

c. Karl Marx

Tanto o “tipo médio” proposto por Émile Durkheim, quanto o “tipo ideal” proposto por Max Weber não oferecem condições de ajustamento intelectual entre o sujeito-observador-investigador e a análise de fenômenos dinâmicos quando esta compreende, por exemplo, “um sistema social determinado que se transforma como um todo” (FERNANDES, 1967:98). Em casos como a passagem da organização feudal para a capitalista nas sociedades européias, ou a evolução da discriminação racial em direção ao preconceito de cor em São Paulo, temos um “fenômeno cuja transformação é encarada e explicada pela transformação do sistema social global” (FERNANDES,

1967:98). Parecem existir certas regularidades, certas coincidências ou tendências de desenvolvimento dos sistemas sociais que “não lembram a combinação ocasional de certas condições ou de efeitos e que tampouco poderiam ser consideradas construções arbitrárias dos estudiosos” (FERNANDES, 1967:100). Seriam tais transformações histórico-sociais evidências concretas de uma ‘ordem providencial’ ou a concretização de um ‘destino inelutável dos povos’? Poderia estes fenômenos ser interpretados sociologicamente? E qual o método mais adequado?

A resposta a tais questões depende, nos termos colocados por Florestan Fernandes, da satisfação de duas condições. A primeira destas condições consistiria na “possibilidade de elaborar conceitos adequados a situações histórico-sociais, mas válidos sociologicamente”; a segunda, na “formação de uma perspectiva de interpretação que permitisse manipular de forma científica os fenômenos sócio-culturais encarados historicamente” (FERNANDES, 1967:100). Na filosofia alemã, através de certas ponderações da filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, e nas contribuições de Karl Marx, é que Florestan Fernandes encontra os recursos necessários para resolver as questões assim colocadas. Começemos por aquilo que Florestan Fernandes retém de G.W.F. Hegel.

A doutrina hegeliana do conceito requer, ao contrário dos lógicos que o antecederam, a necessária correspondência entre o objeto (conteúdo) e seu conceito (forma). Se, para G.W.F. Hegel, “o saber dado é essencialmente um saber do objeto”, sua **forma** e seu **conteúdo**, entretanto, têm que se confirmar mutuamente no **real** (FERNANDES, 1967:102). Visto dessa forma o conhecimento da verdade, do pensamento e de suas representações deixa de ser apenas a constatação prática de

um processo especulativo, ou simplesmente a elaboração de um saber histórico “supérfluo”, para se tornar, isto sim, o resultado de um processo dialético, de formação de conceitos perfeitamente adequados à experiência real (FERNANDES, 1967:101). Ora, ao se comparar os dois momentos, do objeto e do conceito, estes devem coincidir. “Quando não coincidem, a consciência deve alterar seu saber, para torná-lo adequado ao real, e nesse processo se altera também o objeto de seu saber” (FERNANDES, 1967:102). É nesta mútua determinação que se constitui o cerne do método dialético.

Conquanto concebem-se as alterações por que passa a consciência humana e, portanto, sua evolução como um processo inexorável do espírito humano, podemos “submeter o empírico a um tratamento dialético” (FERNANDES, 1967:102). De fato, ao considerarmos, como faz G.W.F. Hegel, “que o racional se projeta no saber e no querer humano através das necessidades e das atividades dos homens em sociedade”, a história corresponderia ao “processo de autoconsciência do espírito” através das eras (FERNANDES, 1967:102 e 103). Neste caso, porém, as transformações a que submetem os homens não seriam passageiras ou casuais, mas o resultado de sua própria natureza em constante atividade.

Ao satisfazer suas necessidades e paixões através das criações que produz, estas retornam ao espírito do homem como matéria, exigindo dele uma nova elaboração de si mesmo. O mundo, deste modo, não seria um lugar de calma e felicidade eterna, mas o palco de constantes e eruptivas transformações, cuja essência é o conflito, o contraste, a oposição (FERNANDES, 1967:104). Este aspecto da realidade é o que permitiria apreender a natureza das transformações histórico-sociais tal qual elas se apresentam empiricamente ao observador. A coexistência de velhas e

novas estruturas pareceria, num primeiro momento, paradoxal ou fortuita assumindo características próprias, quer como manifestação daquilo que é “essencial e imanente a todas as manifestações do espírito”, quer como realização “peculiar, essencial e imanente a cada uma das formas de realização do espírito no seu devenir” (FERNANDES, 1967:104).

As críticas de Karl Marx a G.W.F. Hegel surgem no exato momento em que a explicação científica principia a substituir a especulação filosófica – e não a razão – no entendimento da natureza das coisas. De modo específico, o “aproveitamento construtivo das perspectivas abertas por Hegel às ciências da sociedade e da história”, na opinião de Florestan Fernandes (1967:104), não bastava, pois “dependia de uma inversão completa de sua orientação, através da qual substituísse a especulação pela investigação empírica, o idealismo especulativo pela ciência”. Se os conceitos, da forma como foram elaborados por G.W.F. Hegel, prestam-se mais à análise e compreensão das formas histórico-sociais, a “única teoria consistente, já elaborada no moderno pensamento sociológico, sobre a interpretação indutiva de uniformidades de seqüência, encaradas historicamente” pertence a Karl Marx (FERNANDES, 1967:105).

Interessante observar, todavia, que o método dialético preconizado por Karl Marx surge como uma antítese direta a G.W.F. Hegel. Para este, fundamentalmente, é o processo dialético, ou mesmo a Idéia, que “transforma em sujeito substancial o demiurgo do real, sendo a realidade só sua forma de manifestação externa” (FERNANDES, 1967:105). Para Karl Marx, ao contrário, “o ideal não é mais do que a transformação e a transposição que sofre o material ao passar pelo cérebro humano” (FERNANDES, 1967:105). Como consequência dessa inversão, o método dialético,

único adequado ao tratamento de estruturas e sistemas sociais em transformação, teria sua base exclusivamente em procedimentos empíricos, seja na observação, interpretação ou mesmo na verificação dos resultados. Seu “critério básico de procedimento” no elevar-se daquilo que é particular ao que é mais geral. E como “verdadeiro objeto da reflexão científica”, a vida em sociedade (FERNANDES, 1967:105). Afinal, se a sociedade é o resultado da ação recíproca dos homens, a vida em sociedade, por sua vez, qualquer que seja a forma que assuma, não pode ser objeto da escolha dos homens: “dada uma etapa particular de desenvolvimento da produção, tem-se uma estrutura social correspondente” e formas típicas de organização da família, classes, Estado etc. (FERNANDES, 1967:106).

Florestan Fernandes ressalta, assim, alguns aspectos ou idéias de Karl Marx sobre as condições e limites da explicação científica dos fenômenos sociais que constituem parte substancial do acervo metodológico que utiliza em seus trabalhos.

O primeiro aspecto que observa em Karl Marx é quanto à explicação de situações histórico-sociais.

Uma coisa é o procedimento de investigação, de observação e coleta dos dados propriamente dita, outra é a explicação. Nem mesmo Karl Marx utilizava nas monografias que produziu a totalidade do que encontrou em suas pesquisas preliminares. Muito do que é essencial na investigação reserva-se tão somente ao próprio esclarecimento do investigador, não sendo jamais tornado público (FERNANDES, 1967:107). Eis porque as técnicas de investigação adotadas por Karl

Marx devem ser buscadas nas entrelinhas de seus textos e não num compêndio próprio, produzido para este fim.

Florestan Fernandes (1967:107) encontra em Karl Marx um substituto teórico para os experimentos de laboratório. Trata-se da **capacidade de abstração**, ou seja, “da capacidade analítica de lidar com materiais empíricos, na reconstrução de situações histórico-sociais e em sua interpretação”. Esta capacidade de abstração admite, naturalmente, diversas etapas. O procedimento investigativo realiza-se, num primeiro momento, mediante o conhecimento positivo de duas séries reais de fatos: uma é o “conhecimento empírico das situações particulares, que precisam ser explicadas”; e outra é o “conhecimento empírico das situações histórico-sociais que têm pontos em contato com elas (determinação do que é comum, do que se repete ou é geral, nesses termos)”. São estas operações que permitem isolar, de modo empírico, os fatores predominantes na explicação da “‘constituição íntima’ do fenômeno investigado”. Apenas no momento seguinte é que o investigador passaria à terceira etapa, a da “descoberta da explicação adequada às situações histórico-sociais consideradas”.

Admitindo-se, por sua vez, o postulado do princípio do determinismo para a explicação científica dos fenômenos sociais, faz-se necessário encontrar não só o que é típico para a produção de uma situação sociológica qualquer, mas, igualmente, o que permanece fazendo parte do mesmo universo empírico, independentemente dos graus possíveis que podem alcançar o fenômeno estudado em seu desenvolvimento ou complexidade. Assim, a divisa o “que é verdadeiro para o *fenômeno típico*, seria igualmente verdadeiro para os fenômenos análogos ou similares em aspectos essenciais assinaláveis”, toma, no caso de Karl Marx, uma outra dimensão

(FERNANDES, 1967:108). A tipicidade de um fenômeno não se realiza mediante ao que é comum a fenômenos de uma mesma série, como o é para Emile Durkheim; ou como a idealização de aspectos considerados essenciais medianamente considerados, como é o tipo ideal em Max Weber. É típico para Karl Marx, quando o “fenômeno considerado realiza em *grau extremo* o conjunto de caracteres que se apresentam, com maior intensidade, em manifestações similares do fenômeno” (FERNANDES, 1967:57). O tipo extremo assemelhar-se-ia à “moda” em estatística, seria aquilo que repete mais vezes na série considerada.

Na explicação científica dos fenômenos sociais devemos, portanto, observar algumas “regras”. Constitui a tarefa do pesquisador por excelência evidenciar, a) o que é “geral”, ou seja, “as determinações comuns ao fenômeno considerado” em termos genéricos; b) o que é “particular”, isto é, “as determinações comuns ao fenômeno considerado, nas condições em que constitui objeto de investigação”; e c) o que constitui sua “totalidade”, ou seja, “evitar, tanto quanto possível, a separação dos elementos analisados de seu contexto empírico imediato” (FERNANDES, 1967:109). O conhecimento do “geral”, do “particular” e do “todo” de um fenômeno levam o sujeito-investigador, de modo prático, a concentrar-se na seleção daqueles aspectos “no particular” que são realmente explicativos, visto tratarem-se normalmente de fenômenos transitórios ou em vias de transformação. Karl Marx percebeu que em todo fenômeno histórico-social persistem elementos que “pertencem a todas as épocas; outros são comuns a algumas delas”, assim, o “que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos gerais e comuns”, e não algum tipo de determinismo providencial (FERNANDES, 1967:110). Mas, como indicá-los?

O segundo aspecto que Florestan Fernandes (1967:111) considera em Karl Marx diz respeito à formação de conceitos.

O método explicativo indicado tem, claramente, o objetivo de ajustar a inteligência aos fatos, permitindo sua perfeita compreensão em termos dos predicativos que os constituem: complexidade, totalidade e instabilidade. De modo que se torna fundamental representá-los simultaneamente em sua unidade e em sua diversidade. Ora, conceitos assim formulados terão de ser, necessariamente, carregados de realidade empírica, próximos a reproduzi-la como algo concreto. Muito diferente, portanto, de sistemas abstratos “logicamente homogêneos de conceitos universais ou gerais” (FERNANDES, 1967:111).

Em Karl Marx, a “validade lógica de qualquer conceito” restringe-se “à sua capacidade de reproduzir plenamente uma realidade dada”, e seu nível de abstração alcança tão somente os elementos presentes nas diferentes formas de manifestação empírica do fenômeno estudado (FERNANDES, 1967:111). Uma “totalidade concreta”, como é o caso da população de um país ou sua produção, a nação ou o Estado, constitui antes uma elaboração do pensamento. E muito embora seja o resultado final de um conjunto complexo de interações, nós costumamos percebê-la como ponto de partida de nossas análises. O investigador do social não pode, porém, cometer tal equívoco. “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” e, enquanto síntese, expressa abstratamente relações sociais que são verdadeiras e existem em realidade (FERNANDES, 1967:112 e 113). Dessa maneira, o elemento explicativo não se encontra referido a um “todo” abstratamente construído, formulado a partir de formas elementares de um processo, por isso,

permanente e estável, mas em face de um “todo” definido por seu conteúdo concreto e, portanto, sujeito a constantes redefinições e reavaliações. Melhor seria então defini-las como representações constituídas na forma de “categorias histórico-sociais”, pois que são produtos históricos e inexoravelmente transitórios ⁶⁰.

O terceiro aspecto abordado por Florestan Fernandes, a partir da obra deixada por Karl Marx, trata da técnica da inferência indutiva.

Certamente que ao considerarmos as relações e processos sociais como **realidade** torna-se complexo e extremamente difícil elaborar inferências indutivas. Não obstante, vemos que o que há de mais característico na aplicação indutiva do método dialético diz respeito à formulação do que pode ser chamado de “leis naturais”. Tal qual os conceitos, as leis econômicas, por exemplo, são percebidas por Karl Marx como leis histórico-sociais, neste sentido transitórias, mas nem por isso “necessárias e inevitáveis” (FERNANDES, 1967:1114). As características deterministas com as quais as vemos não ocorrem porque sejam “leis” obrigatórias, mas porque correspondem a um desenvolvimento histórico típico e concreto das forças produtivas. Logo, o que há de essencial nos fenômenos a serem investigados corresponde tanto ao que Karl Marx chamou de ‘determinações comuns’, quanto ao que chamou de ‘determinações particulares’. No confronto destas duas séries – condições sociais recorrentes e processos sociais *in flux* – é que poderíamos encontrar os elementos causais que respondem pelos efeitos observados (FERNANDES, 1967:115).

⁶⁰ Florestan Fernandes (1967:113), conforme cita em nota de rodapé, remete nestas passagens à leitura que fez das obras de Karl Marx: “Contribuição à crítica da Economia Política”; “Miséria da Filosofia”; e “El Capital”.

A explicação baseada no método dialético consistiria, assim, em apreender intelectualmente a realidade social em suas regularidades não apenas numa dupla determinação, mas sob um tríptico aspecto. Em primeiro lugar, “quanto às condições de formação de um dado sistema social”; em seguida, “quanto às condições que intervêm na preservação desse sistema social”; e, finalmente, “quanto às condições que podem alterar a ‘constituição íntima’ do sistema social considerado e o sentido dessa alteração” (FERNANDES, 1967:115). Sob estas condições seria, então, possível interpretar positivamente os fenômenos sociais em sua ‘dinâmica real’, ou seja, naquilo que produz ou interfere nas origens, vigência e transformações dos processos sociais (FERNANDES, 1967:115).

Elaborado de tal modo, entretanto, o grau de generalidade possível de se alcançar através do método dialético é claramente limitado. Uma *lei científica* formulada nestas condições aplicar-se-ia tanto aos fenômenos investigados diretamente quanto aos que lhes são similares ou tendem a se combinar de maneira idêntica ou parecida. É somente por este fato que ela teria um caráter ‘geral’, próprio das leis, e não um caráter ‘particular’ (FERNANDES, 1967:116 e 117). Ou seja, explicações construídas pelo método dialético, de um lado, “descrevem relações causais que são gerais com referência às condições consideradas na interpretação do fenômeno” e, de outro, somente “possuem plena validade onde e quando o fenômeno considerado se apresente nas condições em que as relações causais descritas são objetivamente possíveis e necessárias” (FERNANDES, 1967:117). Obviamente as leis assim elaboradas possuem um modo próprio de verificação de sua validade.

O quarto aspecto que Florestan Fernandes considera a partir de Karl Marx diz respeito à verificação da inferência indutiva.

É inteiramente correto admitir que leis derivadas de procedimentos empíricos possam ser verificadas empiricamente, todavia, quando empregamos o método preconizado por Karl Marx podemos encontrar uma outra forma positiva de verificação. Sendo sua contínua transformação a principal característica dos fenômenos que preferencialmente estudamos pelo método dialético, as leis que o regem são, acertadamente, leis tendenciais.

De certa maneira, as leis tendenciais indicam como que um meio termo entre a vontade humana e o constrangimento ou possibilidade das estruturas sociais. No jogo de forças que, então, se estabelece os acontecimentos tendem, muito mais que obrigam, para uma direção que lhe é peculiar numa etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, em termos de inferência indutiva, um conhecimento só será verdadeiro se, primeiro, conseguir captar as “tendências de desenvolvimento inerentes ou imanentes à realidade” (FERNANDES, 1967:117). Segundo, se num momento *a posteriori* permitir constatar o acerto ou não das previsões feitas com base nesse movimento tendencial, e que “permitirá acelerar, em determinadas condições e dentro de certos limites naturais, a própria transformação da realidade” (FERNANDES, 1967:117). O que funda conceitualmente, portanto, toda a prática revolucionária de origem marxista.

Em resumo, no entender de Florestan Fernandes (1967:106), as concepções de Karl Marx não diferem absolutamente, mas possuem certos pontos de contato ou

semelhança com as propostas de Emile Durkheim e Max Weber em alguns aspectos considerados relevantes. Com o primeiro, a sociologia de Karl Marx tem em comum o fato de ambos trabalharem com a noção de que os “fenômenos sociais possuem uma realidade própria” e que, portanto, “o conhecimento científico dos fenômenos sociais constitui a imagem ou a representação teórica dessa realidade”. Com Max Weber, por sua vez, a semelhança está na noção de que “as atividades sociais são atividades com sentido” e que, por isso, o “conhecimento científico dos fenômenos sociais empiricamente fundado possui uma validade relativa”. Ora, estas coincidências teóricas são fundamentais para Florestan Fernandes.

Sem se prender absolutamente a nenhuma orientação teórica, mas baseando-se na possibilidade de combinar diferentemente o método dialético de Karl Marx, os postulados da sociologia positiva de Emile Durkheim e da sociologia compreensiva de Max Weber é que Florestan Fernandes (1967:107) constrói criticamente sua sociologia. Esta estaria muito além do movimento crítico operado pela “Esquerda Hegeliana”, que no começo do Século XIX buscava tão somente aplicar o método dialético à interpretação objetiva do real (FERNANDES, 1967:104). Ao resgatar as contribuições de Max Weber, Emile Durkheim e Karl Marx, Florestan Fernandes (1967:135) demonstra-nos, de modo especial, que conforme sejam os problemas que se colocam sociologicamente “variam os fenômenos que precisam ser investigados e as técnicas de sua manipulação e interpretação”. O objeto, o método, a interpretação e a explicação não dependem, portanto, da escolha arbitrária do investigador, mas do imperativo técnico colocado logo na etapa de formulação do problema de pesquisa.

3. O qualitativo e o quantitativo

Em que pese axiomáticamente a estrita observância das regras do método científico e o império dos fatos, a razão é, para Florestan Fernandes (1967:120), o princípio basilar da explicação científica para as ciências sociais. É a razão que deve fornecer os meios de análise e os critérios mais adequados para a “interpretação do real”. Chamemos de “capacidade de abstração”, como o faz Karl Marx; de “experimentação ideal”, no caso de Max Weber; ou de “cálculo mental”, para Emile Durkheim, temos igualmente sempre o mesmo “critério racional” para lidar com os dados de fato e descobrir neles as regularidades e constâncias que os explicam cientificamente. Os limites que encontramos devem-se somente às condições de trabalho intelectual que se impõem ao sociólogo, como, por exemplo: a) a natureza e possibilidades de interpretação sociológica; b) o grau de complexidade dos fenômenos investigados que precisem ser explicados; e, c) a variedade de problemas sociológicos que se quer resolver dadas as pretensões interpretativas (FERNANDES, 1967:121).

Podemos argumentar, ainda, que face aos aspectos tomados por Florestan Fernandes a Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber quando trabalhamos com fenômenos sociais em si, ou derivados das ações humanas, os dados coligidos podem ser racionalmente interpretados e que, neste caso, o que estaria sendo considerado como obra do acaso e, portanto, de caráter acidental ou fortuito, perde sua razão de ser, pois o alcance explicativo passa a depender da habilidade do pesquisador em lidar com estes casos e dos recursos intelectuais e materiais que tem à sua disposição. Na verdade, do ponto de vista do que é investigado e de seu poder explicativo, essencial

ou fortuito é apenas o nome que damos a um determinado tipo de dado, segundo a forma com a qual o manipulamos.

Supondo-se uma massa de fenômenos estáveis e constantes, somente aquilo que permanece ou tende a repetir-se em considerável número de casos deve ser tomado prioritariamente na explicação ou previsão de ocorrência de um fato. O critério experimental aplicado pelas ciências sociais é aqui fornecido pela estatística.

No caso, entretanto, de fenômenos variáveis, inconstantes e instáveis são aqueles aspectos considerados acidentais, tanto quanto os essenciais, que assumem “significação interpretativa”. Descobri-los é tarefa que depende de considerações analíticas que ultrapassam as possibilidades da estatística, ficando mais restrito ao método histórico. Ora, no processo de inferência indutiva “não é o número de casos ou de instâncias, porém, o modo de tratá-los que nos permite conhecer a natureza das coisas, que dá à razão os meios para representar o que é essencial e o que é acidental nas ações humanas e no seu encadeamento” (FERNANDES, 1967:119). Para alcançar seus objetivos, a abordagem que se faz é sempre no sentido de buscar o que é fundamental para a produção e explicação do fenômeno investigado, independentemente do número de vezes em que se repete nas séries observadas ou do método que utilizamos para recolher e manipular tais dados.

Como a sociologia tem por objeto, na definição do próprio Florestan Fernandes (1967:144), os fenômenos de associação e de dissociação que são passíveis de afetar um grande número de pessoas, para interpretar tais fenômenos requer-se do investigador analisá-los, concomitantemente, sob dois aspectos. De um lado, sob a forma de fatores derivados do comportamento efetivo dos homens, em seu

significado e motivações, o que envolve reconhecê-los sob o aspecto qualitativo. De outro, nas probabilidades de recorrência dos mesmos fenômenos, cujas séries independem da interpretação subjetiva do observador ou do observado, ou seja, em seu aspecto quantitativo.

Visto dessa forma, nem todos os problemas e questões sociológicas exigem os mesmos recursos metodológicos. Cabe à experiência, criatividade e engenho do pesquisador determinar, entre os inúmeros expedientes possíveis, o mais apropriado para alcançar seus objetivos. A única condição que permanece, e que Florestan Fernandes impõe como irrevogável na análise sociológica, seja qualitativa ou quantitativa, é o império exclusivo da razão. Vejamos os critérios que julga como essenciais na determinação das inferências indutiva-qualitativa e indutiva-quantitativa.

a. Inferência indutivo-qualitativa

É natural que a investigação sociológica dependa, para seu sucesso, que a observação e a coleta de dados sejam feitas dentro de certos padrões e de acordo com técnicas que garantam rigor, precisão e legitimidade já desde sua fase inicial. Dada sua importância, o processo de observação da realidade nas ciências sociais reveste-se bem por isso de certa complexidade. Ainda mais, quando o que se quer captar são as motivações, interesses, valores e formas de comportamento individuais que recebem, no entanto, forte influência do coletivo. Para inferências indutivas deste tipo, isto é, as que lidam com os aspectos de caráter valorativo, com a “qualidade” real ou percebida

das atribuições, Florestan Fernandes (1967:8 e 9) as descreve como abrangendo três etapas distintas, mas complementares, de operações intelectuais.

Na primeira etapa, Florestan Fernandes (1967:9) fala do emprego de técnicas específicas capazes de garantir ao investigador condições adequadas para a composição de sua “documentação”, e de cuja análise dependerá o “conhecimento objetivo dos fenômenos estudados”. As técnicas mais usuais para este fim envolvem a reconstrução histórica, para alguns casos; pesquisas de campo, mediante a observação direta, observação indireta, observação participante, para outros; e, também, alguns modelos experimentais.

Em pesquisas de reconstrução histórica, cujo objetivo precípua é o de acompanhar e reconstituir o desenvolvimento de um fato, instituição ou organismo social específico, as técnicas empregadas para o levantamento dos dados brutos são as mesmas que as comumente utilizadas pelos historiadores. Basicamente, fontes e documentos históricos, tais como arquivos, registros, monumentos, testemunhos etc.

Os principais meios de investigação na pesquisa de campo são as técnicas de observação direta, indireta, participante e experimental. Observação que não pode ser confundida com a “mera ‘verificação’ passiva do que ocorre no ambiente” (FERNANDES, 1967:9). As situações de vida, ocorrências e formas de atuação social são captadas mediante o emprego, no primeiro tipo de técnica, da própria experiência do sujeito-investigador, que descreve o que vê. Da aplicação de entrevistas, estudos de caso (de personalidade, de grupos ou de instituições sociais), questionários e formulários para os casos do segundo tipo, o da observação indireta. Já no terceiro tipo, que se realiza por meio da inserção do pesquisador no “mundo social” que quer

investigar, temos a técnica da observação participante facilitando o acesso ao mundo íntimo dos sujeitos que estão sendo investigados (FERNANDES, 1967:9 e 10).

Por fim, Florestan Fernandes (1967:10) indica algumas pesquisas passíveis de serem realizadas através de modelos experimentais, como a observação controlada que permite a mensuração de atitudes, de opiniões e do comportamento manifesto.

Na etapa seguinte, independentemente de terem sido levantados através de pesquisa histórica, de campo ou experimental, os materiais recolhidos são organizados, classificados e passam por um exame crítico. Como orienta Florestan Fernandes (1967:10), da massa de dados reunida, os “fatos que possuem alguma significação determinável na produção dos fenômenos” são obtidos através da “depuração crítica das informações”. Onde o “tombamento sistemático” ou “fichamento” permite levantar, classificar e identificar as “instâncias empíricas relevantes”. Conduzindo este processo de seleção tem-se, principalmente, a relação destas últimas com outras instâncias empíricas já anteriormente identificadas e de “presumível significação ‘teórica’”. Ou seja, onde esteja razoavelmente fundamentada sua “importância hipotética para a reconstrução e a explanação dos fenômenos observados”.

Cabe observar, ainda, que no que diz respeito aos materiais e observações passíveis de quantificação, as regras são diferentes. Quando identificados, estes passarão por processos de expurgo, apuração e ordenação segundo as regras da estatística.

Na terceira etapa é que o investigador-pesquisador executa, de fato, os procedimentos analíticos típicos da observação científica. Florestan Fernandes (1967:11) identifica aí duas operações distintas. De um lado, tem-se a construção de

“tipos empíricos”, isto é, a reprodução analítica do fenômeno concreto (empiricamente observado) utilizando-se tão somente seus “caracteres essenciais” (fenômeno puro). De outro, “a descoberta e a evidência de propriedades dos fenômenos que não são acessíveis, de modo imediato, às modalidades já referidas de observação direta ou indireta”. Este é o único momento em que o cientista social lida com algo semelhante às observações em condições experimentais.

Sendo os fenômenos reproduzidos em suas características empíricas “puras”, eles podem nos fornecer um meio adequado e coerente de representação e de conhecimento não só da realidade em que foi encontrado, mas de outras situações semelhantes. A pesquisa empreendida com método permite que os dados deixem de ser “algo caótico e ininteligível” e passe, em sua nova forma, a comportar comparações, ampliações e relocalizações em outros contextos que, se nos permitem avaliar sua eficácia heurística, permitem, também, explicar o comportamento de ampla faixa de variáveis sócio-históricas.

O método comporta então duas funções: a técnica e a lógica. No sentido técnico ele descreve condições e propõe procedimentos vantajosos para a observação dos fenômenos. No sentido lógico, ele nos conduz coerentemente tanto na enumeração, quanto na generalização dos eventos a que os fenômenos se relacionam. Para o sentido técnico Florestan Fernandes (1967:13) sugere a expressão “método de investigação”; para o sentido lógico, “método de interpretação”. Nas ciências sociais, os métodos de investigação mais comumente usados são: o método monográfico, o método ecológico, o método histórico e o método estatístico (FERNANDES: 1967:12). Já os métodos de interpretação mais conhecidos e utilizados são, como já tivemos a

oportunidade de aqui descrever suas características as mais gerais, o método objetivo, o método de compreensão e o método dialético (FERNANDES: 1967:34 e 35).

Entre as questões metodológicas que Florestan Fernandes prioritariamente se propõe resolver não se acha, ao que vimos, apenas o apreciar concomitante dos aspectos essenciais e fortuitos no curso de um processo sociológico, mas, especialmente, considerar nas investigações sociológicas tanto os aspectos que são ocasionais e que explicam os processos sociais emergentes ou históricos, quanto os fatores que se apresentam constantes e que permitem explicar processos sociais recorrentes.

No que concerne à possibilidade de formar inferências indutivas quando da interpretação sociológica de fenômenos não quantificáveis ou qualitativos, a explicação generalizadora encontra três soluções distintas, conforme seja o critério de seleção empírica e os meios encontrados para comprovar a veracidade material das premissas apresentadas (FERNANDES, 1967:136).

Excetuando-se os problemas que cercam exclusivamente a descrição dos fenômenos sociais, a abstração do que é “essencial” na interpretação sociológica dos dados que investiga alcança, no caso descrito por Emile Durkheim, aquilo que é tipicamente geral, no encontro “dos caracteres mais freqüentes nas formas mais freqüentes” (FERNANDES, 1967:131). Em Max Weber, por sua vez, a abstração do “essencial” parte do que é tipicamente geral, ou seja, daquelas condições e motivos que o investigador supõe como estáveis para poder analisar os efeitos que causam as “alterações próprias a certos processos de convivência humana” (FERNANDES,

1967:129). No terceiro caso, o de Karl Marx, a abstração do “essencial” encontra-se naquilo que é tipicamente variável, isto é, naqueles traços característicos que tendem a permanecer operando numa série histórica, seja de maior ou menor importância explicativa.

Ademais, tais processos de abstração resolvem, de um lado, a questão da legitimidade da indução ao restringir a análise aos casos que são interpretativamente relevantes; de outro, fundam critérios de validade da interpretação sociológica ao estabelecer as “condições e os limites dentro dos quais uma generalização pode ser aceita como sociologicamente verdadeira” (FERNANDES, 1967:136).

Ora, à época de Florestan Fernandes, e por sua qualidade intrínseca, as contribuições metodológicas de Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx continuaram sumamente importantes. Os cientistas sociais que os sucederam, com raras exceções, limitaram-se tão somente a promover aprofundamentos nas técnicas de observação e na precisão e controle dos conhecimentos obtidos. Haveria, assim, em primeiro lugar, pouco interesse dos novos sociólogos em estender desnecessariamente a base empírica com a qual trabalhavam, concentrando sua atenção no “domínio crescente de casos ou instâncias que permitem as ‘experiências cruciais’” (FERNANDES, 1967:137). Em segundo lugar, o que haveria de mais promissor na chamada ‘sociologia experimental’ que Florestan Fernandes (1967:137) defendia naquele período é a tendência em priorizar as técnicas de investigação, de observação e de sistematização e os métodos empregados na “manipulação interpretativa ou racional dos dados”, em suas conexões funcionais, de sentido e em suas relações causais. Somente o crescente domínio teórico no campo da investigação é que forneceria bases sólidas

para que o sociólogo pudesse, no futuro, ir a campo com um arsenal legítimo e apropriado de hipóteses de trabalho.

Na proposta de Florestan Fernandes (1967:121), a solução para lidar com a massa informe de dados que o investigador encontra acha-se na fusão das três orientações metodológicas expostas respectivamente por Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim. Estas constituem “três possibilidades irreduzíveis de indução analítica na sociologia”, que conservam, entretanto, o aspecto comum de se orientar no sentido de “dar à interpretação de fenômenos qualitativos a maior objetividade possível” (FERNANDES, 1967:136).

b. Inferência indutivo-quantitativa

A manipulação de aspectos considerados típicos faz demonstrar que, preponderantemente, os sociólogos aperfeiçoaram-se na análise e manipulação de dados qualitativos, sob a justificativa de que nem todos os fenômenos apresentam a possibilidade de quantificação. Ademais, o emprego de técnicas estatísticas em sociologia requer indagações precisas quanto aos fatores que realmente interferem na produção dos fenômenos investigados. Não basta, por exemplo, recolher flutuações das taxas de suicídio, de divórcio, do nível de emprego, sem saber ligá-las a fatores que poderiam interferir nestes números. De outra forma, as conclusões a que chegamos unicamente através das técnicas indutivo-qualitativa não são susceptíveis de expressão rigorosa, posto que produzidas por elementos de natureza subjetiva. Para determinar com suficiente margem de segurança os limites em que podem ocorrer certos

fenômenos, ou os graus de probabilidade das proposições formuladas, é necessário recorrer-se ao emprego de técnicas de inferência indutivo-quantitativa. Isto é o que levou Florestan Fernandes (1967:144) a propor que “seria melhor defender o ponto de vista de que ambas modalidades de explicação (qualitativa e quantitativa), são necessárias e devem ser igualmente desenvolvidas nos limites possíveis”, constituindo-se este seu posicionamento um marco importante para definir os parâmetros que orientariam as pesquisas sociais no Brasil desde então.

O mais claro uso da estatística em sociologia que se pode fazer é o de expressar rigorosamente o grau de incerteza que as inferências sociológicas de base empírica nos indicam. Constituem-se, todavia, igualmente importantes tanto o uso da técnica da amostragem, para determinar o número mínimo de casos que requer serem investigados e os limites possíveis da generalização, quanto o papel da estatística como fator de controle nas pesquisas sociológicas.

Na técnica da amostragem, parte-se dos seguintes pressupostos: a) de que as condições que interferem na produção de um fenômeno são as mesmas que interferem num outro fenômeno semelhante; b) que a partir de certo número de casos investigados os demais tendem a repetir os resultados alcançados nos primeiros. Logo, não é preciso investigar todos os casos, mas apenas uma fração ou parte representativa da população. Não obstante, na escolha das amostras que serão objeto de pesquisas surgem alguns problemas que são cruciais para o investigador e influem decisivamente no resultado de suas pesquisas. A primeira dificuldade liga-se ao fato de saber o quanto a população da qual se retira a amostra é homogênea. Quanto mais heterogênea uma população, tanto maior será a necessidade de ampliar o tamanho da

amostra ou recorrer à sua divisão em subgrupos, trabalhando-se ora com amostras simples, ora com amostras estratificadas. A segunda dificuldade surge ao reconhecer a estrutura o mais exata possível do comportamento, da representatividade e das relações reais que existem entre os vários agregados, para poder selecionar as amostras em proporção idêntica. Uma terceira dificuldade decorre dos limites naturais ou impostos pela agência financiadora da pesquisa, que podem limitar a um nível insatisfatório a coleta de dados, o tamanho da amostra, sua inadequação em relação ao universo a que correspondem, ou, simplesmente, quanto ao aproveitamento do resultado dos estudos. São estas dificuldades que devem ser levadas em conta quando se pensa em generalizar os resultados obtidos na pesquisa (FERNANDES: 1967:149).

Quanto às condições de controle da observação pode-se recorrer ao “plano de pesquisa experimental” (FERNANDES: 1967:151). Selecionam-se dois grupos de indivíduos semelhantes. O “grupo experimental” será exposto à influência de um fator que se quer estudar; o “grupo de controle” ficará a salvo dessa influência. Passado algum tempo, semanas, meses ou anos, conforme for o caso, verificar-se-á através de mensurações o efeito que teve aquele fator comparando-se os dados assim obtidos entre o grupo experimental e o de controle (FERNANDES: 1967:152). A validade e a legitimidade da inferência quantitativa na análise dos processos sociais assentam-se no caráter objetivo das mensurações estatísticas. No confronto direto entre as duas séries reais, a experimental e a de controle, as relações de causa-e-efeito ou de efeito-e-causa ficam evidentes não na interpretação do sujeito-pesquisador, mas na flutuação de séries amostrais (FERNANDES: 1967:159).

Este método seria, talvez, o mais eficiente e completo que poderiam utilizar os sociólogos não fosse o fato de que é quase impossível “isolar” as variáveis que se quer investigar. Os efeitos destas podem estar completamente distorcidos em razão de outras influências não controladas ou imprevisíveis. Assim, é necessário conhecer antecipadamente as condições necessárias para a produção do fenômeno e as possibilidades de sua observação efetiva. Estas é que darão legitimidade às inferências alcançadas.

No experimento sociológico concorre ainda outro fator de suma importância, que são as hipóteses de pesquisa. Estas não dependem unicamente do talento dos pesquisadores envolvidos, mas, do acúmulo de conhecimentos que se houver estabelecido para o tema investigado. Isto implica reunir informações as mais exatas e em maior número possível quanto às condições reais das práticas sociais e da ação humana. Um trabalho necessariamente coletivo e orientado neste sentido.

c. A formulação de hipóteses

No estágio ainda latente em que se encontrava a teoria sociológica nos tempos de Florestan Fernandes, é natural até que o método indutivo devesse prevalecer ao método dedutivo. Mas desde este momento, no entanto, já é possível, em muitos casos, trabalhar com hipóteses construídas racionalmente e de modo relativamente seguro. Desde que obedecidas certas particularidades de seu uso, e de acordo com a forma de inferência utilizada.

Nos processos de inferência indutivo-qualitativa, como indica Florestan Fernandes (1967:162), o papel da dedução, através das hipóteses que permite estabelecer, se aplica inexoravelmente como “momento crucial na formação do ‘horizonte interpretativo’ do sujeito-investigador”. Sua tarefa é a de fornecer séries possíveis de fatores explicativos, sugerindo “ligações verificáveis entre os fenômenos”. As hipóteses seriam, assim, “momentos de incerteza provisória” que dependem de confirmação empírica.

Florestan Fernandes (1967:162) propõe que os esquemas dedutivos funcionem como pistas, como forma que permita ajustar racionalmente a inteligência ao universo empírico estudado. No que concerne às orientações teóricas principais com as quais trabalha, têm-se diferentes formas de ligar os fatos às teorias. Para o caso analisado de Max Weber, as hipóteses são indispensáveis “no confronto das ‘séries’ construídas idealmente”, ligando as “causas a seus efeitos”. No esquema proposto a partir de Karl Marx, por “abstração empiricamente fundada com as ‘séries’ reais”, em que os efeitos se ligam às suas causas. No que se refere a Emile Durkheim, na “seleção racional de conexões funcionais e de relações causais explicativas” ou na “manipulação de dados concernentes a uma mesma ‘série’ homogênea”, estabelecendo ligações entre causa e efeito ou efeito e causa conforme se considere os processos recorrentes.

No caso dos processos de inferência indutivo-quantitativo, que Florestan Fernandes (1967:162) chama de “experimentais”, as hipóteses assumem outra função, mas igualmente importante. Ao contrário do que ocorre no processo de inferência indutivo-qualitativo, a construção do “horizonte interpretativo” é uma condição de

planejamento da pesquisa e, obrigatoriamente, se antecipa à “organização do experimento”. É possível, por exemplo, que manipulemos dedutivamente conhecimentos já obtidos anteriormente, para num momento posterior verificá-los empiricamente. Por outro lado, a seleção das relações que explicam a ocorrência dos fenômenos é feita no momento em que se comparam objetivamente duas “séries” reais por meios estatísticos, independentemente, portanto, das hipóteses provisórias. Seus resultados é que confirmam ou negam empiricamente a hipótese inicial.

Não obstante a investigação sociológica recorrer prioritariamente aos métodos de natureza empírico-indutivos, há, ainda, dois momentos cruciais em que o raciocínio indutivo depende da dedução. No primeiro deles, temos o caso em que a formulação de explicações provisórias é necessária aos métodos interpretativos que manipulam “pequeno número de casos típicos” (FERNANDES, 1967:164). No segundo momento, os métodos interpretativos que considere tratar estatisticamente seus dados devem recorrer ao raciocínio dedutivo para a própria “formulação da hipótese inicial das pesquisas” (FERNANDES, 1967:164).

Florestan Fernandes (1967: 160 e 161) não aceita, desse modo, que uma ciência possa recorrer exclusivamente ao método indutivo ou ao método dedutivo. O mais adequado é que o cientista combine em sua prática ambos os procedimentos, variando sua aplicação conforme se trate de ciências experimentais, ciências de observação ou, ainda, do nível de sistematização teórica alcançado. Se todo “conhecimento obtido indutivamente permite separar o que é ‘aleatório’ do que é ‘essencial’. Uma explicação indutiva se aplica a todos os fenômenos análogos ou da mesma ordem, porque diz respeito ao que é típico ou essencial nos fenômenos”. Ora, é

o conhecimento deste tipo que fornece a base segura para os raciocínios de natureza dedutiva. Da mesma forma que são as hipóteses erigidas a partir de um sistema hipotético-dedutivo que se constituirão no ponto inicial de partida para a pesquisa empírica dos fenômenos. Por isso a necessidade sempre constante do diálogo crítico com autores das mais diversas orientações teóricas.

Diante do que até aqui foi exposto, e para melhor compreender o alcance da perspectiva desenvolvida por Florestan Fernandes, podemos indicar alguns desdobramentos e tentar algumas conclusões ligadas aos métodos da sociologia. Começemos por seu duplo aspecto.

A Sociologia, por um lado, é uma ciência que, claramente, comporta uma dimensão cognitiva semelhante às demais ciências. Nasceu da necessidade que tem o homem em conhecer, lidar e interpretar objetivamente a realidade que o envolve. Mas ela é, também, o espaço construído historicamente para a discussão dos temas que envolvem a gênese, formação e o desenvolvimento da sociedade. Donde podemos concluir que a Sociologia não é apenas o resultado de transformações histórico-sociais recentes, ou do imperativo de lidar com tais mudanças, mas fundamentalmente, na forma de compreender tais transformações.

Historicamente, são as exigências da vida social, suas crises e mutações que oferecem a matéria empírica, as interpretações sociais e políticas e as hipóteses por meio das quais os acontecimentos tornam-se analisáveis. Cognitivamente, é a emergência de um novo modo de pensar que prefigura o mundo moderno, dando-lhe uma nova racionalidade: o estudo científico dos fatos humanos.

De fato e simultaneamente, a Sociologia participa de três ordens de interesses cognitivos, como bem o indicou Jürgen Habermas (1980: 301-312). Em seu aspecto técnico, ela procura por métodos que viabilizem a observação adequada do comportamento humano. Onde o método científico não é a única maneira de ver e entender o mundo, mas é o que se realiza com maior precisão e objetividade. Ao lidar necessariamente com a experiência humana, os dados com os quais trabalha são selecionados de um universo empírico muito mais amplo. Estes dados não são, porém, recolhidos de forma aleatória, mas segundo a sua capacidade de “reconstruir” a realidade em seus aspectos essenciais e nas condições em que o fenômeno é produzido. Isto implica dizer que para cada aspecto ou condição de manifestação do fenômeno que o pesquisador queira investigar será diferente a técnica de observação. Assim, embora os dados de fato nada mais sejam que a matéria-prima do conhecimento científico, na Sociologia torna-se essencial acumulá-los segundo certas regras.

Em seu aspecto interpretativo, por sua vez, a Sociologia desenvolve técnicas de inferência que permitem interpretar logicamente o resultado das pesquisas. Num modo, os fatos podem ser analisados mediante sua conformidade com leis causais, tendenciais ou probabilísticas já conhecidas: inferência dedutiva. De outro, os fatos são reunidos para que sustentem a construção de novas leis causais, tendenciais ou probabilísticas: inferência indutiva.

Por fim, os modelos explicativos, que permitem descrever os fenômenos e prever seu comportamento, indicam o aspecto crítico inerente a todo processo completo de investigação sociológica. É somente nesta fase que o investigador obtém os

elementos de que precisa para apontar possíveis incoerências, imprecisões e desvios nas práticas sociais humanas. Trata-se de confrontar valores, crenças, desejos e expectativas em relação ao futuro, se mantidas as condições atuais. Ou olhar desde o passado e ver os mesmos processos e variáveis em contínua recorrência, exigindo que alguém venha denunciá-los. Para os efeitos aqui pretendidos, observe-se que se em seus aspectos técnico e interpretativo podemos falar de crítica em seu sentido de ampliação do conhecimento, neste último aspecto a crítica tende a revestir-se de seu componente de negação.

Em resumo, o método para Florestan Fernandes pode significar tanto uma questão técnica, quanto uma questão lógica para efeitos interpretativos e críticos. Não se trata, portanto, de tomar uma posição diante do mundo a partir de uma visão unidimensional, mas de empregar quando for preciso e adequado os muitos recursos fornecidos pela ciência segundo as exigências do objeto, do problema que se quer resolver ou da dimensão a ressaltar.

Claro que podemos dizer que a observação minuciosa, rigorosa, segundo os termos propostos por Florestan Fernandes leva, indubitavelmente, à ditadura dos fatos, que ocorre quando a história, a economia, o direito, a antropologia, tanto quanto a sociologia ou outras ciências sociais passam a depender do que os fatos contêm ou demonstrem conter. Mas mesmo quando Florestan Fernandes recomenda que se tomem precauções adequadas no aspecto metodológico, estas parecem ser no sentido de ressaltar a isenção, neutralidade e objetividade dos fatos e fenômenos analisados. É como se fossem independentes de disposições e imperativos, muitas vezes “irracionais”

no sentido weberiano, do universo social. Logo, se a investigação não considerar os aspectos interpretativos da observação, o valor das tradições de um campo intelectual, os critérios de legitimação e de verdade que a sociedade, e não só os especialistas, admitem, então, os fatos sociais passam a ter o valor de leis físicas ou matemáticas, isto é, de ciência exata.

Feita esta ressalva cremos que sem um mínimo de objetividade, critério, rigor e fundamento não há como fazer ciência. Mesmo considerando que Florestan Fernandes exacerbe em alguns aspectos, isto não impede, em nossa opinião, que examinemos seu método com mais atenção. Especialmente quando suas construções metodológicas permitem o estudo e o aprofundamento das questões as mais variadas, dialoga criticamente com as mais diversas correntes do pensamento sociológico e tenta erigir um modo apropriado, senão único, de praticar sociologia: uma sociologia como crítica dos processos sociais. Vejamos isto nas pesquisas que realizou.

Capítulo IV

Praticar uma sociologia como crítica

Nossa investigação se completa neste capítulo com o estudo das obras de Florestan Fernandes destacando, principalmente, seu componente metodológico. Acreditamos que é no exercício de sua função que temos enfim reveladas as orientações teóricas e perspectivas analíticas que comandam a prática do sociólogo. Se, como até aqui quisemos demonstrar, é certo que o que empresta o caráter crítico à sociologia é a qualidade da disposição com que o investigador toma seu objeto de estudo. Então, o uso de tal ou qual orientação teórica, deste ou daquele autor, não é suficiente para definir o que seja uma sociologia crítica. Muito pelo contrário, praticar uma sociologia como crítica envolve ter de recorrer constantemente a critérios metodológicos precisos e incontestáveis de observação, análise e interpretação das informações disponíveis. Em especial, porque esta é condição para que as conclusões possam ser tomadas como verdadeiras (crítica no sentido de ampliação do conhecimento) e que possam, assim, fornecer os instrumentos de que precisam aqueles que querem intervir segundo suas crenças e valores pessoais nas configurações e práticas sociais que examinam (crítica como negação).

Independente das escolas intelectuais e das escolhas políticas que tenha se servido ao longo de sua existência, o aparato teórico e metodológico que, em suas linhas gerais, fizemos questão de descrever no capítulo anterior constituiu-se naquilo

que, cremos, estruturou toda a prática sociológica de Florestan Fernandes. Mesmo que possamos discernir algumas fases distintas em sua história intelectual. Ainda que constatemos a presença de diversas orientações teóricas em sua fase acadêmica. Ou que em dado momento suas pesquisas se orientassem para este ou aquele objeto – como os jogos e folguedos infantis, a antropofagia ritual, o preconceito de cor e os mecanismos de exploração capitalista, por exemplo. É graças ao rigor metodológico empregado na observação, coleta e análise dos dados que podemos apreciar a contribuição realmente positiva que nos deu Florestan Fernandes para o desenvolvimento da atividade sociológica no Brasil e para uma melhor compreensão de nossa realidade. Mais importante, ainda, é o aspecto de permanência e significação que caracteriza autores, diferenciando-os de simples escritores, aplicável a ele. Nos estudos que Florestan Fernandes produziu e nas questões com as quais se debateu acham-se presentes temas e indagações que permanecem suscitando o interesse e a preocupação não apenas de sociólogos, mas de todos os setores comprometidos com o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento equilibrado das relações em sociedade. O que justifica plenamente o interesse sempre crescente por sua produção intelectual.

Sua obra é, no entanto, extensa. E para melhor analisar tão ampla produção intelectual, delineando os aspectos particulares de que tratam e as conclusões mais abrangentes que impõem é que preferimos agrupar seus textos conforme os eixos temáticos que os incluem, ordenando-os conforme as décadas em que foram produzidos. O modo como Florestan Fernandes tratou seus problemas de pesquisa parece-nos ser momentos materializados daquelas práticas investigativas apontadas no capítulo anterior. Como indicamos no Quadro I, descrito no Capítulo II deste, surgem

como significativos na obra de Florestan Fernandes temas variados, como as biografias de personagens paradigmáticos para compreender certos aspectos da sociedade, a problemática indígena, as relações raciais ⁶¹, o desenvolvimentismo, os muitos diagnósticos da realidade cotidiana e os que abarcam educação e folclore. Examinando-se seus textos após ter efetuado tal classificação foi que pudemos, então, perceber certas peculiaridades no conjunto da obra de Florestan Fernandes as quais convém destacar.

Uma primeira particularidade que, em nossa opinião, acha-se ainda pouco valorizada nestes estudos diz respeito ao alcance interpretativo que Florestan Fernandes conseguiu ao entrelaçar sociologicamente a problemática brasileira à problemática mundial, constituindo-se este aspecto numa das contribuições mais preciosas que podemos retirar de sua obra. A conclusão aqui é óbvia e de grande significado. O vínculo lógico entre realidades sociais distintas só é possível porque devem conduzi-las as mesmas leis, sejam elas causais, funcionais, tendenciais, compreensivas ou de outro tipo. Descobri-las, estudá-las, e aperfeiçoá-las quando for o caso é a tarefa do cientista social que se reveste, neste aspecto, de um caráter universalista, mesmo quando discute fenômenos locais ou histórica e geograficamente situados.

61 Aqui prendemo-nos deliberadamente às noções de raça, cor, etnia e preconceito racial utilizadas à época da produção deste texto por Florestan Fernandes, ou seja, durante as primeiras décadas do século XX. Observe-se que até a década de 1940 prevaleciam as noções propostas pelo conde Joseph Arthur de Gobineau, que diferenciava os grupos humanos considerando três raças principais – brancos, negros e amarelos – a partir de seus caracteres biológicos visíveis. No entanto, os estudos empreendidos após a Segunda Grande Guerra, principalmente, constataram que as populações humanas formam um *continuum* de adaptações e aspectos biológicos, o que é impeditivo de retratá-las em seguimentos estanques como “raças”. O que se tem observado é que permanece no imaginário das pessoas essa noção de raças biológicas distintas, ainda que cada vez mais este conceito tenha sido substituído por outros como “etnicidade” (GIDDENS, 2005:205).

Assuntos com os quais Florestan Fernandes se envolveu – como, por exemplo, a exclusão social, o preconceito de raça ou de cor, os rumos do capitalismo e do comunismo, a extensão dos direitos democráticos e a participação política – têm similaridades e congruências com outras formações sociais que exibem determinado estágio de desenvolvimento. O que desperta logo o interesse do sociólogo. Seguramente que nos textos de Florestan Fernandes não se esgotam as tentativas de elucidação de tais questões, mesmo porque algumas delas não estão colocadas de forma explícita, razão pela qual, pensamos, alguns ainda se perguntem sobre a atualidade e conveniência ou não de suas propostas. Agora, mesmo que Florestan Fernandes não tenha conseguido êxito absoluto em atingir o real significado dos problemas a que se propôs resolver; mesmo que as soluções que tenha indicado possam ser impraticáveis na atual conjuntura, parece-nos, ainda assim, uma tentativa válida de exercício do labor científico. Podemos de certa forma afiançar que, muitas vezes, não é tão somente o caráter prático do problema que interessa ao pesquisador, mas, especialmente, a contribuição teórica e metodológica que lhe permitirá debruçar eficazmente sobre dificuldades semelhantes em outras ocasiões e circunstâncias. Quando falamos de ciência, ainda mais quando se trata das ciências sociais, temos que ter em mente que esta se organiza em função de leis e de técnicas que se aplicam aos grupos de fenômenos e não, necessariamente e de forma invariável, aos casos isolados, daí seu caráter abstrato e geral. O sucesso, neste sentido, não precisa vir do alcance da meta originalmente estabelecida, mas, poderá acontecer no aperfeiçoamento das técnicas utilizadas para alcançá-la, por exemplo.

Uma outra característica importante, que emerge da segmentação que propomos, pauta-se na orientação temporal implícita nas perspectivas de exame que adota. Num primeiro momento de sua produção a atividade intelectual de Florestan Fernandes dirige-se para a compreensão de aspectos situados ou relacionados com as origens – história, crenças e costumes, valores e padrões organizatórios – da sociedade em geral e da brasileira em particular. Num momento posterior, entretanto, sua preocupação muda de direção e assume compromissos com o futuro da sociedade brasileira ao tratar de tópicos como a educação, o desenvolvimento, as relações sociais num ambiente de mudança, a possibilidade do socialismo etc. Certamente que os instrumentais teóricos e metodológicos adotados para lidar com ambas as perspectivas precisam ser diferentes. Onde que permanecer vinculado a uma única proposta teórica, autor ou escola de pensamento, por mais abrangente que seja, impediria compreender adequadamente o objeto em estudo.

Por fim, a terceira particularidade que queremos ressaltar vincula-se justamente à flexibilidade do método em relação às exigências do objeto, e não o contrário. Separando-se os textos de Florestan Fernandes por eixos temáticos e distribuindo-os, em seguida, de acordo com os anos em que foram produzidos, é possível perceber a paulatina incorporação de novas técnicas ou formas de lidar com os objetos selecionados para estudo. Neste aspecto, parece-nos que não se trata apenas de um possível e esperado avanço qualitativo do referencial teórico-metodológico, mas de uma real mudança de perspectiva do pesquisador. A relação que envolve, de um lado, a formulação do problema – e todo o corpo de teorias que nos auxiliam a compreender o universo social – e, de outro, a escolha do método mais apropriado para

investigá-lo implica em determinações que não podem ser subvertidas. Conforme seja a pergunta que se faz, o método indicado para alcançar as respostas já estará tacitamente definido e não poderá, sem algum prejuízo, ser substituído por nenhum outro. Desse modo, entre o problema e o método para resolvê-lo existiria uma estreita ligação ou paridade que libera o cientista do compromisso com uma escola específica. Como se trata de uma dimensão essencial para fundamentar a noção de sociologia como crítica em Florestan Fernandes nós a veremos com mais detalhes adiante.

A produção intelectual de Florestan Fernandes ergue-se toda ela em torno dos problemas encontrados, da metodologia utilizada e das conclusões a que chegou durante a realização de quatro grandes pesquisas empíricas: sobre o folclore, a temática indígena, as relações raciais e o desenvolvimentismo. As pesquisas envolvendo o folclore foram realizadas nos anos de sua graduação; a temática indígena nos do mestrado; a temática racial realizou-se entre o doutorado e sua livre docência; e a temática do desenvolvimento como tentativa de execução de um plano de pesquisa integrada no âmbito do CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) quando ocupava uma das cátedras de Sociologia na Universidade de São Paulo. Quatro momentos fundamentais, portanto, de sua trajetória acadêmica.

Não apenas pela singularidade dos objetos que investiga, os textos de Florestan Fernandes comportam questionamentos ou pontos de vista aparentemente antagônicos. Isto, de certa forma, tem influenciado seus intérpretes e leitores, que encontram dificuldades às vezes insuperáveis para ordenar a leitura de suas obras. No entanto, sob a olhar do plano metodológico que desenvolveu, e que sustenta, em nossa

opinião, toda sua atividade sociológica, podemos perceber no conjunto de textos que produziu uma determinada lógica ou coerência conduzindo suas reflexões.

De um lado, temos aqueles textos que denotam as preocupações do autor com a estabilidade social. De fato, nos anos iniciais de sua formação, uma pergunta em especial parecia incomodar sociologicamente Florestan Fernandes. Tratava-se de esclarecer por quais processos e situações sociais a sociedade se mantém unida, coesa e estável. No momento não é relevante se esta questão nasce de uma real preocupação do autor, de seus professores ou da comunidade sociológica em geral. O que nos parece importante é que seus estudos e pesquisas envolvendo aspectos do folclore, da educação, algumas intervenções pontuais aqui descritas como diagnóstico e a vida de certos personagens são textos que se entrelaçam na problemática mais abrangente dos **processos de socialização e de integração social**, pois buscam compreender, especificamente, as origens das instituições sociais, ou os mecanismos de sua preservação e continuidade ⁶².

De outro lado, acham-se as discussões envolvendo a temática indígena, as relações raciais e a temática desenvolvimentista, que podem ser vistas no bojo de **processos de (des) integração e exclusão social**, pois dizem respeito aos momentos em que a sociedade enfrenta desafios, mudanças e alterações radicais das condições de existência das populações envolvidas. Como tais estudos acham-se ligados a momentos da carreira intelectual de Florestan Fernandes, onde, necessariamente, os pressupostos teóricos e os objetivos explicativos já se encontravam delineados de

⁶² Naturalmente que tal conjunto de textos merece e suscita estudos mais detalhados e densos envolvendo cada qual das questões que Florestan Fernandes nos deixou. É o que já acontece com alguns pesquisadores em atividade. Ver, por exemplo, MAZZA, 2003; GARCIA, 2002; ARRUDA, 2001; SOUZA, 2001; MARTINS, 1998; e SOARES, 1997.

forma precisa e num crescente de complexidade, é quando poderemos perceber, com mais clareza, as variações metodológicas de que estamos tratando. Note-se, ainda, que estas pesquisas correspondem a momentos ímpares em sua carreira, quando a construção de seu pensamento esteve fortemente premida por compromissos acadêmicos fundamentais, que se cumpridos com proveito, o levariam adiante em sua caminhada na estrutura universitária. Justamente por isso tiveram de ser submetidos aos rigores do plano metodológico que utilizava: a técnica de observação, o método de interpretação e a modelo de explicação como momentos distintos da investigação científica na área sociológica. Em nenhum outro período de sua trajetória intelectual o compromisso com as bases e fundamentos da sociologia que praticava foi tão forte. Aqui é que com maior clareza podemos ver o vínculo necessário que se estabelece entre a formulação do problema e a escolha do método mais adequado à sua resolução. Vejamos estes dois momentos na análise das temáticas que os exprimem.

1. O problema e o método nos processos de socialização e de integração social

A primeira experiência de Florestan Fernandes (1977:156) com os rigores e necessidades da produção acadêmica deu-se ainda no primeiro semestre de 1941. O texto “a crise da explicação causal na sociologia”, escrito para fins de aproveitamento no curso de Roger Bastide, recebeu a nota quatro meio e o “comentário piedoso do professor” de que o que “esperava era uma dissertação, não uma reportagem”. Diante da decepção com a avaliação recebida, pareceu-lhe claro, naquele momento, que “ou
198

devia desistir” ou, então, submeter-se a “uma disciplina monástica de trabalho”. A aplicação e o empenho na realização das tarefas acadêmicas, o autodidatismo e, conseqüentemente, o aproveitamento das mais diversas fontes do conhecimento sociológico, devem ser creditados a esta necessidade de auto-superação que caracterizou a trajetória de vida de Florestan Fernandes desde seu início. Para algumas pessoas, as barreiras e obstáculos de toda ordem deixam de ser o limite para se tornarem admirável estímulo rumo a um objetivo cada vez mais claro de realização intelectual e profissional.

O universo da cultura popular foi o que introduziu Florestan Fernandes no mundo das ciências sociais, tanto como pesquisador, quanto como autor. O livro “Folclore e mudança social na cidade de São Paulo”, publicado inicialmente pela Revista Anhembi, em 1961, reeditado pela Editora Vozes, em 1979, e, em terceira edição, pela Martins Fontes, em 2004, foi inteiramente dedicado a reunir os principais trabalhos de Florestan Fernandes sobre o tema, esparsamente publicados entre 1942 e 1959. Posteriormente, o autor lançaria um segundo livro sobre o assunto, “O folclore em questão”, de 1978, editado pela Hucitec, mas, igualmente, retomando aqueles comentários, artigos e ensaios, pequenos textos que publicara em jornais e revistas durante os anos mencionados.

O período que vai de 1941 a 1944 é quase todo ele preenchido por pesquisas de campo envolvendo os grupos infantis, suas práticas e folguedos, a tradição oral, os aspectos mágicos e mitológicos das festas e credices populares, a herança negra e indígena e o convívio com imigrantes.

Florestan Fernandes (2004:38-68) recolheu o material de que precisava para estudar as várias manifestações do **folclore** paulistano, essencialmente, por intermédio da observação direta e através da técnica de descrição fiel das ocorrências. Complementando-as com consultas à bibliografia disponível na Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Municipal.

Entre as práticas e folguedos infantis investigou: a) os jogos lingüísticos como “forma de seleção” usada para determinar quem ocupará qual posição nos jogos; b) as muitas variações das “cantigas de roda”; c) “jogos” como os de ‘pular corda’, ‘bolinha’, ‘amarelinha’, ‘pião’, ‘casinha’, ‘médico’, ‘escolinha’, o ‘ficar calado’ etc.; d) “parlendas” ou composições rimadas que ora as crianças recitam entre si, ora os adultos com elas, como a brincadeira com os dedos enquanto recitam “cadê o toucinho que estava aqui...” e) “pegas” ou ‘caçada’; f) “travalíngua”, técnica em que a conversação é feita cifrando-se certas letras, como a ‘língua do p’ ou a ‘língua do i’; e g) “brincar de chateação”, fórmula usada preferencialmente com aqueles que ‘não gostam de brincadeiras’ ou são ‘irritadiços’.

Numa categoria de idade situada acima das crianças, notou que os jovens, em geral moços e moças adolescentes, procuravam desenvolver atividades que favorecessem o contato mútuo e a intensificação das relações pessoais, servindo de mecanismo para o florescimento de namoros. Florestan Fernandes (2004:69-73) observou com estas características os “jogos de salão”, tais como: a) o “cai fora”, jogo em que a moça deve se sentar na cadeira secretamente escolhida pelo moço; b) o “de adivinhar” um objeto pela descrição que do mesmo faz seu parceiro; c) o de “flores”, em que os jogadores assumem publicamente o nome de uma flor pela qual serão

chamados a participar de diversas seções do jogo; d) “passei revista na tropa”, jogo que tem seu início com os participantes sendo distribuídos conforme postos da hierarquia militar; e) no “pisca-pisca ou viuvinha” as parceiras são assediadas pelo “viúvo” através de piscadelas, enquanto seus pares devem evitar que isto aconteça; f) “salada” é o jogo em que os moços e moças participantes consideram-se como ingredientes de uma ‘salada’.

Florestan Fernandes (2004:73-191) recolheu, ainda, dados pertinentes a algumas outras práticas folclóricas paulistas, como: a) as “cantigas de piquenique”, canções que os participantes aceleram o ritmo cada vez mais; b) “ex-libris”, versos anotados nos livros que, caso sejam perdidos, lembram que deverão ser devolvidos ao seu legítimo dono; c) “contos” ou histórias contadas às crianças e que podem conter ou não um fundo moral: ‘bem-te-vi’, ‘onde está o chapéu?’, ‘se Deus quiser’, ‘o gavião e a coruja’, as muitas variantes das histórias de ‘João Bobo’ e de ‘Pedro Malasarte’ são alguns exemplos destas histórias; d) “provérbios”; e) “ditos e frases feitas”; f) “respostas burlescas”.

Cada jogo ou folguedo descrito, cada história anotada, apresentava certamente pequenas variações conforme fosse o bairro paulistano onde era observado: Pari, Lapa, Bela Vista, Campos Elíseos, Bom Retiro, Belém. Florestan Fernandes fez questão de descrevê-las todas. E, como reconheceria mais tarde ao lembrar os momentos marcantes de sua trajetória, as pesquisas sobre os fatos folclóricos exigiam quanto ao aspecto metodológico...

... uma experiência de coleta direta de dados, na realização de entrevistas, observação direta de atividade de grupos, contatos com crianças, entrevistas com mulheres adultas, com homens

adultos, descrição de tradições populares que poderiam ser comparadas com tradições do mesmo tipo em Portugal, na Espanha, na França, na Itália ou então no Brasil em outras épocas ou em outras áreas. Isso me abria não só para a pesquisa empírica mas, também, para a pesquisa comparada. A análise do folclore é uma análise de reconstrução histórica, quando se discriminam as fontes e se analisam tanto as fontes imediatas quanto as fontes remotas, e torna-se uma análise comparada focalizada sobre temas genéticos e a dinâmica da cultura. (FERNANDES, 1978:12)

No conjunto, estas pesquisas mostravam ao iniciante, entre outras coisas, como o conhecimento teórico acumulado se entrelaça com problemas empíricos concretos; em que medida a sociologia é uma ciência aplicada; como trabalhar em cooperação com outros pesquisadores e sob a orientação direta e indireta dos professores; e, por fim, que os núcleos temáticos de investigação ali delineados podem ser retomados em pesquisas cada vez mais amplas. Com efeito, os temas envolvendo o folclore, mudança cultural, a contribuição dos cronistas, os estudos de personalidade e histórias de vida servirão de base e apoio para as pesquisas posteriores em que Florestan Fernandes se debruçará sobre a organização social dos tupinambá ou a integração dos negros na sociedade de classes, por exemplo. Note-se que mesmo tendo escrito trabalhos posteriores sobre temas envolvendo o folclore, a pesquisa empírica foi toda ela realizada neste período inicial da década de 1940 ⁶³.

63 Em suas pesquisas Florestan Fernandes trabalhou com vários aspectos do folclore paulistano, publicando grande quantidade de títulos sem que precisasse retornar ao campo para renovar seus dados. Os principais textos, são: "Folclore e grupos infantis"; "Congadas e batuques em Sorocaba"; "Aspectos mágicos do folclore paulistano"; "O negro na tradição oral"; "A burguesia, o progresso e o folclore"; "Mentalidades grupais e folclore"; "O folclore como método"; "Entre o romance e o folclore"; "A noiva e o folclore ibérico"; "Sílvia Romero e o folclore brasileiro"; "Sobre o folclore"; "Mario de Andrade e o folclore brasileiro", "Um concurso de folclore musical"; "As trocinhas do Bom Retiro"; "Amadeu Amaral e o folclore brasileiro"; "Contos populares paulistanos"; "Cantigas de ninar paulistanas"; "Contribuição para o estudo de um líder carismático"; "Contribuição para o estudo sociológico das adivinhas paulistanas"; "Os estudos

A despeito de seu valor intrínseco, entretanto, os estudos sobre o folclore são para nós significativos por outros motivos. Primeiro, porque as pesquisas e coletas de dados sobre manifestações folclóricas na cidade de São Paulo tiveram o condão de aproximar Florestan Fernandes dos professores que foram mais diretamente responsáveis por seu sucesso na carreira acadêmica: Roger Bastide e Emílio Willens. Segundo, porque colocaram-no frente a frente com o desafio de “materializar’ e de ‘reconstruir’ as bases sociodinâmicas da vida em grupo” (FERNANDES, 1977: 174). Especificamente, a pesquisa que culminou com o texto sobre “As trocinhas de Bom Retiro” representou para Florestan Fernandes a “passagem da iniciação didática para a iniciação científica”, pois lhe trouxe, de imediato, a certeza de que na explicação sociológica “fatos’ não falam por si mesmos” (FERNANDES, 1977: 174). Diante disso, não há como relevar estes estudos para a formação sociológica de Florestan Fernandes e, mais ainda, de perceber o quanto noções fundamentais de sua sociologia começaram ali a tomar forma.

Seguramente que por se acharem vinculados a esta sua fase de aprendizagem não percebemos grande interesse dos pesquisadores em fazer referências a tais estudos, salvo em condições muito específicas, notadamente no campo dos trabalhos de cunho antropológico e na área de educação ⁶⁴. Entretanto, algumas considerações de ordem teórica e metodológica ali presentes são fundamentais para o desenvolvimento de nosso estudo.

folclóricos em São Paulo”; “O significado das cantigas de ninar”; “A função social das cantigas de ninar”; “O uso das cantigas de ninar”; “Contribuição ao estudo sociológico das cantigas de ninar”; “Objeto e campo do folclore”; “Folclore e ciências sociais”; “O folclore de uma cidade em mudança”; “Folclore e sociedade”; “Folcloristas em confronto”.

⁶⁴ Ver, por exemplo, FÁVERO (2005) e MAZZA (2003).

Temos, inicialmente, a preocupação que demonstra Florestan Fernandes em ressaltar os mecanismos de socialização presentes não só nas atividades lúdicas infantis, como em toda manifestação folclórica. No texto “Folclore e grupos infantis”, publicado em 1942, mas resultado de trabalho de pesquisa vinculado à primeira cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo realizado no ano anterior, ele aponta que os grupos infantis por ele investigados não se organizam aleatoriamente em torno de suas brincadeiras. Os grupos se “formam em função dos fatos folclóricos, isto é, de traços que passam de geração a geração, indefinidamente, e que são partes da cultura tradicional da sociedade considerada” (FERNANDES, 1942: 396). Florestan Fernandes (1942:403) indica, assim, existir um “papel assimilador e aculturador do folclore” na medida em que percebe que a “função dos grupos infantis [é] a de ajustar a criança ao meio, através da sua própria cultura, diminuindo as possibilidades de conflitos”.

É, especialmente, através das brincadeiras que “a criança adquire espírito de solidariedade e disciplina dentro desses grupos [...] preparando-se para a vida social do indivíduo adulto e experimentando um sentimento que a ultrapassa, o ‘nós’, a consciência coletiva” (FERNANDES, 1942: 406). Deste modo, um fato tradicional, folguedos, não é um produto, mas causa ou motivo do agrupamento (FERNANDES, 1942: 396). O interesse que desperta na criança o brinquedo em bando leva, por sua vez, “à formação das primeiras amizades, dando-lhes a noção de posição social” (FERNANDES, 1942: 397).

Propriamente, Florestan Fernandes (2004: 477) vê uma correlação muito forte entre as brincadeiras infantis e o mundo social adulto, donde conclui que toda

atividade lúdica representaria, para a criança, o mundo social real, sua estrutura e valores, de modo tal que podemos compreender um analisando o outro. O processo de socialização ficaria evidente, neste processo, a partir da constatação de que as brincadeiras serviriam como ensaio e desenvolvimento das capacidades e competências necessárias ao indivíduo adulto.

Diante dos procedimentos adotados pelos autores que o antecederam nas pesquisas sobre o folclore, que por não disporem de formação científica adequada acentuavam-lhe tão somente os aspectos humanísticos, surge-lhe necessário firmar critérios rigorosos e precisos para o levantamento e coleta de dados, bem como no tratamento do material coligido ⁶⁵. Somente estes é que poderiam revelar as vinculações sociais recorrentes numa cultura, ou seja, o “meio interno” durkheimiano em que se acham inseridos. É neste sentido que Florestan Fernandes (2004:199) vê os estudos folclóricos como um método, como uma técnica de investigação que permite compreender mecanismos sociais mais amplos, como a educação, a socialização e a reprodução cultural, por exemplo. Não poderiam constituir-se numa disciplina isolada ou ciência como pensavam os folcloristas, mas, ao contrário, seriam como reveladores de aspectos particulares de fenômenos estudados preferencialmente pela Antropologia ou pela Sociologia da Cultura.

Temos, por fim, que tais preocupações nos levam a identificar alguns dos pressupostos e assertivas utilizados por Florestan Fernandes não apenas nestes estudos, mas em outras fases e peças de sua produção teórica que, obviamente, iremos identificando ao longo deste estudo. A principal delas é sua recusa em tratar os

65 O debate com os folcloristas, especialmente com os modernistas Amadeu Amaral e Mário de Andrade, estão reproduzidos no livro O folclore em questão, publicado em São Paulo pela Hucitec em 1978.

fenômenos investigados fora das leis e preceitos tidos como válidos e legítimos pela ciência sociológica.

Um segundo tema, intimamente associado às questões debatidas nos estudos folclóricos, são as histórias de vida, **personagens** que se constituem em fonte privilegiada de pesquisa. Entendê-las adequadamente exige que o investigador considere as determinantes sociais em que o indivíduo encontra-se inserido. Um não pode existir sem o outro.

Ainda como aluno do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes produziria um trabalho que ressaltava a influência e importância de um negro, ex-escravo, para a comunidade. O texto “Contribuição para o Estudo de um Líder Carismático”, escrito em 1942, mas publicado apenas em 1951 pela Revista do Arquivo Municipal, apresentava uma bem cuidada análise sociográfica sobre João de Camargo, líder carismático da cidade de Sorocaba (SP), já falecido, que dera origem a um culto sincrético na região.

João de Camargo, apoiando-se em elementos do espiritismo, do catolicismo e de religiões negras, conseguiu congregar em torno de si inúmeros seguidores e admiradores que lhe acorriam em busca de consolo espiritual, para a cura de doenças e até cuidados e orientação sobre comportamentos e práticas. Florestan Fernandes (1972:233), por sua vez, ao descrever a trajetória de vida de João Camargo, encontrava ali elementos suficientes para demonstrar que “suas atividades de curandeiro transformaram-se e ampliaram-se” no mesmo ritmo em que a “própria personalidade do

chefe religioso negro” se modificava, acompanhando o lento crescimento e desenvolvimento do culto.

Florestan Fernandes (1972:235) faz perceber como “a personalidade de João de Camargo reflete o meio social em que viveu e foi educado”, mas não da mesma forma que outros homens expostos aos mesmos fatores e situações sociais “típicas de uma sociedade culturalmente heterogênea e em mudança”. Dotado de grande sensibilidade aos desajustamentos e conflitos sociais verificados numa sociedade em mudança, João de Camargo tornou-se paradigmático para aquela sociedade ao desenvolver e aplicar técnicas para a solução destes desajustes revivendo valores tradicionais.

João de Camargo podia interferir positivamente em várias situações sociais como, por exemplo, pregando “contra o alcoolismo, o roubo etc., exercendo certo controle no comportamento dos fiéis” (FERNANDES, 1972:237). Conseguia estabelecer, ainda, entre aqueles que o ouviam, uma distinção clara entre as atividades que fazia e as “atividades dos curandeiros e macumbeiros” (FERNANDES, 1972:236), “gente ruim, que só quer o mal dos outros” (FERNANDES, 1972:237). Neste contexto, ao extrapolar suas funções estritamente de caráter mágico-religioso, João de Camargo teve alterados também os “critérios de avaliação e de reconhecimento sociais de suas aptidões e capacidades pessoais” (FERNANDES, 1972:236). Permitindo, com isso, significativo incremento de seu prestígio e de sua “influência pessoal, como líder carismático” (FERNANDES, 1972:236). Sociologicamente, o fenômeno “João Camargo” sugere para Florestan Fernandes que alterações de status na estrutura social dependem não apenas do esforço pessoal em galgar posições, mas, especialmente, do

reconhecimento das qualidades e competências pessoais por parte das coletividades envolvidas.

Florestan Fernandes retoma o tema da história de vida, que envolve lidar com a biografia individual e padrões coletivos de comportamento, para analisar um outro tipo de desdobramento dessa relação. Neste aspecto, o da preocupação teórica, “Tiago Marques Aipobureu: Um Bororo Marginal”, texto escrito em 1945 para o Seminário sobre os Índios do Brasil do Dr. Herbert Baldus, seu orientador no Mestrado em Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política, complementa, dentro dos estudos sobre personagens, as noções sociológicas que orientaram Florestan Fernandes no trabalho sobre João de Camargo.

Uma questão metodológica proposta logo de início por Florestan Fernandes (1975:86) discute a validade científica do estudo de um único caso. Para o autor e naquele momento, o ano de 1945, uma análise de caso individual, ou único, tende a ter valor relativo, prestando-se mais como fator ilustrativo, “uma espécie de aplicação da teoria aos fatos”. Com efeito, o rigor científico exige, para ele, que se faça o caminho no sentido inverso: dos fatos à teoria. De acordo com Florestan Fernandes, tendo-se à disposição o maior número possível de casos e os mais variados, evita-se lacunas e alcança-se o maior rendimento teórico, abstraído-se leis onde antes só tínhamos fenômenos. Neste sentido, o estudo do caso “Tiago Marques Aipobureu” visa apenas ilustrar “os efeitos dos contatos com os brancos do ponto de vista de sua personalidade”, na medida em que coloca em evidência aspectos importantes para a sociologia, como as questões da mudança social e da marginalidade e de como estes aspectos podem resultar perniciosos para certos indivíduos.

O Professor Tiago Marques Aipobureu nasceu, na verdade, Akirio Bororo Keggeu, e até aos 12 anos de idade viveu no seio de sua tribo, prendendo-se pelos costumes, pelas crenças e afinidades familiares à sociedade e cultura bororo. Durante cinco anos recebeu “esmerada educação”, tornou-se cristão, viajou pela Europa, foi a Roma e Paris, conviveu com famílias brancas tradicionais e só retornou porque sentia saudades (FERNANDES, 1975:87). De volta às missões dos salesianos, no Mato Grosso, traduziu para o bororo uma versão pequena da bíblia, um livro de história do Brasil, sendo convidado para ali trabalhar como professor. Após casar-se com uma bororo, teve grandes dificuldades em conciliar sua crença, práticas e costumes originais com as práticas e valores aprendidos com os brancos. Embora houvesse firme disposição de sua parte para voltar à vida típica de um bororo, “Tiago Marques agia como bororo até onde sua mentalidade de cristão letrado o permitia” (FERNANDES, 1975:91). Localizado mentalmente entre dois mundos, ele era um homem marginal, achava-se na fronteira de dois povos, de dois mundos, de duas culturas. Nem era completamente cristão, nem completamente integrado à cultura bororo. Por isso, seu discurso, suas atitudes, seu comportamento, enfim, misturava elementos de ambas.

Florestan Fernandes considera o caso de Tiago Marques Aipobureu como único, pois resulta da dificuldade deste em conciliar padrões culturais incongruentes. Na ausência, entre os bororos, de casos anteriores semelhantes ao seu dava margem a que tanto estes, quanto os “civilizados”, o rejeitassem. Afinal, Tiago Marques Aipobureu nem era totalmente branco, nem totalmente bororo.

O fato de existirem crenças contraditórias, tanto ao nível individual quanto coletivo, não significa, entretanto, marginalidade. O indivíduo é perfeitamente capaz de

conviver com noções altamente contraditórias sobre os mesmos assuntos, como as visões científicas e religiosas, por exemplo. E para o grupo é sempre possível considerar ajustamentos, adaptações e a assimilação de práticas desenvolvidas em outras culturas. Mas, destaca Florestan Fernandes (1975:110), apenas quando novos padrões de comportamento “implicam conflitos emocionais, subjetivos, nos indivíduos” ou que “chocam o grupo, provocando nos demais membros da coletividade uma reação mais ou menos intensa e imediata de desaprovação” é que podemos falar efetivamente de marginalidade.

O grande conflito psíquico de Tiago Marques Aipobureu teve sua origem no fato dele ter se tornado um “bororo civilizado”. Voltar a ser bororo novamente implicava em ter que descartar todo o conhecimento, todas as vivências, todas as possibilidades humanas que a técnica e a cultura do “civilizado” havia-lhe colocado diante dos olhos. O conhecimento deixa na alma do homem uma marca indelével que o retorno às origens, ou à simplicidade dos meios, das técnicas ou das concepções de vida é, como foi no caso de Tiago Marques Aipobureu, impossível de ser feito, daí o desajuste.

Sob a mesma perspectiva temática, segue-se que um dos últimos trabalhos de Florestan Fernandes, cujo prefácio foi datado em 20 de julho de 1995, portanto poucos dias antes de sua morte, reúne sob o título “A Contestação Necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários” biografias de amigos e heróis os quais admirava. São personagens que, de alguma forma, “escapam à corrente e remam contra ela”, conforme seja o “alcance de seu temperamento, de sua vocação política e de seu inconformismo” (FERNANDES, 1995:15). Atrás de cada vida em particular Florestan Fernandes descreve um contexto histórico que é redirecionado, pressionado

até pela força das idéias e dos ideais. É a pessoa comum transformada em ícone, herói ou, no mínimo, em um exemplo de conduta a ser seguido.

Apesar de estar sociologicamente preocupado com os fatores que condicionam o destino de cada um – inclusive o seu próprio – e, deste modo, fazendo com que não seja mero produto do acaso, a concepção que Florestan Fernandes tem das histórias pessoais não o aproxima de nenhuma visão determinista da realidade. Na verdade, nos estudos que realiza sobre Tiago Marques Aipobureu, João de Camargo; no caráter transformador e reformista que aponta em Luiz Inácio Lula da Silva, Caio Prado Jr., Octávio Ianni, Luís Carlos Prestes e Fernando de Azevedo, por exemplo, Florestan Fernandes busca nessas histórias singulares, nos desencontros entre personalidade e sociedade, os elementos explicativos que documentam as transformações que estão ocorrendo na sociedade da qual tomam parte.

É neste sentido que concordamos com José de Souza Martins (1996:15 e 16) quando este confirma que a biografia em Florestan Fernandes assume a função de sucedâneo da experimentação científica. Se a rigor, ele nos diz, os cientistas sociais, até por razões éticas, ficam impossibilitados de fazer experimentos, “o recurso do confronto entre personalidade e sociedade, entre biografia e História, oferece uma alternativa quase experimental para a verificação de como surgem e se desenrolam os processos sociais”. A relevância metodológica da biografia encontra-se, neste caso, justamente “na riqueza explicativa que há na história de vida dos que se insurgem contra o destino traçado para sua classe social”. No entanto, cabe perguntar sobre aqueles que não fazem a diferença, pois que formam as semelhanças, as

regularidades, expressam o normal e o comum. Como Florestan Fernandes os trata sociologicamente?

Florestan Fernandes, em colaboração com Ramzia Gattás, publicou na Revista Sociologia, em 1956, um artigo intitulado “A história de vida na investigação sociológica. A seleção dos sujeitos e suas implicações”. Texto que condensa parte das reflexões, acertos e erros presentes, por exemplo, no levantamento que Florestan Fernandes e equipe fez para o estudo encomendado pela UNESCO ⁶⁶ sobre relações raciais. Nessa pesquisa, o relato das experiências de sujeitos que foram mais ou menos discriminados devido à sua situação de cor constituiu-se em peça sociologicamente importante para dimensionar a questão do “preconceito racial” no Brasil.

Na técnica da história de vida, as análises de casos permitem uma “descrição minuciosa de determinadas realidades sociais e [o] conhecimento indireto de experiências pessoais, comuns a determinados conjuntos de indivíduos dentro de uma mesma comunidade” (FERNANDES, 1976:252). Note-se que, neste caso, o interesse do investigador não é um sujeito qualquer, nem um sujeito determinado, mas aquele “cujas experiências, fases de organização da personalidade ou tipos de ajustamentos sociais se pretende investigar” (FERNANDES, 1976:252). A questão metodológica que surge, então, é como encontrá-los, ou melhor, como selecionar um reduzido número de sujeitos que seja a expressão, ou represente adequadamente o universo social do qual fazem parte.

Para Florestan Fernandes (1976:262), a investigação sociológica não pode só se interessar por sujeitos cujas personalidades apresentem ajustamentos dentro de

⁶⁶ UNESCO é a abreviação de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

limites impostos ou construídos anteriormente pelo investigador, mas que, na prática, são desconhecidos de antemão. Dado o custo deste tipo de levantamento, o problema poderá ser resolvido ao se escolher um sujeito ao acaso, mas desde que “em condições tais que o pesquisador [possa] operar na condição de observador participante” (FERNANDES, 1976:252). Pois, mesmo que a personalidade do sujeito escolhido se afaste da personalidade típica ou padrão previamente definido, ela poderá fornecer dados relevantes à investigação, como, por exemplo, “os móveis propriamente individuais das flutuações do comportamento” ou, ainda, a maneira pela qual a sociedade reage diante de tais ajustamentos (FERNANDES, 1976:262). Com isso, abre-se para Florestan Fernandes uma possibilidade de análise das biografias muito mais abrangente.

Em suma, parece evidente a Florestan Fernandes que nas trajetórias individuais encontram-se não só determinações de ordem emocional ou psicológica, mas, também, a força do coletivo agindo dialeticamente em relação às personalidades individuais. A vida social, ainda que configurada por estruturas e padrões de relacionamento coercitivos suficientemente rígidos, permite que alguns indivíduos, ora por sua própria vontade e decisão, ora por força de circunstâncias históricas especiais, modifiquem e sejam modificados por estes padrões e formas estruturadas do convívio social.

O homem é um ser social por excelência. Estudá-lo individualmente permite entender a sociedade em que está colocado. Por isso, como bem observou José de Souza Martins (1989:16), há em várias obras de Florestan Fernandes um significativo interesse pelas biografias daqueles que, sob muitos aspectos, “contrariam” a História,

alterando significativamente o destino social a que estariam, de certa forma, “obrigados” a percorrer. Do ponto de vista da análise sociológica é este mecanismo reflexivo – Florestan Fernandes não usa este termo – que deve ser o ponto de apoio teórico para qualquer reflexão que busque compreender os fenômenos de mudança social.

Mudança social, mudança cultural e **educação**⁶⁷ se complementam. O aspecto por demais significativo que emerge não só dos estudos sobre o folclore paulistano, mas, também, das pesquisas que fez na década de 1940 sobre os índios tupinambá é a presença marcante da função educativa no cotidiano das sociedades. Num primeiro momento, Florestan Fernandes deixa evidente em seus textos que a coesão social mantém-se porque fatores determinantes, como a existência de um processo de educação abrangente e continuado, fornecem aos indivíduos os elementos necessários de que precisam e devem dispor para ocuparem seus espaços na sociedade, enquanto, simultaneamente, indica quais metas que devem ser buscadas e os meios necessários para atingi-las. De um modo geral, todos se tornam responsáveis pelo preparo e adestramento dos novos indivíduos que vão sendo incorporados e que tomam parte no universo social. Onde a sociedade pode ser vista como uma grande escola.

Essa idéia está bem clara no estudo sobre a educação entre os tupinambá que elaborou, originalmente, como exposição em classe, em 1951, mas que só foi

⁶⁷ Quanto ao tema “educação” somente alguns poucos aspectos concebemos como essenciais para a nossa discussão. Com certeza trata-se de um assunto que deve receber atenção especial e ser aprofundado em estudos e abordagens mais específicas, como o demonstram, entre outros, os trabalhos de Débora Mazza (2003) e a coletânea de artigos organizada por Osmar Fávero (2005).

publicado em 1964. Em “Notas sobre a educação na sociedade tupinambá” Florestan Fernandes (1975:33 e 34) observa que...

... os indivíduos devem estar preparados para enfrentar as situações sociais de vida mediante comportamentos que são, a um tempo, espontâneos mas estandardizados e de eficácia comprovada pela *experiência coletiva anterior* (às vezes remota, perdendo-se nos confins da história cultural do grupo; outras vezes recente; porém ‘sancionadas’ pelos paradigmas fornecidos pelos *exemplos dos antepassados* ou por normas de comportamento sacramentadas pelas *tradições*).

Abrindo espaço tanto para a integração, quanto para a diferenciação, os mecanismos de socialização – como podemos entender a educação em seu sentido mais amplo – permitem a constante adaptação das sociedades às novas situações, enquanto preservam sua identidade ao longo do tempo. Ou seja, as práticas, crenças, costumes e tradições que tornam um grupo social único (FERNANDES, 1975:40).

Muito bem, num texto posterior ⁶⁸, quando se via às voltas com questões surgidas em razão do debate sobre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Florestan Fernandes (1976:168 e 169) descreveria como de “limitada influência para a vida prática” as funções da educação de “organização da experiência e o desenvolvimento da personalidade”, ao nível individual, e para a “sobrevivência e o funcionamento normal das coletividades humanas” se atreladas a “técnicas, a normas e a valores obsoletos”. De fato, a civilização moderna, industrial e urbana, impõe que os problemas educacionais sejam vistos de um novo ângulo, em que as “forças da inércia

68 O texto “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada” foi escrito por Florestan Fernandes para ser apresentado no *Symposium sobre os problemas educacionais brasileiros*, promovido pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais, do qual fazia parte. Foi publicado originalmente em edição mimeografada pelo Departamento de Publicações do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1958.

e de conservantismo sócio-culturais” sejam, enfim, derrotadas e o conhecimento científico aplicado também na esfera da educação para a solução de problemas e o que exige a vida moderna. Isto só pode ser possível se os educadores tiverem formação e experiência adequada para lidar com as bases perceptivas e cognitivas nesta nova dinâmica cultural. O que distinguiria, enfim, a “mudança cultural espontânea” da “mudança cultural provocada” não seria o “conteúdo intencional dos processos que as produzem, mas a maneira pela qual ele é elaborado” (FERNANDES, 1976:171).

Ciência e modernidade acham-se profundamente imbricadas no pensamento de Florestan Fernandes. O moderno, para ele, é racional, metódico, científico em contraposição ao passado irracional, desordenado e arbitrário. A defesa de uma maior democratização do ensino insere-se, neste contexto, como o mecanismo mais apropriado para libertar a sociedade das amarras do passado conservantista e das estruturas rígidas de classe, de práticas e de pensamento que impedem o pleno desenvolvimento dos indivíduos e, portanto, de toda a coletividade em suas potencialidades psico-culturais e sócio-econômicas. Antes de ser uma atividade rigidamente estruturada e determinista, permite a escolha, a participação e a defesa de interesses gerais. O papel da educação, amparada pelas ciências sociais, é, assim, o de criar “personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam no mundo moderno” (FERNANDES, 1976:300).

No passado, condição; no futuro, instrumento. O papel da educação na análise de Florestan Fernandes passa por uma “metamorfose” que só pode ser explicada pelos interesses e perspectivas que orientavam seu discurso a cada etapa. No primeiro, ela é percebida como mecanismo para a solidificação e estabilidade das

instituições sociais; no segundo momento, a educação se revela o meio mais eficaz a ser utilizado para se obter as transformações “necessárias” no seio das sociedades.

Os artigos, intervenções e os muitos “**diagnósticos**” que elaborou tentando compreender certos aspectos e situações pontuais da realidade brasileira seguiram, de certa maneira, esta oposição entre a interpretação do passado e as perspectivas possíveis do futuro. Geralmente, eles tratam ou da comprovação empírica de que fatores sociológicos localizados no passado histórico das sociedades interferem no modo como se dão as relações sociais no presente; ou da necessidade de ação frente aos possíveis desdobramentos e mudanças em curso na sociedade e que podem ser previstas ou antecipadas.

Podemos ver esta postura seja em textos que enfatizam e defendem um papel protagonista da ciência no mundo moderno, ou que destacam aspectos, muitas vezes incoerentes, da conjuntura social e política em determinado momento. No primeiro caso, textos como “O significado das ciências sociais no mundo moderno”, de 1951; “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil”, de 1956; “As ciências sociais em São Paulo”, de 1957; “Sociologia e realidade brasileira”, de 1958, chamam a atenção do leitor para o significado e pertinência da contribuição que os estudos sociológicos podem trazer para a compreensão de processos sociais até certo ponto obscuros, complexos e indeterminados para considerável parcela da população. No segundo caso, textos como “Um retrato do Brasil”, de 1946; “Existe uma ‘crise da democracia’ no Brasil?”, de 1954; “O Brasil e seus contrastes”, 1958, “Como muda o

Brasil”, de 1966, por exemplo, apresentam questionamentos, soluções e possibilidades de intervenção racional em situações reais envolvendo a sociedade.

Em resumo, os temas tratados neste primeiro tópico apresentam similaridades e congruências que confirmam os aspectos e propostas da teoria de investigação defendida por Florestan Fernandes que ressaltamos no capítulo anterior. Seja em relação aos fatos folclóricos ou os alusivos a personagens; seja nas considerações sobre a educação e nos diagnósticos sociais impera um modo próprio de lidar com as diversas etapas da pesquisa: observação, interpretação e explicação.

Quanto à técnica de observação, os dados que lhe serviram de base não foram recolhidos de forma aleatória, mas utilizando-se de procedimentos adequados para captar ou “reconstruir” a realidade em seus aspectos essenciais e nas condições em que o fenômeno foi produzido ou poderia ser estudado. Observação direta, participante, descrição exaustiva dos fatos, análise das biografias e histórias de vida, conforme sejam as características do objeto investigado, conjugam-se como instrumental de coleta a ser empregado por Florestan Fernandes nestes estudos. O resultado é uma massa de dados brutos que precisa ser ordenada ou classificada de tal modo que seus mecanismos de formação e desenvolvimento figurem-se inequivocamente ao pesquisador.

É na fase interpretativa que a realidade captada segundo as técnicas de observação acima apontadas submete-se ao exame que permitirá inferir logicamente as leis e processos que a regem. No conjunto de temas abordado – folclore, personagens, educação e diagnóstico – é nítido que a perspectiva de interpretação adotada privilegia

os aspectos predominantemente causais que ligam as condições sociais de existência às possibilidades de desenvolvimento individual. No entanto, se num primeiro momento a força do meio social parece ser a única variável capaz de configurar os comportamentos individuais, a certa altura Florestan Fernandes admite a possibilidade efetiva de que práticas sociais alternativas, a flexibilização dos costumes, dos hábitos e das crenças constituam-se em processos coerentes e desejáveis de mudança social. Migrando, teoricamente, da interpretação positivista centrada nos ditames estruturais e nas determinações causais para outros tipos de interpretação, que reforçam a vontade individual, o irracional das práticas sociais ou o jogo dialético das forças sociais.

O modelo explicativo, por fim, é o componente que no processo investigativo permite descrever os fenômenos e prever seu comportamento. A comprovação de que os fatos observados podem ser ordenados num sistema lógico que compreende leis causais, tendenciais ou probabilísticas sugere não apenas que o pesquisador é capaz de entender, cientificamente, o passado, mas que também pode descrever cenários que, efetivamente, possuam grandes chances de se realizarem no futuro. A preocupação de Florestan Fernandes em encontrar os mecanismos que mantêm a sociedade unida, ou que permita sua reprodução e continuidade, é, neste momento de sua trajetória intelectual, o elemento explicativo capaz de dar conta tanto do passado, como do futuro das instituições e dos indivíduos. Por isso, descrevemos os temas do folclore, personagens, educação e diagnóstico que pesquisou sob a perspectiva de processos de socialização e integração social.

2. O problema e o método nos processos de (des) integração e exclusão social

Um segundo grupo de pesquisas empíricas levadas a efeito por Florestan Fernandes toma a temática indígena, as relações raciais e o desenvolvimentismo como objetos de investigação ⁶⁹. Muito embora tais pesquisas tenham sido efetivadas em períodos, digamos, de maior maturidade intelectual, Florestan Fernandes em nenhum momento parece ter abandonado o rigor e a precisão que julgava necessárias para que a investigação científica fosse digna deste nome. Os critérios metodológicos envolvendo a observação, a interpretação e explicação dos fenômenos observados continuaram, assim, como essenciais para a legitimidade das pesquisas. E ainda que tenham sido aperfeiçoados em alguns casos, especialmente no que diz respeito à incorporação de novas técnicas de observação e coleta de dados, constituem-se na base de trabalho da qual o sociólogo não deve jamais se afastar.

Se na fase inicial de sua formação foram as pesquisas sobre o folclore que o levaram, literalmente, ao campo de estudos, na fase seguinte, durante o período mais intenso de sua especialização acadêmica, Florestan Fernandes direcionou seus esforços quase que exclusivamente para os trabalhos envolvendo a temática indígena, ainda que o projeto original de seu doutoramento, por exemplo, envolvesse a pesquisa sobre a aculturação de sírios e libaneses em São Paulo. Mesmo que o número de

⁶⁹ Tivemos oportunidade de trabalhar com estes temas durante nosso mestrado em sociologia abordando os problemas de integração e hibridismo sociais nas obras de Florestan Fernandes que tratam da formação da sociedade brasileira (MARIOSÁ, 2003). Se agora retomamos os mesmos temas é para tratá-los sob uma outra perspectiva: a da contribuição de Florestan Fernandes para o desenvolvimento de uma sociologia como crítica dos processos sociais.

textos que publicou abordando essa temática tenha sido relativamente pequeno, a pesquisa para sua produção alcançou dimensões admiráveis, daí a relevância alcançada por estes estudos, particularmente no campo da antropologia ⁷⁰.

Sob o tema das relações raciais deveriam constar todos os textos em que Florestan Fernandes investigou, de maneira metódica, diferenças no padrão de relações sociais que, no interior de uma mesma sociedade, explica-se em maior ou menor grau como decorrência do atributo cor ou por qualquer outra espécie de exclusão étnica. De fato, desde o início dos anos 1940 Florestan Fernandes já se dedicava a pesquisas envolvendo temas que, de modo geral, centravam-se nos excluídos e marginalizados. Constam deste período, por exemplo, os estudos sobre as manifestações do preconceito de cor em Sorocaba e do culto a João Camargo; algumas sondagens da população rural de Poá; exercícios de coleta de dados sobre aspectos do folclore ou da vida sexual na comunidade de Cunha; observações e análises sociológicas envolvendo a contribuição dos folguedos infantis para o comportamento posterior dos indivíduos; estudos sobre o contato dos Tupi com os brancos descritos nas fontes quinhentistas; e a pesquisa sobre a aculturação de sírios e libaneses em São Paulo. Todavia, nenhuma destas pesquisas pode ser comparada à pesquisa patrocinada pela UNESCO e Revista Anhembi sobre o preconceito de cor no Brasil. Esta, sim, não tendo sido a primeira grande pesquisa, foi ao menos, uma das mais completas pesquisas sociológicas realizadas até então no Brasil ⁷¹.

70 Note-se na bibliografia produzida por Florestan Fernandes (Anexo II) que os textos envolvendo as pesquisas sobre a temática indígena receberam boa acolhida em edições de língua estrangeira e voltada para os estudos antropológicos.

71 Ver as observações que fazem Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre as condições da pesquisa patrocinada pela UNESCO no texto "Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo", publicado, em 1953, pela Revista Anhembi, Ano III, Número 30, Volume X, maio de 1953, páginas 433 a 435.

Por fim, as discussões surgidas no âmbito das pesquisas sobre os vários aspectos que tomou a implantação do capitalismo no Brasil, que estudaremos sob a denominação de desenvolvimentismo, trazem como nenhuma outra pesquisa anterior a obrigação do sociólogo em olhar para o futuro, imaginar quadros, propor correções e evitar possíveis desvios. É sob esta perspectiva que Florestan Fernandes (1978:97), ao examinar retrospectivamente o que considerava uma de suas mais importantes contribuições para a comunidade dos sociólogos, revelava que, certamente, estas estariam ligadas com o que lhe coube no projeto “Economia e Sociedade no Brasil”. Ali, as preocupações específicas com a urbanização e crescimento econômico, seu tema inicial, dão lugar a “uma análise mais ampla da revolução burguesa no Brasil e das linhas de formação e expansão da sociedade de classes”.

Não obstante o grande valor e interesse que em muitos campos possam despertar são, no entanto, as questões de ordem metodológica, particularmente o que concerne aos aspectos da observação, interpretação e explicação dos fenômenos sociais, que queremos salientar nas pesquisas de Florestan Fernandes sobre a temática indígena, as relações raciais e o desenvolvimentismo.

a. A temática indígena

Metodologicamente, todo o exercício de análise envolvendo a temática indígena fundamenta-se, em Florestan Fernandes, num esforço concentrado de reconstrução histórica. Por se tratar de uma sociedade de há muito extinta o que restou de informações a seu respeito resume-se a um amontoado de relatos, crônicas e

impressões de viagens daqueles que distantes no tempo mantiveram contato com os índios Tupinambá. O primeiro passo da investigação sociológica, que é o processo de observação e coleta de dados, surgiu, assim, como o obstáculo de maior monta que Florestan Fernandes teve de ultrapassar para atingir seus propósitos. A julgar pelos desdobramentos daí resultantes, especialmente as conquistas acadêmicas que obteve, podemos concluir que a comunidade intelectual soube reconhecer a qualidade de seu trabalho, premiando seus esforços.

Florestan Fernandes tornou-se Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela Escola Livre de Sociologia e Política, em 1947, dissertando sobre “A Organização Social dos Tupinambá”, estudo desenvolvido sob a orientação de Herbert Baldus, que lhe havia sugerido o tema.

Com os dados coligidos sobre os índios publicou ainda outra obra de grande importância para a antropologia brasileira: “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá”, sua tese de Doutorado. E, num terceiro trabalho, “Ensaio Sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia”, de 1953, sua tese de Livre-Docência, tirou as conseqüências teóricas destas pesquisas, explorando a fundo as possibilidades proporcionadas pelo funcionalismo no estudo das fontes.

De suas análises envolvendo a temática indígena alguns aspectos receberam tratamento e publicação em separado, como, por exemplo: em 1948, o artigo publicado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, “O estudo sociológico da economia primitiva”; de 1949, o artigo publicado na Revista do Arquivo Municipal, “A economia tupinambá: ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal”; também de 1949, o artigo

publicado pela Revista do Museu Paulista, “A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade tupinambá. Ensaio de análise crítica da contribuição etnográfica dos cronistas para o estudo sociológico da guerra entre populações aborígenes do Brasil quinhentista e seiscentista”; de 1950, o artigo publicado na Revista de História, “Considerações sobre um comentário à ocorrência de termos tupis em ‘A organização social dos Tupinambá’”; de 1952, a publicação pelo Journal de la Société des Américanistes, Paris, de uma edi  o parcial de “A fun  o social da guerra na sociedade Tupinambá”, com o título “La guerre et le sacrifice humain chez les Tupinambá”; de 1960, um capítulo publicado no livro organizado por Sérgio Buarque de Hollanda, História geral da civiliza  o brasileira, vol. 1, tomo 1, São Paulo, Difusão Européia do Livro, intitulado “Antecedentes indígenas. Organiza  o social das tribos tupis”; e, de 1964, em edi  o homenageando Herbert Baldus, Festgabe f  r Herbert Baldus zum 65, o artigo “Aspectos da educa  o na sociedade Tupinambá”, versão de uma monografia publicada no mesmo ano pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais.

Florestan Fernandes investigou sistematicamente entre os tupinambá desde a organiza  o social, a economia primitiva, a rea  o tribal    conquista, a fun  o social da guerra, até a educa  o e o fenômeno de destribaliza  o que a vitimou. Mas foi graças, sobretudo, aos trabalhos de reconstru  o histórica e de análise etnológica sobre a organiza  o social dos tupinambá que Florestan Fernandes tornou-se conhecido no Brasil e no exterior. Isto porque os documentos então existentes sobre estes índios, de tanta importância para a história do Brasil, embora amplamente conhecidos e manuseados por especialistas, eram julgados insuficientes para apontar

qual seria sua forma de organização social e sob quais mecanismos esta se orientava. Deste modo, embora numerosos, havia apenas estudos parciais sobre certos aspectos de sua cultura, nada mais.

Como fonte principal de dados, os relatos que nos chegaram sobre os índios Tupinambá haviam sido feitos pelos brancos que com eles tiveram contato a partir do ano de 1500, seguramente, sem nenhum critério ou interesse científico. Conforme as informações esparsamente contidas nos relatos de alguns destes viajantes, “em 1519 os Tupinambá já estavam acostumados ao tráfico com os brancos” e “ainda em 1531 os Tupinambá mantinham relações amigáveis com os portugueses” (FERNANDES, 1963:27). Todavia, no período que vai de meados do século XVI ao final do século XVIII, os milhões de índios que habitavam o que hoje são os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará foram sendo exterminados tanto quanto persistiam em resistir ao domínio português. E os que não foram mortos, foram ou “reeducados” pelos jesuítas, ou fugiram para o interior do país.

O contato com os brancos mostrou-se, dessa forma, fatal para os Tupinambá (FERNANDES, 1963: 58). Ainda que pelos relatos chegados às mãos de Florestan Fernandes, percebêssemos de modo inequívoco que eles eram mais bem adaptados ao clima e à geografia que os brancos; que se encontravam em maior número, quando os combates corpo-a-corpo decidiam as batalhas; e, muito importante, que sua cultura continha elementos que os deixavam dispostos, preparados e continuamente motivados para a ação guerreira. Apesar disso, não lograram nem vencer os portugueses, nem sobreviver ainda que de forma precária ao contato. Eles simplesmente desapareceram.

Restando-nos de sua existência apenas relatos esparsos e fragmentados dos que com eles conviveram.

Para entender sociologicamente o que havia acontecido com os Tupinambá, o primeiro desafio de Florestan Fernandes foi o de recuperar, em seus caracteres mais importantes, parte daquela organização e daí explicar como se ajustavam entre si seus principais elementos. Esta primeira fase da pesquisa, de reconstrução histórica e etnográfica, Florestan Fernandes logrou realizá-la com o trabalho sobre a Organização Social dos Tupinambá. Num estudo complementar, A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá, procuraria descobrir como os Tupinambá explicavam o sacrifício humano, qual a consciência que tinham dos objetivos e dos fins do sacrifício, e, principalmente, qual o significado e função da guerra e dos rituais a ela dedicados naquela sociedade, especialmente os de antropofagia. Seria a partir destas explicações que Florestan Fernandes construiria categorias mais amplas e chegaria às explicações propriamente sociológicas.

Do ponto de vista metodológico, Florestan Fernandes colocaria a questão interpretativa como orientadora da atividade de seleção das fontes e coleta de informações, invertendo em parte o processo de investigação. Os materiais disponíveis, que restringia consideravelmente as possibilidades de pesquisa e de levantamento de dados, impuseram a Florestan Fernandes enfrentar, de modo especial, a questão daquele que seria o método mais adequado para a abordagem sociológica do tema que escolhera. Segundo o autor, “tratava-se de descobrir se a base empírica ‘isolada’ prestava-se ou suportaria um tratamento sociológico”, primeiro, para a análise sociológica da guerra; segundo, para o caso concreto da guerra na sociedade

tupinambá (FERNANDES, 1975:192). Justificando sua escolha, Florestan Fernandes (1967:180) afirmaria mais tarde, no livro Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, que desde seus primeiros estudos sobre o folclore paulistano, e até os “mais recentes trabalhos sobre a guerra na sociedade tupinambá ou as manifestações do preconceito de cor em São Paulo”, teria “lidado com problemas sociológicos cuja análise depende do recurso à interpretação dos fenômenos investigados em termos de função”, e dentro de uma perspectiva sistêmica das sociedades, portanto.

De nossa parte, acreditamos que não apenas em razão do tipo de manipulação que os dados poderiam suportar, mas, especialmente, da popularidade que este tipo de abordagem sociológica havia alcançado entre os pesquisadores, a escolha do método de interpretação funcionalista parecia-lhe àquela altura plenamente justificável ⁷². Pois, dentre as principais diretrizes teóricas que orientaram o pensamento de Florestan Fernandes, a noção de sistema social, e a possibilidade de se analisar as instituições sociais em sua contribuição funcional, por exemplo, foi de muita importância para os sociólogos, uma vez que permitia analogias entre o comportamento dos organismos vivos e a sociedade. De fato, para Florestan Fernandes (1967:213), a escolha do instrumental teórico fornecido pela teoria funcionalista decorre, fundamentalmente, do fato “de certas analogias entre organismo e sociedade e de certos paralelismos entre a explicação biológica e a sociológica” ter dado origem a “todo um corpo de noções, de idéias, de hipóteses de trabalho e de regras interpretativas que

72 Entre os autores funcionalistas que mais influenciaram Florestan Fernandes podemos citar seus contemporâneos: Robert Merton, Talcott Parsons, Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown.

constituem uma teoria especial dentro da sociologia geral”⁷³. Apesar de considerar a vida social fundamentalmente diversa da fisiologia dos organismos, e de não existir, para ele, uma similaridade precisa entre ambas, no entanto, a interpretação funcionalista de fenômenos de mudança social é bastante fecunda, possuindo uma força explicativa capaz de atravessar toda a história humana (FERNANDES, 1967:260).

Com o intuito de estabelecer conceitualmente tanto os aspectos da continuidade social que dependem da estabilidade, quanto os que assumem a forma de mudança, é que Florestan Fernandes (1967:246) utiliza-se do conceito de função social. Este conceito aplicar-se-ia às conexões que se estabelecem “quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar as adaptações, os ajustamentos e os controles sociais de que dependem a integração e a continuidade do sistema social, em seus componentes nucleares ou como um todo”. Sugerindo, desse modo, a integração – social e sistêmica – como elemento necessário e fundamental à continuidade do social⁷⁴.

73 Ao tomarem a Biologia como guia os fundadores da sociologia – Auguste Comte, Herbert Spencer e Émile Durkheim, entre outros – compararam a sociedade a um organismo vivo, cujos órgãos e membros são interdependentes, concluindo que as modificações verificadas nestes organismos se repetiriam nas sociedades, pois, do mesmo modo, estas também sofrem transformações graduais e constantes. Como nos explica Anthony Giddens (1989:01), geralmente verificamos nos trabalhos de orientação funcionalista a preocupação dos autores em buscar pela morfologia em que se estrutura a sociedade, bem como as origens e causas das mudanças sociais, a partir da função que cada componente do sistema social executa. A estrutura e o funcionamento dos sistemas sociais são analisados, assim, via mecanismos de adaptação, onde laços de interdependência, solidariedade e de responsabilidade estariam na base da integração dos indivíduos aos agrupamentos sociais.

74 Em relação às noções de Integração Social e Integração Sistêmica usamos o sentido que viria a ser proposto mais tarde por David Lockwood (1992:400), especialmente, ao considerar que enquanto "a integração social concentra atenção sobre relações conflituosas ou consensuais entre atores, o problema da integração sistêmica está concentrado nas relações conflituosas ou consensuais entre as partes do sistema social". Esta noção em nada difere da utilizada por Florestan Fernandes à sua época. Ainda sobre integração sistêmica e integração social ver, também, as considerações de Jürgen Habermas (1994:15) que indicamos em nossa bibliografia.

Ora, nos estudos sobre os tupinambá é justamente a desintegração de sua sociedade que Florestan Fernandes nos faz acompanhar. A interdependência das várias instâncias da vida social tupinambá – o meio físico, o organismo humano, as diferentes esferas da cultura, a personalidade e os componentes nucleares do sistema social – “resultam, segundo Florestan Fernandes (1967:269), da correspondência simultânea de componentes diversos do sistema social a um conjunto homogêneo ou coordenado de necessidades sociais”. Ao desenvolver-se dessa forma, estabelece-se uma série de determinações “recíprocas entre relações sociais, instituições sociais, grupos sociais e estruturas sociais parciais dentro do contexto social inclusivo”, ao mesmo tempo em que dá “origem a uniformidades de coexistência, que podem ser apreendidas tanto 'estaticamente' quanto 'dinamicamente’”. No caso, para compreender a guerra como um fenômeno social, como parte de um sistema sócio-cultural que se apresenta culturalmente interligado e em correlação com os comportamentos e a estrutura da organização social, é que Florestan Fernandes (1975:198) concluiu tratar-se o método funcionalista de análise social como o mais adequado para os fins que pretendia. Em sua opinião (FERNANDES, 1970:15), “como as atividades guerreiras e as suas conseqüências afetavam toda a vida social dos Tupinambá”, tratava-se, o método funcionalista, da melhor forma de evidenciar pontos fundamentais da estrutura e organização social dos Tupinambá.

Partindo dessa perspectiva teórica, Florestan Fernandes procurou entender a organização social dos Tupinambá emergindo do ecossistema em que se encontravam. A articulação dos elementos constitutivos da sociedade (integração sistêmica) e a forma com que o indivíduo era incorporado a esta estrutura (integração social) ajustavam-se

numa totalidade descrita como Tribo ⁷⁵. Esta formação implicando formas significativas de relacionamento social dos indivíduos entre si no interior das tribos e destas com suas correspondentes.

Em sua forma mais geral, a tarefa teórica de Florestan Fernandes consistia em indicar a existência ou não de coerência lógica entre as necessidades vitais imediatas e as formas sociais desenvolvidas para supri-las. De modo particular, em suas conclusões acerca da organização social dos Tupinambá, Florestan Fernandes ressalta que entre os objetivos teóricos mais significativos de seu trabalho estava o de procurar demonstrar, primeiro, que à organização ecológica da sociedade Tupinambá corresponderia um sistema social integrativo próprio. De fato, assevera Florestan Fernandes (1963: 359 e 351), “a extrema dependência em relação ao meio natural circundante”, de um lado, e a “reduzida eficiência do sistema adaptativo tribal”, de outro, “traduziam-se socialmente na intensificação dos laços de interferência, de assistência mútua e de solidariedade, que uniam os Tupinambá entre si, e contra os grupos tribais inimigos”. Ao mesmo tempo, e na direção oposta, “a organização ecológica alcançada pelos Tupinambá constituía o produto de uma longa elaboração cultural”. Como resultado e consequência lógica de sua argumentação, Florestan Fernandes concluiria que não só a organização ecológica é congruente com o sistema integrativo Tupinambá, mas, que esta congruência explica-se pela interdependência de seus mecanismos de adaptação e de integração.

75 Da forma como Florestan Fernandes constrói sua argumentação, subentende-se que a integração sistêmica diz respeito aos mecanismos sócio-culturais e processos que vinculam, legitimam e criam reciprocidade e hierarquia entre as estruturas e instituições sociais, entre as partes, quaisquer que sejam elas, de um sistema maior ou mais abrangente. Já integração social indica todo o processo que tenha por finalidade adestrar o indivíduo para ocupar um lugar dentro de uma estrutura pré-existente – a sociedade – e, obviamente, com proveito para ambos. Indica socialização, internalização de crenças, costumes e valores, adaptação, educação, instrução.

Florestan Fernandes (1963:352) aponta, também, que em seu aspecto morfológico o sistema organizatório tribal constituía-se de três complexos sociais de relações sociais, aos quais ele chamou de comunitário, intercomunitário e tribal, e intertribal. Tais complexos, dispendo de forças sociais próprias, induziam seus integrantes a fomentarem relações de cooperação e solidariedade, num caso, e de beligerância ou competição, em outro. Os laços e as “relações de parentesco consanguíneo e por afinidade” podem, neste sentido, ser considerados “como a estrutura fundamental do sistema organizatório Tupinambá” (FERNANDES, 193:352). A partir dessa estrutura é que se definiam os laços morais que poderiam existir entre os diversos grupos de indivíduos. Ainda mais porque eram cimentados por “valores religiosos” (FERNANDES, 193:353). Assim, se laços de parentesco definiam o grau de cooperação entre grupos e indivíduos, valores religiosos guiavam na cultura, por exemplo, atitudes e atividades competitivas ao extremo, como a antropofagia. Esta, por sua vez, deixava de ser simplesmente uma alternativa ou forma de obtenção de proteínas, como poderíamos supor, para ser entendida a partir da função que exercia de ritual coletivo de afirmação de solidariedades.

Baseando-se no modelo de interpretação funcionalista que adota, Florestan Fernandes constrói a explicação das principais instituições tupinambá – a função social da guerra, a busca da terra sem males, a antropofagia ritual, etc. – a partir do domínio absoluto sobre o território que ocupavam, pois que isto era o que garantia em última instância a sobrevivência daquela sociedade. É sob esta configuração funcional que a economia, a divisão do trabalho, as normas e costumes, as formas de socialização e integração social e a própria organização política dos Tupinambá, ou seja, o sistema

organizatório tribal resultava eficaz para o conjunto de situações mormente simples com as quais se defrontavam.

Enquanto subsistiam invariáveis as condições históricas de sua existência, a limitação tecnológica dos tupinambá, em todas as suas aplicações, compensava-se com grande eficácia no campo do sagrado. Quando, entretanto, tiveram que enfrentar fatores externos desequilibrantes muito fortes, como a presença do conquistador europeu, a situação mudou.

A convivência seguiu pacífica enquanto os brancos não incomodavam o domínio territorial tupinambá. Até aí, os indígenas revelavam suficiente plasticidade social ao travar contatos amigáveis e manter relações comerciais contínuas com o visitante europeu. O conflito surgiu somente quando o português reconheceu que a supremacia territorial dos Tupinambá era o obstáculo maior aos seus objetivos de colonização, mobilizando-se para removê-la. O que, em certos momentos, exigia de ambos, brancos e tupinambá, buscar aliados fora do seu círculo normal de relações.

Se para o português as alianças podiam ser firmadas ou desfeitas de acordo com critérios objetivos de ocupação territorial, o mesmo não se podia afirmar dos Tupinambá. Para estes, era impossível conseguir aliados fora do círculo de parentesco porque ódios seculares impediam qualquer aliança. E, sem aliados, os Tupinambá não foram capazes de resistir por muito tempo à tecnologia militar e muito menos à astúcia dos brancos. Limitados em suas ações pelo tradicionalismo das instituições tribais, os Tupinambá não foram capazes de reagir à necessidade de adaptação no confronto com os brancos. Como conseqüência, os que não foram mortos, fugiram, tornaram-se escravos, ou foram culturalmente “reeducados” pelos jesuítas.

Em seu aspecto explicativo, portanto, os textos sobre a temática indígena devem ser vistos conjuntamente. Numa direção é possível perceber que “os móveis da conduta guerreira e a ‘necessidade’ da guerra constituíam, naquela sociedade, uma conseqüência da forma de integração da estrutura social e do funcionamento da organização social” (FERNANDES, 1970:09). De outro lado, porém, justamente os problemas de adaptação, ajuste sócio-ambiental, dificuldades com as práticas e disseminação de padrões culturais e, portanto, de integração social, e não apenas a beligerância com os brancos ou tribos rivais, parecem ser os responsáveis diretos pelo desaparecimento da sociedade Tupinambá.

Sintetizando, há nas análises de Florestan Fernandes envolvendo a temática indígena uma evidente preocupação teórica com os mecanismos de ordenamento e equilíbrio dos sistemas sociais. A integração dos indivíduos na coletividade e sua coesão representariam, assim, dentre as funções desenvolvidas no âmbito dos sistemas sociais, atividades fundamentais para a manutenção e continuidade dos organismos sociais. Entre os Tupinambá, por exemplo, vimos Florestan Fernandes descrever o processo integrativo reforçando duas formas sob as quais este se processa. Em momentos de estabilidade das instituições e do quadro normativo geral das relações sociais, a integração é conquistada mediante as atividades de socialização, ou seja, educação formal e informal, participação nos folguedos e jogos, simulações de práticas sociais, participação cada vez mais intensa nas práticas sociais, etc. A outra forma vê-se quando em quadros de alteração e reordenamento das atividades sociais, não importa se sob o impacto de forças ou agentes externos ou até

como resultado do desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de controle, organização ou manuseio dos meios físicos e operacionais à disposição da sociedade, a integração se processa através de ajustes culturais às mudanças sócio-ambientais.

Ora, a adoção de um tipo de abordagem que evidencia particularmente os aspectos da “ordem”, ou seja, aquelas atividades e funções que tendem a manter e conservar os sistemas sociais inalterados, como na análise da organização social dos Tupinambá, corresponde necessariamente ao que é possível fazer sociologicamente quando somente certas peculiaridades e características podem ser observadas no objeto de investigação. Fosse possível a comparação histórica para o mesmo conjunto de indivíduos em períodos ou momentos distintos, por certo outras determinações e outras forças sociais tornar-se-iam relevantes e dignas da atenção do pesquisador. Por força deste argumento, é lícito admitir que para Florestan Fernandes, ao menos neste momento de sua vida intelectual, o “problema” é que “escolhe” o método adequado para sua observação, interpretação e explicação e não, como talvez o desejássemos, o pesquisador empenhado em resolvê-lo. Disso resulta que se os limites da análise esbarram nas possibilidades do método; e o método a ser empregado depende do que é possível reter à observação, então, não podemos “classificar” um autor como marxista, funcionalista, estruturalista ou crítico simplesmente por seguir esta ou aquela orientação metodológica, pois isto não parece depender exclusivamente dele.

b. As relações raciais

Há um contexto todo especial que possibilitou a pesquisa envolvendo o tema das relações interétnicas, ou raciais, como foram descritas por Florestan Fernandes ⁷⁶. Logo após a II Grande Guerra, as discussões puramente antropológicas sobre raça, que já haviam deixado o campo da biologia, passam paulatinamente para o âmbito sociológico das relações sociais. Constrangidos pelos excessos a que podemos chegar quando noções sobre determinismo biológico assumem caráter de extermínio, surgem vários estudos comparativos que apontam desdobramentos perversos da escravidão norte-americana, por exemplo, em oposição a desdobramentos mais humanitários da escravidão presente nos países latinos. A realidade parecia demonstrar que a convivência entre populações de diferentes origens étnicas, embora em muitos lugares ainda fosse foco de tensão, em outros era perfeitamente possível tanto quanto necessária. Neste sentido, a UNESCO, órgão das Nações Unidas responsável por diversos estudos culturais, procurava no Brasil uma chave para compreender os fatores que possibilitariam relações inter-raciais mais harmoniosas, e que servisse de modelo para o mundo (MAIO, 1997:8).

Em 1950, a UNESCO, através do antropólogo Alfred Métraux, seu chefe do Departamento de Relações Raciais, convidou a Roger Bastide para ser o encarregado

76 A tese de doutoramento em Ciência Política de Marcos Chor Maio (MAIO, 1997) explora as condições, contexto, desenvolvimento e impacto das pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinadas pela UNESCO através da contribuição dos autores que com ela colaboraram, seja diretamente, por meio das publicações que produziram; seja indiretamente, por meio de textos e estudos publicados anteriormente e que serviram de “pano de fundo” e contraponto crítico para as discussões sobre o tema. Nosso objetivo aqui não é, todavia, discutir esta ampla bibliografia ou as questões que debate, mas unicamente nos deter nos textos que Florestan Fernandes escreveu como resultado de sua participação neste projeto.

da parte sociológica do projeto sobre São Paulo ⁷⁷. Solicitou, também, dois estudos de psicologia a Aniela M. Ginsberg e a Virgínia Leone Bicudo e uma sondagem sociológica sobre uma comunidade rural do Estado de São Paulo, que recaiu, graças a Oracy Nogueira, sobre Itapetininga, que ele já estava estudando. Roger Bastide, no entanto, só aceitou o encargo de dirigir a pesquisa com a condição de Florestan Fernandes partilhar com ele a responsabilidade da direção. Naquela que foi uma das pesquisas mais complexas produzida até então no Brasil, a participação de Florestan Fernandes deveu-se, como ele afirmaria mais tarde, ao acaso (FERNANDES, 1989: 102 E 103).

Em que pese este pequeno detalhe do “acaso”, e se seguirmos o perfil temático já traçado anteriormente, poderemos observar que a questão das relações raciais não era nenhuma novidade para Florestan Fernandes, que anteriormente já produzira estudos sobre o tema. Entretanto, para os efeitos aqui pretendidos, podemos organizar tais estudos em pelo menos três blocos principais, onde os desdobramentos e conseqüências práticas e teóricas da pesquisa sobre o preconceito de cor em São Paulo adquirem vital importância no conjunto de sua obra.

O primeiro grande conjunto de textos sobre a problemática racial pode ser localizado nos anos iniciais da década de 1940 e refere-se, basicamente, aos estudos sobre o folclore em São Paulo como fonte de estereótipos e influência sobre o

⁷⁷ O estudo patrocinado pela UNESCO contou com levantamentos e pesquisas realizadas, no Brasil, nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro no período compreendido entre 1951 e 1952. Os resultados foram publicados por seus autores através, mas não exclusivamente, dos seguintes títulos: WAGLEY *et alii* (1952) Race and class in rural Brazil. Paris, UNESCO; AZEVEDO, Thales (1953) Les élites de couleur dans une ville brésilienne Paris, UNESCO; AZEVEDO, Thales (1955) As elites de cor: um estudo de ascensão social. São Paulo, Companhia Editora Nacional; COSTA PINTO, Luiz de Aguiar (1953) O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo, Companhia Editora Nacional; FERNANDES & BASTIDE (1953) Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Editora Anhembi; NOGUEIRA, Oracy (1955) “relações raciais no município de Itapetininga” In.: FERNANDES & BASTIDE (1955) Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Editora Anhembi; RIBEIRO, René (1956) Religião e relações raciais. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

comportamento social dos indivíduos. O segundo grande bloco engloba textos explicitamente vinculados à pesquisa patrocinada pela UNESCO e Revista Anhembi sobre as manifestações de preconceito de cor em São Paulo. São eles: o estudo preliminar O Preconceito Racial em São Paulo: projeto de estudo por Roger Bastide e Florestan Fernandes, publicado em 1951, em que os autores delineiam os aspectos teóricos e metodológicos que orientaram a pesquisa propriamente dita; Branços e Negros em São Paulo, texto que apresenta os resultados da pesquisa realizada, juntamente com Roger Bastide, entre os anos 1950 e 1951, e publicado pela primeira vez em 1953, pela Revista Anhembi, sob o título “Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo”. O terceiro bloco de textos sobre relações raciais compreende os balanços e revisões críticas, onde Florestan Fernandes retoma questões tratadas anteriormente, como é o caso de A Integração do Negro na Sociedade de Classes, trabalho apresentado como tese ao concurso realizado em 1964 para o cargo de Professor Titular da cadeira de Sociologia I, na Universidade de São Paulo; O Negro no Mundo dos Brancos, coletânea de diversos textos produzidos entre 1962 e 1969, mas publicado somente em 1972; e do livro Significado do Protesto Negro, publicado em 1989.

Pela importância e dimensão da pesquisa sobre o preconceito de cor em São Paulo, a contribuição teórica de Florestan Fernandes para o estudo das relações raciais pode ser mais bem avaliada, cremos, nos trabalhos que se concentram de modo mais imediato nas pesquisas encomendadas pela UNESCO. É por intermédio deles que procuraremos, a seguir, elaborar nossas interpretações e análises, especialmente, as

questões envolvendo as técnicas e os métodos de observação, interpretação e explicação.

Em torno da técnica de observação susceptível de melhor captar os dados empíricos objeto da investigação há uma discussão bem intensa e documentada. O inquérito sobre o preconceito racial ⁷⁸ em São Paulo começa, para Florestan Fernandes e Roger Bastide, chefes da pesquisa, com um “projeto de estudos”, e não, como seria o mais comum, com um “plano de pesquisa”. Afinal, advertem os autores, como não existiriam ainda técnicas e padrões suficientemente uniformes para tratar seu objeto, na sociologia, os princípios adotados na preparação de um projeto de estudos devem ser os mais explícitos possíveis, como condição, inclusive, de entendimento mútuo entre os pesquisadores envolvidos (FERNANDES & BASTIDE, 1959: 322).

Este “entendimento inicial” começa quando os principais objetivos teóricos, implicações metodológicas e hipóteses de trabalho que orientariam o estudo sobre as relações raciais entre negros e brancos em São Paulo foram devidamente sistematizados pelos autores no texto O Preconceito Racial em São Paulo: projeto de estudo por Roger Bastide e Florestan Fernandes, publicado originalmente sob o número 118, pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, em abril de 1951. Vejamos o que o texto propõe.

78 Preconceito racial e preconceito de cor assumem, nos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, quase que uma condição de sinonímia, pois suas pesquisas giram em torno do universo sócio-cultural dos escravos africanos trazidos para o Brasil e seus descendentes. Esta população seria identificada a partir de um gradiente, em grande medida arbitrário, da cor negra de sua pele. Os autores alertam que “preconceito de cor” é uma expressão, na época da pesquisa, comumente empregada em São Paulo, subentendendo-se que cor, neste caso, se aplica aos negros e aos seus descendentes mestiços, os mais escuros.

Alertam os autores que já na fase que antecede a observação propriamente dita, o pesquisador deve lidar com algumas das condições que são fundamentais na elaboração de qualquer projeto de estudo sociológico, pois são elas que impõem limites, obstáculos e possibilidades ao trabalho do investigador. No caso do estudo sobre o preconceito de cor, especificamente, deve-se atentar para o fato de que existem certas propostas, condições de partida e interesses que, de forma mais ou menos decidida, comandam o ajuste entre pesquisador e objeto e que se estabelecem: a) em função das causas que podem levar à necessidade de se conhecer cientificamente um determinado problema ou fenômeno social; b) em função do conhecimento prévio sobre o assunto, tanto em caráter mais abstrato, quanto no estudo de casos concretos; c) em função dos recursos disponíveis, tais como: pessoal, formas de financiamento, meios de locomoção, possibilidades de contato com pessoas ou instituições investigadas e do tempo necessário para o cumprimento de todas as etapas da pesquisa; e d) por fim, em função dos objetivos do estudo em si (FERNANDES & BASTIDE, 1959: 322-324).

Inicialmente, pela própria condição da pesquisa, idealizada para fins extracientíficos, havia limites claros quanto à escolha do objeto, ao instrumental metodológico a ser empregado e nas possibilidades de ampliação da investigação. Do ponto de vista teórico, por exemplo, a noção de preconceito racial, em que a pesquisa procurava se fundamentar, não comportava uma conotação precisa e invariável, necessária a qualquer conceito científico, achando-se mais próxima do que dizia o senso comum (FERNANDES & BASTIDE, 1959: 322-323). Por sua vez, esta era uma pesquisa em muitos e fundamentais aspectos, original. Os dados acumulados e o

conhecimento prévio disponível aplicavam-se fora do local investigado, São Paulo, portanto, com características distintas deste. Segundo os autores, o que poderia ser aproveitado positivamente referia-se a situações de segregação inter-racial numa única sociedade, a dos Estados Unidos da América. Esta combinava aspectos dos regimes de castas e classes concomitantemente, prestando-se mais a comparações que permitam analisar as funções e a natureza do preconceito, que auxiliar na montagem e elaboração das principais questões teóricas (FERNANDES & BASTIDE, 1959: 323). Obviamente que o tempo projetado para a coleta e tratamento de todo material, três semestres, não poderia satisfazer qualquer objetivo de conhecimento exaustivo da realidade investigada. E isto deveria ficar bem claro desde o início a todos os interessados (FERNANDES & BASTIDE, 1959: 324). Naturalmente, o conhecimento científico, na concepção de Florestan Fernandes e Roger Bastide, bastaria a si só. Mas, no caso, tratava-se de uma pesquisa “encomendada”. A UNESCO buscava no resultado a ser alcançado os meios mais eficazes para intervir na “reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças” (FERNANDES & BASTIDE, 1959: 324). Muito embora a natureza científica do trabalho não sofra, ou não deva sofrer influência dessa condição, as delimitações do material e das possibilidades da investigação que tinham diante de si postavam-se sob esta influência.

Conscientes das condições limitadoras do projeto, e até bem por isso, a questão do método não poderia deixar de ser fundamental. As hipóteses diretivas da pesquisa, a interpretação, as técnicas de abordagem e de exposição dependem, logicamente, da maneira peculiar com que o objeto é encarado. Partindo da definição de preconceito como um termo que “abrange imputações estereotipadas, tanto

negativas quanto positivas, de atributos a objetos, pessoas e valores”, os autores concluíram que “o método que oferece maiores garantias de exatidão à sociologia empírica é aquele que considera os fenômenos particulares investigados em seu modo de integração ao contexto social” (FERNANDES & BASTIDE, 1959:325-326). Todavia, advertem, tais fenômenos não devem ser tomados em suas conexões causais, ou causas eficientes, simplesmente, mas investigados em termos de função. Assim sendo, a primeira questão que se colocava aos investigadores era saber se o preconceito poderia receber tal tratamento.

Tomado como fenômeno social, e sob uma perspectiva exclusivamente durkheimiana, o preconceito demanda um conjunto de problemas sociológicos bem específicos, como os de sua formação, exteriorização, integração, função social e transformação.

Quanto à sua formação, pode-se afirmar que o preconceito é um fenômeno social, pois que depende das condições materiais e morais da existência humana. Sua exteriorização é regulada socialmente, na medida em que depende de códigos de comportamento, formal ou informalmente inscritos em regras éticas e de etiquetas. Acha-se integrado à cultura tanto quanto sua significação depende ou é produzida por interesses sociais determinados. Cumpre, ainda, determinada função social, na medida em que o preconceito participa da dinâmica da sociedade por relações definíveis e observáveis, quer em nível geral, quer na qualidade de sub-tipos de preconceito. Por fim, o preconceito sofre mutações e transformações em correspondência com a transformação da ordem social.

Prosseguindo, Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959:327) ressaltam antecipadamente que o termo raça é por eles empregado em seu sentido exclusivamente sociológico e não no sentido da antropologia física e da biologia. Assim, quando os autores falam de “preconceito de cor” ou de “preconceito racial” figura-lhes que “o preconceito racial tende a desenvolver-se como consequência natural do contato intermitente ou contínuo de pessoas ou grupos de pessoas pertencentes a ‘raças’ diversas”. Sob esta perspectiva, primeiro, é possível admitir a existência de preconceito racial “sempre que condições de desigualdade econômica e social contrastam marcas raciais com discrepâncias notórias quanto às ocupações, às riquezas, ao nível de vida, à posição social e à educação”. Segundo, que sua prevalência depende, igualmente, de que certos indivíduos e grupos afirmem seu etnocentrismo a partir de diferenças raciais reais ou imaginárias. Tendo sido o preconceito de cor localizado no meio social que lhe dá causa e reproduz, a técnica de observação e captação das variáveis e características que o constitui pode, assim, ser adequadamente dimensionada.

Na elaboração do projeto de estudo sobre o preconceito racial em São Paulo, as etapas técnicas seguem um roteiro previamente delineado, em que os autores buscam satisfazer três critérios principais, ou seja, os aspectos **informativo**, **descritivo** e **interpretativo** da investigação.

Sob o **aspecto informativo**, a pesquisa histórica seria o primeiro passo para entender o desenvolvimento da situação de contato em São Paulo, principalmente no que se refere às consequências jurídicas da abolição e à lenta ascensão econômica,

social e profissional dos negros desde o começo do século XX e, conseqüentemente, as transformações no status do negro frente às mudanças da estrutura social.

Como a abolição, à época da pesquisa, era relativamente recente, pode-se recorrer a fontes primárias muito importantes, como documentos e relatórios oficiais, coleções de jornais, livros de viajantes e de nativos, publicados tanto por brancos, quanto por negros. É possível, também, explorar sistematicamente fontes vivas, como os ex-escravos e ex-senhores, através de entrevistas orientadas por pequenos formulários e pela coleta de histórias de vida; e, como fonte secundária de pesquisa, estudos já existentes de interpretação histórica (FERNANDES & BASTIDE, 1959:346).

Outra fonte importante de dados são as inúmeras composições relativas ao negro, constantes de trabalhos já publicados sobre o folclore e em coletâneas musicais. Desde que complementados pela análise sociológica correspondente, é provável captar nestas fontes as origens das representações coletivas sobre o negro e os meios de sua difusão. Pode-se observar, também, se de fato estas representações se associam às atitudes manifestadas socialmente no relacionamento entre brancos e negros e sob quais condições e causas perpetuam num meio social em crescente urbanização (FERNANDES & BASTIDE, 1959:346).

Os dados estatísticos disponíveis complementam a tarefa de caracterizar a presença do elemento negro na população de São Paulo. Mesmo que os números oficiais sejam insuficientes, principalmente no que se refere à profissão, distribuição espacial, nível de vida etc., as informações podem ser confirmadas por inquéritos aplicados por pesquisadores, ao menos para o reconhecimento de dados julgados imprescindíveis (FERNANDES & BASTIDE, 1959:347).

Já o **critério descritivo** da pesquisa destina-se a reunir os dados, conhecimentos e informações sobre o contexto social do fenômeno a ser investigado: o preconceito racial ou de cor. Compreende a descrição da morfologia social, da constituição e do funcionamento do sistema de relações sociais que abrangem brancos e pretos num mesmo contexto. É necessário observar, principalmente, os mecanismos societários existentes que regulam e determinam os status e papéis individuais e as condições dos ajustamentos recíprocos em função da situação de contato em uma sociedade de classes.

Embora sendo de natureza variável e dependente das formas de organização das classes sociais, os círculos possíveis de relações entre brancos e pretos são passíveis de descrição na medida em que objetivamente saibamos quais seriam: a) as relações entre brancos e pretos em sua relação com as diversas classes sociais; b) as relações próximas dos brancos com os pretos; c) as relações dos pretos entre si e a composição das classes sociais. Para Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959:347 e 348), uma técnica eficaz para conseguir tais objetivos seria registrar o maior número possível de situações de contato entre brancos e pretos, principalmente, para revelar o caráter emocional dessas relações e as ligações existentes entre elas e a hierarquia social. Para coletar tais informações, os autores indicam a observação direta e em massa e a aplicação de um questionário sobre distinções sociais, desde que selecionados os aspectos de convivência mais relevantes.

A descrição da situação econômica dos negros, isto é, das condições materiais de existência social dos negros em São Paulo, é o que permitiria definir as principais características da situação de classe ou o status hierárquico dos negros na

estrutura social fundamental, que são a consciência de classe e a consciência racial. É certo para os autores que tanto a imigração estrangeira quanto a emigração para a 'cidade' de grandes contingentes de negros sem qualificação profissional refletiu de maneira negativa sobre as oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, sobre seu nível de vida. Mas, se a realidade de vida do preto forneceria os elementos de que precisava a ideologia racial para justificar atitudes discricionárias, por outro lado, é preciso saber se e como os negros reagiram a essas condições de vida. Se elas fomentaram o aparecimento de uma 'contra-ideologia' racial ou se forçaram a integração dos negros às classes sociais, tecnicamente, estes aspectos se revelariam melhor através de meios estatísticos e pela coleta de dados suplementares em inquéritos especiais, notadamente no que concerne à distribuição de serviços e rendas. Todavia, para a análise da existência ou não de uma 'contra-ideologia' racial e sua pertinência no meio negro, pareceu aos autores que o melhor meio seria o estudo de organizações negras, seus jornais e os movimentos sociais por elas desencadeados (FERNANDES & BASTIDE, 1959:348-349).

Penetrar no terreno difícil e complexo do preconceito racial através do estudo sociológico do 'comportamento manifesto' de brancos e pretos requer, obviamente, alguns cuidados e precauções. Ainda que as manifestações do "preconceito de cor" ou racial sejam os objetos centrais no estudo empreendido por Roger Bastide e Florestan Fernandes, todavia, tais manifestações não se exteriorizam ou quando o fazem tende a ser de maneira discreta, dependendo, portanto, da psicologia para melhor captá-las, o que não seria o caso. Para o sociólogo, a tarefa só se torna possível ao acumular os dados significativos sobre as mais variadas situações de contato e selecioná-los no que

tange a determinadas relações inter-raciais ou probabilidades de atuação social de brancos e de negros. Medidas estas que possibilitam o conhecimento sociológico do problema (FERNANDES & BASTIDE, 1959:350).

Duas situações permitem captar as situações de contato entre brancos e pretos. Pode-se vê-las no processo ou modelo 'tradicional' de ajustamento, ou seja, captando o preconceito de cor como algo intrínseco, mesmo que em grau variável, ao comportamento dos brancos. Como, também, é possível que a vejamos como algo que é aceito quase que candidamente pelos pretos. Tais situações podem ser averiguadas em casos como a admissão e freqüência a certos lugares, como clubes, bares e salões de barbeiro e as relações nos ambientes de trabalho, em família e nas igrejas. A técnica de observação direta ficaria para os casos e ocasiões em que não podem ser provocadas; nos demais casos, ela deverá naturalmente estar complementada pela observação participante e a observação em massa; por documentos produzidos por pesquisadores e pesquisados brancos e negros; e por documentação escrita, como livros, jornais, anúncios, revistas, programas e manifestações políticas e obras de ficção (FERNANDES & BASTIDE, 1959:350).

De fato, existem 'barreiras raciais' em São Paulo, mas estas parecem ser diferentes das existentes em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. De modo geral, percebe-se que os negros são impedidos de ocupar determinadas posições ou executar certas tarefas por absoluta incapacidade técnica. Entretanto, a qualificação técnica não é garantia de aproveitamento do negro, pois pode ser colocada em segundo plano em decorrência da 'cor' do candidato. Prática, obviamente preconceituosa. Essa condição limita o horizonte intelectual do preto em sua

competição com o branco, particularmente o imigrante e seus descendentes. Para estudar as barreiras raciais existentes, portanto, a pesquisa deverá compreender o levantamento de casos e separar barreiras informais das institucionalizadas; aplicar inquéritos entre os pretos por meio de questionários; realizar entrevistas com pretos e com brancos cujas respostas possam ser relevantes; e através da coleta de algumas histórias de vida, sobretudo a de personalidades negras escolhidas por critério técnico (FERNANDES & BASTIDE, 1959:351).

Se, por um lado, parece notório que existem barreiras raciais à ascensão social do negro, de outro, embora freqüentes, os autores não se permitem afirmar que a miscigenação e o intercasamento sejam critérios suficientemente positivos da ausência de preconceito de cor. Com efeito, existem indicações de que nas famílias de posição social mais elevada, a miscigenação tende a ocorrer com freqüência, sim, mas sob a forma de relações mantidas fora do casamento. Esta seria a situação em que o estereótipo da mulher de cor, objeto de prazer sexual, se confirmaria. Há de se fazer um confronto dos casos positivos e negativos que ocorrem em São Paulo. As estatísticas, obviamente, não podem fornecer o arcabouço real das relações entre brancos e negros, apesar de serem muito úteis para a montagem de um quadro mais geral. Estudar a miscigenação requer que além das estatísticas sejam investigados os casos de famílias hierarquicamente bem posicionadas socialmente e que possuam antecedentes negros; de situações sociais criadas pela recusa ou oposição dos parentes ao casamento com pretos; dos comentários ou 'falatórios' suscitados pelo amasiamento ou casamento de brancos com pretos; e dos motivos que levam brancos

e pretos a se casarem, amasiarem ou a coabitarem transitoriamente (FERNANDES & BASTIDE, 1959:352).

Quais seriam, então, os efeitos sociais do preconceito racial? Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959:353 e 354) admitem, inicialmente, que no Brasil não existem formas violentas de discriminação e de segregação racial. Aqui o preconceito de cor possuiria um caráter brando, discreto e encoberto, mas que, e bem por isso, visaria atender determinadas necessidades sociais. Porém, se o branco, incorporado à classe racialmente dominante, não percebe, nem sente os efeitos do preconceito de cor, com o negro é diferente: desde cedo, por meio de humilhações, ressentimentos e frustrações, aprende qual “deve ser seu lugar”. Logo, para captar as ideologias raciais na formação da personalidade de brancos e pretos, a investigação deveria se debruçar sobre o processo de socialização. A educação na escola, no trabalho, nos folguedos e nas diversas situações de convivência cumpre um papel determinado para a incorporação de sentimentos, idéias e ideais às personalidades formadas ou em formação. Neste sentido, a análise de livros escolares, em particular os adotados nas escolas primárias e os de ‘educação moral e cívica’, e a observação direta, em massa ou na forma de entrevistas, das variadas situações de convivência têm por objetivo ressaltar a função psíquica do processo educativo. As auto-avaliações e autojustificativas, as atitudes etnocêntricas, autoritárias e submissas tendem a demonstrar que o preconceito de cor produz no branco efeitos contrários ao que produz no negro. O branco considera suas atitudes em relação ao negro como normais e coerentes com o padrão de moralidade e de dignidade existente na sociedade em que vive; o negro é compelido pelo preconceito ou à submissão ou à agressividade.

Obviamente que a exteriorização de tais sentimentos depende da posição social ocupada pelos sujeitos e das condições encontradas de ajuste recíproco entre brancos e negros.

O **critério interpretativo**, por fim, só poderia vir à tona quando os autores, no exame dos materiais recolhidos conforme descrito nos tópicos anteriores, buscassem esclarecer a questão do ajustamento inter-racial em relação à conservação da ordem social existente.

Dentre as suposições que os orientam poderia constar itens como, por exemplo, a exploração da etiqueta das relações raciais e das atitudes exclusivistas dos brancos, principalmente em certas profissões e serviços, inclusive por imigrantes e seus descendentes, e aqui sendo captadas a partir do estudo de situações histórico-sociais observadas diretamente ou por meio de entrevistas. Neste aspecto, “o controle das tensões raciais” pode ser observado a partir de casos em que aparecem situações de autocontrole (do branco ou do negro) decorrentes do preconceito de cor. Já para acompanhar “a infiltração como processo da ascensão social dos negros” deve-se investigar os casos particulares, através do método histórico, de pessoas negras (FERNANDES & BASTIDE, 1959:354 e 355).

No que diz respeito aos impactos da mudança social, os autores alertam para o caráter transitório da investigação. De fato, a sociedade paulistana, naquele momento, encontrava-se em processo de mudança. Ao certo não se poderia afirmar com certeza se o pesquisador estava captando uma situação do passado que se desintegrava, ou testemunhava a formação e o desenvolvimento, ainda incipiente, de

uma nova realidade. Para estudar os efeitos da mudança social sobre o preconceito de cor em São Paulo seria necessário, portanto, investigar quais os elementos da antiga ideologia racial que tendem a conservar-se, e por que isso ocorre; como a desagregação da antiga ideologia racial acompanha a gênese e o desenvolvimento da sociedade de classes; e, como e em que sentido esse conjunto de mudanças interfere na situação dos negros e as transformações que patrocinam nas relações sociais e no preconceito racial. No que entendem Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959:355), não seria difícil encontrar elementos que apresentassem a “urbanização, industrialização e secularização da cultura como fatores de solapamento das barreiras raciais”. O rápido desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo atraiu grande contingente populacional negro do interior do Estado e mesmo de outras regiões do país, seguramente, criando inúmeras oportunidades profissionais e oportunidades para elevação do nível de vida em que se encontravam. Pode-se constatar nesse sentido, mesmo que apenas de forma descritiva, que a seleção racional (concursos públicos e provas de aptidão) para postos na administração pública e a queda em desuso de algumas das tradições em vários setores da vida social foram em parte responsáveis pelo alargamento do círculo de relações e pela criação de oportunidades coletivas para os pretos.

É certo que a urbanização, a industrialização e a secularização da cultura estariam promovendo novos valores para a sociedade; valores estes que colidiam com antigos critérios de prestígio e status presentes na sociedade rural em desagregação. Da mesma forma, novas necessidades econômicas e políticas impeliam os negros para vivências e convívio com os brancos. Embora isso estivesse acontecendo com cada

vez maior freqüência, alguns grupos ainda procuravam formas de perpetuar o preconceito racial na sociedade urbana, enquanto que eventuais fracassos adaptativos do negro à nova realidade continuavam servindo como justificativa para estereótipos raciais antigos. Os autores propõem, então, que a ligação entre desenvolvimento urbano e desagregação das velhas tradições seja estudada, principalmente, através de estatística, mas recomendam, também, a observação direta, sob a forma de estudo de situações histórico-sociais e de pequenos inquéritos; aplicação de entrevistas e a observação em massa, que aplicada aos pretos poderia fornecer dados e documentos sobre as rendas e o consumo de suas respectivas famílias em São Paulo (FERNANDES & BASTIDE, 1959:356).

Vencendo as resistências impostas por setores conservadores da sociedade, Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959:357) percebiam a existência de sintomas de reintegração do sistema de relações raciais como consequência do desenvolvimento industrial e urbano de São Paulo. Ainda que de modo embrionário, novas disposições e determinações da realidade econômica estariam modificando os ajustamentos inter-raciais e o sistema de relações raciais existentes na sociedade. Tratava-se, à época, de um processo lento que, contudo, apresentava algumas evidências positivas de interesse do pesquisador. Tinha-se, por exemplo, a especialização profissional que permitia a elevação do nível de vida e a ascensão social dos pretos e a formação de movimentos sociais de conteúdo ideológico ou educativo. Mas, também contribuía para o quadro, o alargamento dos círculos de convivência entre brancos e pretos nas escolas, clubes, partidos etc. que facilitavam o reconhecimento recíproco e a possibilidade de relações simpáticas. Por fim, as constantes indecisões do branco que,

em vários setores da sociedade, não sabia mais como se comportar diante do indivíduo de cor que lutava por ser reconhecido como cidadão e as constantes manifestações contra o preconceito de cor. O fato que se evidenciava com precisão crescente é que os brancos tornavam-se cada vez mais cômicos que não existiria uma superioridade real inata de brancos sobre negros. O sucesso dos negros em algumas atividades específicas, como a música e o futebol, revelava ao branco que o preto era especialmente dotado para “certas coisas”, substituindo a antiga crença de que não serviria “para nada” ou de que apenas se prestasse para serviços domésticos.

Os novos ajustamentos inter-raciais seriam, assim, melhor investigados com a aplicação em larga escala do estudo de caso envolvendo os movimentos sociais de conteúdo racial, a análise de situações de convivência ou de participação em atividades sociais nos clubes, escolas etc. e na observação das atitudes de pessoas brancas diante dos pretos. Aconselham Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959:357 e 358) a se investigar, também, manifestações contundentes que demonstrassem certa “tendência da reintegração do sistema de relações raciais”. Propondo para este fim, como método de investigação, o uso de entrevistas, em particular sob a forma de conversas ocasionais provocativas, mas controladas; o aproveitamento de fontes escritas, como jornais, revistas e manifestos políticos; e o uso combinado do estudo de caso com a observação direta passiva, onde são ouvidas conversas em circunstâncias variadas. Através dos recursos técnicos apontados, poder-se-ia identificar tópicos que abrangessem a ideologia racial e as tendências de reintegração da ideologia racial em São Paulo. No primeiro caso, tratava-se de identificar as aspirações ou ideais dominantes entre os brancos e entre os pretos, e o desenvolvimento de atitudes raciais

contraditórias. No segundo caso, compreenderia questões como o confronto dessas aspirações ou ideais com a antiga ideologia racial; os interesses sociais de círculos sociais específicos e vinculados à manutenção do preconceito de cor; e a situação atual da população negra.

A importância deste “projeto de estudo” para a nossa discussão é que nele encontramos, em detalhe, as principais questões, hipóteses de pesquisa e a descrição da metodologia que Florestan Fernandes e Roger Bastide julgavam a mais adequada e conveniente para captar e interpretar as muitas nuances do fenômeno que pretendiam observar. Os resultados, por sua vez, foram descritos em muitas publicações. Inicialmente, as conclusões foram apresentadas na forma de artigos na Revista Anhembi, a partir de maio de 1953, em cinco publicações, sob o título de “Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo”. Posteriormente, estes estudos foram apresentados integrando, total ou parcialmente, os seguintes trabalhos: Brancos e Negros em São Paulo, A Integração do Negro na Sociedade de Classes e O Negro no Mundo dos Brancos. Os dois últimos trabalhos assinados exclusivamente por Florestan Fernandes. Trabalhando ora nos aspectos interpretativos, ora em seu **caráter explicativo**, as pesquisas originais sobre as relações raciais deram, portanto, suporte a diferentes formulações. Vejamos.

Em “Relações Raciais Entre Negros e Brancos em São Paulo”, a preocupação dos autores limitava-se, de certo modo, em apresentar aos seus “contratantes” o resultado das pesquisas da forma como a haviam, inicialmente,

estabelecido ⁷⁹. O resultado assemelha-se a um “texto-relatório”, cuja característica mais importante talvez seja a de ter contribuído de forma inédita para elucidar, agora segundo os ditames de uma metodologia exclusivamente científica, a situação de preconceito de cor existente na sociedade paulista. A influência da diretriz analítica de Roger Bastide – professor regente da Cadeira de Sociologia I – nessa obra impõe-lhe um caráter marcadamente culturalista. A investigação detém-se sobre os valores, práticas e costumes vivenciados pelos indivíduos num contexto de interação social. Os problemas daí decorrentes são enfocados sob o prisma da mudança social, ou seja, de como as mentalidades, individuais e coletivas, ajustam-se para incorporar novas formas de relacionamento impostas por condições de convívio inesperadas, típicas da ordem capitalista, como é o caso.

Em A Integração do Negro na Sociedade de Classes, entretanto, o enfoque teórico de Florestan Fernandes torna-se mais elaborado e complexo, pois agrega elementos analíticos que não existiam, ou que não eram claramente anunciados, quando da apresentação da pesquisa original. No texto de 1964, Florestan Fernandes adota um perfil analítico de acentuada influência da teoria marxista. Trabalha com a idéia de totalidade, onde a sociedade pode ser apreendida tomando-se como ponto de partida tanto o universo da cultura, como o das instituições ou do cotidiano dos indivíduos sem que isto altere as relações intrínsecas do todo orgânico e de suas partes. Assim, a análise da situação do negro através de sua condição econômica, de elevado poder explicativo na teoria marxista, permite que o leitor visualize de forma

79 O estudo sobre as “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo” foi publicado originalmente nos números 30, 31, 32, 33 e 34 da Revista Anhembi, respectivamente nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 1953.

mais intensa ainda os conflitos presentes em outras esferas de sua existência como decorrentes de alterações na estrutura social. No caso dos negros, da passagem do regime escravocrata para o regime de trabalho assalariado.

Conforme tivemos oportunidade de tratar no capítulo anterior, esta é uma daquelas situações que melhor se descreve aquilo que o próprio Florestan Fernandes identificava, em termos metodológicos, como um “tipo extremo”. Ao escolher o elemento negro ou mulato para fins de análise do processo de mutação social, Florestan Fernandes invertia o quadro com que comumente os analistas descreviam suas observações. Ao invés da perspectiva dos dominantes e dos privilegiados, levava em consideração o fato de ter sido "esse contingente da população nacional [o] que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil” (FERNANDES, 1965:XI). Desencadeando de parte a parte ressentimentos, perseguições e acusações que, a exemplo de outros países, poderiam confluír para movimentos sociais mais radicais e intolerantes ⁸⁰.

Enquanto o sistema produtivo brasileiro permanecia o mesmo, ou seja, monocultura de exportação baseada no trabalho escravo e em grandes extensões de terra, a forma de organização da sociedade e as relações sociais em seu interior muito pouco se alteravam. O que prevalecia, então, eram as relações de poder e prestígio, baseadas num tipo de dominação tradicional e patrimonialista, segundo o modelo teórico de Max Weber. Há pequenos ajustes, sim, mas nada que modifique substancialmente a organização social ou que redefina substancialmente os papéis

⁸⁰ Numa clara referência à situação vivida em países como os Estados Unidos da América e África do Sul.

sociais dos agentes. Por pressões exteriores – os ajustes do mercado internacional do café, o incremento do trabalho livre, as pressões para o fim do trabalho escravo e o aumento mundial das relações baseadas em contrato – ocorrem modificações também na estrutura econômica interna da sociedade brasileira, inviabilizando o modo de produção em curso.

O objetivo teórico de Florestan Fernandes nos dois volumes de A Integração do Negro na Sociedade de Classes é, neste sentido, nos mostrar que as transformações histórico-sociais ocorridas no Brasil, principalmente entre o Segundo Império e o final da Segunda Grande Guerra, alteraram o funcionamento e a estrutura da sociedade, sem, contudo afetar a ordenação das relações raciais, herdadas do período colonialista. A análise que faz da situação de contato racial evidencia, com respaldo na ampla documentação empírica colhida para a pesquisa da Unesco, que a situação de raça da população de cor não correspondeu, estrutural e funcionalmente, às possíveis situações de classe segundo as quais se configura, morfológica e dinamicamente, a ordem social competitiva, tal como ela se manifestava em São Paulo (FERNANDES, 1965:249 e 250).

Numa economia capitalista subsiste um padrão típico de participação política, norma jurídica e autonomia pessoal inerente à sociedade de classes, cujos princípios básicos são a igualdade e a liberdade de todos os indivíduos. Nela, as posições sociais encontram-se definidas e organizadas através do trabalho, da produção econômica e da propriedade privada, onde não interferem os mesmos símbolos e critérios de status e prestígio que vigoram na ordem escravocrata, por exemplo. O tipo de análise que empreende Florestan Fernandes supõe um conceito de classe social inspirado tanto em

Karl Marx quanto em Max Weber ⁸¹. Em Karl Marx, classe social e relações de classe têm sua origem nas tensões e interesses conflitantes derivados da propriedade ou não dos meios de produção. Em Max Weber, diferentemente, o termo classe refere-se a diferentes oportunidades de vida, da capacidade que as pessoas têm de conseguir aquilo que querem e necessitam no mercado, comprar bens e serviços, proteger-se dos demais, e assim por diante. No sentido weberiano, posição de classe envolve fatores que estão além das relações com os meios de produção, como, por exemplo, prestígio social, educação, experiência, níveis de qualificação, herança, sorte, ambição e meio formativo familiar. Assim, seguindo os usos e definições que fazem Max Weber e Karl Marx, classe social corresponderia, para Florestan Fernandes, à distribuição desigual não só de riqueza, mas, também, de poder e prestígio entre os membros de uma determinada sociedade e que dá origem e constitui-se em permanente fonte de tensão e conflito entre os diferentes grupos.

Premido por forças sociais diversas, o negro parece viver no limiar entre dois mundos. Enquanto as exigências da nova ordem econômica o colocam sob as regras do regime capitalista, sua inserção na sociedade de classes segue deturpada por um passado escravocrata. Este fenômeno de demora cultural nos é explicado através da análise sincrônica e diacrônica da realidade social. A mudança, para Florestan Fernandes (1965: 251 e 252), é um processo histórico complexo em que permanecem coexistindo o velho e o novo, o antigo e moderno. Apenas que, no caso brasileiro, a ordem social acompanhou mais rapidamente as alterações da estrutura econômica que

81 Sobre as perspectivas teóricas de Karl Marx e Max Weber que adota ver: FERNANDES, Florestan. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Pioneira, 1960. Capítulo 2: "A Análise Sociológica das Classes Sociais", pp. 65-92.

a ordem racial. Com o fim do escravismo, da monocultura e do colonialismo emergiu uma sociedade burguesa competitiva, centrada no individualismo e na racionalidade que, no entanto, manteve-se escravista e estamental em suas representações coletivas. O negro, ou mais exatamente a “população de cor”, que vivia a heteronomia de uma situação de castas no regime escravocrata se vê em estado de completa anomia quando colocado para viver no mundo da “cidade”. Sem nenhum preparo anterior, é forçado a adotar um estilo de vida individualista e competitivo no novo regime de relações de produção. Como conseqüência: o desajustamento estrutural, a desorganização social, a desintegração do negro.

Excluídos das ocupações conspícuas e mais ou menos compensadoras, o negro e o mulato estavam ‘condenados a vegetar socialmente’ – como eles próprios falam. Não podiam romper a crosta secular da miséria ostensiva, da dependência disfarçada ou da semi-dependência, transplantada com suas pessoas do mundo rústico para a cidade. Nem tinham como superar as condições de existência social anômica, herdadas diretamente das senzalas e reativadas pelas peripécias de desagregação do regime servil. (FERNANDES, 1965:173).

Florestan Fernandes (1978:337) explica que isto ocorreu, em primeiro lugar, porque os mecanismos de dominação racial tradicionais pouco se alteraram desde o fim do regime escravocrata; segundo, porque a reorganização da sociedade não atingiu, de maneira significativa, os padrões antes existentes de concentração racial de renda, prestígio social e poder. Como conseqüência, a tão sonhada liberdade do negro, trazida pelo emprego e renda, não se fez acompanhar dos respectivos dividendos econômicos, sociais e culturais. E o negro foi obrigado a enfrentar, isolado e perplexo, certas

condições especificamente históricas do desenvolvimento econômico da cidade que o situavam desfavoravelmente frente às pressões diretas e indiretas da substituição populacional. Mantendo-o preso ao velho círculo vicioso que associava “cor”, “raça dependente” e “condição social inferior”, conforme os termos empregados por Florestan Fernandes.

O dilema racial brasileiro processa-se, assim, de modo claro para Florestan Fernandes (1978:459). O regime de classes, tal qual se desenvolveu de modo tipicamente extremo em São Paulo, se caracteriza pela “forma fragmentária, unilateral e incompleta” com que consegue “abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais”. Neste regime, as relações raciais não estão completamente “absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes”. Ao contrário, sobrepõe-se a elas, até mesmo “onde e quando as contrariam”. É, como se não possuíssem os recursos necessários para “absorvê-las e regulá-las socialmente”. Visto dessa forma, o dilema racial brasileiro surge, sociologicamente, como um “fenômeno estrutural de natureza dinâmica”. Os indivíduos agem guiados por um preconceito que, conscientemente, alegam não possuir. Mas, que, efetivamente, separa a sociedade entre “brancos” e “negros”.

Isto é o que permite compreender e explicar geneticamente esse fenômeno de demora cultural, situando o problema do negro em uma perspectiva realmente sociológica. Ele se produz, de forma recorrente, porque o negro é constantemente pressionado a assimilar os valores, hábitos e costumes da sociedade competitiva e, apesar de responder positivamente a essas pressões “através de aspirações integracionistas ainda mais profundas e persistentes, não encontra vias adequadas de

acesso às posições e aos papéis sociais do sistema societário global” (FERNANDES, 1978:460). Falta, como entende Florestan Fernandes (1978:460), a equiparação social progressiva entre negros e brancos. Pois o dilema racial brasileiro é, na verdade, “um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido através de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial”.

A condição de integração do negro na sociedade de classes é, certamente, um fenômeno social, pois que se revela nas condições da existência social modificadas por alterações estruturais da própria sociedade. Se pensarmos que há uma adaptação de todas as partes do sistema societal à nova realidade, a da ordem social competitiva, e que o negro perde nessa mudança sua função exclusiva, a de trabalhador servil; isto ocorre sem que, contudo, esteja preparado para uma nova função. Por força de determinações do dinamismo social e não por limites próprios à suas características biológicas, restaria ao negro, de certa forma, três alternativas igualmente reprováveis: continuar nas fazendas e sujeitar-se à competição desigual com o colono branco nacional ou estrangeiro; ir para as cidades e pauperizar-se nos limites da sobrevivência; ou tentar integrar-se à sociedade pelas posições hierarquicamente mais inferiores (FERNANDES, 1965:5).

Como contribuição teórica subentende-se, nessa perspectiva, que, para Florestan Fernandes, a integração do indivíduo na sociedade se dá a partir e através da função ou papel que exerce ou venha exercer economicamente; admitindo-se, também, que a sociedade seria um todo organizado, auto-ajustável ao seu meio ambiente produtivo e que são fatores externos ao sistema que promovem as alterações na

estrutura social, ficaria em segundo plano, ou na dependência de fatores de ajustamento estrutural, as contradições e conflitos internos. Pois, “quando todos os 'escravos' se converteram não em 'libertos', propriamente falando, mas em 'homens livres' e, em seguida, em 'cidadãos', sob a concorrência intensa e aberta com outros agentes de trabalho, o problema assumiu uma complexidade que não possuía no seio da sociedade escravocrata” (FERNANDES, 1965:60).

De um ponto de vista macrossociológico, na análise que faz Florestan Fernandes, são elementos dinâmicos e estáticos da sociedade que se conjugam para explicar os processos de mudança social. Se existe uma estrutura característica da sociedade, são as alterações nos componentes dessa estrutura que exigem ou determinam as mudanças adaptativas de seus integrantes. Implicando, portanto, que as redefinições dos papéis sociais de cada indivíduo ou subgrupo social sejam uma das principais fontes das angústias e inquietações manifestas no funcionamento normal da sociedade. A título de exemplo, e conforme bem observou Florestan Fernandes:

Não bastava alfabetizar o negro ou prepará-lo, intelectualmente, para certos ofícios. Impunha-se prepará-lo para todas as formas sociais de vida organizada, essenciais na sua competição com os brancos por trabalho, por prestígio e por segurança e garantir-lhe, além e acima disso, aproveitamento regular de suas aptidões e autonomia para pôr em prática os seus desígnios. O projeto de 'educar o negro', mantendo-se as demais condições imperantes na sociedade paulistana, equivalia a deixar as coisas como estavam, mal grado o idealismo e as energias empenhadas na empresa.
(FERNANDES, 1965:58):

Como conseqüência dessa discussão, os movimentos, os protestos e toda a luta dos negros para a conquista da cidadania, implícita nas lutas pelas liberdades

democráticas, é algo que se alcançado permitiria ao negro participar da nova sociedade, que se formou a partir da mudança do processo produtivo, em condições de igualdade com os demais membros. O universo do trabalho, da cultura, do processo político e social, religioso, econômico, dos direitos e deveres estaria assim aberto à participação do negro, do mulato ou pardo como sempre esteve à camada branca, mais rica e privilegiada economicamente. Afinal, como escreveria mais tarde em o “Significado do protesto negro”, de 1989:

Os negros são os testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os párias da terra e com os trabalhadores semilivres superexplorados das cidades. Por que o negro? Porque ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma Abolição feita como uma revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve de acumular, vegetando nas cidades e tentando ser gente, isto é, cidadão comum. O negro surgia como um símbolo, uma esperança e o teste do que deveria ser a democracia como fusão de igualdade com liberdade (FERNANDES, 1989:8).

De tudo quanto aqui foi exposto fica evidente que os pressupostos teóricos que nortearam as conclusões das pesquisas sobre o tema das relações raciais em Florestan Fernandes não permaneceram os mesmos ao longo dos anos. No estudo preliminar, O Preconceito Racial em São Paulo: projeto de estudo por Roger Bastide e Florestan Fernandes, publicado em 1951, as questões colocadas visavam, antes, estabelecer as diretrizes metodológicas que permitiriam compreender sociologicamente

a “função” do preconceito de cor na dinâmica das relações sociais. Ou seja, de início Florestan Fernandes deixou-se levar pelo pressuposto funcionalista de que qualquer comportamento, por mais estranho, extravagante ou incoerente que possa parecer ao observador, tem uma finalidade social a qual deve ser investigada. Mesma postura metodológica que já o guiara antes nos estudos sobre a antropofagia ritual dos Tupinambá. No entanto, em sua obra, **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, de 1964, a perspectiva teórica é totalmente diversa. O universo das relações raciais se desenvolve a partir da perspectiva econômica, onde o fator “competição”, envolvendo lutas e conflitos de interesses entre classes e frações de classes, é o elemento explicativo privilegiado. Esta perspectiva é um claro desvio da noção de “cooperação” ou “ordem” que o guiava anteriormente, deixando-nos diante, portanto, de duas leituras completamente diversas de um mesmo material.

Uma outra referência importante no trabalho de Florestan Fernandes, e que não existia à época em que publicou seu relatório original acerca da pesquisa sobre as relações raciais, está a crença de que somente numa sociedade burguesa plenamente constituída é que seria possível aos membros espoliados no modo de produção capitalista tomarem consciência da exploração a que estavam submetidos e, então, abraçarem o caminho da revolução socialista. Nessas condições, era preciso, então, primeiro absorver e integrar a população de cor às formas de vida social organizadas segundo a ordem social competitiva. Segundo, seria preciso resolver a questão do preconceito de cor, ou seja, eliminar da sociedade brasileira a associação entre cor e posição social ínfima, que excluía o negro da condição de gente ou pessoa. Feito isso, o negro encontrar-se-ia devidamente integrado à sociedade de classes e a revolução

burguesa poderia finalmente concretizar-se no Brasil, abrindo as portas para o socialismo.

Vemo-nos, portanto, diante de um quadro que sugere não a mudança de uma possível perspectiva crítica em Florestan Fernandes, mas, fundamentalmente, da confirmação, mais uma vez, de que a determinados tipos de problemas correspondem, necessariamente, métodos próprios e adequados. Para entender o negro, ex-escravo, sob uma perspectiva histórica, ou seja, na forma de sua gênese e formação enquanto grupo social, Florestan Fernandes buscou tratar os dados que dispunha segundo uma perspectiva metodológica funcionalista. Porém, quando a questão era indicar o local da população afro-descendente na conjuntura de uma economia capitalista em franca expansão, o elemento explicativo só poderia surgir mediante o uso de uma perspectiva metodológica fundada nos elementos conflituosos da sociedade, ou seja, sob pressupostos da análise marxista. Criticamente, portanto, operam simultaneamente tanto os objetivos de ampliação do conhecimento como aqueles vinculados à negação da ordem existente.

C. Desenvolvimentismo

As pesquisas de Florestan Fernandes que tratam com maior ênfase dos problemas oriundos da implantação do capitalismo no Brasil, e dos corolários desse processo, examinaremos aqui sob a denominação de desenvolvimentismo. Como nos demais casos, não nos interessa no momento um exame detalhado de todo o conteúdo de suas obras, mas, simplesmente apontar para as questões de ordem metodológica

que o guiavam na confecção de suas investigações. Outra vez, são os aspectos que envolvem as atividades de observação, interpretação e explicação que escolhemos examinar para entender a natureza do processo crítico presente na sociologia de Florestan Fernandes.

Mais do que qualquer outro fenômeno social que pudesse observar, nenhum poderia lhe parecer tão “palpável” e “urgente” quanto as transformações em curso no Brasil logo após a Segunda Grande Guerra. A urbanização acelerada, o crescimento industrial, a diversidade econômica, as novas formas de socialização e de integração social se enfrentavam, deixando traumas visíveis, com as estruturas e práticas sobreviventes de uma ordem social anterior, erigida sob condições políticas, econômicas e sociais que não poderiam ter mais espaço neste novo mundo. E Florestan Fernandes testemunhava isso. Natural, portanto, que sua atenção em algum momento fosse se concentrar nos problemas que os rumos e particularidades do capitalismo no Brasil, na América Latina e aqueles relativos à inserção subordinada de países periféricos ou dependentes na economia global fossem provocar.

Como objeto de estudos, a temática desenvolvimentista surge tardiamente na bibliografia produzida por Florestan Fernandes: somente ao final dos anos 1950. Inicialmente, o tema aparece em 1959 com a publicação do artigo “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”. Em 1960, já são três os artigos publicados: “Padrão e ritmo de desenvolvimento da América Latina”; “Ciência e desenvolvimento”; e “Resistências à mudança social”. Em 1962, aparecem os artigos: “Reflexões sobre a mudança social no Brasil”, “Padrão e ritmo do desenvolvimento na América Latina”; e os livros “A sociologia numa era de revolução social” e “Economia e

sociedade no Brasil - Análise sociológica do desenvolvimento”. Em 1965, Florestan Fernandes publica o artigo “A 'revolução burguesa' e os intelectuais”; em 1966, “Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil”; e, em 1968, o livro “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”. Em 1970, é publicado na Revista Mexicana de Sociologia o artigo intitulado “Patrones de dominación externa em América Latina”. Em 1972, um artigo seu, “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil”, toma parte do livro “Vida rural e mudança social”, organizado por Oriovaldo Queda e Tamás Szmrecsányi e editado pela Companhia Editora Nacional. Neste mesmo ano de 1972 é reeditado o livro “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”. Em 1973, são publicados dois artigos: “Revolução burguesa e capitalismo dependente” e “El dilema brasileño: democracia o desarrollo”; e o livro “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”. Em 1975, a publicação do livro “A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica” marca, não apenas simbolicamente, o momento de síntese das pesquisas de Florestan Fernandes sobre o tema. Tanto que somente em 1994, e em razão de transformações radicais operadas em sua vida, é que Florestan Fernandes voltaria a publicar algo sobre o tema desenvolvimentismo através do livro “Democracia e desenvolvimento. A transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual”, pela editora Hucitex. Mas, então, já descolado de qualquer interesse acadêmico claro.

A questão teórica que mais parece dirigir as indagações de Florestan Fernandes acerca do tema desenvolvimentismo é a que discute o vínculo explicativo entre o micro e o macrosociológico. Afinal, os estudos patrocinados pela Cadeira de Sociologia I e, em particular, os que tratavam de investigar as condições histórico-

sociais que levaram à desintegração da ordem escravocrata e à formação da sociedade de classes no Brasil, poderiam fornecer dados suficientes para que, estudando-se o que ocorre em sua periferia, pudéssemos compreender toda a lógica de um sistema?

Creemos que esta pergunta recebeu, no aspecto metodológico, tratamento diferenciado ao longo dos quase vinte anos em que se concentram as publicações de Florestan Fernandes sobre o tema.

Primeiramente, é bom observar que em face das profundas alterações que vinham ocorrendo no Brasil desde a década de 1930, notadamente o processo continuado de desenvolvimento de suas forças produtivas, agora centrado na industrialização, setores importantes da sociedade, como os intelectuais, políticos, publicistas, governo, entidades e associações de classe, debatiam a necessidade, condições e os efeitos da atuação do Estado neste processo ⁸².

82 Em resumo, a percepção era de que o Brasil, aos poucos, deixava de ser uma economia centrada apenas na produção agrícola de exportação e no puro extrativismo mineral e vegetal. Claramente, no período que vai de 1930 a 1950, via-se crescer a taxas consideráveis sua atividade econômica - especialmente o setor industrial ligado à produção de bens de consumo. Setores da sociedade de alguma maneira envolvidos, como os industriais, por exemplo, prevendo que importantes alterações ocorreriam em breve, passaram a exigir das autoridades governamentais medidas de incentivo ou investimentos que buscassem sustentar e prolongar este desenvolvimento, eliminando-se de vez os pontos de estrangulamento que por certo impediriam os avanços futuros. Por conta disso, travava-se no meio acadêmico, nas esferas governamentais, no meio produtivo, nas associações de classe e entre intelectuais dos mais diversos matizes ideológicos um intenso debate tendo, de um lado, os que defendiam a intervenção do Estado como forma de acelerar a introdução do país na era industrial e, de outro lado, aqueles que achavam que o Brasil deveria seguir sua vocação agrária e de exportador de produtos *in natura*. Estes últimos, seguindo a tradição liberal, recusavam sobremaneira qualquer possibilidade de interferência do Estado na economia (BIELSCHOWSKY 1988). O debate entre liberais e desenvolvimentistas permaneceu vívido também por outros motivos. Mais especificamente, dentre as razões que levaram os economistas a preocuparem-se ainda mais com a questão do desenvolvimento nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, destacam-se: a) o contexto da Guerra Fria e a busca de avanços tanto entre os países adiantados como entre os subdesenvolvidos; b) o surgimento de um país como os Estados Unidos na liderança mundial, país economicamente quase auto-suficiente, substituindo a Inglaterra, tradicionalmente mais aberta às relações comerciais com o restante do mundo; c) o descontentamento, por parte dos países do "Terceiro Mundo", em permanecerem num estado de miséria e subordinação aos mais ricos, buscando, assim, elevar seu padrão de vida; d) o surgimento de organismos internacionais preocupados em disseminar a ideologia do desenvolvimento econômico nos países mais atrasados, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Conselho

Entre os cientistas sociais, democracia, intervenção, planificação, surgem como opções à ação dos sujeitos no sentido de consolidar o processo desenvolvimentista ⁸³. De um lado, a mão forte do Estado seria condição necessária para a realização da utopia industrializante sonhada por muitos; de outro, as conquistas sociais, políticas e econômicas alcançadas pelos cidadãos dos países que nos serviam de modelo de desenvolvimento, mostrava-nos que ali isto só foi possível porque existiu um processo democrático de participação e de ação política em pleno funcionamento. Debate que mostra ser impossível, portanto, descolar as questões de ordem econômica de seu contexto histórico, político, cultural e social ⁸⁴.

A modernização do Brasil, neste sentido, está presente em cada uma e em todas as situações sociais que poderiam interessar ao investigador. De fato, desde o exame das manifestações folclóricas em São Paulo, das condições de surgimento da sociedade brasileira explicitada na forma em que foi extinta a sociedade tupinambá ou, ainda, as manifestações do preconceito racial num ambiente de relações sociais renovadas, Florestan Fernandes tem diante de si uma sociedade que luta para vencer seus desafios históricos. O diagnóstico, as explicações e as soluções teóricas, enfim,

Econômico e Social das Nações Unidas e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (SILVA II, 1994).

83 Sobre o papel que as Ciências Sociais desempenharam no processo desenvolvimentista que se instaura no Brasil, Luiz Werneck Vianna (1997) chama a atenção sobre a postura que assumem os intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo (USP), em oposição aos intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para os primeiros, tratava-se de agir como intérpretes em geral da sociedade; para os isebianos, ao contrário, os sociólogos interviriam na sociedade, buscando estratégias sociais que liberassem suas forças adormecidas.

84 Sérgio Buarque de Holanda, em "Raízes do Brasil", por exemplo, defendia a tese segundo a qual à falta de coesão interna de seus membros segue-se um acento maior da coletividade nas regras, na hierarquia, na organização ditada por normas e por leis, em suma, pela força, poder e respeito inerentes ao Estado. Este poder coercitivo, exterior e acima dos sujeitos não teria tanta força e influência se a solidariedade, integração e coesão interna dessem a tônica da organização social. Mas isto ainda faltava aos brasileiros (HOLANDA, 1995: 171-173). É nestes termos, portanto, que a questão do desenvolvimento econômico, social, cultural e político passaria, necessariamente, pela definição do caráter das relações entre Estado e Sociedade.

que são apresentadas é que nos mostram o uso de recursos investigativos variados. Uma hora é o desafio de fazer florescer, através da **democracia**, suas forças endógenas; outra, de captar e entender as **determinações psicossociais e estruturais** que afetam o comportamento dos sujeitos encarregados de fazer andar a roda desenvolvimentista; por fim, é a própria **estrutura do capitalismo** que subjuga, adapta e dirige as possibilidades de desenvolvimento econômico.

O tema do desenvolvimentismo, num primeiro momento, pode, de fato, ser visto através do exame da questão democrática. Ainda que Florestan Fernandes não formulasse exatamente dessa forma, do ponto de vista da teoria política, um Estado democrático de direitos pressupõe como seu fundamento uma idéia de participação coletiva, onde atores com opiniões esclarecidas, guiados pela reflexão, possuam ampla liberdade e autonomia para expressar suas vontades. Pressupõe, igualmente, a existência de partidos que organizem a população segundo os interesses desta, dando voz legal e legítima às demandas sociais. Conseqüentemente, sem ampla liberdade de expressão partidária não poderíamos estar falando de democracia.

Florestan Fernandes (1954:450) já se perguntava em meados da década de 1950 se existia de fato uma crise da democracia no Brasil, e qual seria o papel das ciências sociais para compreender e antecipar os efeitos previsíveis dos processos então em pleno desenvolvimento na sociedade. Num texto ⁸⁵ que nos termos aqui propostos classificamos como de “diagnóstico”, Florestan Fernandes tratou de isolar

85 O texto “Existe uma ‘crise da democracia’ no Brasil” foi originalmente apresentado em conferência organizada pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, no auditório do Ministério de Educação em 28 de abril de 1954 e reproduzido pela Revista Anhembi em novembro do mesmo ano.

seu problema em dois aspectos metodologicamente significativos: o da “crise” e o da “democracia”. Quanto à técnica utilizada de observação e coleta de dados, a argumentação se desenvolve toda ela apoiando-se em sua experiência pessoal, nas pesquisas anteriores que desenvolveu e em ampla bibliografia que inclui autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Nunes Leal, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Hans Kelsen (FERNANDES, 1954:452). Adverte bem por isso que as opiniões emitidas, embora tenham um grau razoável de aproximação com a veracidade de certos processos que procura descrever, sujeitam-se ao relativismo e subjetivismo típico de um campo de pesquisas ainda tão pouco estudado (FERNANDES, 1954:470).

Com base nas informações colhidas através das técnicas indicadas, Florestan Fernandes (1954:451) aponta existir certo consenso entre os autores citados que desde a implantação da República, perigos, crises, ameaças e desconfianças têm permeado as relações entre partidos, governantes e população. O debate público tem-se mostrado ao longo de nossa história rico em exemplos de como o “oportunismo impera em toda parte”, solapando a ordem legal em favor de interesses particulares, impedindo a “existência livre de partidos” e, até mesmo, a “influência ativa dos princípios democráticos”. A atividade política e as práticas administrativas, sob a influência direta ou indireta de grupos particulares, “escondem uma espécie de exploração comercial do Estado”; ao mesmo tempo em que “a demagogia e a incompreensão do presente” tornam-se “os dois pólos que extremam a ação dos partidos”, moldando-os, num momento, segundo uma clara ausência de projetos ou, em outras vezes, pela falta de uma intervenção mais eficaz.

Partindo-se unicamente dos efeitos observados, tal diagnóstico conduz-nos, invariavelmente, à conclusão de que a “democracia está em crise no país” (FERNANDES, 1954:451). Suas causas, entretanto, podem ter diferentes origens, conforme seja o eixo de interpretação adotado. Florestan Fernandes (1954:451) recorda que alguns autores alegam que a crise da democracia se deve ao crescimento que o Brasil vem alcançando nos níveis demográficos, econômicos, etc. Outros a interpretam a partir de uma suposta crise moral reinante de há muito no país ou, ainda, à incompetência das elites, ignorância do povo, e, até mesmo, na inconsistência histórica dos partidos. Afirmções e diagnósticos que nas análises empreendidas sem os devidos cuidados por sociólogos e antropólogos podem ser tomadas como “sintomas da falta de integração nos sistemas sócio-culturais” ou até como “índices de uma situação patológica”, portanto, fazendo referência a um estado “doentio” do corpo social, já que incapaz ou impedido de manifestar coletivamente seus interesses e aspirações (FERNANDES, 1954:452).

Ora, se como vimos, os “sintomas” observados apontam para a “falta de integração nos sistemas sócio-culturais”, constitui-se trabalho do sociólogo verificar ou interpretar suas causas e propor, a partir delas, alguma correção.

É justamente no aspecto interpretativo que opera com maior desembaraço o sociólogo. De acordo com o esquema teórico funcionalista que orientava naquele momento a prática sociológica de Florestan Fernandes, constantes dinâmicas acompanham a evolução política do nosso país e sugerem, apesar das contradições que apresentam em muitos momentos, que “a instauração da democracia no Brasil não pode ser encarada, literalmente, como um processo de todo incipiente” (FERNANDES,

1954:453). A mais importante dessas constantes seria, em sua opinião, a “tendência a assimilar modelos de organização de ordem legal elaborados nos países politicamente mais adiantados” (FERNANDES, 1954:453). Com isso, e apesar das técnicas sociais de organização do poder político, dada sua complexidade, tais modelos acabam sendo reinterpretados e cumprindo outras funções que não as originárias. Não obstante, não deixam de orientar as práticas e apontar perspectivas para muitos setores esclarecidos da sociedade, que podem, assim, almejar sua correta aplicação no futuro.

Uma outra constante dinâmica, tão importante quanto a anterior, pode ser vista nas diversas etapas em que a organização da ordem legal procura, com algumas variações, “intensificar os laços de integração nacional” acima das “diferenças geográficas, étnicas ou sociais”, enfrentando, obviamente, “problemas práticos próprios” (FERNANDES, 1954:453). Tais constantes permitem apontar para uma tendência à redução de “elementos autocráticos” inerentes à própria constituição do Estado, ainda que este autoritarismo estatal apresente-se, para o momento em que é observado, em um grau elevado (FERNANDES, 1954:453).

Quanto ao aspecto explicativo da investigação, os fatores que estas constantes dinâmicas apontam são, no mínimo, indicativos de que “a ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizatório democrático” (FERNANDES, 1954:453) e que, portanto, “não é verdadeiro que a presente situação brasileira, no que concerne ao funcionamento das instituições políticas, seja positivamente ‘patológica’” (FERNANDES, 1954:455). Como a definição de patológico compreende “o que se desvia de uma norma de integração estrutural e funcional”, então, o que estaríamos presenciando na sociedade brasileira, “seja ou não confortável aos valores éticos e às

convicções políticas que perfilhamos, corresponde em linhas gerais ao processo de desenvolvimento da democracia nos países economicamente subdesenvolvidos” (FERNANDES, 1954:455). Um modo, portanto, não-linear de construção histórica das instituições, mas de sentido quase que inexorável.

É que a singularidade do fenômeno no caso brasileiro, ou seja, a forma como se desenvolve a democracia em países economicamente subdesenvolvidos, decorre, na interpretação oferecida por Florestan Fernandes (1954:458), do fato de que em processos de mudança social, algumas “esferas podem transformar-se com maior rapidez do que outras” originando, desse modo, efeitos opostos ou conflitantes quando se olha superficialmente o quadro social. O que não significa, necessariamente, tratar-se de um aspecto patológico crônico, capaz de levar o país à desintegração total, ou de impedir que alguns avanços que podem ser descritos como “civilizatórios” possam ser alcançados. Mas que deve estar sujeito ao controle, interferência, direção e planejamento racionais.

Daí que é plausível supor, como o faz Florestan Fernandes (1954:468 e 469), que seria tarefa e função de instituições específicas, como as escolas e os partidos políticos, por exemplo, educar para a democracia enquanto esta não se realiza plenamente entre nós. Esta função pedagógica compreenderia, entre outras, as atividades relacionadas ao “desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais, etc.”. Mais do que isso, e como viria a reconhecer mais tarde...

... A expansão da ordem social democrática constitui o requisito *sine qua non* de qualquer alteração estrutural da sociedade brasileira. Se não conseguirmos fortalecer a ordem democrática, eliminando os principais fatores de suas inconsistências econômicas sociais e políticas, não conquistaremos nenhum êxito apreciável no crescimento econômico, no desenvolvimento social e no progresso cultural [...] Em conseqüência, *lutar pela democracia vem a ser muito mais importante que aumentar o excedente econômico e aplicá-lo produtivamente.* (FERNANDES, 1962:85 e 86, grifado no original)

Certamente que os objetivos de expansão da ordem social democrática, e os benefícios do desenvolvimento econômico, só poderiam ser alcançados se os agentes e instituições deles encarregados, educadores e políticos, especialmente, estivessem devidamente instrumentalizados pelo conhecimento sociológico. Neste momento, aliás, Florestan Fernandes (1976:168) acredita, como propõe Karl Mannheim, que estaríamos numa “era de planejamento”, onde o “conhecimento das técnicas de controle racional das situações” sujeita-se à “exploração prática das descobertas científicas”. A teoria adquire, assim, um caráter marcadamente utilitarista, pois prevalece uma tendência ou objetivo de “convertê-la de ‘saber sobre alguma coisa’ em ‘saber para alguma coisa’”. O que de certa forma justifica, no processo de investigação dos fenômenos sociais, a necessidade do diagnóstico preciso, da interpretação adequada e da explicação convincente, como procedimento capaz de descrever e potencializar a ação social em função de um objetivo previamente traçado, e de natureza retificadora, muitas vezes.

Num segundo momento, entretanto, o tema do desenvolvimentismo começou sendo concebido através das **determinações psicossociais** que afetam o comportamento de sujeitos colocados nas mais diversas funções sociais, e que são chamados pelas circunstâncias e oportunidades oferecidas pela própria **estrutura do sistema capitalista** a exercer ampla gama de papéis no mundo econômico. Nesta que seria, em suas linhas mais gerais, a proposta de pesquisa elaborada no âmbito do CESIT.

O CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) foi criado graças à verba doada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ao patrocínio do Governador de São Paulo, Carlos Alberto Carvalho Pinto, do reitor da Universidade de São Paulo, Dr. Antônio Barros de Ulhoa Cintra e do Engenheiro Fernando Gasparian, então membro da Junta Administrativa da CNI. Em sua ação, englobaria projetos em desenvolvimento no âmbito da Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, centrados no estudo macrossociológico das condições histórico-sociais da passagem da ordem escravocrata para a formação da sociedade de classes no Brasil. Contava entre seus colaboradores e profissionais de pesquisa, professores e alunos mantidos sob a direção direta de Florestan Fernandes, tais como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco Moreira, Celso de Rui Beisiegel, Leôncio Martins Rodrigues Neto, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira, Lourdes Sola, Paul Singer e Gabriel Cohn (FERNANDES, 1976a:318 e 319). E outros pesquisadores agregados posteriormente, como é o caso de Luiz Pereira, Cláudio José Torres Vouga e José de Souza Martins (PULICI, 2004: Anexo 1)

Com as verbas e as facilidades obtidas do setor governamental, do empresariado e da academia, o projeto “Economia e Sociedade no Brasil” encaminhou-se, naturalmente, para a compreensão sociológica do “*Brasil Moderno*”, ou seja, das mudanças sociais, econômicas e políticas que vinham ocorrendo no país desde a década de 1930 (FERNANDES, 1976a:317). O objetivo da pesquisa estava em apontar quais seriam e por quais mecanismos poderiam ser removidos os obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento de suas forças produtivas. Nesse sentido, o CESIT, ao buscar empreender à “análise sociológica dos problemas de desenvolvimento econômico” tornou-se responsável por uma das mais importantes tentativas feitas no Brasil de um projeto de pesquisa integrada (FERNANDES, 1976a:318).

A definição por uma abordagem sociológica das questões relativas ao desenvolvimento econômico justifica-se por tratar-se deste tipo de conhecimento muito mais abrangente e diferenciado daquele obtido exclusivamente por intermédio dos recursos e da natureza das interpretações de cunho estritamente economicista. De fato, conforme explica Florestan Fernandes ...

... na civilização contemporânea ‘desenvolvimento’ equivale às possibilidades de realizar os requisitos ideais da ordem social competitiva ou da ordem social planificada. Queira-se ou não, ele significa, no mínimo, diferenciação econômica, com base na modernização tecnológica do campo e da cidade, na industrialização, na elevação da capacidade de consumo *per capita* e do padrão de vida das massas. Esses alvos correspondem, naturalmente, a aspirações sociais contraditórias, mas adquirem homogeneidade e conteúdo nitidamente revolucionário nos ‘países subdesenvolvidos’ [...] A análise sociológica [assume], nesse contexto, duas funções distintas. Ela serve como fator de

renovação e de alargamento do horizonte cultural herdado. E serve para apontar o grau de adequação ou de inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente, onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante forte para romper com o peso morto do passado. (FERNANDES, 1976a:321 e 322)

No aspecto metodológico da observação e coleta de dados, a empresa industrial em São Paulo é tomada como foco central da investigação em razão do pressuposto, ou hipótese de pesquisa, de que “a empresa industrial constitua a tônica das áreas econômicas e socialmente ‘avançadas’ da sociedade brasileira”. Mas, que no caso da industrialização paulista esta parece representar “*sacrifício econômico* para todo o país” e, por isso mesmo, “tem sido sofreada e inibida pela situação econômica nacional” (FERNANDES, 1976a:317). A partir de estudos de casos e de levantamentos por amostragem a proposta da pesquisa é conhecer a “situação global das indústrias nos municípios da Capital, de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos”, bem como “os caracteres estruturais dos vários tipos de empresa industrial existentes” e, igualmente, “a organização, as tendências de crescimento e as condições de integração ao sistema sócio-econômico vigente de empresas consideradas típicas” (FERNANDES, 1976a:317).

Para uma abordagem que se pretende sociológica; que queira, efetivamente, conhecer as “influências positivas”, tanto quanto as “influências negativas”, que rondam o processo de industrialização em São Paulo exigiu-se conhecer “outros aspectos sociais do desenvolvimento econômico no Brasil”, por isso devidamente incluídos na pesquisa (FERNANDES, 1976a:318). Estes temas, por sua importância interpretativa e explicativa geral, desdobraram-se em linhas especiais de investigação e foram

colocados sob a responsabilidade de planejamento, direção e exposição dos relatórios finais de diversos professores que, apesar dos contratempos ⁸⁶, conseguiram produzir os seguintes trabalhos:

Fernando Henrique Cardoso ficou, desde o início dos trabalhos, encarregado de investigar os aspectos ligados à mentalidade do empresário industrial. O resultado final de suas pesquisas ele os publicou nos livros “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico”, editado em São Paulo pela Difusão Européia do Livro, em 1964, e “Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes; Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro”, editado pela Zahar Editores, em 1971, no Rio de Janeiro.

Octávio Ianni encarregou-se de pesquisar a temática da intervenção do Estado, especialmente seu papel como agente de criação e fomento de medidas que possam acelerar ou retardar o desenvolvimento econômico. Os resultados de suas pesquisas vieram a público no livro “Estado e Capitalismo: Estrutura Social e Industrialização no Brasil”, editado no Rio de Janeiro, em 1965, pela Editora Civilização Brasileira SA.

O tema da mobilização da força de trabalho, e das conseqüências sociais resultantes de alterações de ordem tecnológica ou demográfica, foi objeto das pesquisas de Paul Singer, que publicou “Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife”, editado em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional, em 1968,

86 Florestan Fernandes refere-se, especificamente, ao falecimento de Marialice Mencarini Foracchi; à transferência para o setor de filosofia da professora Maria Sylvia Carvalho Franco; à interrupção das atividades do CESIT; e às peculiaridades do regime político que passa comandar o país a partir de 1964.

e de Gabriel Cohn, que publicou “Petróleo e Nacionalismo”, em São Paulo, pela Difusão Européia do Livro, também em 1968.

Os fatores sociais subjacentes ao crescimento econômico e à implantação da ordem social competitiva acham-se presentes nos textos que Florestan Fernandes constrói partindo do conjunto das análises, pesquisas, e interpretações realizadas coletivamente no âmbito do CESIT, e das quais foi o principal responsável. Dos títulos já indicados sobre a temática desenvolvimentista chamamos a atenção para “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, publicado pela Zahar, no Rio de Janeiro, em 1968, e “A Revolução Burguesa no Brasil”, editado em 1975, no Rio de Janeiro, pela Zahar.

Em resumo, num momento em que a preocupação geral no país centrava-se, de um lado, no desenvolvimento econômico, ou melhor, com a sua aceleração, e, de outro, com as resistências internas e externas à sua efetivação, as estratégias de pesquisa propostas no âmbito do CESIT proporcionaram elementos interpretativos e explicativos para a compreensão sociológica de tais fatores. Estes é que poderiam esclarecer, decisivamente, o “‘como’ e ‘porque’ a nossa concepção do mundo, a nossa herança social e o nosso estilo de vida têm contribuído para reduzir a nossa capacidade de tirar proveito sistemático das inovações consumadas em algumas comunidades e realizáveis em outras” (FERNANDES, 1976a:335). Revelando-nos, assim, que as condições específicas do desenvolvimento histórico a que o povo brasileiro esteve exposto exigiriam medidas inéditas para alcançar sua correção e a reversão dos efeitos perversos encontrados.

Neste sentido, a tarefa proposta inicialmente por Florestan Fernandes (1976a:334 e 335) e seus colaboradores é bem específica: cabe “explicar,

sociologicamente, o 'subdesenvolvimento econômico' sob a perspectiva brasileira", pois este é justamente o ângulo que nos daria meios adequados "para focalizar e analisar como a ausência de requisitos estruturais e funcionais, de natureza psicossocial e sócio-cultural, tem-se refletido e tenderá a refletir-se em nossas tentativas de implantar uma economia capitalista no Brasil". Indicando dessa forma que a "aceleração do desenvolvimento econômico' requer uma mentalidade específica e comportamentos correlatos apropriados" e que em sua ausência podem, obviamente, ser cultural e socialmente induzidos.

De outra parte, à medida que a pesquisa foi tomando forma, começou a ficar claro que nada é definitivo quando falamos de agentes humanos inseridos num terreno de interesses conflituosos. E que a busca de acomodações consensuais nem sempre é possível ou desejável para uma das partes. Teoricamente configura-se, então, uma outra condição: contra as possibilidades de intervenção racional precisa na sociedade, de planificação, de leis sistêmicas e funcionais inexoráveis, típicas da teoria funcionalista, surge como seu contraponto a incerteza dos resultados da luta e a impossibilidade de controlar detalhes e algumas das conseqüências que se apresentam no desenrolar dos acontecimentos, e que só podem ser sociologicamente captadas com o recurso e utilizando-se de instrumentos típicos da teoria marxista.

Aliás, é apoiando-se nos recursos interpretativos e explicativos propostos originalmente por Karl Marx que Florestan Fernandes trabalha em "A Revolução Burguesa". O componente fundamental que explica os fenômenos históricos e sociais verificados no Brasil é buscado, especialmente, no elemento conflituoso da luta de classes. Mostra-nos, assim, que aqui a formação e mesmo a consolidação do regime de

classes não ocorreram de modo a absorver, ainda que de forma constante e gradual, o ex-agente do trabalho escravo, o pobre e o migrante. Na passagem da ordem escravocrata para o regime capitalista não tivemos a substituição radical de interesses, ou uma revolução tal qual foi a revolução burguesa na Europa ocidental. O que se viu foi a concretização de um autêntico e fechado mundo dos brancos, dos aristocratas, num momento, e dos burgueses, em outro.

Florestan Fernandes afirma que na primeira fase da revolução burguesa, que compreende o período que vai da desagregação do regime escravista ao início da II Grande Guerra, são contemplados os interesses econômicos, sociais e políticos dos grandes fazendeiros e dos imigrantes. Na fase seguinte, um novo estilo de industrialização e de absorção de padrões financeiros, tecnológicos e organizatórios característicos de um sistema capitalista integrado, subordinou-se aos interesses econômicos, sociais e políticos da burguesia que se havia constituído na fase anterior – ou seja, aos interesses econômicos, sociais e políticos das classes altas e médias da população branca. No Brasil, “as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial” (FERNANDES, 1975a:150).

No aspecto cultural os mecanismos discriminatórios perpetuaram-se. Se antes, até por simples inércia, a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder era suficiente para resguardar um padrão absoluto de desigualdade racial. Com a inserção gradativa do negro e do mulato ao mundo do trabalho e a conseqüente flexibilização da concentração racial da renda, poder e prestígio, outros mecanismos

entraram em jogo, para resguardar e fortalecer as distâncias econômicas, sociais e culturais que sempre separaram o branco do negro, o rico do pobre, as classes inferiores das hierarquicamente superiores.

Na questão política, todas as tentativas de incorporação das massas, de democratização do poder e de equalização dos interesses esbarraram, historicamente, em processos contra-revolucionários cujo único objetivo era a manutenção de uma espécie de “autocracia burguesa”. De fato, Florestan Fernandes (1975a:363) reconhece que os representantes das classes burguesas além de não querer, não podem abrir mão, sem destruir-se, “das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder”. Os movimentos políticos, bem como outros econômicos e sociais, só frutificaram no país quando passaram ao largo de qualquer possibilidade de transformação ou solapamento de privilégios e benefícios seculares de classe.

Isso explica, sociologicamente, como e por que a dominação burguesa se erige no alfa e no ômega não só da continuidade do modelo imperante de transformação capitalista, como, ainda, da preservação ou da alteração da ordem social correspondente. Ela se impõe como o ponto de partida e de chegada de qualquer mudança social relevante; e se ergue como uma barreira diante da qual se destroçam (pelo menos por enquanto) todas as tentativas de oposição às concepções burguesas vigentes do que deve ser a ‘ordem legal’ de uma sociedade competitiva, a ‘segurança nacional’, a ‘democracia’, a ‘educação democrática’, o ‘salário mínimo’, as ‘relações de classes’, a ‘liberdade sindical’, o ‘desenvolvimento econômico’, a ‘civilização’ etc. (FERNANDES, 1975a:303).

Logo, quando a investigação tratou de verificar como, ou de que modo, processos econômicos vinculam-se a processos sociais, onde “os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política” (CARDOSO & FALETTO, 1973:23). Ou, ainda, se haveria ou não que considerar a viabilidade ou necessidade do processo desenvolvimentista, já que se trataria, no caso, de uma possível realização de “determinações essenciais do capitalismo: dominação da produção sobre o consumo, irracionalidade da divisão social do trabalho [...] apropriação e concentração privada do excedente do trabalho etc.” (PEREIRA, 1965:72). Certamente apresentou-se ao grupo de pesquisadores do CESIT a questão de se não existiriam ou não caberiam aqui alternativas e outras possibilidades. E que, neste caso, a escolha das opções possíveis não depende do que aponta um grupo de privilegiados, mas de um amplo debate político, cujos resultados não podem, a princípio, ser previstos.

Claro que os sociólogos têm aí um papel fundamental, em particular devido à sua capacidade para esclarecer aspectos fundamentais de “como se passam as coisas”, por exemplo (FERNANDES, 1976a:336). Porém, toda ação social é, até por definição, a expressão de vontades coletivas. Assim, “quando observamos a intervenção estatal assumindo características especiais nos momentos críticos, verificamos que a estrutura do objeto desta análise não se reduz nem se esgota em sua dimensão econômica. Nos momentos críticos, ela revela todo o seu conteúdo social e político” (IANNI, 1965:62). Logo, o papel reivindicado pelos intelectuais uspianos de “conselheiros do príncipe”, de “terapeutas sociais”, ou qualquer outra função ou denominação semelhante, esvai-se quando seus próprios estudos concluem pela

centralidade e importância dos atores políticos nos processos sociais, ainda que limitados por determinações estruturais do próprio capitalismo, no caso. Não há como prever o transcurso da luta, nem o desenrolar dos acontecimentos. A História é um edifício que se constrói a muitas mãos e todos os dias; o máximo que conseguimos objetivamente é indicar por quais processos e mecanismos ela opera, se realizou ou poderia se realizar. O que se afastar disso é, em definitivo, disputa ideológica.

Vemos, assim, que a temática desenvolvimentista recebeu de Florestan Fernandes tratamento diferenciado em razão das questões de ordem investigativa colocadas em diferentes momentos. O mesmo acontecendo com as pesquisas que empreendeu sobre o folclore, a temática indígena e as relações raciais. Isto reforça nosso pensamento de que na prática sociológica, tal qual Florestan Fernandes exercitava, observação, interpretação e explicação erigem-se numa seqüência em que o empírico concreto deve ser coerente com o abstrato da explicação. Se a materialidade e objetividade dos dados não devem admitir dúvidas, a explicação, por sua vez, depende do tipo de questão ou problema que se quer resolver. Admitindo-se, ainda, que “teoria” seja, de forma bem resumida, o ajuste que se faz entre o problema e o método na investigação sociológica, então, no caso de Florestan Fernandes, têm-se que em todas as pesquisas que realizou, quando a realidade é vista, investigada e analisada com os instrumentos e princípios sociológicos que tentamos descrever talvez seja isto o que, provavelmente, mais tenha contribuído para a “virada teórica” que, conforme discutimos anteriormente, percebemos em sua trajetória intelectual. Logo, o fato de se recorrer a esquemas teóricos diferenciados, ora culturalista, ora funcionalista

ou marxista para o exame de problemas cujos dados foram coletados dentro de um mesmo princípio de rigor e método impõe que pensemos em pelo menos uma espécie de conclusão possível: Florestan Fernandes nunca deixou de ser um sociólogo crítico.

CONCLUSÃO

Logo de início indicamos como objetivo geral da tese o intuito de trabalhar as possibilidades de uso da sociologia como crítica dos processos sociais. Para este fim selecionamos como recurso metodológico e eixo de reflexão analisar as obras teóricas de Florestan Fernandes, em que pretendemos dar forma a algumas das questões que envolvem tanto o uso da sociologia como ferramenta da crítica social, como aquelas pertinentes à atuação do sociólogo. Se algumas destas questões foram parcialmente respondidas, muitas outras surgiram, impondo-nos que amplieemos a discussão realizando mais estudos e pesquisas no futuro. Mais para colaborar que finalizar, portanto, tentaremos esboçar adiante um quadro geral de nossas observações destacando os pontos principais aqui abordados para que sejam debatidos.

Acompanhando-se o modo como a acepção crítica da sociologia foi sendo construída, cercado-se de novos caracteres e propriedades, através de vasta produção sociológica de Florestan Fernandes, por certo pudemos trazer elementos que auxiliem numa melhor compreensão da produção intelectual de Florestan Fernandes, especialmente no que tange aos textos que tratam de teoria sociológica. Guiou-nos neste particular o propósito de corrigir certas imprecisões e equívocos que julgamos estar sendo produzidos por parcela importante de seus leitores e intérpretes, exatamente por não precisarem adequadamente o conceito de crítica, e nem atentarem para a forma como se processa o reconhecimento social do autor. Em nenhum momento, aliás, questionamos o papel singular que Florestan Fernandes desempenhou

na formação, desenvolvimento e consolidação de uma sociologia acadêmica no Brasil. O que efetivamente buscamos com este trabalho foi chamar a atenção sobre a natureza crítica da sociologia que praticava. Fruto como dissemos de muitas ambigüidades e controvérsias.

Uma razoável bibliografia já existente, e devidamente discutida no Capítulo I deste, permite que tomemos a natureza da crítica em dois sentidos: crítica como ampliação do conhecimento e crítica como instrumentalizadora da ação política. Muito embora cada um destes aspectos seja, em diversas situações, tratados isoladamente o que, efetivamente, queremos chamar a atenção é para o fato de que seja para negar a ordem existente, seja para afirmá-la, o conhecimento dessa realidade permanece ainda como condição fundamental. Se os fenômenos fossem como aparentam ser não haveria necessidade de ciência. No mundo, os objetos – ainda mais os fenômenos sociais – possuem uma aparência necessária que encobre sua verdadeira constituição. A ciência apodera-se do modo como o fenômeno se manifesta para entender porque ocorre dessa maneira e não de outra; procura através dos métodos que desenvolve desvendá-lo para chegar a conhecer sua natureza e como se comporta.

Não obstante, não podemos nos enganar. A sociologia é também um tipo de discurso sobre a sociedade. A coleta de dados é uma relação social que se processa por meio de técnicas, métodos e formas típicas de abordagem que não são por si só neutras, isentas ou "inocentes". O conhecimento do social é, assim, de natureza efêmera. Expressa forças sociais em interação. Um jogo cuja característica mais importante é que continuamente não só os jogadores são substituídos por outros, mas, também, o campo, o público, as regras, as formas de jogar.

Florestan Fernandes, durante a fase em que esteve institucionalmente ligado à universidade, firmou-se como legítimo representante no Brasil de uma vertente intervencionista da Sociologia, onde os processos de **observação, interpretação e explicação** da realidade social inserem-se num contexto mais amplo de regulação, controle e previsão dos desdobramentos da prática social. Isto tem uma razão de ser.

Se observarmos a história do pensamento sociológico, veremos que a cada período, nunca menos que algumas dezenas de anos, destaca-se um grupo de pesquisadores sociais em particular, que se distingue dos demais exatamente por formular programas de estudos, métodos de observação e técnicas para a apreensão da realidade que resultem eficazes para entender os dilemas e questões que a realidade concreta lhes apresenta naquele instante. O positivismo, o culturalismo, o funcionalismo, o estruturalismo, a abordagem sistêmica, interacionista etc. foram, neste sentido, o que de mais produtivo a comunidade intelectual pôde conceber para solucionar problemas específicos com os quais se deparavam. Tornando-se, cada uma a seu tempo, instrumentos críticos fundamentais para compreender o estado e possibilidades atuais das sociedades frente a uma situação anterior. Se tais concepções teóricas caíram em desuso algum tempo depois, o motivo pode ser encontrado muitas vezes não numa possível debilidade teórica, mas neste caráter mutável da sociedade e da ciência que a investiga ⁸⁷. É a historicidade dos conceitos sociológicos, portanto, que nos leva a defender que crítica é antes o resultado de uma

⁸⁷ Michel Lallement (2004) produz, em nossa opinião, um excelente resumo com apontamentos sobre os principais autores e “escolas” do pensamento sociológico em evidência nos últimos setenta anos, e que podemos consultar no livro História das Idéias Sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Nesta obra é que podemos observar como “idéias”, “escolas” e “formas de abordagem” sociológicas surgem, consolidam-se e desaparecem, deixando suas marcas no pensamento sociológico, mas criando oportunidades para que formas inovadoras venham tratar adequadamente novas questões.

determinação particular do sociólogo, e não do instrumental teórico utilizado pelo pesquisador.

De fato, podemos dizer que a atitude crítica revela-se na forma cética, preventiva e desconfiada com a qual os cientistas se orientam intelectualmente em suas atividades. Diferentemente das crenças e dogmas religiosos, nas ciências, embora busquemos a verdade, não devemos tê-la como definitiva, absoluta ou inquestionável. Isto tanto se aplica ao seu objeto de estudos, quanto aos mecanismos teóricos, metodológicos e interpretativos que permitem a prática científica.

Mesmo que encontremos na base de qualquer empreendimento cognitivo amplo – o crítico, por exemplo – algumas fórmulas básicas, equações de uso comum e maneiras práticas de proceder que pareçam conferir uma inteligibilidade aceitável aos processos de apreensão intelectual dos fenômenos, não devemos deixar para um segundo plano o fato de que, muitas vezes, os fundamentos de uma teoria, ou de uma ciência, são simplesmente esquecidos ou ignorados pelos seus praticantes. E, se não o são, podem sofrer mutações, reinterpretações e adequações que os tornam algo absolutamente diverso do que fora a princípio (DOUGLAS, 1998:82). Assim, ao longo da história do pensamento, uma série de explicações, de “paradigmas”⁸⁸ ou de “solos arqueológicos”⁸⁹, busca fornecer as bases da cientificidade, os modos operatórios do pensamento. Não é por acaso que as épocas variam e com elas também varia a forma

88 Para Thomas Kuhn (1975) os fundamentos ou suposições (paradigmas ou perspectivas teóricas) que nos baseamos para interpretar aquilo que observamos dependem do acúmulo de experiências, informações, etc., que coletivamente guardamos ao longo do tempo. As revoluções científicas ocorrem quando os paradigmas de uma ciência são limitados ou tornam-se obsoletos frente às novas descobertas, sendo assim substituídos.

89 Michel Foucault (1966) fala da necessidade que tem o pesquisador social de cavar, como um arqueólogo, as muitas camadas que constituem o subsolo do nosso saber, se quiser reconstituir as bases em que se fundamenta genealógicamente a histórica do pensamento.

como são percebidas as dimensões de espaço e tempo, as forças em interação, os limites do entendimento humano, etc.

Entendemos, portanto, que o abandono das perspectivas teóricas, princípios axiomáticos ou dos métodos utilizados anteriormente não decorre, para estes casos, de equívocos brutais ou incorrigíveis falhas dos formuladores e defensores de tipos particulares de abordagem. Mas, por sua vez, de mudanças fundamentais e não previstas ou questionadas no desenrolar dos acontecimentos e dos comportamentos que emergem como causa e conseqüência das transformações do social. Não podemos crer que os autores de elaborados e complexos diagnósticos tenham simplesmente relevado aspectos importantes do objeto observado, ou dos conceitos teóricos que permitiriam a sua apreensão intelectual. Ainda mais, quando é incomum que, nestes casos, mudem de opinião, que abandonem sem mais aquilo que quer individual, quer coletivamente, levaram anos, senão décadas, para desenvolver.

Igualmente, quando algum pesquisador importante muda de perspectiva teórica, isto não nos parece ser por falha ética na defesa de princípios tão exhaustivamente elaborados. Muito menos o resultado de um equívoco na seleção das opções teóricas e metodológicas. Mas, antes, da percepção por parte deste pesquisador de que o quadro conceitual à sua disposição não é mais suficiente para dar conta do objeto investigado, pois este já não é o mesmo, se modificou. É o efeito daquilo que Anthony Giddens (1991:24) chama de reflexividade nas ciências sociais. “O conhecimento sociológico, afirma, espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo”. Desse modo, parece-nos apropriado dizer que dadas as dificuldades de

abordagem e a gama de possibilidades de interpretação que o mundo social nos oferece, sua constante transformação e adaptação às novas condições externas ou internas e o jogo de forças entre os defensores das várias correntes teóricas resulta que, nas ciências que procuram decifrá-lo, não apenas o discurso modifica o objeto, como o objeto modifica o discurso.

Embora isto pareça evidente, é um aspecto que não tem sido considerado adequadamente, principalmente quando a questão é entender ou aceitar a mudança de perspectiva teórica que, como vimos, ocorreu com Florestan Fernandes.

Se tudo isso não bastasse, há uma outra especificidade a considerar. A própria trajetória de Florestan Fernandes indica que o desenvolvimento social, político e econômico, e das ciências que procuram alcançá-los, não se fez de modo semelhante e ao mesmo tempo em todos os países. No que tange à formação do campo da Sociologia no Brasil, esta acompanhou de modo semelhante o movimento histórico e as ações políticas, econômicas e sociais desenvolvidas pelas esferas constituintes da sociedade brasileira, dialogando reflexivamente com elas. Este diálogo, certamente, deixou suas marcas. Se os grupos sociais podem ser definidos a partir da maneira particular que possuem para entender a si mesmos e ao mundo à sua volta, através das crenças, valores e regras que são produzidas e administradas naquilo que chamamos de cultura, podemos então dizer que sem referenciais de valor, sem objetivos significativos, nada faríamos seja na esfera do social, do político ou do psíquico ⁹⁰. Daí

90 Karl Mannheim (1972:48), ao colocar as principais diretrizes e fundamentos de uma Sociologia do Conhecimento, advertiu-nos sobre a impossibilidade prática de qualquer abordagem estritamente naturalista, ou melhor, isenta de valores.

a dificuldade em transformar qualquer forma particular de observação do social em Sociologia.

Se é certo, porém, que razão e liberdade podem ser entendidas como forças que a todo instante nos levam a fazer escolhas, então, escolher é o que nos torna humanos e possibilita, de certa forma, que possamos produzir nossa própria história, conduzir nosso futuro, influenciar o meio que nos rodeia e escolher as formas para nós adequadas de observação do nosso mundo. E isto sem abdicarmos dos critérios legitimadores da ciência. Justamente por possuir a liberdade e a razão que o homem – ainda mais sendo ele um cientista – pode ser responsabilizado perante a humanidade, e também à sua própria consciência, das conseqüências de todos os atos que pratica e dos avanços e retrocessos que provoca na realidade social à sua volta.

Praticar uma sociologia como crítica não é, portanto, tão somente optar por um corpo teórico específico, filiar-se a uma escola ou autor em particular. Antes de tudo é não abrir mão do rigor do método científico quando aplicado aos instrumentos e técnicas de observação, ainda que, posteriormente, sejamos suficientemente flexíveis quanto a elaborar esquemas interpretativos e explicativos segundo as exigências do objeto, da pergunta ou do problema que está sendo investigado. Num primeiro instante, a crítica reveste-se, claro, daquele caráter de **ampliação do conhecimento** que consideramos desde o início deste nosso trabalho. No caso estudado de Florestan Fernandes, esta crítica se opõe diretamente às formas não-científicas do conhecimento, do saber mitificado e obscurecido pela ignorância, erro, preconceito ou manipulação. Mas, no segundo momento descrito, a crítica admite a interferência do sociólogo que poderá usar dos dados obtidos para negar, concordar, apontar erros, omissões e

paradoxos da realidade observada, caracterizando esta sua postura como sendo o aspecto de **crítica como instrumental da ação política** que, igualmente, buscamos enfatizar. Constatado o prejuízo e a possibilidade de conseqüências nefastas advindas de um conhecimento parcial ou inexistente constitui-se tarefa crítica denunciar este estado de coisas, expondo-se no debate público aquele que assim age, muitas vezes, a incompreensões, desdém e perseguições.

A atitude crítica do sociólogo revela-se, assim, no acompanhar como se processam, e em que consistem, as mudanças e alterações das formas de interação social e das configurações que assumem as estruturas e instituições da sociedade, denunciando seus erros, enganos, paradoxos e conseqüências quando e se ocorrer. É para este fim que a prática sociológica requer atualização constante. Ora, atualizar não significa propriamente acrescentar novas descobertas ou produzir conhecimento inédito. Significa, também, utilizar o saber já existente, quer seja oriundo da própria ciência sociológica, quer seja de qualquer outro campo do conhecimento humano, adaptando-o às novas situações ou empregando-o de modo inovador para solucionar questões e problemas que a crescente complexidade das redes de relações e de interações sociais nos coloca. Lutar por um mundo melhor, por uma sociedade mais justa e pela emancipação da dominação surge, então, como conseqüência inevitável diante do diagnóstico da realidade.

Entendendo-se o conceito de crítica a partir das considerações que fizemos parece-nos claro que estes dois momentos – da ampliação do conhecimento e como instrumental para a ação política – ajudam-nos a contar a história intelectual e caracterizam corretamente a Florestan Fernandes. Não há, assim, como negar que em

algum momento tenha deixado de praticar uma sociologia crítica ou que tenha deixado de usar a sociologia como crítica dos processos sociais. Isto é o que fez, em nossa opinião, Florestan Fernandes.

Bibliografia

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1987). "O novo movimento teórico". In.: RBCS. Nº 4, vol.2, jun 1987.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. (1998). "Florestan Fernandes: um espírito sintonizado com as lutas sociais". In.: MARTINEZ, Paulo H. (Org.). Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo: BOITEMPO.
- ARAÚJO, José Pessoa de. (1996). Florestan Fernandes: o engraxate que se tornou sociólogo. São Carlos-SP: EDUFSCAR.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (1995). "A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'". In: História das Ciências Sociais no Brasil. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, vol. 2.
- _____. (2001) Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX. Bauru, São Paulo:Edusc.
- _____. & GARCIA, Sylvia Gemignani. (2003). Florestan Fernandes, mestre da Sociologia moderna. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- BACHELARD, Gaston. (1974) O Novo Espírito Científico. São Paulo: Abril Cultural.
- BARIANI JUNIOR, Edison. (2003) A Sociologia no Brasil : uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). UNESP/Araraquara. Dissertação de mestrado.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (1997) Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. (1973) A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (1988) Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- BONOMI, Andréa. (2001) Fenomenologia e Estruturalismo. São Paulo: Perspectiva.
- BOTTOMORE, T. B. (1976) A sociologia como crítica social. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (2003) A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva.

- BUBNER, Rudiger. (1982) "Habermas's concept of critical theory" In.: Thompson, John B. & HELD, David (eds.). Habermas critical debates. Cambridge, Ma.:MIT Press.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1987). "A paixão pelo saber" In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2002). "Introdução à 'Revolução Burguesa no Brasil' de Florestan Fernandes". In: SANTIAGO, Silvano (coord.). Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ª ed.
- _____ & FALETTO, Enzo. (1973) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro. Zahar.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. (2005) "Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes". In.: FÁVERO, Osmar (org.). Democracia e educação em Florestan Fernandes. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- COHN, Gabriel. (1979) Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. SP: T. A. Queiroz.
- _____ (1986). "Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes". In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. Inteligência Brasileira. São Paulo: Brasiliense.
- CRIPA, Marcos Luiz ; IOKOI, Zilda. (1995). "Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo- Florestan Fernandes" In.: Revista Adusp, São Paulo, p. 22 - 27, 01 out. 1995.
- D'INCAO, Maria Ângela. (1987). "Apresentação". In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DOUGLAS, Mary. (1998). Como as Instituições Pensam. São Paulo: EDUSP.
- DURHAM, Eunice R. (1987). "Formando gerações". In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DURKHEIM, Emile. (1978) As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Abril Cultural. FÁVERO, Osmar. (Org.). (2005) Democracia e Educação em Florestan Fernandes. Campinas-São Paulo: Autores Associados; Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- FERNANDES, Florestan. (1942). "Folclore e grupos infantis", Sociologia, São Paulo, vol. 298

4, nº 4, pp. 396-406. out/nov/dez.

_____. (1954) “Existe uma ‘crise da democracia’ no Brasil?”. In.: Revista Anhembi. São Paulo, número 48, vol XVI, novembro de 1954.

_____. (1963) Organização Social dos Tupinambá. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

_____. (1965) A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Dominus: Editora Universidade de São Paulo. Vol. I: “o legado da ‘raça branca’”.

_____. (1967) Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1970) A função social da guerra na sociedade Tupinambá. São Paulo, Pioneira, Edusp.

_____. (1970a) Elementos de sociologia teórica. São Paulo, Editora Nacional Edusp.

_____. (1972) O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____. (1975) A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes.

_____. (1975a) A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar. [2a ed. 1976; 3a ed. 1981].

_____. (1976). Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Pioneira.

_____. (1976a). A Sociologia Numa Era de Revolução Social. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (1977) A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes.

_____. (1978) A condição de sociólogo, São Paulo: Hucitec.

_____. (1978a) A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Ática. vol. II: “no limiar de uma nova era”.

_____. (1989) Significado do Protesto Negro. São Paulo, Cortez.

_____. (1995) A Contestação Necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo, Ática.

_____. (2004) Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed.

FERNANDES, Florestan & BASTIDE, Roger. (1953) "Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo". In.: Revista Anhembi, São Paulo, Ano III, Número 30, Volume X, maio de 1953.

_____ & _____. (1959) Branços e Negros em São Paulo. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

FOUCAULT, Michel. (1966) Les mots et les choses. Paris: Gallimard.

FREITAG, Bárbara. (1987) "Democratização, universidade, revolução". In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2005) "Florestan Fernandes: revisitado". Estudos Avançados, Set./Dec. 2005, vol.19, no.55, p.229-243. Versão eletrônica disponível no endereço http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/Artigos/ff_revisitado.htm

GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002). Destino Ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. 34.

GIDDENS, Anthony. (1989) A Constituição da Sociedade. SP: Martins Fontes.

_____. (1991) As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

_____. (2005) Sociologia. Porto Alegre: Artmed.

GORENDER, Jacob. (1985) Apresentação. In. : MARX, Karl. O Capital. São Paulo : Nova Cultural, 2ª ed. pp. VII-LXXII

HABERMAS, Jürgen. (1980). "Conhecimento e interesse". In.: OS PENSADORES: ESCOLA DE FRANKFURT. São Paulo, Abril Cultural, pp. 301-312.

_____. (1994) A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995) Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

HONNETH, Axel. (2003) Luta Por Reconhecimento. São Paulo: Editora 34.

HORKHEIMER, Max. (1983) "Teoria tradicional e teoria crítica". In.: BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M., ADORNO, T.W., HABERMAS, J. Textos Escolhidos. São

Paulo: Abril Cultural.

IANNI, Octavio. (1965) Estado e Capitalismo (Estrutura Social e Industrialização no Brasil). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (org.) (1991). Florestan Fernandes: sociologia. São Paulo, Ática, 2ª ed.

_____. (2004) Pensamento Social no Brasil. Bauru, São Paulo, EDUSC.

KUHN, Thomas S. (1975) A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva.

LALLEMENT, Michel. (2004) História das Idéias Sociológicas: de Parsons aos contemporâneos, Petrópolis: Vozes.

LASH, Scoth. (1997) "A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade". In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scoth. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

LEVI-STRAUSS, Claude. (1996) Antropologia Estrutural. Editora Tempo Universitário. Rio de Janeiro, RJ.

LOCKWOOD, David. (1992) Solidarity and Schism: 'the problem of disorder' in Durkheimian and Marxist sociology. New York: Oxford University Press.

MAIO, Marcos Chor. (1997) A história do projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese de Doutorado, IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MANNHEIM, Karl. (1972) Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. (2003) Hibridismo e Integração nas Obras de Florestan Fernandes Interpretativas do Brasil. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). (1998). Florestan Fernandes: a força do argumento. São Carlos-SP, Editora da Universidade de São Carlos (EDUFSCar).

MARTINS, José de Souza. (1995) "Retratos de Florestan". In.: FOLHA DE SÃO PAULO, JORNAL DE RESENHAS, SP, 04/09/95, n. 6, p. 10-11.

_____. (1998). Florestan: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: EDUSP.

_____. (1995) "Retratos de Florestan". In.: FOLHA DE SÃO PAULO, JORNAL DE

RESENHAS, SP, 04/09/95, n. 6, p. 10-11.

_____. (1996) “Vida e História na Sociologia de Florestan Fernandes”. In: Dossiê Florestan Fernandes. Revista USP/ Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, nº 1, mar/mai 1996, São Paulo, USP.

_____. (2005) “Uma escola com o nome de Florestan”. In.: O Estado de São Paulo, São Paulo, Ano 126, nº 40.654, 06 de fevereiro de 2005, p. A11.

_____. (2005a) “A USP no tempo das trevas”. In.: Caros Amigos, São Paulo, Ano VIII, nº 97, abril de 2005, p. 19.

MAZZA, Débora. (2003). A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964). Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária.

MELO, Manuel Palácios da Cunha e (1999). Quem explica o Brasil. Juiz de Fora: UFJF.

MERTON, Robert K. (1970). Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou.

MEUCCI, Simone. (2000). A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

MIRANDA, Dilmar Santos de. (1995). “Intelectual e Militante (homenagem ao sociólogo Florestan Fernandes, recém-falecido)”. In.: Jornal O Povo, Fortaleza-CE 19 ago. 1995.

NETTO, José Paulo. (1987). “A recuperação marxista da categoria de revolução”. In.: D’INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NOBRE, Marcos. (1998) A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno. São Paulo: Editora Iluminuras.

_____. (2004) A Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Zahar.

NÖTH, Winfried. (2005) A semiótica no século XX. São Paulo: Annablume

OFFE, Claus. (1994). Capitalismo Desorganizado. São Paulo, Brasiliense.

OLIVA, Alberto. (1986). Empirismo na sociologia: avaliação crítica dos fundamentos filosóficos da sociologia científica de Florestan Fernandes. Tese de Doutorado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ.

- PARSONS, Talcott. (1993) "Cidadania Plena para o Americano Negro? Um problema sociológico." In: Revista Brasileira das Ciências Sociais, nº 22, junho de 1993.
- PEREIRA, Luis. (1965) Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel.
- POPPER, Karl. (1974) "O balde e o holofote" (Apêndice). In.: Conhecimento Objetivo. São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- PULICI, Carolina. (2004). De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, junho de 2004.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. (1996) A redução sociológica. Rio de Janeiro, UFRJ, 3. ed.
- RETAMAR, Roberto Fernández. (1993). "Nuestra América y el occidente". In. ZÉA, Leopoldo (org.) Fuentes de la cultura latinoamericana. México, FCE, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2002) A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4ª ed. São Paulo: Cortez, vol.1.
- SILVA, Andréia Ferreira da. (2005) "Florestan Fernandes e a Educação Brasileira nas décadas de 1950 e 1960". In.: Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes São Paulo - Campinas Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense.
- SILVA, Josué Pereira da. (1998) "A quem fala a teoria crítica? Reflexões sobre o destinatário de um discurso". In.: WAIZBORT, Leopold (org.) A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn. Londrina-PR, Editora Universidade de Londrina.
- _____. (2002) André Gorz: trabalho e política. São Paulo: Annablume FAPESP.
- SILVA II, Salomão Quadros da. (1994). "O Brasil de Getúlio Vargas visto da Fundação Getúlio Vargas." In. Gomes, Ângela de Castro (org.). Vargas e a Crise dos Anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SILVEIRA, Paulo. (1987). "Um publicista revolucionário. In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SILVEIRA, Heloísa Fernandes. (2005) "Florestan Fernandes, universidade e MST". In.: Caros Amigos, São Paulo, Ano VIII, nº 96, março de 2005.
- SOARES, Eliane Veras. (1997) Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo: Cortez.

SOUZA, Antonio Cândido de Melo e. (1987). "Amizade com Florestan". In.: D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP.

_____. (2000) Literatura e Sociedade. São Paulo: Publifolha.

_____. (2001) Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.

VERÍSSIMO, José. (2001) História da literatura brasileira. Brasília: Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional / Departamento Nacional do Livro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/histlitbras.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2006, 10:20:00.

VIANNA, Luiz Werneck. (1997) A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.

ANEXO I

Bibliografia sobre Florestan Fernandes

Sobre aqueles que escrevem sobre Florestan Fernandes gostaríamos de apontar para o fato de que há uma diferença fundamental entre “bibliografia produzida” e “bibliografia disponível”. A seleção de obras a seu respeito que apresentamos não contempla tudo o que foi publicado sobre Florestan Fernandes. Isto nos pareceu impraticável, especialmente em razão da dinâmica, continuidade e da profusão de meios em que circulam os textos que o têm como tema. Todavia, a amostra que preparamos mostra-se suficiente para nos prover de uma medida aproximada e, por isso indicativa, do interesse que Florestan Fernandes despertou e continua despertando entre setores importantes da comunidade acadêmica. Trata-se, por isso mesmo, da “bibliografia disponível” sobre Florestan Fernandes nas fontes consultadas e, não, necessariamente, da “bibliografia produzida” sobre o autor.

Ainda que tivéssemos, periodicamente, consultado os dados disponibilizados nos portais de pesquisa eletrônica das universidades públicas paulistas (USP, UNICAMP, UNESP), onde encontramos, afinal, o maior e mais completo acervo foi, sem dúvida, no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) através de consulta à sua “Plataforma Lattes”.

A “Plataforma Lattes” é um projeto governamental que se propõe desenvolver, concentrar e fomentar a adoção de um sistema nacional de informações acerca de instituições e currículos de estudantes e pesquisadores da área de ciência e

tecnologia, partilhando-as com o público em geral. Mediante acesso pela “internet”, através do endereço eletrônico <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp>, foi possível encontrar e selecionar pesquisadores que em algum momento da carreira trataram do “assunto” Florestan Fernandes. A pesquisa completou-se quando, verificando uma a uma as informações prestadas por estes pesquisadores, arrolamos os títulos conforme sua origem, ano e o tipo de publicação a que se referem. A estas informações, finalmente, somamos as referências bibliográficas indicadas como fontes em artigos e livros publicados sobre Florestan Fernandes, e que foram tomadas em consulta pessoal às edições disponibilizadas pela Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, ao longo dos quatro anos em que desenvolvemos esta nossa pesquisa.

Os dados que obtivemos adotando os procedimentos acima descritos foram organizadas seguindo-se, com algumas simplificações, a mesma nomenclatura definida na elaboração do “Currículo Lattes” por seus autores. Chegamos, assim, a 07 tipos ou gêneros de publicações: Artigos completos publicados em periódicos e Textos em jornais de notícias/revistas (ARTIGO); Livros publicados/organizados ou edições (LIVRO); Capítulos de livros publicados (CAPÍTULO); Trabalhos completos publicados em anais de congressos (ANAIS); Dissertações de mestrado (DISSERTAÇÃO); Teses de doutorado (TESE); Monografias de graduação e projetos de Iniciação Científica (MONOGRAFIA). Na seqüência, a Tabela 03 condensa os resultados a que chegamos:

Tabela 03

Bibliografia sobre Florestan Fernandes (1969-2006)

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
ADOUE, Silvia Beatriz	Florestan Fernandes, a escola do MST e o jardim cercado da academia.	n. 47	PR-Maringá	Revista Espaço Acadêmico	2005	Artigo
ADOUE, Silvia Beatriz	10 anos. Florestan Fernandes faz falta	n. 52	PR-Maringá	Revista Espaço Acadêmico	2005	Artigo
ALGEBAILÉ, Eveline Bertino	As pistas do silêncio: os estudos da década de 1970 e a educação na obra de Florestan Fernandes.	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Capítulo
ALIMONDA, Héctor Alberto Alimonda	Florestan Fernandes, el saber militante	v. 8, p. 277-279, 1996	Perú-Lima	ANUARIO MARIATEGUIANO	1996	Artigo
ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues de	Florestan Fernandes entre duas revoluções	Semana de Ciências Sociais Florestan Fernandes, 2001	SP-São João da Boa Vista	FEOB/FIFEOP	2001	Anais
ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues de	Florestan Fernandes entre duas revoluções	v. 1, n. 1, p. 44-54, 2001	SP-São João da Boa Vista	Cadernos de Estudos da Feob	2001	Artigo
ALMEIDA, Paulo Roberto de	O Paradigma Perdido: a Revolução Burguesa de Florestan Fernandes	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
ALMEIDA, Paulo Roberto de	A revolução burguesa na obra de Florestan Fernandes	v. 1, n. 1, p. 22-43, 2005	SP-São Carlos	Versões	2005	Artigo
ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro	Florestan Fernandes	v. 30, p. 17-23, 1996	SP	Revista Teoria & Debates	1996	Artigo
ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro	Florestan Fernandes, 1920-1995 In Memoriam	v. 23/2, n. n89, p. 25-36, 1996	EUA-Califórnia	Latin American Perspectives	1996	Artigo
ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro	Florestan Fernandes: um espírito sintonizado com as lutas sociais	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
ARAÚJO, José Pessoa de	Florestan Fernandes: o engraxate que se tornou sociólogo		SP-São Carlos	: EDUFSCAR	1996	Livro
ARAÚJO, Odete Aparecida Alves	A Atualidade do Pensamento Educacional de Florestan Fernandes	Aperfeiçoamento/Especialização em História Social e Ensino de História	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2004	Monografia
ARAÚJO, Odete Aparecida Alves	A Atualidade do Pensamento Educacional de Florestan Fernandes	I ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. Marxismo, Ciência e Educação: a Práxis Transformadora como Mediação da Produção do Conhecimento.	SP-Bauru	Unesp	2005	Anais
ARAÚJO, Odete Aparecida Alves	Educação e democracia no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal nos anos 90	Mestrado em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2006	Dissertação
AREANO, Joselaine Maria	Contribuição de Florestan Fernandes aos Estudos Raciais	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2002	Monografia
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	A Construção da Sociologia Acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista	XV Encontro Anual da ANPOCS	MG-Caxambú	XV Encontro Anual da ANPOCS	1991	Anais
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	A Sociologia Acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista.	Sérgio Miceli. (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil	SP	Vértice	1995	Capítulo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	Arremate de uma Reflexão: A Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes	v. 29, p. 56-65, 1996	SP	Revista da USP	1996	Artigo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	Revisitar Florestan	v. 30, p. 11-15, 1996	SP	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1996	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	Dilemas Do Brasil Moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes	v. 4, n. ½, p. 43-58, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias	1997	Artigo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	A Imagem do Negro Negro na Obra de Florestan Fernandes	SCHARCZ, Lilia; QUEIRÓZ, Renato da Silva. (Org.). Raça e Diversidade	RJ		1998	Capítulo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	Dilemas do Brasil Moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes	MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura.. (Org.). Raça, Ciência e Sociedade.p. 195-206	RJ	Fiocruz/CCBB	1998	Capítulo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	Trajatória Singular: o acadêmico Florestan Fernandes	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento	Florestan Fernandes e a Sociologia de São Paulo	ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrôpole e Cultura: São Paulo no meio do século XX.	SP-Bauru	Edusc	2001	Capítulo
ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GEMIGNANI, Garcia Sylvia	Florestan Fernandes - Mestre da Sociologia Moderna.		DF - Brasília	Paralelo 15/CAPES	2003	Livro
ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio	Florestan, flores. . . tantas	v. 1, nº0, p. 32 - 33, 01 dez. 1996.	PE-Recife	Educação & Cultura	1996	Artigo
AUBERT, Francis Henrick	A palavra da Faculdade	v. 10, n. 26, p. 23-24. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
BAINES, Stephen Grant	Florestan Fernandes	In: Vered Amit. (Org.). Bibliographical Dictionary of Social and Cultural Anthropology	London & New York	Routledge	2004	Capítulo
BANDINI, Claudirene de Paula; ROSSI, Isabel Cristina; CRUZ, Olga Del Pilar Vásquez; TENÓRIO, Valquíria Pereira; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs.).	Revista Versões - Dossiê: Florestan Fernandes, memória e presença		SP-São Carlos	UFSCar,	2005	Livro

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno	Florestan Fernandes e a Luta em defesa da Escola Pública	II jornada do Histedbr - região sudeste	SP-Campinas	Anais da III Jornada do Histedbr História Sociedade e Educação no Brasil Cd Rom. Campinas : faculdade de Educação – UNICAMP	2003	Anais
BARIANI JUNIOR, Edson	Três Florestan	v. 8, p. 211-220	SP-Araraquara	Estudos de sociologia	2000	Artigo
BARIANI JUNIOR, Edson	A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)	Mestrado em Sociologia	SP-Araraquara	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	2003	Dissertação
BASILIO, Luciana Regina	Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: democracia racial ou exclusão social?	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2002	Monografia
BASTOS, Elide Rugai	A questão racial e a revolução burguesa	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
BASTOS, Elide Rugai	Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais.	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
BASTOS, Elide Rugai	Gilberto Freyre et Florestan Fernandes: un débat sur les sciences sociales au Brésil	Sur le Brésil contemporaine	França-Paris	Textes- Centre de Recherches sur le Brésil contemporaine. Paris : CRBC	2001	Artigo
BORBA, Angela Meyer	O folclore e suas relações com as ciências sociais, a educação e a socialização da infância em Florestan Fernandes	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Capítulo
BOSI, Alfredo	Homenageando Florestan Fernandes	v. 10, n. 26, p. 07-09. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
BOSI, Alfredo; MOTA, Carlos Guilherme e COHN, Gabriel Cohn	Florestan Fernandes, história e histórias	número 42, julho de 1995	SP	Novos Estudos, Cebrap	1995	Artigo
BRAGA, Maria Lucia de Santana	Roger Bastide e Florestan Fernandes: dilemas raciais, políticos e teóricos nos anos 1950.	VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais	RJ	VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais	2002	Anais
CAMACHO, Thimoteo	Florestan Fernandes e as ciências sociais no Brasil	v. 8, p. 59-74, 2000.	SP-Araraquara	Estudos de Sociologia	2000	Artigo
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto	O Ensino Antropológico de Florestan Fernandes: Recordações de um Ex-Aluno	v. 29, p. 66-71, 1996	SP	Revista da USP	1996	Artigo
CARDOSO, Fernando Henrique	Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil	SANTIAGO, Silviano, (coord.) Intérpretes do Brasil.	RJ	Nova Aguilar	2002	Capítulo
CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro	Maria Antônia: um estilo esquecido	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
CARDOSO, Miriam Limoeiro	Sobre A revolução burguesa no Brasil	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
CARDOSO, Miriam Limoeiro	Para uma história da Sociologia no Brasil: a obra de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares	n. 08, maio 1995. (Coleção Documentos, Série Teoria Política)		Instituto de Estudos Avançados da USP,	1995	Artigo
CARDOSO, Miriam Limoeiro	Florestan: a criação de uma problemática	v. 10, n. 26, p. 89-128. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
CARDOSO, Miriam Limoeiro	Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes	Coleção Documentos, Série História Cultural 6	SP	Instituto de Estudos Avançados	1997	Artigo
CARDOSO, Miriam Limoeiro	Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes	v. 4, n. ½, p. 99-114, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1997	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
CARDOSO, Miriam Limoeiro	Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes”	FÁVERO, Osmar (org.). Democracia e educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Artigo
CARVALHO, Edgard de Assis	Descrição e interpretação. A Antropologia de Florestan Fernandes	D’Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
CASTRO, Ana Cristina Veiga de	Interpretações de colônia no pensamento brasileiro. Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes	Mestrado em Sociologia	SP	Universidade de São Paulo	2003	Dissertação
CATANI, Afrânio Mendes	Um educador engajado	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro & VILHENA, Luis Rodolfo da Paixão	Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore.	v. 3, p. 75-92, 1990.	RJ	Revista de Estudos Históricos	1990	Artigo
CERQUEIRA, Laurez	Florestan Fernandes : vida e obra	biografia	SP	Expressão Popular	2004	Livro
CHAVES, Adriana Josefa Ferreira	Florestan Fernandes: Um sociólogo pensando a Educação: Idéias educacionais de Florestan Fernandes nas décadas de 40-60	Doutorado em Filosofia e História da Educação Brasileira	SP	PUC-SP	1997	Tese
CHIEZA, Rosa Angela ; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo	A constituição do Estado brasileiro nas visões de Florestan Fernandes e Raymundo Faoro: uma comparação	IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Económico	Portugal-Lisboa	Anais do IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Económico	2005	Anais
CHINELLI, Filippina	Florestan Fernandes: educação e compromisso com a mudança	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
CHIOZZINI, Daniel Ferraz	Democracia e Educação em Florestan Fernandes	http://cienciaecultura.bvs.br , p. 51 - 51, 01 dez. 2005	Site Eletrônico	Ciência e Cultura	2005	Artigo
COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel	Florestan Fernandes e o socialismo	v. 4, 1995	SP	Revista da ADUSP	1995	Artigo
COHN, Gabriel	PADRÕES E DILEMAS: O PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES	V. B. Ferrante; R. Moraes; R. Antunes. (Org.). INTELIGÊNCIA BRASILEIRA	SP	Brasiliense	1986	Capítulo
COHN, Gabriel	O ECLETISMO BEM TEMPERADO	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
COHN, Gabriel	FLORESTAN FERNANDES - A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	MOTA, Lourenço Dantas. (Org.). INTRODUÇÃO AO BRASIL - UM BANQUETE NOS TRÓPICOS.	SP	Ed. SENAC	1999	Capítulo
COHN, Gabriel	Florestan Fernandes: a integração do negro na sociedade de classes	MOTA, Lourenço Dantas. (Org.). INTRODUÇÃO AO BRASIL - UM BANQUETE NOS TRÓPICOS.	SP	Ed. SENAC	2001	Capítulo
COHN, Gabriel	Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em sociologia	v. 19, n. 55, p. 245-250, set./dez. 2005	SP	Estudos Avançados	2005	Artigo
COLOGNESE, Silvio Antônio	REVIVER FLORESTAN FERNANDES	v. 2, n. 4, p. 3-8, 1995	PR-Toledo	Revista Tempo da Ciência	1995	Artigo
CONCEIÇÃO, Lucia Lodo	O fazer sociológico na reflexão de Florestan Fernandes	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2005	Monografia
CONCEIÇÃO, Lucia Lodo	O fazer sociológico na reflexão de Florestan Fernandes.	XII Congresso Brasileiro de Sociologia	MG-Belo Horizonte	XII Congresso Brasileiro de Sociologia	2005	Anais
CONRADO, Mônica Prates	A questão racial em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes	. 20, n. ½, p. 72-90, 2004	PA-Belém	Humanitas	2004	Artigo
CORAZZA, Gentil	Estado, Burguesia e Dependência - um esboço de crítica a Florestan Fernandes	v. 4, n. 1, p. 51-59	RS-Porto Alegre	Análise	1993	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
CORRÊA, Mariza	Florestan Fernandes: Esboço de uma trajetória	n. 40, 2. sem. 1995. p. 3-25.	RJ	Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais	1995	Artigo
CORRÊA, Mariza (org.)	História da Antropologia no Brasil. (Entrevista de Florestan Fernandes concedida ao projeto História da Antropologia Brasileira, dirigido por Mariza Corrêa)		SP-Campinas	Vértice/Unicamp	1988	Livro
CORTES, Vanessa de Amorim Pereira Cortes	Movimento em Defesa da Educação Pública: a contribuição de Florestan Fernandes	Graduação em Educação Brasileira	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2000	Iniciação Científica
COSTA, Amilton	A luta pela reforma universitária: Florestan Fernandes	Mestrado em Educação	PR-Maringá	Universidade Estadual de Maringá	2005	Dissertação
COSTA, Diogo Valença de Azevedo	Florestan Fernandes e o pensamento socialista latino-americano	VII Encontro de Ciências Sociais	PE-Recife	Anais do VII Encontro de Ciências Sociais. Recife : PET- Ciências Sociais/UFPE	2004	Anais
COSTA, Diogo Valença de Azevedo	Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua Sociologia	Mestrado em Sociologia	PE	Universidade Federal de Pernambuco	2004	Dissertação
COSTA, Diogo Valença de Azevedo	O marxismo de Mariátegui e Florestan Fernandes	XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia	RS-Porto Alegre	Editora Evangraf	2005	Anais
COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de S.	O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política	v. 5, n. 1, p. 35-52	GO - Goiânia	Sociedade e Cultura	2004	Artigo
COSTA, José Francisco Carvalho	Editorial	Revista USP 29, Dossiê Florestan Fernandes	SP	REVISTA USP	1996	Artigo
CRIPA, Marcos Luiz ; IOKOI, Zilda	Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo - Florestan Fernandes	p. 22 - 27, 01 out. 1995	SP	Revista Adusp	1995	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
CUNHA, Marcus Vinicius da	Florestan Fernandes: concepção de ciência e educação	III Congresso Brasileiro de História da Educação	PR-Curitiba	Anais - A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba : PUCPR/SBHE	2004	Anais
CUNHA, Marcus Vinicius da	Florestan Fernandes, arquiteto da razão	Luciano Mendes de Faria Filho. (Org.). Pensadores Sociais e História da Educação	MG-Belo Horizonte	Autêntica	2005	Capítulo
DAVID, Antônio Mário David Siqueira ; GARCIA, Sylvia G.	Publicações de Florestan Fernandes (1942-1973)	ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GARCIA, Sylvia Gemignani. (Org.). Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna	DF - Brasília	Paralelo 15/CAPES	2003	Capítulo
DEL ROIO, Marcos Tadeu	Sociologia e socialismo em Florestan Fernandes	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
D'INCAO, Maria Angela	(ORG.) O Saber Militante:	ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Livro
D'INCAO, Maria Angela	Mudança social e Sociologia libertadora	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
DORES, Luiz Gustavo Oliveira	O papel da Universidade sob a ótica de Florestan Fernandes	Mestrado em Currículo	MG-Três Corações	Universidade Vale do Rio Verde	2005	Dissertação
DURHAM, Eunice R	Formando gerações	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
FÁVERO, OSMAR (Org.).	Democracia e Educação em Florestan Fernandes	Coletânea de Artigos	SP - Campinas/Niterói	Autores Associados/EdUFF	2005	Livro
FERNANDES, Heloisa Rodrigues	Amor aos livros - reminiscências de meu pai em sua biblioteca	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
FERNANDES, Heloisa Rodrigues	Florestan, herdeiros e leitores	Nº. 98, p. 10, 2005	SP	Caros Amigos	2005	Artigo
FERNANDES, Heloisa Rodrigues	Teoria Sociológica	Jornada de Estudos Florestan Fernandes	SP-Marília	UNESP	1986	Anais

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
FERREIRA, Antonio Mário David Siqueira	O método de investigação empírica de Florestan Fernandes	Graduação em Filosofia	SP	Universidade de São Paulo	2003	Monografia
FERRO, André José Sanaiotti Grade	Elementos funcionalistas e dialéticos em Florestan Fernandes: análise de suas obras das décadas de 1940, 1950 e 1960	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2006	Monografia
FLACH, Solange	O pensamento de Florestan Fernandes sobre a questão racial no Brasil	Graduação em Ciências Sociais	RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1977	Monografia
Flávia Okumura Bortolon.	O capitalismo na América Latina: algumas reflexões sob a perspectiva de Florestan Fernandes	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2003	Monografia
FLEURY, Paulo Jorge dos Santos	Educação e política no pensamento de Florestan Fernandes	Mestrado em Educação	RJ	Universidade Federal Fluminense	1996	Dissertação
FLEURY, Paulo Jorge dos Santos	Educação e Neoliberalismo no Pensamento de Florestan Fernandes	v. 1, p. 99-109, 1998	RJ-Nova Iguaçu	Arquivos de direito	1998	Artigo
FLORES, Zilá Gomes de Moraes	A Criança e os Olhares de Walter Benjamin e Florestan Fernandes	28ª Anped- 40 anos de pós-graduação em Educação no Brasil.	RJ-Petrópolis	Vozes	2005	Anais
FLORES, Zilá Gomes de Moraes	A Criança e os Olhares de Walter Benjamin e Florestan Fernandes	VIII Seminário Internacional de Educação	RS-Ijuí	Editora Unijuí	2006	Anais
FORTES, Lore	Florestan Fernandes: tese de mestrado	Sérgio Paulo Rouanet, Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Maria Francisca Maria Pinheiro Coelho. (Org.). Itinerários de Bárbara Freitag	DF - Brasília	UnB	2005	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
FOSTER, E. L. S. ; HECKERT, A. L. ; ALGEBAILLE, E. ; SILVA, A. ; SANTOS, M. A.	Democracia e educação no pensamento de Florestan Fernandes: rompendo barreiras, rastreamento silêncios.	Seminário nacional Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro	RJ-Niterói	caderno de resumos do seminário nacional democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro	2001	Anais
FOSTER, Eugenia da Luz Silva	A Questão Racial e a Educação Democrática em Florestan Fernandes	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Capítulo
FREITAG, Bárbara Rouanet	Florestan Fernandes. Die sozio-oekonomische Entwicklung Brasiliens aus der Sicht eines brasilianischen Sozialwissenschaftlers	Doutorado	Saabruchen	SSIP-Verlag	1969	Tese
FREITAG, Bárbara Rouanet	Florestan Fernandes: Democratização, universidade, revolução	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
FREITAG, Bárbara. Rouanet	Florestan Fernandes por ele mesmo	v. 10, n. 26, p. 129-172. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
FREITAG, Bárbara. Rouanet	Florestan Fernandes revisitado	31/jul/05	DF - Brasília	Correio Braziliense	2005	Artigo
FREITAG, Bárbara. Rouanet	Florestan Fernandes: revisitado	vol.19, n.55, p.229-243, set./dez. 2005	SP	Estudos Avançados	2005	Artigo
FREITAG, Bárbara. Rouanet	Revisitando Celso Furtado e Florestan Fernandes	Seminário Nacional: Redescobrimo o Brasil II	PE-Recife	Editora da Universidade Federal de Pernambuco	2005	Anais
FURLANETO, Carolina Soares	Educação e desenvolvimento em Manoel Bonfim e Florestan Fernandes	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2006	Monografia

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
FURLANETTO, Patrícia Gomes	A invenção do negro pelo branco - A questão racial sob a ótica de Florestan Fernandes	v. 01, p. 68-72, 2001.	SP-São João da Boa Vista	Caderno de Estudos da Feob	2001	Artigo
GAIO, Daniel Machado	Educação para a mudança social: Educação no projeto de sociedade de Florestan Fernandes e Paulo Freire	Graduação em Sociologia	DF - Brasília	Universidade de Brasília	2005	Monografia
GALVÃO, Lilian Kelly de Sousa ; HIPÓLITO, M.	Florestan Fernandes: Educação como Problema Social	Stephan Sandkötter. (Org.). Educação para Todos - Roteiro Discente sobre a Sociologia da Educação	PB-João Pessoa	Editores Universitários	2001	Capítulo
GARCIA, Sylvia Gemignani	A Sociologia Como Ciência: Liberalismo e Radicalismo No Período de Formação de Florestan Fernandes (1941-1953)	Doutorado em Sociologia	SP	USP	1998	Tese
GARCIA, Sylvia Gemignani	Florestan Fernandes e a autonomia da ciência	v. 42, p. 180-188, 1999	SP	Revista da USP	1999	Artigo
GARCIA, Sylvia Gemignani	Folclore e sociologia em Florestan Fernandes	v. 13, n. 2, p. 143-167, 2001.	SP	Revista Tempo Social	2001	Artigo
GARCIA, Sylvia Gemignani	Destino ímpar - sobre a formação de Florestan Fernandes		SP	Editores 34	2002	Livro
GNACCARINI, José César A	Folclore e consciência nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes	n.5, p.67-77, jun. 1987	SP	Revista da Universidade de São Paulo	1987	Artigo
GNACCARINI, José César A	Folclore e Sociologia	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
GOENDER, Jacob	A revolução burguesa e os comunistas	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
GUEDES, André Teles	Florestan Fernandes e o lugar de São Paulo na História da Sociologia no Brasil	VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil	SP - Campinas	Graf. FE	2006	Anais
HECKERT, A. L. C. ; ALGEBAILLE, E. ; SILVA, A. ; SANTOS, M. A. ; FOSTER, E.	Florestan Fernandes: rompendo barreiras, rastreando silêncios	Seminário Nacional Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro	RJ - Niterói	Cadernos de Resumos do Seminário Nacional Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro	2001	Anais
HECKERT, Ana Lúcia C.	Florestan Fernandes e a década de 1980: tudo na vida é sério, mas nada é definitivo	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes.	SP - Campinas/Niterói	Autores Associados/EdUFF	2005	Capítulo
HECKSHER, Mario Henrique	Guerreiro Ramos - Sociólogo da sociologia nacional (Um diálogo com Florestan Fernandes)	Doutorado em Serviço Social	RJ	UFRJ	2004	Tese
HIRANO, Sedi	Florestan Fernandes: sociólogo militante a serviço da transformação social	n. 6, p. 183-190, set	SP	Margem Esquerda : Ensaios Marxistas	2005	Artigo
IANNI, Octavio	Sociologia de Florestan Fernandes	v. 10, n. 26, p. 25-33. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
IANNI, Octavio	A obra de Florestan Fernandes	v. 4, n. ½, p. 13-24, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1997	Artigo
IANNI, Octavio	A sociologia do Brasil	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
IANNI, Octavio	Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante		SP	Expressão Popular	2004	Livro
IANNI, Octávio	Sociologia crítica	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
IANNI, Octávio (org.)	Florestan Fernandes	Seleção de Textos	SP	Ática	1986	Livro
IANNI, Octávio (org.)	Florestan Fernandes: Sociologia	Seleção de Textos	SP	Parâmetro	1991	Livro
IMAMURA, Avelar Cezar	Florestan Fernandes: a Sociologia Como Paixão	Mestrado em História Social	SP	USP	1995	Dissertação
JOLY, Fábio Duarte	Florestan Fernandes	Fascículo da Coleção "Rebeldes Brasileiros" (Revista Caros Amigos)	SP	Casa Amarela	2002	Artigo
JUNQUEIRA, Carmen	A questão indígena	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
KOTHE, Flavio René	Florestan Fernandes (1920-1995)	UBE-SP, p.12	SP	O Escritor, Jornal da União Brasileira de Escritores	1995	Artigo
LARAIA, Roque de Barros	Florestan Fernandes Como Antropólogo	n.30, p.09-11, fev. 1996	SP	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1996	Artigo
LEAL, Maria Cristina	Sociologia crítica e militante de Florestan Fernandes	v. 05, n. 01, p. 01-150, 2000	SP-Bragança Paulista	Revista Educação e Ensino-USF	2000	Artigo
LEBRUN, Gerard	O Brasil de Florestan Fernandes	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
LEHER, Roberto	Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes.	SP - Campinas/Niterói	Autores Associados/EdUFF	2005	Capítulo
LEPINE, Claude	A imagem do negro na obra de Florestan Fernandes	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto	Florestan Fernandes: Sociologia e Cidadania	v. 12, p. 5-10	RS-Porto Alegre	BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA	1995	Artigo
LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto	Florestan Fernandes: Sociologia e Cidadania	v. 1, n. 2, p. 147-156. 1996	RS-Porto Alegre	EPISTEME. Filosofia e História das Ciências em Revista	1996	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
LIMA, Kátia	Capitalismo dependente e "reforma universitária consentida": a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros.	28 Reunião Anual da ANPEd	MG-Caxambú	ANPEd	2005	Anais
LIMA, Kátia	Capitalismo dependente e contra-revolução prolongada: a contribuição de Florestan Fernandes para a análise do Brasil nos anos de neoliberalismo	v. 36		Universidade e sociedade	2005	Artigo
LIMA, Kátia	Dilemas e desafios para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento: contribuições de Florestan Fernandes	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes.	SP - Campinas/Niterói	Autores Associados/EdUFF	2005	Capítulo
LIMA, Kátia	Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros	Siqueira, Ângela e Neves, Lucia. (Org.). Educação superior: uma reforma em processo	SP	Xamã	2006	Capítulo
LIMA, Marcelo Pereira de	Florestan Fernandes: os impactos epistemológicos de sua teoria na sociologia brasileira	VIII congresso de iniciação científica—ufrpe	PE-Recife	VIII congresso de iniciação científica—ufrpe	1998	Anais
LIMA, Nísia Trindade	Sob o Signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Max: a vocação das ciências sociais nas perspectivas de Costa Pinto e Florestan Fernandes.	Marcos Chor Maio; Glaucia Villas Bôas. (Org.). Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil.	RS-Porto Alegre	: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,	1999	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
LOPES, Aline Marinho	Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e a Modernidade no Brasil	Mestrado em Sociologia	RJ	Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ	2004	Dissertação
MACHADO, Otávio Luiz	A Educação na Assembléia Nacional Constituinte sob a ótica de Florestan Fernandes: um estudo da participação popular nos quadros da democracia da Nova República	V Seminário de Iniciação Científica da UFOP, 1997, Ouro Preto	MG-Ouro Preto	Anais do V Seminário de Iniciação Científica da UFOP. Ouro Preto : Editora UFOP	1997	Anais
MACHADO, Otávio Luiz	A contraposição de dois projetos de educação: Florestan Fernandes versus Darcy Ribeiro.	v. 4, p. 381-386, 1999.	RJ	Anuário da Educação 97/98, Edições Tempo Brasileiro	1999	Artigo
MACHADO, Otávio Luiz	Contraposição de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro: dois projetos, dois tempos e duas sociedades nas propostas de leis de educação no Congresso Nacional (1993-1996).	VII Seminário de Iniciação Científica da UFOP, 1999, Ouro Preto	MG-Ouro Preto	Anais do VII Seminário de Iniciação Científica da UFOP. Ouro Preto : Editora UFOP	1999	Anais
MAESTRI FILHO, Mário José	Florestan Fernandes: o olhar de um socialista revolucionário sobre a revolução burguesa no Brasil	v. 4, n. 1 e 2, p. 81-98, 1997	SP-Campinas	Idéias, UNICAMP	1997	Artigo
MAGGIE, Yvonne	Florestan Fernandes e as categorias nativas	p. 73-83, maio 1993.	PR-Curitiba	SESC/UFPR	1993	Artigo
MAIA, João Marcelo Ehler	Caminhos e Descaminhos da Revolução Brasileira— Uma leitura das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes.	site UERJ	RJ	Intellèctus	2004	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
MARCOVITCH, Jacques	Apresentação	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
MARIOSIA, Duarcides Ferreira	Conceito de Integração em Florestan Fernandes	XI Congresso Brasileiro de Sociologia	SP-Campinas	Anais XI Congresso Brasileiro de Sociologia	2003	Anais
MARIOSIA, Duarcides Ferreira	Hibridismo e Integração nas obras de Florestan Fernandes interpretativas do Brasil	Mestrado em Sociologia	SP	UNICAMP	2003	Dissertação
MARIOSIA, Duarcides Ferreira	Florestan Fernandes e os Tupinambá	Coleção Primeira Versão	SP-Campinas	Setor de Publicações - IFCH Unicamp	2005	Artigo
MARTINEZ, Paulo Henrique	Um mestre perturbador	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Artigo
MARTINEZ, Paulo Henrique (ORG)	Florestan ou o sentido das coisas.	Coletânea de Artigos	SP	Boitempo/Centro Universitário Maria Antonia-USP	1998	Livro
MARTINS FILHO, J. R. (Org.) ; FERNANDES, F. (Org.)	Florestan Fernandes - A força do argumento		SP-São Carlos	EDUFSCAR	1997	Livro
MARTINS FILHO, João Roberto	Um homem e seu tempo	João Roberto Martins Filho. (Org.). Florestan Fernandes - A força do argumento	SP-São Carlos	EDUFSCAR	1997	Capítulo
MARTINS, Hermínio	A totalidade fora de lugar?	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
MARTINS, José de Souza	Retratos de Florestan	NASCIMENTO, M.M., org. "Jornal de resenhas: seis anos (de abril de 1995 a abril de 2001)"	SP	Discurso Editorial	2001	Capítulo
MARTINS, José de Souza	O Professor Florestan Fernandes e Nós.	v. 7, n. 1, p. 179-186, 1995		TEMPO SOCIAL	1995	Artigo
MARTINS, José de Souza	Retratos de Florestan	04/09/95, n. 6, p. 10-11, 1995	SP	FOLHA DE SAO PAULO, JORNAL DE RESENHAS	1995	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
MARTINS, José de Souza	A Morte de Florestan e A Morte da Memória	v. 10, n. 26, p. 34-41	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
MARTINS, José de Souza	Florestan Fernandes: Ciência e Política, Uma Só Vocação	v. 11, n. 30, p. 15-22	SP	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	1996	Artigo
MARTINS, José de Souza	Vida e História Na Sociologia de Florestan Fernandes (Reflexões Sobre O Método da História de Vida).	v. 29, p. 14-19	SP	REVISTA DA USP	1996	Artigo
MARTINS, José de Souza	FLORESTAN - SOCIOLOGIA E CONSCIÊNCIA SOCIAL NO BRASIL		SP	Edusp - Editora da Universidade de São Paulo	1998	Livro
MARTINS, José de Souza	"O longo caminho do Professor Florestan".	v. 71, Nº 838, São Paulo, Outubro de 2005, p. 48-49	SP	FAMÍLIA CRISTÃ	2005	Artigo
MARTINS, José de Souza	"Florestan Fernandes: a ciência como vocação" [ENTREVISTA]	4 de abril de 2006	CE-Fortaleza	Diário do Nordeste [Caderno 3	2006	Artigo
MARTINS, José de Souza	"Prefácio à Quinta Edição"	Florestan Fernandes, A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL, 5ª edição	SP	Editora Globo	2006	Capítulo
MARTINS, Tatiana Gomes	Raízes da Sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual	Mestrado em Sociologia	SP	UNICAMP	2002	Dissertação
MARTINS, Tatiana Gomes	Florestan Fernandes e a Questão do Papel do Intelectual	v. 5/6/7, p. 213-225, 2004.	SP-Campinas	Trapézio	2004	Artigo
MATOS, Bráulio Tarcísio Pôrto de	Diálogo de surdos: Academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos	v. 3, p. 100-122	DF - Brasília	Revista Linhas Críticas	1997	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
MATUI, Jiron	Cidadão e Professor: construindo pela educação (um estudo exploratório na obra de Florestan Fernandes)	Mestrado em Educação Arte e História da Cultura	SP	Universidade Presbiteriana Mackenzie	2001	Dissertação
MATUI, Jiron	Cidadão e professor: em Florestan Fernandes		SP	Cortez Editora	2001	Livro
MAZZA, Débora	A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura	Doutorado em Ciências Sociais	SP-Campinas	UNICAMP	1998	Tese
MAZZA, Débora	A produção sociológica de Florestan Fernandes	22ª Reunião Anual da ANPED	MG-Caxambú	CD-ROOM da 22ª Reunião Anual da ANPED. São Paulo : MicroService Microfilmagens e Reprodução Técnicos-Ltda	1999	Anais
MAZZA, Débora	A leitura do Folclore Paulistano: a contribuição de Florestan Fernandes	24ª Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	MG-Caxambú	CD-ROOM da 24ª Reunião anual da ANPED	2001	Anais
MAZZA, Débora	A produção sociológica de Florestan Fernandes e suas interfaces com a educação	v. 35, p. 20-40	MG-Belo Horizonte	Arte e educação em revista	2002	Artigo
MAZZA, Débora	Verbetes Florestan Fernandes	Maria de Lourdes de A. Favero; Jader de M. Britto;. (Org.). Verbetes de Dicionário de Educadores no Brasil	RJ	UFRJ/MEC/INEP	2002	Capítulo
MAZZA, Débora	A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional.		SP-Taubaté	Cabral Editora e Livraria Universitária	2003	Livro
MAZZA, Débora	Sociologie du Floklore de la ville de São Paulo. La contribution de Florestan Fernandes	v. 55/56, n. 55/56, p. 157-172	França-Paris	Cahiers du Brésil Contemporain	2004	Artigo
MELO, José Luiz Bica de	Florestan Fernandes; o testemunho de uma vida	, p. 4 - 5, 04 out. 1995	RS-São Leopoldo	Informativo Adunisinos	1995	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
MENESES, Jaldes Reis de Meneses	Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil como revolução passiva	v. 3, n. 1, p. 09-16, 2000	PB-João Pessoa	Conceitos	2000	Artigo
MILAN, Yara Maria Martins Nicolau	Fernandes : O Lugar da Sociologia Militante no Brasil	v. 3, n. 3, 1998		Revista Educação e Ensino	1998	Artigo
MIRANDA, Dilmar Santos de	Florestan Fernandes, um pensamento crítico-militante	Plural, Revista do programa de pós-graduação em Sociologia da USP	SP	USP	1993	Artigo
MIRANDA, Dilmar Santos de	Intelectual e Militante (homenagem ao sociólogo Florestan Fernandes, recém-falecido)	19 ago. 1995	CE-Fortaleza	Jornal O Povo	1995	Artigo
MONTEIRO, Lorena Madruga	A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e a reforma da Universidade. (1930-1970	XV Salão de iniciação científica UFRGS	RS	XV Salão e XVII Feira de Iniciação Científica	2003	Anais
MONTEIRO, Lorena Madruga	Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes: Da Academia à Política	Graduação em Ciências Sociais	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2004	Iniciação Científica
MONTEIRO, Lorena Madruga	Da Academia á Política: Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes	XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociologia e Realidade: Pesquisa Social no século XXI	MG-Belo Horizonte	SBS	2005	Anais
MONTEIRO, Lorena Madruga Monteiro	A construção da democracia no Brasil: Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e a reforma da Universidade	Graduação em Ciências Sociais	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2003	Iniciação Científica
MOTA, Carlos Guilherme	O intelectual e o político	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
MOTA, Carlos Guilherme Santos Serôa da	A Revolução Burguesa no Brasil	by Florestan Fernandes		Luso Brazilian Review	1977	Artigo
MOTA, Carlos Guilherme Santos Serôa da	Presença de Florestan Fernandes no Instituto de Estudos Avançados	v. 10, n. 26, p. 42-48	SP	Revista de Estudos Avançado	1996	Artigo
MOTA, Carlos Guilherme Santos Serôa da	Florestan: memória e utopia	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
MOTA, Carlos Guilherme Santos Serôa da	Florestan Fernandes: Memory and Utopia	Mary Lou Pratt. (Org.). A Revisionary History of Brazilian Literature and Culture	Massachusetts	Spring/Fall	2001	Capítulo
MOTA, Carlos Guilherme Santos Serôa da	O mundo que o português criou ruiu. Florestan Fernandes e nós	ROCHA, João Cezar de Castro, org. Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia	RJ	UniverCidade	2003	Capítulo
MOTA, Carlos Guilherme Santos Serôa da	Saindo das brumas: Gilberto Freyre e Florestan	Adbala Junior. (Org.). Incertas Relações - Brasil-Portugal no século XX.	SP	Editores SENAC	2003	Capítulo
NAGLE, Jorge	Um pensamento para a reconstrução	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
NOGUEIRA, Marco Aurélio	Apresentação de "O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes".	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
ODÁLIA, Nilo	Um marco na historiografia brasileira	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
OLIVA, Alberto	Empirismo na Sociologia. Avaliação Crítica dos Fundamentos Filosóficos da Sociologia Científica de Florestan Fernandes	Doutorado em Filosofia	RJ	UFRJ	1986	Tese
OLIVA, Alberto	Ciência e Ideologia. Florestan Fernandes e a Formação das Ciências Sociais no Brasil.		RS - Porto Alegre	EDIPUC/RS	1997	Livro

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
OLIVEIRA FILHO, José Jeremias	A Reflexão Metodológica em Florestan Fernandes	n.29, p.82-85, mar./mai. 1996	SP	REVISTA USP	1996	Artigo
OLIVEIRA, Célia Regina ; MONTEIRO, Isabel Cristina de Oliveira	Florestan Fernandes e Lei 4024/61: Uma Reflexão Sobre a Educação Pública Brasileira	V Encontro de Pedagogia	RS-Sarandi	V ENPED - Encontro de Pedagogia " A Educação em Tempos de Barbárie"	2005	Anais
OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira	Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes	NOVAES, Adauto. (Org.). A Crise do Estado-nação	RJ	Civilização Brasileira	2003	Capítulo
OLIVEIRA, Marcio Sergio Batista Silveira de	Florestan Fernandes: o militante solitário	v. 7-8, n. 64, p. 201-206	PR-Curitiba	Revista de Ciências Humanas	1999	Artigo
OLIVEIRA, Marcos Marques de	A pedagogia socialista de Florestan Fernandes	Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil/Região Sudeste - Educação: direito ou serviço?,	MG-Belo Horizonte	VII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste	2005	Anais
OLIVEIRA, Marcos Marques de	O "professor" Florestan e as lições que o PT esqueceu	v. 22, 2005	RJ-Niterói	Achegas.ne	2005	Artigo
OLIVEIRA, Marcos Marques de	O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempos de neoliberalismo	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Capítulo
OLIVEIRA, Marcos Marques de	O articulista Florestan: Ciencia e Política como base de uma Pedagogia Socialista	Doutorado em Educação	RJ	Universidade Federal Fluminense.	2005	Tese
ONETO, Paulo Guilherme Domenech	Um Pensador Brasileiro: Homenagem a Florestan Fernandes		RJ	Trama - revista de pós-graduação da UERJ	1996	Artigo
PACÍFICO, Daniela Aparecida	A reflexão de Florestan Fernandes sobre o fazer sociológico publicado	XII Congresso Brasileiro de Sociologia	MG-Belo Horizonte	Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia	2005	Anais

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
PAIS, Simone Carballo	O Pensamento sociológico de Florestan Fernandes	Graduação em Sociologia	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro, CNPq/CEPG,UFRJ	1993	Iniciação Científica
PAIVA, Carlos Aguedo Nagel	Capitalismo Dependente e (Contra)Revolução Burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes	Mestrado em Ciência Econômica	SP - Campinas	UNICAMP	1991	Dissertação
PAIVA, Carlos Aguedo Nagel	Florestan, o obscuro, e o Liberalismo Monárquico	(11) 30: 335-356, maio/ago 1997	SP	Estudos Avançados	1997	Artigo
PAIVA, Carlos Aguedo Nagel	Dependência, desenvolvimento e crise na América Latina: para o confronto crítico das contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes	XXVI Encontro Nacional de Economia (ANPEC)	ES-Vitória	ANPEC	1998	Anais
PAULO NETTO, José	A recuperação marxista da categoria de revolução	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
PEIRANO, Mariza Gomes e Souza	A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os tupinambá.	Série Antropologia, nº 37, 1983	DF - Brasília	Fundação Universidade de Brasília	1983	Livro
PEIRANO, Mariza Gomes e Souza	A Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes	v. 1982, p. 15-49	RJ	Anuário Antropológico	1984	Artigo
PEIRANO, Mariza Gomes e Souza	Os Tupinambá de Florestan Fernandes	V Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)	RJ	V Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)	1991	Anais
PEIRANO, Mariza Gomes e Souza	(A)Os Pés do Professor Florestan Fernandes (1920-1995).	v. 1995	RJ	Anuário Antropológico	1995	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
PEIXOTO, Fernanda Arêas	O projeto Unesco em São Paulo: Roger Bastide e Florestan Fernandes, dois enfoques sobre as relações raciais	O projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois	BA-Salvador	Fábrica de Idéias - CEAO	2002	Anais
PENTEADO JUNIOR, Wilson Roberto	Florestan Fernandes e o Folclore em Questão: notas para um outro olhar sobre os estudos de folclore	v. 01, n. 01, 2005	SP-São Carlos	Revista Versões	2005	Artigo
PERA, Karina de Sousa	A sociologia no Ensino Médio como fator de desenvolvimento das Ciências Sociais: estudo em Florestan Fernandes	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2002	Iniciação Científica
PEREIRA, João Baptista Borges	Raça e classe social no Brasil	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
PEREIRA, João Baptista Borges Pereira	A Questão Racial na Obra de Florestan Fernandes	, v. 1, n. 29, p. 34-42, 1996	SP	Revista USP, Auditorio da Universidade	1996	Artigo
PEREIRA, Luiz	Florestan Fernandes e a Sociologia no Brasil	In. PEREIRA, Luiz. Estudos sobre o Brasil contemporâneo	SP	Pioneira	1971	Artigo
PINTO Diana Couto; LEAL, Maria Cristina, PIMENTEL, Marília Araújo Lima (Coords.)	Trajetórias de Liberais e Radicais pela Educação Pública.	Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro	SP	Edições Loyola	2002	Livro
PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas	A Sociologia de Florestan Fernandes	Doutorado em Ciências Sociais	SP	PUC-SP	1992	Tese
PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas	Florestan Fernandes: relações raciais e redefinição do preconceito no Brasil	v. 02, p. 17-29	AM-Manaus	Folhas Soltas Caderno Neps Ichl Universidade do Amazonas	1996	Artigo
PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas	A sociologia em questão	v. 4, n. ½, p. 25-42, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1997	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas	São Paulo na obra de Florestan Fernandes	v. 13, n. 1-2, p. 214-222	SP	São Paulo em Perspectiva	1999	Artigo
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de	Florestan Fernandes: um trabalhador intelectual fora de série	n.7 , p.167-77, 1996	SP	Cadernos CERU (FFLCH/USP)	1996	Artigo
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de	Florestan Fernandes: chercheur, sociologue, professor, depute	n. 13/14, 1996.	França-Paris	Bastidiana	1996	Artigo
QUIJANO, Aníbal	Florestan Fernandez: uma biografia completa	v. 10, n. 26, pp. 63-70. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
RAFAEL, Madson José Albino	Florestan Fernandes e a sociológica	Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação		Caos	2001	Artigo
REGO, Walquiria Gertrudes Domingues Leão	Intelectuais, Estado e ordem Democrática na Sociologia de Florestan Fernandes.	Seminário; Intelectuais e Estado- reunião Capes Cofe Cube, 2004	SP-Campinas	Seminário; Intelectuais e Estado-reunião Capes Cofe Cube, 2004, Campinas. Intelectuais e Estado. Paris : L' Harmatan.	2004	Anais
REGO, Walquiria Gertrudes Domingues Leão; ROLLAND, D. ; RIDENTI, M. ; FERNANDES, F. ; BASTOS, E. R.	Intellectuels, Etat et Ordre Démocratique: Florestan Fernandes et l'autonomie nécessaire	Denis Rolland; Marcelo Ridenti, Elide Rugai Bastos. (Org.). Les Intelletuelles et L'Etat et La NatioBrésil- Amerique latine- Europe	França-Paris	L' Harmatan	2006	Capítulo
RENNER, Cecília Helena Ornelas	Marco zero do processo histórico brasileiro: os Tupinambá	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
RENNER, Cecilia Ornellas	Marco Zero no Processo Histórico Brasileiro: Os Tupinambá	Jornada de Estudos Florestan Fernandes	SP-Marília	UNESP	1986	Anais
RIDENTI, Marcelo Siqueira	Um romantismo revolucionário em Florestan Fernandes?	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
RODRIGUES, José Albertino	Uma síntese original	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
RODRIGUES, José Albertino	Entrevista concedida por Florestan Fernandes	Cientistas do Brasil	SP	SBPC	1998	Artigo
RODRIGUES, Lidiane Soares	Contra-revolução ou revolução democrática: Florestan Fernandes - o diagnóstico de um saber militante	Encontro Nacional de História	PR-Londrina	Encontro Nacional de História	2005	Anais
RODRIGUES, Lidiane Soares	Florestan Fernandes e a desobediência civil na Academia	XX ENCONTRO DO GRUPO História, Sociedade e Educação no Brasil		XX ENCONTRO DO GRUPO História, Sociedade e Educação no Brasil	2006	Anais
ROMÃO, Wagner de Melo	A experiência do Cesit : sociologia e política acadêmica nos anos 1960	Mestrado	SP	USP	2003	Dissertação
ROSA, Marcelo Carvalho	Indivíduo e sociedade na transição para o capitalismo: o possível diálogo entre Florestan Fernandes e Norbert Elias	v. n. 69, p. 161-174, 2004	SP	Novos Estudos CEBRAP	2004	Artigo
ROSSATO, Ricardo ; WEYH, C	Florestan Fernandes e a Sociologia da Educação Brasileira	II jornada de Pesquisa, 1992, Santa Maria	RS-Santa Maria	Editores da UFSM	1992	Anais
SACCHETTA, Vladimir	Florestan Fernandes: o sociólogo militante	v. 10, n. 26, p. 51-54. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
SACCHETTA, Vladimir	Florestan Fernandes: sumário de Curriculum Vitae	v. 4, n. ½, p. 125-134, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1997	Artigo
SACCHETTA, Vladimir	Álbum Fotográfico	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SACCHETTA, Vladimir	De Vicente, a Florestan, sempre ao lado do povo	IANNI, Octávio (org). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004. (Ampliação dos textos organizados originalmente em 1986 por Octavio Ianni)	SP	Expressão Popular	2004	Capítulo
SADER, Emir Simão	Florestan Fernandes: cientista social hoje	n. 0, p. 3-5, ago. 1995	SP	Vir a ser: Revista dos Estudantes de Ciências Sociais	1995	Artigo
SADER, Emir Simão	Totalitarismo e autoritarismo: teoria e ideologia	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
SAES, Décio	Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil	v. 4, n. ½, p. 59-80, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1997	Artigo
SALLES, Fernando Casadei Salles	A educação pública no Brasil: Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro	v. 12, p. 87-107	MT-Campo Grande	Série Estudos Periódico do Programa de Mestrado Em Educação da Ucdb	2001	Artigo
SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda	Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado para a crítica do capitalismo dependente	Doutorado em Economia	SP-Campinas	Unicamp, Instituto de Economia	1997	Tese
SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda	Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado		RJ-Petrópolis	Vozes	1999	Livro
SANTOS, Boaventura de Souza	Florestan: um sociólogo comprometido com seu tempo	v. 10, n. 26, p. 17-22. jan./abr	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
SANTOS, Claudete dos	A Questão racial na obra de Florestan Fernandes	Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Pensamento Político Brasileiro	RS-Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria	2000	Monografia

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SANTOS, Marco Antonio Carvalho	Educação e Democracia no pensamento de Florestan Fernandes na década de 1960	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Artigo
SANTOS, Marcos Cantuária dos	Análise do livro Fundamentos empíricos da explicação sociológica de Florestan Fernandes	Graduação em Ciências Sociais	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2003	Monografia
SANTOS, Robinson dos	Florestan Fernandes e a educação brasileira: contribuições ao debate da escola pública	Mestrado em Educação	RS-Passo Fundo	Universidade de Passo Fundo	2001	Dissertação
SANTOS, Robinson dos	Florestan Fernandes: intérprete da realidade brasileira	v. XXVI, n. 46, p. 93-109, 2001	PE-Joaçaba	Revista Roteiro	2001	Artigo
SANTOS, Robinson dos	A contribuição de Florestan Fernandes para a educação brasileira: a questão da escola pública	Mostra de Iniciação Científica e II Mostra Interna de Pós-graduação	RS-Passo Fundo	Editores Universidade de Passo Fundo	2002	Anais
SANTOS, Robinson dos	Florestan Fernandes e a escola pública		RS-Passo Fundo	Universidade de Passo Fundo	2002	Livro
SANTOS, Robinson dos	A união entre saber e compromisso. Homenagem a Florestan Fernandes	n. 39	PR-Maringá	Revista Espaço Acadêmico	2004	Artigo
SANTOS, Robinson dos	Florestan Fernandes: a formação pela práxis	n. 52	PR-Maringá	Revista Espaço Acadêmico	2005	Artigo
SAVIANI, Demerval	Florestan Fernandes e A Educação	v. 10, n. 26, p. 71-87	SP	Estudos Avançados	1994	Artigo
SAVIANI, Dermeval	Florestan e a educação	v. 10, n. 26, p. 71-88. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
SCHNAIDERMAN, Boris	Leituras de Florestan Fernandes: Vladimir Maiakóvski	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
SECCO, Lincoln Ferreira	A sociologia como previsão: Florestan Fernandes e a Revolução dos Cravos	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SEMERARO, G.; PAULA, Maria de Fátima Costa de; PRADO, A. A..	O desafio educacional em Florestan Fernandes: projeto para uma política de educação democrática nos anos 80.		RJ	Universidade Federal Fluminense	2004	Livro
SEREZA, Haroldo Ceravolo	Florestan: a inteligência militante		SP	Boitempo	2005	Livro
SILVA Jr., Celestino Alves da	O sociólogo da mudança e o militante da transformação	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
SILVA, Andréia Ferreira da	Dez anos sem Florestan Fernandes: um balanço de sua atuação em defesa da escola pública nas décadas de 1950/1960.	XIV Simpósio de Estudos e Pesquisas Educacionais: Universidade, Conhecimento e formação para a autonomia	GO - Goiânia	Grafset	2005	Anais
SILVA, Andréia Ferreira da	Florestan Fernandes e a Educação Brasileira nas décadas de 1950 e 1960	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes	SP - Campinas	Autores Associados / Editora da Universidade Federal Fluminense	2005	Capítulo
SILVA, César Agenor Fernandes da	Gilberto Freyre e Florestan Fernandes e a questão étnica no Brasil: resgate de um importante debate histórico-sociológico (1960-1987)	I Encontro Micro Regional da ABEPSS	SP-Ribeirão Preto	I Encontro Micro Regional da ABEPSS	2004	Anais
SILVA, César Agenor Fernandes da	Mitos tropicais: mulatos e negros no centro do debate entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes	II Semana do Serviço Social	SP-Bebedouro	Anais da II Semana do Serviço Social	2004	Anais
SILVA, Claudete dos Santos da	A questão racial na obra de Florestan Fernandes	Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Esp. Em Pensamento Político Brasileiro	RS-Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria.	2000	Monografia

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SILVA, Márcio Alves da	Discutindo alguns aspectos conceituais da teoria sociológica sobre a questão racial no Brasil: compreendendo a presença de Florestan Fernandes	Mestrado em Sociologia	SP-Campinas	UNICAMP	2004	Dissertação
SILVA, Mariluze Ferreira de Andrade e & Oliva, Alberto	Ciência e Ideologia: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais no Brasil	v. 2, p. 101-102	PR-Londrina	Revista Paradigmas	1998	Artigo
SILVA, Ricardo Mendonça da	A sociologia do despertar, Florestan Fernandes: sua proposta.	Graduação em Sociologia	DF - Brasília	Universidade de Brasília	1996	Monografia
SILVA, Roberta Maria Lobo da	Florestan Fernandes e o problema da formação da classe trabalhadora	Osmar Fávero. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes.	SP - Campinas/Niterói	Autores Associados/EdUFF	2005	Capítulo
SILVA, Wilton Carlos Lima da	Para ler a leitura: reflexões sobre anotações de Florestan Fernandes em um livro de Franz Boas. (no prelo)	16(2), p. 67-99, 2006	PE-Recife	Revista antropológicas	2006	Artigo
SILVEIRA, Paulo	Um publicista revolucionário	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
SINGER, Paul Israel	Reminiscências de Florestan Fernandes	n.29, p.42-47, 1996	SP	REVISTA USP	1996	Artigo
SOARES, Diogo Araújo	As reflexões sobre a transição política brasileira em Raymundo Faoro e Florestan Fernandes	Graduação em Ciências Sociais	PR-Londrina	Universidade Estadual de Londrina	2006	Monografia
SOARES, Eliane Veras	Florestan Fernandes: a trajetória política de um intelectual	43ª. Reunião Anual da SBPC	RJ	Anais da 43ª. Reunião Anual da SBPC	1991	Anais
SOARES, Eliane Veras	Florestan Fernandes o militante solitário	Mestrado em Sociologia	DF - Brasília	Universidade de Brasília	1993	Dissertação

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SOARES, Eliane Veras	Florestan Fernandes o militante solitário		SP	Cortez Editora	1997	Livro
SOARES, Eliane Veras	Dilema racial e democracia radical: a contribuição de Florestan Fernandes	VII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais	RJ	VII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais	2002	Anais
SOARES, Eliane Veras	O dilema racial Brasileiro de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política	VII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais	RJ	VII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais	2002	Anais
SOARES, Eliane Veras	Marcel Mauss e o jovem Florestan Fernandes	27º Encontro Anual da Anpocs	MG-Caxambú	XXVII Encontro Anual da ANPOCS	2003	Anais
SOARES, Eliane Veras	Roger Bastide e Florestan Fernandes: encontros e desencontros	Roberto Motta. (Org.). Roger Bastide Hoje: raça, religião, saudade e literatura	PE-Recife	Bargaco	2005	Artigo
SOARES, Eliane Veras	Roger Bastide et Florestan Fernandes	v. 49-50, p. 149-160	França	Bastidiana	2005	Artigo
SOUSA, José Vieira de	A relação projeto nacional e educação em Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes	25ª Reunião Anual da ANPEd	MG-Caxambú	ANPEd	2002	Anais
SOUZA, Ailton.	A Contribuição de Florestan Fernandes ao Pensamento Social e a Sociologia	XVII Encontro Regional de Est. de Ciências Sociais	PR - Maringá	CD -ROM DO EVENTO	2005	Anais
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Amizade com Florestan	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Florestan Fernandes marxista	n.202, p.114-5, jan./mar. 1996	Cuba-Havana	Casa de las Américas	1996	Artigo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Florestan Fernandes marxista	COGGIOLA, Osvaldo. (org.) Marx e Engels na história. São Paulo: Xamã, 1996	SP	Xamã	1996	Capítulo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Lembrando Florestan Fernandes	edição do autor	SP	Antônio Cândido de Melo e Souza	1996	Livro

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	O jovem Florestan	v. 10, n. 26, p. 11-16. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Um instaurador	n. 30, ano 11, pp. 06-08, fev. 1996	SP	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1996	Artigo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Florestan Fernandes	v. 4, n. ½, p. 11-12, jan./dez. 1997	SP-Campinas	Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1997	Artigo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Florestan Fernandes estudante e estudioso	BARROS, A L da Rocha; CÂNDIDO, Antonio; SANTIAGO, Carlos; FÉLIX, Carlos; FERNANDES, Florestan; GORENDER Jacob; MAO Junior, José; SECCO, Lincoln; FRANCO, Luis; FREIRE JUNIOR, Olival; COGGIOLA, Osvaldo Luiz Angel; SINGER, Paul, (Orgs). Um olhar que persiste: ensaios críticos sobre o capitalismo e o socialismo São Paulo: Anita, 1997	SP	Anita	1997	Capítulo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Um militante incansável	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Florestan Fernandes	KANTOR, I; MACIEL, D; SIMÕES, J A, (orgs). A escola livre de sociologia e política: anos de formação - 1933-1953	SP	Escuta	2001	Capítulo
SOUZA, Antônio Cândido de Mello e	Florestan Fernandes		SP	Ed. Fund. Perseu Abramo	2001	Livro
SOUZA, Patrícia Olsen de	Transfigurações no pensamento de Florestan Fernandes: a questão da democracia	Graduação em Ciências Sociais	SP-Araraquara	Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara Unesp.	2002	Monografia
SOUZA, Patrícia Olsen de	Florestan Fernandes e a democracia possível	II Semana de pós-graduação em sociologia - "Os clássicos e sua contínua-ação nas ciências sociais", 2003, Araraquara - SP.	SP-Araraquara	Caderno de resumos da II Semana de pós-graduação em sociologia	2003	Anais

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
SOUZA, Patrícia Olsen de	A sociologia nos anos 50: Florestan Fernandes, um olhar sobre a sociologia brasileira.	v. 1, n. 5/6/7, p. 227-239, 2004	SP-Campinas	Trapézio	2004	Artigo
SOUZA, Patrícia Olsen de	Os dilemas da democracia no Brasil: um estudo sobre o pensamento de Florestan Fernandes	Mestrado em Sociologia	SP-Araraquara	Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, UNESP, Brasil	2005	Dissertação
SZTUTMAN, Renato	Florestan Fernandes e o legado dos Tupinambá	Semana de Ciências Sociais 2006: Florestan Fernandes: um intelectual militante	SP	Semana de Ciências Sociais 2006: Florestan Fernandes: um intelectual militante	2006	Anais
TERTO, Ligiane Aparecida da Silva	Florestan Fernandes na Comissão de Educação da Constituinte: a luta pela escola pública, laica e gratuita no Brasil	Seminário de Pesquisa em Educação	PR-Maringá	Seminário de Pesquisa em Educação	2005	Anais
TERUYA, Teresa Kazuko	A visão socialista de educação em Florestan Fernandes	p. 20-27, 2001.	Portugal-Lisboa	O professor	2001	Artigo
TOLEDO, Caio Navarro de	Marxismo e revolução na obra de Florestan Fernandes	I Jornada de Ciências Sociais da UNESP	SP-Marília	UNESP	1986	Anais
TOLEDO, Caio Navarro de	Hegemonia e poder político	D'Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
TOLEDO, Caio Navarro de	Em memória de Florestan Fernandes	v. 3	SP	Revista Crítica Marxista	1996	Artigo
TOLEDO, Caio Navarro de	Utopia e Socialismo em Florestan Fernandes	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
TÓTORA, Silvana Maria Corrêa	A questão democrática em Florestan Fernandes	n. 48, p. 13-20, 1999	SP	Lua Nova	1999	Artigo

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
TÓTORA, Silvana Maria Corrêa	A questão democrática no pensamento de Florestan Fernandes	: XXII Congreso de la asociación Latinoamericana de Sociologia, 1999	Chile-Concepción	XXII Congreso de la asociación Latinoamericana de Sociologia, 1999	1999	Anais
VALENTE, Ivan	Florestan, o PT e o socialismo	Martinez, Paulo H. (Org.). FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS	SP	BOITEMPO	1998	Capítulo
VARGUES, Guilherme Ferreira	Marxismo e Imagem do Brasil em Florestan Fernandes	, 04 jun. 2005		Revista do Núcleo de Estudos Sociais,	2005	Artigo
VELHO, Gilberto Cardoso Alves Velho	Introdução:Homenagem a Florestan Fernandes	av. 11, n. 30, p. 5-5	SP	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1996	Artigo
VERISSIMO, Maria Valeria Barbosa ; WOISKI, Emanuel Rocha	Florestan Fernandes	v. 9, p. 50-51, 1995.		Revista Universidade e Sociedade	1995	Artigo
VIEIRA, Carlos Roberto	A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS ANOS 80: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REFLEXÃO DE FLORESTAN FERNANDES	04, n. Nº2, p. 59-79	MG-Uberlândia	Revista Ícone, UNIT	1995	Artigo
VIEIRA, Carlos Roberto	O papel do professor nos anos 80: uma análise a partir da reflexão de Florestan Fernandes	Mestrado em Educação	MG-Uberlândia	Universidade Federal de Uberlândia	1995	Dissertação
VIEIRA, Carlos Roberto	O PAPEL DO PROFESSOR NOS ANOS 80: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REFLEXÃO DE FLORESTAN FERNANDES	1º SEMINÁRIO TEMÁTICO GESTÃO ESCOLAR, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: REFLEXÃO E DESAFIOS	MG-Uberlândia	Universidade Federal de Uberlândia	1999	Anais

Autor	Título	Dados da Publicação	Local	Editora	Ano	Tipo
VIEIRA, Roberto Atila Amaral	Homenagem a Florestan Fernandes	5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro	PE-Recife	Anais do 5º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Brasília - DF : Partido Socialista Brasileiro	1996	Anais
VOUGA, Cláudio	Evocações na contramão	n.29, p.20-25, 1996	SP	REVISTA USP	1996	Artigo
WEFFORT, Francisco	Lembranças de Florestan	v. 10, n. 26, p. 49-50. jan./abr., 1996	SP	Estudos Avançados	1996	Artigo
WEYH, Cenio Back	LIMITES E POSSIBILIDADES DA SOCIOLOGIA CRITICA EM FLORESTAN FERNANDES	IV Semana de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) Cadernos Pedagógicos	RS-Santa Maria	LAPEDOC	1991	Artigo
WEYH, Cenio Back	FLORESTAN FERNANDES E A SOCIOLOGIA DA EDUCACAO BRASILEIRA-A CONTRIBUI CAO DOS ANOS 80	44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC	SP	44ª SBPC - ANAIS	1992	Anais
WEYH, Cenio Back	Florestan Fernandes: Sociologia da Educacao: A Contribuicao dos Anos 80.	Mestrado em Educação	RS-Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria	1993	Dissertação
WEYH, Cenio Back & ARENHART, O. L. O.	Fundamentos do Pensamento Sociológico de Florestan Fernandes	Lívio Osvaldo Arenhardt. (Org.). Educação Para Crescer - Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino - Sociologia - 2 Grau	RS-Ijuí	UNIJU	1993	Capítulo
XIDIEH, Oswaldo Elias	O folclore em questão	D´Incao, Maria Ângela e outros. (Org.). O saber militante. ensaios sobre Florestan Fernandes	SP	Unesp/Paz e Terra	1987	Capítulo
ZANETIC, João	Florestan Fernandes e a defesa da Escola Pública	, n. 36, p. 6-14, 2006	SP	Revista Adusp	2006	Artigo

ANEXO II

Bibliografia de Florestan Fernandes

Apresentamos a seguir as principais publicações de Florestan Fernandes, produzidas e editadas entre os anos de 1942 a 1998. Não constam dessa relação suas resenhas, artigos de jornais – exceto quando de visível interesse teórico ou metodológico – comunicações, seminários, aulas, intervenções e outras formas de veiculação que não tenham sido posteriormente reproduzidos em livro. Não incluímos, igualmente, títulos que são apenas republicações de textos ou livros produzidos anteriormente à sua morte.

Nossa principal fonte de levantamento de dados foi, sem dúvida, os livros e artigos “de” e “sobre” Florestan Fernandes publicados e disponíveis para consulta nas bibliotecas das universidades públicas paulistas (USP, UNICAMP e UNESP). Em especial, o livro de Maria Arminda do Nascimento Arruda e Sylvia Gemignani Garcia, Florestan Fernandes, mestre da Sociologia moderna, publicado em 2003, em Brasília, pela Editora Paralelo 15, traz entre as páginas 157 e 173 um levantamento detalhado, e muito bem organizado pela própria Sylvia Gemignani Garcia e Antônio David, das publicações de Florestan Fernandes editadas entre 1942 e 1973, o qual nos serviu de guia e orientação para a execução dessa tarefa.

Os textos estão ordenados conforme o ano de sua publicação, título que recebeu, se faz parte de alguma coletânea, editora, páginas, volume e número da publicação. Informações suficientes para que o pesquisador possa consultá-los.

1942

- 1) “Folclore e grupos infantis”, Sociologia, São Paulo, (4) 4: 396-406.

1943

- 2) “O negro na tradição oral”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 1º, 15 e 22 jul.
- 3) “Educação e cultura infantil”, Sociologia, São Paulo, (5) 2: 134-46.
- 4) “Congadas e batuques em Sorocaba”, Sociologia, São Paulo, (5) 3: 242-54.
- 5) “Aspectos mágicos do folclore paulistano”, Sociologia, São Paulo, (6) 2: 79-100.

1944

- 6) “Aspectos mágicos do folclore paulistano”, Sociologia, São Paulo, (6) 3: 175-96.
- 7) “A burguesia, o progresso e o folclore”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 19 ago.
- 8) “O folclore como método”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 de set.
- 9) “Mentalidades grupais e folclore”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 nov.

1945

- 10) “Entre o romance e o folclore”, Folha da Manhã, São Paulo, 12 jan.
- 11) “A noiva e o folclore ibérico”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 jul.
- 12) “Sívio Romero e o folclore brasileiro”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 04 ago.
- 13) “Sobre o folclore”, Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/USP, 9:59-66, set.

1946

- 14) “Introdução”, “Marx e o pensamento sociológico moderno”, in: MARX, Karl, Contribuição à crítica da economia política, tradução de Florestan Fernandes, São Paulo: Editora Flama.
- 15) “Mário de Andrade e o folclore brasileiro”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, (106): 135-58, jan/fev.
- 16) “Um retrato do Brasil”, Jornal de São Paulo, São Paulo, 5, 12 e 26 fev / 5, 12, e 19/mar / 2, 16, 23 e 30 abr.
- 17) “Tiago Marques Aipobureu, um bororo marginal”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, (107): 7-28, mar/abr.

- 18) “Um concurso de folclore musical”, Jornal de São Paulo, São Paulo, 4 jun.
- 19) “Fernando de Azevedo e a sociologia educacional no Brasil”, Jornal de São Paulo, São Paulo, 3 e 10 set.

1947

- 20) “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo (113): 7-124, mar/abr.
- 21) “O problema do método na investigação sociológica”, Sociologia, São Paulo, (9) 4: 332-49.

1948

- 22) “Considerações sobre os estudos sociais no Brasil”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 abr.
- 23) “Amadeu Amaral e o folclore brasileiro”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 e 28 nov. / 5, 12 e 19 dez.
- 24) “A análise sociológica das classes sociais”, Sociologia, São Paulo, (10) 2-3: 91-113.
- 25) “O estudo sociológico da economia primitiva”, Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo FFCL/USP, 11: 107-17.
- 26) “Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI”, Publicações Avulsas do Instituto de Administração, São Paulo, FCEA/USP, 24.

1949

- 27) A organização social dos Tupinambá. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. 2ª. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- 28) “A economia tupinambá: ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo (122): 7-77, fev.
- 29) “A revolução constitucionista e o estudo sociológico da guerra”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo (123): 23-35, mar.
- 30) “Contos populares paulistanos”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 ago / 22 set / 19 out.
- 31) “A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade tupinambá. Ensaio de análise crítica da contribuição etnográfica dos cronistas para o estudo sociológico da guerra entre populações aborígenes do Brasil quinhentista e seiscentista”, Revista do Museu Paulista, São Paulo, (3): 7-128 e 8 pranchas.

1950

- 32) “Considerações sobre um comentário à ocorrência de termos tupis em ‘A organização social dos Tupinambá’”, Revista de História, São Paulo, (1): 253-8.
- 33) & Octavio da Costa Eduardo & Herbert Baldus. “Arther Ramos 1903-1949”, Revista do Museu Paulista, São Paulo, (4): 439-58.
- 34) “A aplicação dos conhecimentos sociológicos às relações internacionais”, Sociologia, São Paulo, (12) 3: 228-46.
- 35) “Cantigas de ninar paulistanas”, Trópico, São Paulo, 1: 21-23 e 46.

1951

- 36) “Contribuição para o estudo de um líder carismático”, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, (138): 19-34, jan/fev/mar.
- 37) “O significado das ciências sociais no mundo moderno”, Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, FFCL/USP, 13: 93-8, out.
- 38) & Roger Bastide. “O preconceito racial em São Paulo” (projeto de estudo), Publicações Avulsas do Instituto de Administração, São Paulo, FCEA/USP, 118.

1952

- 39) “Contribuição para o estudo sociológico das adivinhas paulistanas”, Revista de História, São Paulo, (4) 9: 107-64, jan/fev/mar.
- 40) “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”. Revista do Museu Paulista, São Paulo, (6): 7-425; 2ª. ed, São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Edusp, 1970.
- 41) “Problemas de aplicação do conhecimento antropológico”, Anhembi, São Paulo, (10) 25: 47-53.
- 42) “La Guerre et le sacrifice humain chez les Tupinambá” (Suzanne Lusagnet, trad.), Journal de la Société des Américanistes, Paris: Musée de L'Homme, (41) 1: 139-220.
- 43) “Festgabe dem IV internationalen Kongress für Anthropologie und Ethnologie”, Mittgelungen der anthropologischen Gesellschaft in Wien, Wien, (32) 1:1-120.

1953

- 44) & Roger Bastide. “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo”, Anhembi, São Paulo, (10) 30:433-90, maio.
- 45) “Cor e estrutura social em mudança”, Anhembi, São Paulo, (11) 31: 14-69, jun.
- 46) Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia, São Paulo, FFCL/USP, Boletim, 170, Sociologia, 4.

- 47) “Das Vourteil gegen die Farbigen in Brasilien und seine gesetzliche Bekämpfung” (Anatol H. Rosenfeld, trad.), Staden-Jahrbuch, São Paulo, (1): 105-24.

1954

- 48) “Situação do ensino no Brasil” (resposta do professor Florestan Fernandes), Anhembi, São Paulo, (15) 43: 1-7, jun.
- 49) “À sombra da idade de ouro”, Diários Associados, São Paulo, 15 jul.
- 50) “Existe uma ‘crise da democracia’ no Brasil?”, Anhembi, São Paulo, (16) 48:450-71, nov.
- 51) “Lévy-Bruhl e o espírito científico”, Revista de Antropologia, São Paulo, (2) 2:121-42, dez.
- 52) Apontamentos sobre os problemas da indução na sociologia, São Paulo, FFCL/USP.

1955

- 53) & Roger Bastide (orgs.). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Unesco/Anhembi.
- 54) “Teorias, em contraste, de ciência aplicada”, Ciência e Cultura, São Paulo, (7) 2:77-80, jun.
- 55) “Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo”, Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, Anhembi, pp. 383-407.
- 56) “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira”, Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, Sociedade Brasileira de Sociologia, pp. 89-106.
- 57) “Os estudos etnológicos no Brasil”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 27 de novembro de 1955.

1956

- 58) “A sociologia no Brasil”, Anhembi, São Paulo, (22) 65:342-4, abr.
- 59) “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil”, Revista Brasiliense, São Paulo, 6:46-58, jul/ago.
- 60) “A aculturação dos Sírios e Libaneses em São Paulo”, Revista Etapas, São Paulo, nº 11
- 61) “As publicações póstumas de Karl Manheim”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8 dez. Suplemento Literário n. 9.

- 62) “Psicanálise e sociologia”, Revista de Antropologia, São Paulo, (4) 2:129-42, dez.
- 63) & Ramzia Gattás. “A história de vida na investigação sociológica. A seleção dos sujeitos e suas implicações”, Sociologia, São Paulo, (18) 2:123-40.
- 64) “Die sozialgeschichtliche Entwicklung der Soziologie in Brasilien” (Anatol H. Rosenfeld, trad.), Sociologus, Berlin, (6) 2: 110-5.

1956 e 1957

- 65) “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil”, Anhemi, São Paulo, (24) 72:460-79, nov 1956; (25) 73:18-43, dez 1956; (25) 74:262-83, jan 1957.
- 66) “Os estudos folclóricos em São Paulo”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 e 24 de novembro e 01 de dezembro de 1956; 04 e 12 de janeiro de 1957.

1957

- 67) “A explicação na sociologia”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 20 de julho de 1957.
- 68) “Papai Noel sem dólares”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de setembro de 1957.
- 69) “O significado das cantigas de ninar”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 05 de outubro de 1957.
- 70) “A função social das cantigas de ninar”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 de outubro de 1957.
- 71) “O uso das cantigas de ninar”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 de setembro de 1957.
- 72) “Como a América vê a Europa”, Congresso internacional de escritores e encontros intelectuais, São Paulo, Sociedade Paulista de Escritores/Anhemi, pp. 194-232.
- 73) “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”, Anhemi, São Paulo, (25) 75:470-81, fev; (26) 76:59-69, mar.
- 74) “A reconstrução da realidade nas ciências sociais” (Colóquio Metodologia das ciências sociais, Lisboa, jan 1957), Anhemi, São Paulo, (28) 82:36-52, set; (28) 83:269-286, out.
- 75) “As ciências sociais em São Paulo”, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 10 nov.
- 76) Sociologia, São Paulo, Publicação da Cadeira de Sociologia I da FFCL/USP. (Verbete transcrito da Enciclopédia Delta-Larousse, Rio de Janeiro, Editora Delta, tomo IV, pp. 2197-2208 e tomo V pp. 2209-2216)

1958

- 77) “Ensaio sociológico”, Revista Anhembi, São Paulo, nº 91, vol. XXXI.
- 78) A etnologia e a sociedade no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhembi, 1958.
- 79) “Liberdade de pensamento e ensino universitário”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 jan.
- 80) “Herança intelectual da sociologia”, Anhembi, São Paulo (29) 87:452-64, fev.
- 81) “Liberdade de cátedra e de pensamento”, Anhembi, São Paulo (29) 87:536-40, fev.
- 82) “Objeto e campo do folclore”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 mar. Suplemento literário n. 75.
- 83) “Contribuição ao estudo sociológico das cantigas de ninar”, Revista Brasiliense, São Paulo, 16: 50-76, mar/abr.
- 84) “O negro nos Estados Unidos”. Anhembi São Paulo, v. 32, n. 94 p. 105-107, set. 1958
- 85) “Os professores estrangeiros” O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 jun. Suplemento literário n. 85.
- 86) “Pesquisa e ensino superior”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 out. Suplemento literário n. 104.
- 87) “Implicações educacionais do ‘desarmamento infantil’”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 nov/6 dez.
- 88) “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, Estudos sociais e políticos 3, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais.
- 89) “A sociologia aplicada como disciplina autônoma”, Sociologia, São Paulo, (20) : 27-61.
- 90) A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada, São Paulo, Edição mimeografada, coleção Apontamentos, departamento de publicações do grêmio da FFCL/USP. Republicada em 1959 pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, São Paulo, vol. 32, nº 75.
- 91) “O condicionamento social dos estudos sociológicos no Brasil”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 de janeiro de 1958.
- 92) “Os estudos sociológicos no Brasil: 1. As noções vulgares”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 18 de janeiro de 1958.
- 93) “Os estudos sociológicos no Brasil: 2. Noções positivas”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25 de janeiro de 1958.

- 94) “Sociologia e realidade brasileira”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 de abril de 1958.
- 95) “A renovação dos estudos sociológicos no Brasil”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 de maio de 1958.
- 96) “O problema do livro científico”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 31 de maio de 1958.
- 97) “Como se forma um etnólogo”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 de junho de 1958.
- 98) “Ainda o livro científico”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 de setembro de 1958.
- 99) “O Brasil e seus contrastes”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 04 de outubro de 1958.
- 100) “Devemos desarmar as crianças?”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 de novembro de 1958.
- 101) “Armas e folguedos infantis”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 06 de dezembro de 1958.

1959

- 102) “O café na evolução de São Paulo”, Revista de História, São Paulo, vol. IX, nº 40. (publicado originalmente no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 19-1-58).
- 103) & Roger Bastide (orgs.). Branco e negro em São Paulo, 2ª edição reorganizada, São Paulo, Companhia Editora Nacional.[3ª ed, 1971.]
- 104) Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional. [2ª ed 1967, reimpressão, 1972; 3ª ed Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978; 4ª ed. s/l: T. A. Queiroz, 1980].
- 105) “O destino das universidades”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 03 jan. Suplemento literário n. 114.
- 106) “Os educadores e as exigências educacionais do presente”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 fev/4 abr/7 mar.
- 107) “O homem e a cidade metrópole”, Diário de São Paulo, São Paulo, 30 abr. e Revista Educação e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 5, nº 11.
- 108) “Folclore e ciências sociais”, Revista Brasiliense, São Paulo, 24: 133-51, jul/ago.
- 109) “Ensino e pesquisa da sociologia em São Paulo”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 nov.
- 110) “Os escritores e a escola pública”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 nov. Suplemento literário n. 158; 5 dez. Suplemento literário n. 160.

- 111) “Campo e problema da sociologia aplicada”, Sociologia, São Paulo, (21) 3:274-97.
- 112) Relatório sobre as necessidades urgentes da FFCL/USP, São Paulo, FFCL/USP.
- 113) “Current theoretical trends of ethnological research in Brazil” (Frank Goldman, trad.), Revista do Museu Paulista, São Paulo, (11): 7-69.
- 114) “Educação e democracia”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 de fevereiro de 1959.
- 115) “Educação e progresso social”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de março de 1959.
- 116) “A unidade e o desenvolvimento do nordeste”, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, São Paulo, vol. 36, nº 83.
- 117) “A ideologia dos educadores”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 04 de abril de 1959.
- 118) “A atividade científica da universidade em 25 anos”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 de fevereiro de 1959.
- 119) “A posição dos escritores”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 05 de dezembro de 1959.
- 120) “Realismo científico”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 de dezembro de 1959.
- 121) “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”, Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, edição mimeografada.
- 122) “Limitações institucionais à expansão da pesquisa sociológica”, Boletim do Serviço de Medidas e Pesquisas Educacionais, São Paulo, nº 3.

1959 e 1960

- 123) “O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, Suplemento literário n. 162, 1959; Suplementos literários n. 182, n. 186, n. 188, n. 190 e n. 193, 1960.
- 124) “O folclore de uma cidade em mudança”, Anhembi, São Paulo, (36) 106: 16-30, set; (36) 107: 267-82, out; (36) 108: 489-505, nov; (37) 109: 62-89, dez; (37) 110: 289-304, jan; (37) 111: 517-29, fev; (38) 112: 71-86, mar; (38) 113: 290-306, abr; (38) 114: 498-513, mai.

1960

- 125) Ensaio de sociologia geral e aplicada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, [2ª ed, 1971], [3ª ed, 1976].

- 126) Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira São Paulo: DIFEL. 2ª ed [inclui ensaio introdutório], 1974, 3ª ed, 1979.
- 127) “Antecedentes indígenas. Organização social das tribos tupis”, in HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira (vol. 1, tomo 1), São Paulo, Difusão Européia do Livro, pp. 72-86. (Reedições. São Paulo: Difel, 1976 e 1981; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989)
- 128) “Análise e crítica do projeto de lei sobre diretrizes e bases da educação nacional”, in BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). Diretrizes e bases da educação, São Paulo, Pioneira, pp. 217-306.
- 129) “Em defesa da escola pública”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 de janeiro de 1960, 06 de fevereiro de 1960 e 13 de fevereiro de 1960; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, (33) 79, jan/mar.
- 130) “A posição dos licenciados”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 fev.
- 131) “Folcloristas em confronto”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 abr. Suplemento literário n. 176.
- 132) “Objetivos da campanha da escola pública”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 24 mai.
- 133) “A democratização do ensino”, Anhembi, São Paulo, (39) 115: 24-34, jun.
- 134) “Dados sobre a situação do ensino”, Revista Brasiliense, São Paulo, 30:67-138, jul/ago.
- 135) “Educação e folclore”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 20 ago. Suplemento Literário n. 195.
- 136) “Folclore e sociedade”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 set. Suplemento literário n. 199.
- 137) “A educação como problema social”, Comentário, publicação do Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação, Rio de Janeiro, (1) 4:7-13.
- 138) Necessidades e problemas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, FFCL/USP.
- 139) “Padrão e ritmo de desenvolvimento da América Latina”, Publicação mimeografada do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, México. Traduzido para o inglês.
- 140) “O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência”, Revista Brasiliense, nº 31 e Revista Brasileira de Estudos Políticos, vol. 34, nº 70, São Paulo.
- 141) “A evolução social do Brasil – estudos sobre a responsabilidade social da igreja”, São Paulo, Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, edição mimeografada.
- 142) “Notas sobre Mário de Andrade”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 de janeiro de 1960.

- 143) “A etnologia histórica no Brasil”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 02 de janeiro de 1960.
- 144) “A convenção reafirmou a defesa do ensino: quatrocentas pessoas unidas em defesa do ensino”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 06 de maio de 1960.
- 145) “A investigação científica no Brasil”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 de maio de 1960.
- 146) “Ciência e desenvolvimento”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 18 de junho de 1960.
- 147) “Ciência e tecnologia”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 02 de julho de 1960.
- 148) “As ciências sociais”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 de julho de 1960.
- 149) “A ciência no Brasil”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 06 de agosto de 1960.
- 150) “O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 de fevereiro de 1960.
- 151) “Evolução da luta pró-escola pública (discurso)”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de outubro de 1960.
- 152) “Resistências à mudança social”, Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 02 de dezembro de 1960 e 09 de dezembro de 1960.
- 153) “Diretrizes e bases: a sanção do presidente”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 de dezembro de 1960.

1961

- 154) Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Anhembi. [2a ed] Petrópolis: Vozes, 1979.
- 155) “A universidade e o desenvolvimento do Nordeste”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 05 fev.
- 156) “O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 fev.
- 157) “Considerações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, O Diário de Notícias, São Paulo, 26, 27 e 28 abr.
- 158) “Defesa da escola pública e sua significação”, Anhembi, São Paulo (43) 128: 246-58, jul.
- 159) “A poesia negra em São Paulo”, Revista Brasiliense, São Paulo, 36:45-93, jul/ago.

- 160) “Investigação sociológica na América Latina”, Anhembi, São Paulo, (44) 130:14-35, set.
- 161) “A unidade das ciências sociais e a antropologia”, Anhembi, São Paulo, (44) 132:453-70, nov.
- 162) “A formação de profissionais e especialistas na Faculdade de Filosofia”, Revista Brasiliense, São Paulo, 38: 158-67, nov/dez.
- 163) & Milton Silva Rodrigues. “Universidade de Brasília”. Revista Anhembi, São Paulo, nº 12771-4, jun, vol. XLIII.

1962

- 164) A sociologia numa era de revolução social. São Paulo: Companhia Editora Nacional. [2a ed.] Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- 165) Economia e sociedade no Brasil – Análise sociológica do desenvolvimento, São Paulo, Cesis/FFCL/USP.
- 166) “A educação popular no Brasil”, Revista Brasiliense, São Paulo, 39:128-38, jan/fev.
- 167) “O teatro negro”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 10 fev.
- 168) “Reflexões sobre a mudança social no Brasil”, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 15:31-72, jan/jul.
- 169) “A sociologia como afirmação”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, (2) 1:3-39, mar.
- 170) “Diretrizes e Bases”, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 abr.
- 171) “Contra a Lei de Diretrizes e Bases”, Comentários, Rio de Janeiro, (3) 3:213-20, jul/set.
- 172) “O problema da opção na sociologia”, Anhembi, São Paulo, (47) 141:434-52, ago.
- 173) “Representação dos alunos”, Anhembi, São Paulo, (48) 142, 13-7, set.
- 174) “O conhecimento sociológico e os processos políticos”, Relações Humanas, São Paulo, 15: 43-7.
- 175) “Padrão e ritmo do desenvolvimento na América Latina”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte.
- 176) “Funcionalismo e análise científica na sociologia moderna”, Sociologia, São Paulo, (24) 3:195-202.

1963

- 177) Organização social dos Tupinambá, 2. edição ampliada, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

- 178) “O problema da juventude”, Revista Brasiliense, São Paulo, 45: 98-103, jan/fev.
- 179) “A recuperação da universidade”, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, (39) 90:200-22, abr/jun.
- 180) “Fragmentos de um estudo sobre a concepção de ciência política de Karl Mannheim”, Revista Brasiliense, São Paulo, 47: 78-95, mai/jun; 48: 50-68, jul/ago; 49: 105-24 set/out.
- 181) “A escola e a ordem social”. Pesquisa e Planejamento, São Paulo, 6: 137-54, dez.

1964

- 182) A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: FFLCH/USP, Boletim, 301, Sociologia 1, 12. [2ª ed. São Paulo: Dominus, 1965 e São Paulo: Ática, 1978].
- 183) “Aspectos da educação na sociedade Tupinambá”, Beiträge zur Völkerkunde Südameriks (Festgabe für Herbert Baldus zum 65. Geburtstag), Hannover, pp. 79-96.

1965

- 184) A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, 2ª ed., São Paulo: Dominus/Edusp, 2 vols.
- 185) & Gui Tarcísio Mazzoni & Marcos de Carvalho Mazzoni. “Favelas”, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 18: 186-8, jan.
- 186) “A ‘revolução burguesa’ e os intelectuais”, Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2: 325-37, mai.

1966

- 187) Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus/Edusp.
- 188) “Estudo da organização social”, Revista do Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, (3) 1:39-90, jan/dez.
- 189) “Las ciencias sociales em Latinoamérica”, Revista Mexicana de Sociologia, México, (28) 2: 251-89, abr/jun.
- 190) “Como muda o Brasil”, Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, 35: 22-39, mai/jun.
- 191) “Imigração e relações sociais”, Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 8: 75-96, jul.
- 192) “La persistencia del pasado”, Revista Mexicana de Sociología, México, (28) 4: 787-811, out/dez.

- 193) “Aspectos da questão racial”, O Tempo e o Modo do Brasil, Lisboa, pp. 36-49, nov/dez.

1966 e 1967

- 194) “Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil”, Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 11-12: 11-37, dez/mar.

1967

- 195) Fundamentos empíricos da explicação sociológica, 2. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- 196) “As ciências sociais na América Latina”, in Vários Autores. As ciências sociais na América Latina, São Paulo, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais/Difusão Européia do Livro, pp. 113-52.

1968

- 197) Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar. [2a ed. 1972, 3a ed. 1975, 4a ed.1981].
- 198) “O negro em São Paulo”, in MARCONDES, J.V. Freitas & Osmar Pimentel (orgs). São Paulo: espírito, povo, instituições. São Paulo, Pioneira, pp. 127-51.
- 199) “O problema da universidade”, Jornal da Senzala, São Paulo, 1:8-9, jan.
- 200) “Mobilidade social e relações raciais: o drama do negro e do mulato numa sociedade em mudança”, Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, 47: 51-67, mai/jun.
- 201) “A reforma universitária é uma revolução cultural”, Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jun/30 jun.
- 202) “A reestruturação da Universidade de São Paulo”, Folha de São Paulo, São Paulo, 22 set.

1969

- 203) Die Integration des Negers in die Klassengesellschaft, (trad. Jürgen Grabener), Berlin/Zurich, Verlag Gehlen, Bad Hamburg v.d.H, Munique, vol. 1.
- 204) The negro in Brazilian society (Jacqueline D. Skiles, A. Brunel e Arthur Rothwell, trads.). New York/Londres, Columbia University Press.
- 205) “Prefácio”, in CAMARGO, Oswaldo de. 15 poemas negros, São Paulo, Associação Cultural do Negro.

- 206) “Poesia e sublimação das frustrações raciais”, in CAMARGO, Oswaldo de. 15 poemas negros, São Paulo, Associação Cultural do Negro.
- 207) “Beyond poverty: the negro and the mulato in Brazil”, Journal de La Société des Américanistes, Paris, (58): 121-37.

1969 e 1970

- 208) The Latin American in Residence Lectures, Toronto, University of Toronto.

1970

- 209) Elementos de sociologia teórica. São Paulo, Companhia Editora Nacional. [2a ed. 1974].
- 210) A função social da guerra na sociedade Tupinambá, 2. ed., São Paulo, Pioneira/Edusp.
- 211) “Os dilemas da reforma universitária consentida”, Revista Mexicana de Sociologia, México, (32) 4:967-1004, jul/ago.
- 212) “Patrones de dominación externa em América Latina”, Revista Mexicana de Sociologia, México, (32) 6:1453-9, nov/dez.
- 213) “La sociología de la educación como "sociología especial"”. In.: PEREIRA, Luiz; FORACHI, Marialice Mencarini. Educación y sociedad : ensayos sobre sociología de la educación Buenos Aires : El Ateneu, 1970

1971

- 214) & Roger Bastide (orgs.) Branco e Negro em São Paulo, 3. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- 215) Ensaio de sociologia geral e aplicada, 2. ed., São Paulo, Pioneira.
- 216) “Universidad y Desarrollo”, Aportes, Paris, 17: 133-58, jul.
- 217) A questão racial brasileira vista por três professores / Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira e Oracy Nogueira. São Paulo : Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1971

1972

- 218) O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- 219) Sociedade de classes e subdesenvolvimento, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar. 3ª ed 1975.

- 220) (org). Comunidade e sociedade no Brasil. leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional. [2a ed. 1975].
- 221) “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil”, in QUEDA, Oriovaldo & Tamás Smrecsányi (orgs.). Vida rural e mudança social, São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 131-50.

1973

- 222) Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar. [2a ed. 1975, 3a ed.1981].
- 223) (org). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 224) & N. Poulantzas e A. Touraine. Las classes sociales en América Latina. México: Siglo Veintiuno Editores – UNAM.
- 225) “Revolução burguesa e capitalismo dependente”, Debate & Crítica, São Paulo, 1: 48-66, jul/dez.
- 226) “El dilema brasileño: democracia o desarrollo”, La Opinión, Buenos Aires, 30 set.

1974

1975

- 227) A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes.
- 228) A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar. [2a ed. 1976; 3a ed. 1981].
- 229) A universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega. [2a ed.1979].
- 230) “Sobre o trabalho teórico [Entrevista]”. Transformação. Assis,SP, n. 2, p. 5-86, 1975
- 231) “A sociedade: introdução”. In.: FERNANDES, Florestan (org.) Comunidade e sociedade no Brasil : leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil São Paulo : Nacional, 1975

1976

- 232) Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo:Hucitec. [2a ed. 1977].

1977

- 233) Die Integration des negers in die klassengesellschaft. vol. 2, Wilhelm Fink Verlag, Munchen. [trad. Angela Dulle].
- 234) A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes. [2a ed. 1980].
- 235) As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- 236) Fundamentos empíricos da explicação sociológica. México: UNAM, s/d [espanhol].

1978

- 237) A condição de sociólogo. São Paulo: Hucitec.
- 238) Lênin (org.). São Paulo: Ática.
- 239) O folclore em questão. São Paulo: Hucitec.
- 240) La revolución burguesa en Brasil. [trad. Eduardo Molina]. México: Siglo Veintiuno Editores.

1979

- 241) Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo. São Paulo: Hucitec.
- 242) Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz.
- 243) “Evocação de um passado recente”. In: Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, v. 40, n. 1/4, p. 35-37, jan./dez. 1979
- 244) “A "herança clássica" e seu destino”. In.: Cadernos de Opinião Rio de Janeiro, n. 13, p. 20-35, ago./set. 1979
- 245) “Vigésimo aniversário da revolução cubana : Cuba e a revolução socialista”. In.: Encontros com a civilização brasileira Rio de Janeiro, v. 18, p. 155-169, 1979

1980

- 246) A natureza sociológica da sociologia. São Paulo: Ática.
- 247) Brasil: em compasso de espera. São Paulo: Hucitec.
- 248) Movimento socialista e partidos políticos. São Paulo: Hucitec.

1981

- 249) Poder e contra-poder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar.
- 250) O que é revolução?. São Paulo: Brasiliense.

251) Reflections on the Brazilian counter-revolution (org).New York: M. E. Sharpe, Inc.

1982

252) A ditadura em questão. São Paulo: T. A. Queiroz.

1983

253) K. Marx - F. Engels: História (org.). São Paulo: Ática. (3ª ed. 2004)

1984

254) A questão da USP. São Paulo: Brasiliense.

255) “Pode-se traçar um paralelo entre a Faculdade de Filosofia anterior a 1964... [Entrevista]” In.: Língua e Literatura São Paulo, v. 10, n. 10-13, p. 75-114, 1981-1984

1985

1986

256) Nova república? Rio de Janeiro: Zahar.

257) Que tipo de república? São Paulo: Brasiliense.

258) “Para o sociólogo, não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”. In.: Leia São Paulo, v. 7, n. 96, p. 25, out. 1986

259) “Os subterrâneos da história não entram nas enquetes”. In.: Leia São Paulo, v. 7, n. 95, p. 33, set. 1986.

260) Pierre-Joseph Proudhon : política. São Paulo : Ática, 1986

1987

261) “A formação política e o trabalho do professor”. In.: CATANI, Denice Bárbara; et al, orgs. Universidade, escola e formação de professores São Paulo : Brasiliense, 1987

262) “Nós e o marxismo”. In.: CHASIN, J., org. Marx hoje São Paulo : Ensaio, 1987, v.1

1988

- 263) O processo Constituinte. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação.
- 264) "O negro e a cultura brasileira. [Debate]". Revista do PMDB Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 27-32, nov. 1988

1989

- 265) A Constituição inacabada, vias históricas e significado. São Paulo: Estação Liberdade.
- 266) O desafio educacional. São Paulo: Cortez.
- 267) O significado do protesto negro. São Paulo: Cortez.
- 268) Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Brasiliense.
- 269) O que é revolução, utopia e anarquismo. São Paulo : Circulo do Livro, 1989

1990

- 270) A transição prolongada. São Paulo: Cortez.
- 271) As lições da eleição. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação.

1991

- 272) Depoimento. in: Memória viva da educação brasileira (01). Brasília: INEP.
- 273) O PT em movimento. Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez.

1992

- 274) O colapso do governo Collor e outras reflexões. Salvador: Sarah Letras. s/d. (????)
- 275) Parlamentarismo: contexto e perspectivas. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação.
- 276) Reflexão sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores, São Bernardo do Campo: Departamento de Formação Política e Sindical/Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

1993

- 277) LDB: Impasses e contradições. Brasília: Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação.

1994

- 278) Democracia e desenvolvimento. A transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec.
- 279) Consciência negra e transformação da realidade. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação.
- 280) “Significado atual de José Carlos Mariátegui”. *Universidade e Sociedade São Paulo*, v. 4, n. 7, p. 4-8, jun. 1994.
- 281) “Ciências Sociais na ótica do intelectual militante”. *Estudos Avançados*. vol. 8, número 22, São Paulo, 1994.

1995

- 282) A contestação necessária. São Paulo: Ática.
- 283) Em busca do socialismo. São Paulo: Xamã.
- 284) Tensões na educação. Salvador: Sarah Letras.
- 285) Homenagem a Florestan / Florestan Fernandes. Uberlândia : Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Documentação e Pesquisa em História, 1995. (texto reproduz conferencia proferida pelo autor na Universidade Federal de Uberlândia, em 16/6/89, com o título: Universidade e sociedade civil: tempo de crise e de transformação)

1996

- 286) “As relações raciais em São Paulo reexaminadas”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 40, p. 209-215, 1996

1997

1998

- 287) “Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar. Publicada em setembro/outubro de 1983: Depoimentos”. In.: Cientistas do Brasil. São Paulo : SBPC, 1998